

Clarice Lispector e Inês Pedrosa:

APROXIMAÇÕES



Angela Maria Rodrigues Laguardia

**CLARICE LISPECTOR E
INÊS PEDROSA: APROXIMAÇÕES**

FICHA TÉCNICA

Título: *Clarice Lispector e Inês Pedrosa: aproximações*

Autora: Angela Maria Rodrigues Laguardia

Capa: Ricardo Carlos

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

Lisboa, Janeiro de 2017

ISBN: 978-989-8814-46-3

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a
Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto “UID/ELT/00077/2013”

Angela Maria Rodrigues Laguardia

Clarice Lispector e Inês Pedrosa: aproximações

CLEPUL

Lisboa

2017

Índice

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Introdução	11
1 A <i>Descoberta do Mundo</i>, de Clarice Lispector: uma escrita epifânica	15
1.1. A mulher e a escritora nas crônicas d' <i>A Descoberta do Mundo</i>	32
1.2. O mérito e o mito na voz da cronista	37
1.3. A escrita e o metatexto	39
1.4. A auto-revelação	54
1.5. A vida e a morte (<i>Eros/Thánatos</i>)	69
1.6. As figuras femininas	77
1.7. O mundo vegetal e animal	83
1.8. A intervenção social e política	94
1.9. As cidades dos homens e a cidade de Deus	104
1.10. A Palavra aos outros – Entrevistas	107
2 A <i>Crônica Feminina</i>, de Inês Pedrosa – um outro olhar	111
2.1. Em defesa da igualdade de género	126
2.2. A violência contra as mulheres	133
2.3. A vocação e a educação da maternidade e da paternidade	138
2.4. O abuso e violência contra crianças	139
2.5. A questão do aborto	142
2.6. O terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos	145
2.7. O holocausto nazi	149
2.8. Os deficientes	150
2.9. A causa pública	152
2.10. A literatura, a arte, a língua e a cultura	166
2.11. O desporto	172
2.12. A abertura ao estrangeiro	174
2.13. Os escritores, os livros e as leituras	178

2.14. A vida, o amor e a morte	185
3 Clarice Lispector e Inês Pedrosa: dois mundos, dois olhares, dois estilos em convergência	193
3.1. Dois mundos em convergência	195
3.2. Dois olhares em convergência	201
3.3. Dois estilos	222
Considerações Finais	233
Bibliografia	239

Para Rafael, Ana Carolina e Maria Luiza,
luminosas presenças em minha vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram com seu incentivo e apoio para a realização deste trabalho. Presenças preciosas neste caminho acadêmico e em minha vida, que serão sempre guardadas na memória de meu coração.

Na impossibilidade de citar todos os nomes, inicio pelo Professor Doutor Antônio Manuel Andrade Moniz, meu orientador, mestre incansável e generoso, força motriz desta trajetória. E pela Professora Doutora Constância Lima Duarte, orientadora de Mestrado e co-orientadora de Doutorado, grande mestra, exemplo de luta e perseverança.

Agradeço à Professora Doutora Isabel Cruz Lousada, amiga fiel e impulsionadora de muitas causas relacionadas às mulheres. À Professora Doutora Teresa Sousa Almeida, pelo apoio generoso no início deste percurso. E à Doutora Manuela Tavares, pela sábia e esclarecedora entrevista concedida na UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Agradeço à escritora e cronista Inês Pedrosa, pela encantadora ousadia das palavras que atravessam mares, aproximam, seduzem e nos inspiram.

Meus agradecimentos ao Departamento de Investigação de *Faces de Eva* – Centro de Estudos sobre a Mulher, a CiG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, e Hemeroteca Municipal de Lisboa, apoio incondicional para a minha pesquisa.

À Professora Doutora Vania Chaves, promotora incansável da literatura brasileira e portuguesa, e seu intercâmbio, agradeço o acolhimento, o incentivo e o apoio a esta publicação.

E agradeço de modo especial, à Professora Regina Almeida, grande incentivadora de meu percurso acadêmico, exemplo de ética e tenacidade.

Finalizo, agradecendo a minha prima Dalila Barros, irmã de alma e poesia, minha família portuguesa. E ao apoio incomensurável de minha mãe, Teresinha, e de minha família, Paulo e meus filhos Rafael, Ana Carolina e Maria Luiza, com entusiasmo torcida de meus netos Pedro e Ester.

PREFÁCIO

Acompanhei como orientador a tese de doutoramento de Angela Laguardia, depois de ter feito o prefácio do livro que resultou da sua dissertação de mestrado, com base no romance *Fazes-me Falta*, de Inês Pedrosa.

A circunstância de ter estudado a obra romanesca daquela ainda jovem escritora portuguesa levou-a a dedicar-se à comparação entre a sua crónica e a de Clarice Lispector, após a visita a uma exposição da sua obra em São Paulo.

Tal comparação pressupunha o estudo de duas vertentes: a dos Estudos Femininos, em Portugal e no Brasil, e a evolução do conceito de crónica ao longo dos tempos, em particular a consideração da obra das principais mulheres cronistas nos dois países. Foram estes os dois primeiros capítulos da sua tese de doutoramento, a que intitulou *Vozes Femininas em A Descoberta do Mundo, de Clarice Lispector, e Crónica Feminina, de Inês Pedrosa*. Tais capítulos são fundamentais para se entender com maior abrangência o livro que agora se publica, mas que, por motivos económicos e de redução de páginas, se omitem nesta publicação.

De qualquer modo, a *aproximação* que é feita entre as duas cronistas, depois de se proceder ao estudo da obra crónica de cada uma, e que é objeto dos três últimos capítulos da tese, é suficientemente esclarecedora do contributo literário e cultural de ambas.

São duas vozes acutilantes e iluminadas que se pronunciam, cada qual com o seu estilo próprio, sobre os principais problemas dos respetivos mundos, envolvendo ambos os países, em tempos diferenciados, a que não é indiferente o regime político vigente nos momentos em que se pronunciam.

Clarice Lispector, fazendo da crónica como que um *laboratório* literário no qual refaz ou prepara toda a sua obra romanesca, espelha-se na sua *Descoberta do Mundo*, numa autorrevelação epifânica, confrontando filosoficamente o universo que descobriu ao longo da sua vida, em contactos pessoais, na experiência familiar, nas suas viagens pelo mundo. São pequenos textos que fixam, em *flash*, momentos do quotidiano, reações de figuras e personagens, muitas delas femininas, a própria relação entre seres humanos e animais e vegetais, para deixar as

suas considerações em jeito de questionamento e de uma mensagem interpelante para a vida social e política, tendo, naturalmente, subjacente um quadro ético de valores humanistas. É, pois, o Brasil de uma época, tutelada pela ditadura, que emerge nas suas crónicas, e sobre o qual a escritora reflete, debate, põe em causa, não deixando de apontar alternativas mais racionais.

Inês Pedrosa, uma voz profética aguerrida e penetrante, passa em revista o início do século XXI português nas mais variadas questões: a educação, a saúde, a arte, a literatura, o desporto, a pobreza, a violência e o terrorismo, a economia, a política. Recorrendo à citação de escritores que marcaram o seu percurso literário e mental, também debate estas questões com toda a frontalidade, deixando as suas críticas, os seus argumentos, não deixando de apontar alternativas ao mundo focado em pormenor. No epicentro da sua cronística estão as mulheres: o seu universo, os seus problemas, as suas angústias, a sua sensibilidade espiritual.

Duas mulheres cronistas são confrontadas neste livro, cada qual com o respetivo mérito e a sua mundividência, inserindo-se no tempo e no espaço que experienciaram. Como diz este livro, são “dois mundos, dois olhares, dois estilos em convergência”.

Espero que a leitura desta *Aproximação* entre as duas cronistas possa ajudar a entender o respetivo mundo e o essencial das suas mensagens tão oportunas ainda hoje, apesar de todas as mudanças políticas, económicas, sociais e culturais verificadas, com a velocidade supersónica que nos invade, sacode e desaloja interiormente.

António Moniz

INTRODUÇÃO

Quem escreve dá voz às palavras, quem as lê dá-lhes outra voz

(Ana Luísa Amaral)

Clarice Lispector e Inês Pedrosa: aproximações faz parte de uma tese defendida na Universidade Nova de Lisboa, em 2014, que originalmente se intitulava *Vozes Femininas em A Descoberta do Mundo, de Clarice Lispector e Crónica Feminina, de Inês Pedrosa*. Estas *Vozes Femininas*, em expressão basilar, pretendia e pretende confrontar duas antologias cronísticas, evocando o eco plural de sensações, percepções, sentimentos, emoções, ideias, ideais e atitudes que os textos escritos registam como algo que podemos designar, de modo um tanto poético, mas nem por isso menos real e histórico, como “alma no feminino”. O substantivo *vozes* remete para algo ligado à expressão verbal, oral ou escrita, à palavra, à linguagem, irmã gémea do pensamento, ou dos pensamentos, das opiniões dos sujeitos cronistas, neste caso mulheres: uma, brasileira, outra, portuguesa; uma, tomando voz no final da década de 60 e início da de 70, do século XX; outra, comunicando no início do século XXI. Esta evocação sonora do discurso cronístico reenvia para a natureza polifónica, plural destas vozes, na riqueza ideológica, temática e estilística de cada uma, ambas inseridas num determinado contexto histórico e geocultural.

Podemos e devemos perguntar: o que une estas duas mulheres? O que as distingue e separa? A resposta a estas perguntas, a partir do confronto analítico entre dois mundos, dois olhares e dois estilos, em convergência, fomos buscar no universo cronístico de cada autora. E, apesar de não incluirmos neste volume, a base teórica desta análise, duas questões de ordem teórica foram consideradas e o antecederam. A primeira diz respeito aos Estudos sobre as Mulheres, designadamente no Brasil e em Portugal, no contexto histórico-cultural em que o feminismo e a luta das mulheres se foram desenrolando, como cenário ou música

de fundo em que assenta a cronística de Clarice e Inês; a segunda, refere-se ao(s) conceito(s) de crónica, à sua evolução através dos tempos e ao universo das mulheres cronistas, quer no Brasil, quer em Portugal.

Em relação aos Estudos sobre as Mulheres, disciplina que inclui a análise da luta feminista, mas não se esgotou nessa análise, importava, antes de mais, focalizar a sua base teórica, no contexto da investigação científica em causa, para depois se proceder à história desses Estudos, quer no Brasil, quer em Portugal. A partir das referências às mulheres pioneiras do feminismo, será possível estabelecer também um confronto comparativo entre a situação histórica e sua linha evolutiva em cada país, sem esquecermos o respectivo contexto particular.

Em relação à crónica, interessava-nos perspectivar a evolução do conceito de crónica, desde as literaturas clássicas até à actualidade, não esquecendo a Idade Média, os séculos XVI a XVIII e a modernidade oitocentista e novecentista. Neste sentido, importava ter em conta que os conceitos de crónica não são necessariamente coincidentes e unívocos; pelo contrário, tratava-se de verificar até que ponto determinadas marcas do género ou do discurso cronístico se teriam verificado, não de modo exaustivo, mas, sim, seletivo ou singular. O objectivo essencial do registo de histórias ligadas ao quotidiano social e étnico, com vista a uma identificação e a uma expressão memorialista, sempre na óptica livre de um sujeito enunciador, estará, certamente, na nossa consideração histórica da cronística através dos tempos.

Ao percorrermos uma extensa galeria de cronistas, principalmente a partir século XIX e XX, buscámos, na tese, conhecer o contributo dos nomes femininos, no Brasil e em Portugal, para o enriquecimento literário e jornalístico, através do género cronístico. Clarice Lispector e Inês Pedrosa inserem-se, deste modo, uma e outra, num amplo espectro de mulheres cronistas, herdando as preocupações, os temas e a própria linguagem das suas antecessoras, mas também ultrapassando essa herança com a originalidade individual. Mais uma vez, se, por um lado, a história do feminismo não está ausente desse contributo, por outro, não esgota nem limita a expressão cronística de ambas as autoras. Os temas variados contemplados nas duas antologias em presença testemunham essa amplitude de mundos e olhares cronísticos.

Podemos, ainda, perguntar quais as motivações que estiveram na origem da escolha destas autoras para o objecto do nosso estudo.

O primeiro passo deste itinerário deve-se à crença de que, quando escolhermos a literatura como travessia, encontramos as palavras e os autores que estavam guardados para nós e, por certo, eles também nos encontram. Na obra ficcional de Inês Pedrosa, as personagens de *Fazes-me Falta* (2002) instigaram-nos o desejo de desvendar o caminho da "saudade", mergulhar nas possíveis definições de poetas e filósofos, a partir daquelas personagens à margem da ausência,

confrontadas pela morte e pelas questões de género, sob a perspectiva da sociedade portuguesa actual. Foi este o mote da nossa dissertação de Mestrado, possibilidade efectiva para conhecer um pouco mais da literatura contemporânea portuguesa e, principalmente, para, a pretexto da “saudade”, nos deixarmos seduzir pelas palavras escolhidas por Inês Pedrosa.

As crónicas, publicadas no semanário *Expresso*, que eram lidas em páginas esparsas colecionadas por uma prima nossa em Portugal, ou quando conseguimos ter acesso a elas pela internet, foram compiladas, em 2005, no volume *Crónica Feminina*, uma “matéria viva” revestida da força propulsora da cronista, numa galeria de temas que testemunhavam uma escrita comprometida e, por vezes, aguda.

No seu prefácio, somos tocadas pela confissão: “Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Crónica Feminina*, 2005: 14). E, depois, “Tento, através desta modalidade de escrita descendente do imprevisível deus Cronos – o deus do Tempo – pensar livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste” (*ib.*). Sentimo-nos compelida a mergulhar neste caleidoscópio, apurado pela curiosidade da jornalista, misturando-nos ao sentimento da romancista, entre os muitos assuntos que desfilavam pelas crónicas e, nomeadamente, pela sua postura consciente e combativa em relação às questões das mulheres. Que tipo de vozes Inês trazia consigo? De que forma elas foram representativas ou se refletiram na sua escritura? Como se cruzam na actualidade? De que modo a crónica, como género, pode ser um espaço catalisador da sociedade e do seu tempo?

Partindo destas indagações que nos ancoravam, inicialmente, à literatura portuguesa, redescobrimos, com Clarice Lispector, na exposição “Clarice Lispector – A hora da estrela”, em 2007, no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, a “Aventura da palavra”, como bem lembrou o poeta Ferreira Gullar, no título de seu texto, presente no catálogo da exposição, que remete a uma das crónicas de Clarice Lispector, em *A Descoberta do Mundo*: “Sempre tive um profundo senso de aventura, e a palavra profundo está aí querendo dizer inerente. Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (LISPECTOR, 1999: 236).

Leitora de alguns de seus romances, as crónicas, uma compilação póstuma de 1984 e publicadas anteriormente no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1967 e 1973, lidas em conjunto, desafiavam a concepção do género comumente conhecida. Espaço confesso de plágio de seus livros, como se referiu em carta ao filho Paulo Gurgel Valente (*Correspondências – Clarice Lispector*, 2002: 276), desafiaram-nos as palavras de sua crónica “Intelectual? Não”, em aparente desnudamento: “Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou

uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável” (LISPECTOR, 1999: 149). Este enigma estende-se ao espaço cronístico: “uma vez instalada no território familiar de certo gênero, a máquina de escrever clariciana se desloca para a fronteira do desconhecido, confundindo áreas, domínios, esferas, e habitando no fundo a zona de ninguém” (NASCI-MENTO, 2012: 171). No meio desta “ordenada miscelânea”, às indagações metalinguísticas e às afirmações claricianas de que não se considerava uma escritora, encontramos perfis, entrevistas, trechos de seus livros e variados assuntos que elegeram como crónicas (ou não); algumas perguntas motivaram a nossa busca em direcção ao mundo de Clarice: “Sou uma pessoa muito ocupada: tomo conta do mundo” (LISPECTOR, 1999: 275).

Até que ponto as fronteiras entre ficção e jornalismo, rompidas (transgredidas?) por Clarice Lispector, anteciparam ou modularam a crónica enquanto gênero? De que modo este espaço possibilitou as reflexões sobre a génese de sua escrita e a “entrega” à palavra? Como as crónicas do período assinalado se inserem no horizonte das mulheres cronistas? Como esta voz feminina alcançava o leitor(a) e o(a) encontra na actualidade?

Os desdobramentos do universo cronístico de cada cronista, através de seus percursos e relações culturais, sociais e históricas, serão analisados e comparados, com o objetivo de compreendermos como estas vozes femininas, nas literaturas de seus respectivos países e no universo da crónica de autoria feminina, podem encontrar afinidades e diferenças que enriquecem a literatura.

Deste modo, as antologias cronísticas de Clarice Lispector e Inês Pedrosa irão constituir um desafio à indagação dos mundos, dos olhares e dos estilos de duas das mais representativas vozes femininas do Brasil e de Portugal: uma, nas décadas de 60-70 do século XX; outra, no início do século XXI.

Capítulo 1

A Descoberta do Mundo, de Clarice Lispector: uma escrita epifânica

Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada (LISPECTOR, 1999: 134).

A profunda alegria: o êxtase secreto. Sei como inventar um pensamento. Sinto o alvoroço da novidade. Mas bem sei que o que escrevo é apenas um tom (LISPECTOR, 1973: 29).

Clarice Lispector foi muitas vezes associada ao mistério. Quando buscamos informações sobre o seu percurso biográfico, percebemos, logo de início, como a questão da identificação de seus documentos, com discussões em torno de sua origem e data de nascimento, e as versões da certidão de nascimento, suscitaram indagações sobre sua origem e acompanhariam sua trajetória.

Na crônica de 14 de Novembro de 1970, publicada no *Jornal do Brasil* com o título de “Esclarecimentos – Explicação de uma vez por todas”, temos uma das respostas de Clarice ao assunto: “Vou esclarecer de uma vez por todas: não há mistério que justifique mitos, lamento muito. E a história é a seguinte: nasci na Ucrânia, terra dos meus pais. Nasci numa aldeia chamada Tchechelnik, que não

figura no mapa de tão pequena e insignificante” (LISPECTOR, 1999: 319-320). Esta resposta aos leitores e aos mitos, em torno de sua procedência, é acrescida de resumido roteiro autobiográfico. Porém, destacamos duas informações que consideramos como traços ou tons, que ajudam a compor o seu perfil: a primeira, na continuidade de sua resposta, é a declaração amorosa de “sua” nacionalidade: “Sou brasileira naturalizada, quando, por uma questão de meses, poderia ser brasileira nata. Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor” (LISPECTOR, 1999: 320); a segunda é a confirmação do “mistério”, que supõe sua trajetória como “ser”, e finaliza a crónica que iniciou como via de esclarecimento: “O que não será jamais elucidado é o meu destino. Se minha família tivesse optado pelos Estados Unidos, eu teria sido escritora? [...] Escreveria sobre quê? O quê amaria? [...] Mistério” (*Ib.*, Grifo nosso).

Clarice, no exercício de sua literatura e no curso de sua vida, indagava-se e indagava a própria vida e literatura. Segundo José Castello, no prefácio de *Clarice na Cabeceira/Romances*, quando perguntaram à escritora a respeito do título que ela daria à sua autobiografia. “A resposta foi sucinta, mas, como sempre mortal: ‘À procura da própria Coisa¹’ A coisa – o mundo real, neutro e indiferente às construções humanas, nisso incluía a própria literatura [...]” (CASTELLO, 2011: 9). E ainda enfatiza: “Viveu, como ela mesma definiu, para buscar o que se esconde ‘atrás do pensamento’. Não foi pouco a que se propôs” (*Ib.*).

Para Castello, “Seu pensamento se voltava não para as palavras, mas para aquilo que sob elas se camufla, aquilo que elas, ao invés de mostrar, ocultam. Em resumo: pensadora do impensável” (*Ib.*: 10).

A partir dos treze anos, Clarice, torna o acto da escrita um compromisso para si, a lembrança e reflexão deste marco literário em sua vida, que compartilhou na crónica “Escrever”, no *Jornal do Brasil*, em 9 de Maio de 1970:

Quando conscientemente, aos 13 anos de idade, tomei posse da vontade de escrever – eu escrevia quando era criança, mas não tomara posse de um destino – quando tomei posse da vontade de escrever, vi-me de repente num vácuo. E neste vácuo não havia quem pudesse me ajudar. Eu tinha que eu mesma me erguer de um nada, tinha eu mesma que me entender, eu mesma inventar por assim dizer a minha verdade. Comecei, e nem sequer era pelo começo [...] Era tudo feito em tal segredo. Eu não contava a ninguém, vivia aquela dor sozinha (LISPECTOR, 1999: 86).

¹ Em sua entrevista para Marina Colasanti, Afonso R. de Sant’Anna e João Salgueiro, colhida no Museu da Imagem e do Som (RJ), em 20 de Outubro de 1976, Clarice refere-se “à coisa”: “[...] eu não escrevo como catarse, para desabafar. Eu nunca desabafei num livro. Para isso servem os amigos. Eu quero a coisa em si” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 229).

O nascimento desta escrita e a inserção deste “eu” clariciano emergem de decidido esforço e comprometimento da escritora, que sua obra testemunharia, para Wander Miranda, que considera a obra da autora entre as mais importantes criações literárias do século XX:

Nela se encerram questões fundamentais do ser humano. A característica principal talvez seja a entrega à palavra como modo de dar forma ao informe, ao que a palavra não consegue expressar e, no entanto, só pode, paradoxalmente, ser expresso por meio dela (BRANT *apud* MIRANDA *in* *Estado de Minas*, 10 de Dezembro de 2012).

A pluralidade de considerações sobre a obra e a escritora, advém das “leitur-
ras” possíveis deste “contrato” com o mundo, em aparentes despojamentos. Ainda poderíamos recorrer às palavras de Evando Nascimento, para nos ajudar a compreender, também, outra razão da sedução que envolve sua escrita: “*Quase*, eis a marca da ficção clariciano, entre filosofia e literatura, sem se fixar em nenhuma dessas instituições discursivas, mais além. Pensante, absolutamente pensante [...]” (NASCIMENTO, 2012: 55-56).

O catálogo da peça “Simplesmente eu, Clarice Lispector”, com textos de Clarice e encenada pela atriz Beth Goulart, que adaptou a sua obra para o teatro, adverte os leitores e espectadores:

É impossível ler Clarice Lispector e não enxergá-la. Ela esboça, através de sua literatura, um percurso irreversível em direção à primeira pessoa, ao texto confessional, ao “eu”, acabando por se transformar no personagem central dos seus escritos. Como diria o ensaísta Harold Bloom: não existe literatura, só autobiografia (“Simplesmente eu, Clarice Lispector”, *Self Produções*).

Retornando à origem de Clarice, concordamos com Benjamin Moser, em recente biografia da escritora, sobre o desconhecimento do contexto em que se originou Clarice Lispector pela maioria de seus leitores. Referindo-se às suas raízes, em minuciosa pesquisa, temos nas palavras abaixo transcritas, e sob o ponto de vista do escritor, um trecho que enuncia parte destas informações referentes à origem da escritora:

Ela emergiu do mundo dos judeus da Europa ocidental, um mundo de homens santos e milagres que já havia experimentado seus primeiros anúncios de danação. Trouxe a ardente vocação religiosa daquela sociedade agonizante para um novo mundo, um mundo em que Deus estava morto. Como Kafta, ela se desesperou; mas, à diferença de Kafta, acabou, de modo atormentado, bracejando em busca do Deus que a abandonara. Narrou sua busca em termos que, como os de Kafta, apontavam necessariamente para o mundo

que ela deixara para trás, descrevendo a alma de uma mística judaica que sabe que Deus está morto, mas que, no tipo de paradoxo que perpassa toda a sua obra, está determinada a encontrá-Lo mesmo assim. A alma exposta em sua obra é a alma de uma mulher só, mas dentro dela encontramos toda a gama da experiência humana (MOSER, 2009: 17).

Nascida no meio da fuga de seus pais, decorrente de uma guerra civil na Ucrânia, Clarice Lispector nasceu em 10 de Dezembro de 1920, terceira filha, após Elisa e Tania. Seus pais, Pinkhas e Mania, eram judeus, e no período que antecedeu a emigração, os judeus, desde a eclosão da primeira guerra, eram perseguidos, situação que se agravou com os chamados *progons* e uma série de ataques à população judaica, que, de acordo com o relato de Benjamin Moser e o depoimento da irmã mais velha de Clarice, Elisa, nascida Leah, vitimaria também a mãe, que, após sofrer uma violação, teria contraído sífilis. Naquele momento de fuga da família, a concepção de Clarice, era atribuída à crença local de que a doença poderia ser curada com a gravidez.

Chaya Pinkhasovna Lispector nasceu nestas circunstâncias conflituosas. Saindo da Ucrânia, ainda atravessaria o rio Dniester em direção à actual Roménia, passaria por Budapeste, Praga e Hamburgo. De posse de passaporte russo, a família Lispector embarcaria no navio brasileiro *Cuyabá*, e aportariam em Maceió, capital de Alagoas, em Março de 1922. Chaya, que em hebraico significa “vida”, se tornaria Clarice no Brasil, o nome recebido em Tchechnik “[...] desapareceria reaparecendo apenas em hebraico em sua lápide tumular, e mantendo-se pouco conhecido no Brasil até décadas depois de sua morte” (MOSER, 2009: 57).

Seus pais também mudariam de nome, passando a chamar-se Pedro e Marieta; Leah tornou-se Elisa; apenas Tania manteve o mesmo nome. A família permanece em Maceió por três anos. Deste solo que acolheu Clarice temos as palavras do poeta e ficcionista alagoano Lêdo Ivo, sobre Clarice Lispector:

[...] Com a sua etimologia de claridade e espectro luminoso, parece ter nascido, como uma flor, do próprio chão alagoano, ou das dunas ondulantes junto ao mar. Era um nome de luz e esplendor – e, por toda a vida, ela Clarice Lispector, haveria de portá-lo como se fora um radioso pseudônimo. [...] Não haverá decerto, uma explicação tangível e aceitável para o mistério da linguagem e do estilo de Clarice Lispector. A estranheiridade de sua prosa é uma das evidências mais contundentes de nossa história literária e, ainda, da história de nossa língua. Essa prosa fronteiriça, emigratória e imigratória, não nos remete a nenhum dos nossos antepassados preclaros (IVO, 2004: 48).

Em 1925, os Lispector mudaram-se para Recife e a cidade também testemunharia o fim do sofrimento de Mania Krimgold Lispector. Marieta faleceu em 21 de Setembro de 1930, quando Clarice se encontrava com dez anos. Este período é lembrado por Clarice, em entrevista: “Minha mãe era paralítica e eu morria de sentimento de culpa, porque pensava que tinha provocado isso quando nasci. Mas disseram que ela já era paralítica antes... Nós éramos bastante pobres” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 204-205). Outras lembranças marcariam sua infância e as letras:

[...] quando a prendi a ler, devorava os livros, e pensava que eles eram como árvore, como bicho, como coisa que nasce. Não sabia que havia um autor por trás de tudo. Lá pelas tantas eu descobri que era assim e disse: “Isso eu também quero”. No *Diário de Pernambuco*, às quintas-feiras, publicavam-se contos infantis. Eu cansava de mandar meus contos, mas nunca publicavam, e eu sabia por quê. Porque os outros diziam assim: “Era uma vez, e isso e aquilo...” E os meus eram sensações (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 206).

Aos nove anos, ela havia escrito uma peça em três actos, *Pobre Menina Rica*, mas escondeu-a, por vergonha, como confessou na mesma entrevista, e os originais foram perdidos. Foi em Pernambuco que Clarice iniciou seus estudos, no Grupo Escolar João Barbalho, e, no terceiro ano primário, seria matriculada no Colégio Hebreo-Idisch-Brasileiro. Aos doze anos, passaria a estudar no Ginásio Pernambucano, até ao terceiro ano ginasial, quando mudaria para o Rio de Janeiro, em 1935.

Na capital, estuda inicialmente no Colégio Silva Leite, ingressa no curso complementar de Direito, entrando para a Faculdade, em 1939, após passar em primeiro lugar no exame de habilitação, e termina o curso em 1943. Mas o entusiasmo inicial foi substituído pela constatação: “No terceiro ano eu reparei que nunca lidaria com papéis e que minha idéia – veja o absurdo da adolescência – era estudar advocacia para reformar as penitenciárias” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 208).

Neste intervalo, o ano de 1940 marcaria a entrada de Clarice Lispector na Agência Nacional, órgão responsável pela divulgação da notícia na imprensa, que se havia vinculado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em plena vigência da ditadura do Estado Novo. Clarice havia sido indicada por Lourival Fontes², director do DIP. Apesar disto, este seria seu passo inicial em direcção

² Segundo Benjamin Moser, “Lourival Fontes era eminência parda de Getúlio Vargas, a cargo do departamento de Imprensa e Propaganda, o órgão que, por meio, de «sedução, suborno e coerção», controlava a imprensa brasileira. Ele ajudou certos judeus refugiados, incluindo Stefan Zweig, o filólogo húngaro Paulo Rónai e o editor francês Max Fischer, ainda que tenha fechado jornais

às actividades jornalísticas, para, depois, ser transferida para a redacção do jornal *A Noite*, onde trabalhou como repórter, sendo uma das primeiras mulheres a trabalhar nos locais mencionados. Entre os colegas de redacção, estavam Octávio Thyrso, Antonio Callado, José Condé e Lúcio Cardoso, escritor talentoso, que exerceria influência sobre a vida literária de Clarice, num misto de amizade e paixão.

Em 25 de Maio de 1940, publicaria seu primeiro conto, *Triunfo*, no periódico *Pan*, que circulou de 1935 a 1940, embora tenha havido divergências quanto ao lugar desta publicação, tendo sido atribuído inicialmente à revista semanal *Vamos Lêr!*, que pertencia ao mesmo grupo de *A Noite*, onde Clarice havia submetido seus contos ao director Raymundo Magalhães Junior. Segundo Nádía Gotlib, de qualquer modo, a revista

[...] publicará os seus textos subsequentes: o conto “Eu e Jimmy” (10 de out. 1940), uma entrevista com Tasso da Silveira (19 dez. 1940), o conto “Trecho” (9 jan. 1941), uma tradução de “O Missionário” (6 fev. 1941), e a reportagem intitulada “Uma Visita à Casa dos Expostos” (8 jul. 1941) (GOTLIB, 2009: 175).

Ironicamente, no mesmo ano, 1940, foi surpreendida pela perda de seu pai: “Depois de uma vida marcada pela pobreza e exílio, pelo martírio de sua esposa amada e pela luta incessante para criar e encaminhar suas filhas num país completamente estrangeiro, ele morreu aos 55 anos” (MOSER, 2009: 146).

Estas e outras produções e as publicações de “Onde se Ensinará a Ser Feliz”, em 19 de Janeiro de 1941, no *Diário do Povo*, em Campinas, e “Cartas a Hermengardo”, no semanário *Dom Casmurro*, 14 de Junho, 26 de Julho e 30 de Agosto de 1941, além de outros contos que foram enviados para um concurso da livraria e editora José Olympio, mas não chegaram a ser publicados, acontecem simultaneamente, com sua actividade jornalística. “Além da contemporaneidade da produção, efetiva-se um intercâmbio de recursos entre tais modos de trabalhar a linguagem – o literário e o jornalístico – que se autocomplementam” (GOTLIB, 2009: 177).

Em 1943, Clarice casou-se com seu colega de Faculdade, Maury Gurgel Valente, terminou seu curso de Direito e publicou seu primeiro romance, *Perto do Coração Selvagem*, escrito ainda em 1942, de Março a Novembro, quando ainda era solteira. Seu primeiro leitor foi Lúcio Cardoso, a quem mostrou as anotações esparsas: “Ele disse: «Depois faz sentido, uma está ligada à outra». Aí eu fiz. Estas folhas «soltas» deram *Perto do Coração Selvagem*” (SANT’ANNA;

judéus” (MOSER, 2009: 147). No mesmo ano em que admitiu Clarice Lispector, ele casar-se-ia com a poetisa e jornalista Adalgisa Nery.

COLASANTI, 2013: 212-213). O livro, recusado pela editora José Olympio, foi publicado pela editora da empresa *A Noite*.

Em torno da personagem Joana, constroem-se os capítulos, alternados pelo presente e pelo passado, num percurso que acompanha desde a infância até à maturidade a

[...] personagem estranha, enfocada sempre a partir de uma procura de verdade interior, ou seja, de uma identidade de *mulher* e de *ser* na sua complexidade – como ser humano, vestido com as capas da civilização e delas despido, como ser animal, livre e selvagem (GOTLIB, 2009: 192).

Perto do coração Selvagem recebeu o “Prêmio da Fundação Graça Aranha de 1943”, numa época em que o regionalismo e os problemas sociais predominavam na narrativa literária. Foi bem recebido pela crítica e sobre ele escreveram Sérgio Millet, Antonio Candido, Lúcio Cardoso, Lauro Escorel, entre outros.

No ano seguinte, Clarice acompanha o marido diplomata ao exterior, num período de quase dezasseis anos, durante os quais vive na Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos. Seus filhos Pedro (1948) e Paulo (1953) nascem na Suíça e nos Estados Unidos, respectivamente. Corresponde-se com Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Lúcio Cardoso.

O Lustre, segundo romance da autora, é publicado em 1946 e o seguinte, *Cidade Sitiada*, em 1949. Em 1950, durante o intervalo entre a Suíça e a futura residência na Inglaterra, Clarice e a família passam uma temporada no Rio de Janeiro, época em que escreve os contos “Amor”, “Começo de uma fortuna” e “Uma Galinha”, os quais, juntamente com outros contos escritos na Europa, “Mistério em São Cristovão”, “Laços de família” e “O jantar”, seriam publicados em 1952, com o título *Alguns Contos*, pelo Serviço de Documentação do Ministério e Cultura.

O Suplemento Letras e Artes, do jornal *A Manhã*, que havia publicado em 13 de Outubro de 1946, os contos “O crime” e “O jantar”, divulgaria outros inéditos da autora, “Noite na montanha” e “Medo de errar”, publicados em Janeiro e Julho de 1950.

Depois de passar seis meses na Inglaterra, Clarice iria morar nos Estados Unidos. Antes, porém, recebe o convite de Rubem Braga, antigetulista, para colaborar no jornal *Comício*, no Rio de Janeiro, como responsável de uma página feminina, denominada “Entre mulheres”. Nos escritos jornalísticos, Clarice experimentaria a heteronímia, nesta coluna, com o nome de Tereza Quadros, em 15 de Maio de 1952:

Em pequenos textos, Teresa Quadros vai compondo o universo feminino das leitoras dos anos 1950. Sugere, insinua, comenta, revela. Tudo com muita

delicadeza. Sutilmente. Faz recortes, colagens de um cotidiano com o qual a leitora deve, antes de mais nada, se identificar (NUNES, 2006: 120).

A coluna tinha cinco secções: “Aprendendo a Viver”, “Conselhos de minha Vizinha”, “Será que Você Sabe?”, “O que Você não Deve Usar” e “Baú de Mascate”. Compunha-se de textos, fotografias e desenhos. E, segundo Aparecida Nunes, reunia assuntos sobre:

[...] beleza, decoração, moda, comportamento, análise de personalidade, conselhos, receitas, segredos, notícias e crônicas/contos [...] em meio a variados textos que compõem esse verdadeiro “bazar asiático” que é a coluna de Tereza Quadros, uma crônica sempre é o destaque da página. Quer seja pelo conteúdo, quer seja pela localização privilegiada na diagramação. O fato é que a crônica da coluna transforma-se em pretexto para uma conversa com a leitora, um comentário sobre algum assunto em evidência ou sobre a moda, algumas vezes, e, em outras, espaço para exercício literário (NUNES, 2006: 177).

As crônicas, em sua grande maioria, são assinadas por Tereza Quadros, havendo uma de Clarice Lispector. Nos textos das crônicas de Teresa Quadros, há trechos de livros de Bernard Shaw, Katherine Mansfield e Virginia Woolf. Com o título de “Um retrato de mulher”, destaca Bernard Shaw, cita Sarah Bernhardt como mulher ideal, enfatizando a atriz e diva perfeita. A inserção de Mansfield não se dá por acaso. Com o primeiro pagamento que recebe com seu trabalho jornalístico, ela compra *Felicidade*, obra da autora por quem sente atracção inicial pelo título e, depois, encantamento:

Folheei quase todos os livros dos balcões, lia algumas linhas e passava para outro. E de repente, um dos livros que abri continha frases tão diferentes que fiquei lendo, presa, ali mesmo. Emocionada, eu pensava: mas este livro sou eu! E contendo um estremeamento de profunda emoção, comprei-o. Só depois vim a saber que a autora não era anônima, sendo, ao contrário, considerada um dos melhores escritores de sua época: Katherine Mansfield (LISPECTOR, 1999: 453).

Esta descoberta seria assunto da crônica publicada em 24 de Fevereiro de 1973. Porém, naquele momento, o propósito era destacar a personagem Linda e, a seu pretexto, a discussão sobre o destino comum das mulheres. Assim como, Virginia Woolf, nos trechos de “Um teto todo seu”, que defende o espaço da mulher e de sua escrita. Mas, “Tereza Quadros não faz da sua página uma tribuna explícita de denúncias sobre a condição feminina [...] ao emprestar o discurso de outrem, principalmente selecionando falas de mulheres, aponta, de

maneira discreta, caminhos que são questionadores para sua leitora (NUNES, 2006: 189).

A coluna “Entre mulheres” também foi espaço para contos. “Um dia cheio” foi assinado por Tereza Quadros e outro conto, “Hora em que começa o domingo”, sem sua assinatura, inédito, que mantém o estilo de Clarice Lispector, na proximidade do fim das publicações do *Comício*, em 17 de Outubro de 1952.

Antes do término de *Comício*, Clarice já se encontrava em Washington, nos Estados Unidos. Só retornaria para o Brasil em 1959, com os dois filhos e separada de Maury, trazendo consigo dois livros que ansiava publicar: o romance *A Maçã no Escuro* e os contos cuja colectânea seria, posteriormente, intitulada *Laços de Família*. Os dois livros, guardados já algum tempo, encontravam dificuldade em encontrar editores interessados, com a evidência imperante do “realismo socialista”. Antes da sua chegada ao Brasil, havia recebido o convite do jornalista Paulo Francis para participar na revista *Senhor*, onde irá anteciper a publicação de contos de *Laços de família*, entre eles, “Feliz aniversário”, “Uma Galinha”, “O búfalo”, com destacado reconhecimento de seus leitores e dos média. Esta colaboração, iniciada em Março de 1959, estender-se-ia a Janeiro de 1964, passando, a partir de 1962, a assinar também uma coluna mensal da revista *Children’s Corner*, onde se encontravam crônicas, impressões e reflexões a respeito do universo infantil. Posteriormente, mudaria para a secção “Sr. & Cia”.

Ainda em 1959, Clarice retoma as suas publicações dirigidas ao público feminino no *Correio da Manhã*, quando escreve para a coluna feminina, patrocinada pela Pond’s, “Correio Feminino – Feira de Utilidades”, assinando como Helen Palmer.

Helen Palmer fazia parte de um plano publicitário, traçado por Lourdes Gonçalves, para promover um dos cremes da Pond’s. A indicação não poderia ser feita explicitamente, mas através dos conselhos sugeridos na secção feminina. As leitoras fariam uma associação de ideias com o produto anunciado no mesmo jornal. Na secção “Feira de Utilidades”, a colunista sugere, de forma pedagógica, os comportamentos e posturas que a mulher moderna deveria ter em relação a muitos aspectos, como o casamento, o trabalho fora de casa, os cuidados e as dicas de beleza, o comportamento social, a elegância e discrição e muitos outros assuntos. Estes temas ocorriam em meio a receitas de cozinhas, narrativas amorosas e trechos de filósofos, ou versos e frases de escritores, nacionais ou estrangeiros.

No texto de abertura da secção, em 21 de Agosto de 1959, Helen Palmer conversa com as leitoras, no texto intitulado “Uma Mulher esclarecida”:

Uma ‘mulher esclarecida’ não é, como algumas querem fazer crer, e muitos

homens sabidos teimam em convencê-las [...] é a mulher que se instrui, que procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro do seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca mimada [...] Ela estuda, lê, ela é moderna e interessante sem perder os atributos de mulher, de esposa e de mãe [...] É Mulher (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1959).

Helen Palmer “[...] reproduzia a ideologia recém-criada para transformar as mulheres dos novos produtos lançados pela economia do pós-guerra” (NUNES, 2006: 241); mas deixava entrever a Clarice Lispector que conhecia os requisitos da diplomacia, além de possuir uma personalidade discreta e elegante.

Em Abril de 1960, no *Diário da Noite*, ela teria uma terceira participação, sob outro nome, Ilka Soares. Porém, esta pessoa existia, era uma atriz muito bonita. Clarice, a convite do jornalista Alberto Dines, foi sua *ghost writer*. A coluna “Só para Mulheres”, além da assinatura da atriz, trazia seu rosto estampado, com o objectivo de aproximar o mundo das estrelas e o quotidiano comum das leitoras. E, diferentemente, preocupava-se mais com a aparência, restringindo os assuntos à moda, beleza e culinária. A coluna obteve sucesso, com cuidadosa dedicação de Clarice, que tinha acesso às revistas de moda estrangeiras, compondo a coluna com fotografias e ilustrações.

Laços de Família, finalmente, é lançado, com aclamada repercussão, na Livraria Francisco Alves, em 1960, e logo alcança sua segunda edição. Um ano depois, em Julho de 1961, seria a vez de *A Maçã no Escuro* e, pela primeira vez, a personagem masculina, Martin, seria o protagonista, o qual narra a sua fuga, depois de acreditar que matara a esposa. O romance recebe o Prémio Carmen Dolores, em São Paulo, pelo melhor livro publicado em 1961.

O livro de contos *Legião Estrangeira* e a novela *A Paixão segundo G. H.* surgem em 1964. Esta, segundo a própria Clarice, parece contradizer aquele momento em que vivia: “É curioso, porque eu estava na pior das situações, tanto sentimental como de família, tudo complicado, e escrevi *A Paixão...*, que não tem nada a ver com isso, não reflete” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 228). Neste comentário, referia-se a um momento difícil da sua vida, o casamento do ex-marido com Isabel, filha do diplomata Vasco Leitão da Cunha, facto que ela não esperava. O romance, que narra a história de uma escultora, de classe alta, e seu encontro com uma barata, também surpreenderia a escritora: “[...] fugiu do controle quando eu, por exemplo, percebi que a mulher G.H. ia ter que comer o interior da barata. Eu estremeci de susto” (*ib.*: 229).

Em 1966, Clarice é vítima de um incêndio produzido pelo seu cigarro. Sem perceber que dormira, acordou com as chamas nas cortinas próximas da sua cama. Foram três meses no hospital, com cirurgias e enxertos, e muitas “cicatrizes”

deixadas pelas queimaduras. O ano seguinte, 1967, trazendo-lhe mais sorte, permitiria a sua estreia na literatura infantil, com *O Mistério do Coelho Pensante*, um livro que havia escrito a pedido do filho Paulo, ainda em Washington, o qual ganha o Prémio Calunga de melhor livro infantil do ano.

Um segundo convite de Alberto Dines daria a Clarice a ocasião de se iniciar na carreira de cronista, no *Jornal do Brasil*, em 19 de Agosto de 1967. Foram mais de trezentas crónicas durante sete anos, assinando a coluna de sábado no *JB*. E foi parte destas publicações que originou *A Descoberta do Mundo*, publicado em 1984. Este volume, segundo Aparecida Nunes, no prefácio de *Clarice na Cabeceira – Jornalismo*, “[...] permitiu conhecer um pouco mais o legado de Clarice na imprensa e fez ressurgir a jornalista Clarice” (NUNES, 2012: 17).

Quando Clarice Lispector entrevistou o jornalista Henrique Pongetti para a *Manchete*, em 28 de Setembro de 1968, ele acabara de deixar o seu ofício de cronista, que desempenhara durante trinta e dois anos no jornal *O Globo*. Clarice pergunta-lhe que conselhos lhe daria, ela que havia iniciado há pouco o mesmo labor. Ele responde que não podia dar conselhos a uma romancista que dominava a prosa como ela, dando, na frase seguinte, a constatação reveladora: “As suas crónicas que tenho lido indicam a um velho cronista um caminho novo. Suas crónicas têm a qualidade literária que às vezes falta à nossa prosa contaminada pelo espírito jornalístico” *Revista Manchete*, 28 de Setembro de 1968).

A continuidade desta entrevista e da temática da crónica, ainda apontaria para outro ponto importante da inserção destas crónicas no tempo e posterior colectânea, a questão da autobiografia que surge diante da pergunta de Clarice sobre se as crónicas poderiam ser auto-reveladoras:

Isso tem acontecido no decorrer de minha carreira de cronista. Acabamos quase sempre na autobiografia, na autoanálise. Muita gente me pergunta porque não escrevo memórias. Aí eu procuro lembrar a minha vida e descubro que já contei tudo em tantos anos de crónica (*lb*).

Deste ponto de vista, Benjamin Moser analisa e descreve o papel das crónicas de Clarice no *Jornal do Brasil* e a escolha de seus temas:

Clarice não abandona muito de seus velhos temas metafísicos, mas também registrava sua vida de mãe e dona de casa em termos diretamente pessoais. “Acho que se escrever sobre o problema da superprodução do café terminarei sendo pessoal”, disse ela numa coluna. Escrevia sobre seus filhos, seus amigos, suas empregadas, sua infância, suas viagens, de tal maneira que *A Descoberta do Mundo*, a reunião póstuma das colunas, é o que Clarice deixou de mais parecido com uma autobiografia (MOSER, 2009: 417).

O ano de 1968 foi movimentado para Clarice Lispector, paralelamente ao seu trabalho no *Jornal do Brasil*. Escreve crónicas para a revista *Jóia*, quinzenalmente

publicada, com assuntos relacionados com a mulher contemporânea, e na secção de literatura, com outros nomes importantes, entre os quais Eneida e Dinah Silveira de Queiroz. Além desta revista, colaborava com suas entrevistas para a revista *Manchete*, com a secção "Diálogos Possíveis com Clarice Lispector".

Na crónica do dia 6 de Abril de 1968, no *Jornal do Brasil*, uma nota final "Estou solidária, de corpo e alma, com a tragédia dos estudantes do Brasil" (LISPECTOR, 1999: 93), sinalizaria a futura participação da escritora na "Passeata dos Cem Mil", em 26 de Junho de 1968. O estopim, no cenário da ditadura militar do Brasil, havia sido a morte de um estudante apolítico, que fora baleado em função de sua participação, junto com outros estudantes pobres, que reivindicavam melhor atendimento num restaurante subsidiado, com nome de Calabouço. Clarice integraria uma comissão, que se dirigiu ao governador Negrão de Lima, em protesto contra a violência imputada pela polícia contra os estudantes, em 21 de Junho de 1968, entre artistas, escritores, jornalistas e nomes relevantes da cultura do país, como Zuenir Ventura, Oscar Niemeyer, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Nara Leão, Odete Lara, tendo como porta-voz Hélio Pellegrino.

A "Passeata dos cem mil" aconteceria cinco dias depois, abençoada pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Mesclava padres, freiras, artistas e muitos outros. O jornal *Última Hora*, que publicou o acontecimento no dia seguinte, trouxe, entre as fotografias, Clarice Lispector e, abaixo, a manchete: "MARCHA DA LIBERDADE TOMA CONTA DA CIDADE".

No ano de 68, publica seu segundo livro para crianças, *A Mulher que Matou os Peixes*, baseado num facto ocorrido com os peixes de seu filho mais velho, Pedro, que, para tristeza de Clarice, sofria de esquizofrenia. Ainda no mesmo ano, escreveu o romance *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, publicado em 1969, premiado com o Golfinho de Ouro do Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro.

O romance, que se inicia com uma vírgula, é "[...] centrado nos dilemas do desejo e na busca do contato humano [...]" (CASTELLO, 2011: 12) e construído a partir das duas personagens, Ulisses e Lóri, tecendo as relações entre um homem e uma mulher, com seus afastamentos e aproximações, num jogo de espelhos. O percurso de Lóri traz as ressonâncias amorosas de Clarice e "*Uma Aprendizagem* é a tentativa de Clarice de descobrir justamente como duas pessoas podem se unir" (MOSER, 2009: 437), a qual, ainda que de forma diferente, havia experimentado esse sentimento com Lúcio Cardoso, Maury e Paulinho³.

³ "Por volta de 1962, Clarice começou seu último caso amoroso com o poeta e jornalista Paulo Mendes Campos, conhecido como Paulinho. Ela conheceu-o desde a época de *Perto do Coração Selvagem*, quando se aproximou de Fernando Sabino e seus amigos de Minas Gerais" (MOSER, 2009: 368-369).

Felicidade Clandestina é o título da obra e do primeiro conto que inicia a colectânea, em 1971. O conto já havia sido publicado como crónica, no Caderno B, do *Jornal do Brasil*, em 1967. Além deste, outros contos também ocuparam o espaço da crónica, no *JB*, e também fazem parte de *A Descoberta do Mundo*. Entre eles, seleccionamos: “Resto de carnaval”, em 16 de Março de 1967; “Uma história de tanto amor”, em 10 de Agosto de 1968; “O ovo e a galinha”, com o título de “Atualidade do ovo e da galinha”, dividido em três crónicas, nos dias, 5, 12 e 19 de Julho de 1969; “Miopia Regressiva”, na sequência de duas crónicas, de 1 e 8 de Agosto de 1968. Outros contos, omitidos aqui, constituíram, assim como as crónicas, um exercício literário da escritora.

O romance “*Água Viva*”, que anteriormente tinha o título de *Objeto Gritante*, é publicado em 1973. A obra inquietava a escritora, que teve dúvida se deveria publicá-la, já que a considerava “[...] ruim, porque não tinha história, porque não tinha trama” (SANT’ANNA; COLASANTI, 2013: 219). Publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, em 9 de Setembro de 1973, o texto de Bruno Paraíso analisa a obra:

Água Viva – um estranho exercício de ficção, que ela não chamou nem de romance nem de novela, mas simplesmente de ficção. Todo narrado na primeira pessoa, ele não tem uma história nem personagens. No lugar dos fatos, as sensações provocadas por eles. É a narração das vivências, numa linguagem carregada de poesia (PARAÍSO, 2011: 81).

Ainda em 1973, *A Imitação da Rosa* reunia outros contos de Clarice Lispector. Em 1974, surgem dois volumes de contos, *A Via Crucis do Corpo* e *Onde Estivestes de Noite*, ao lado de *A Vida Íntima de Laura*, seu terceiro livro de literatura infantil, num ano que se iniciara difícil para Clarice, sumariamente despedida d’*O Jornal do Brasil*, em 2 de Janeiro de 1974. O jornal, que sempre tivera um posicionamento pró-judaico e sionista, muda sua postura durante o governo Geisel, que apoiava as nações árabes. Seu dono, Nascimento Brito, já não podia mostrar qualquer oposição, pois poderiam contrariar seus interesses de empresário. Sem revelar as razões temidas, ele resolveu despedir os judeus contratados por Alberto Dines, como forma de aproximação com Geisel.

Via Crucis do Corpo e *Onde Estivestes de Noite* foram escritos por encomenda de seu editor Álvaro Pacheco, que havia sugerido um “assunto perigoso” – sexo. Isto, de certa forma, obrigava sua prosa a enveredar por outro caminho, num momento em que se afastara do jornal. Mas, apesar das críticas da época, contribuiu para a sua notoriedade.

Em 1975, Clarice fazia muitas traduções de autores como Agatha Christie, E. Allan Poe, Pascal Lainé e outros. Era uma forma de aumentar sua renda, prove-niente, também, de publicações de seus textos em outros periódicos. E publicaria

Visão do Esplendor, com textos do *Jornal do Brasil* e da revista *Senhor*, e *De Corpo Inteiro*, que reúne trinta e cinco entrevistas da autora. Em Dezembro de 1976, ela retoma um trabalho que havia feito na revista *Manchete*, as entrevistas, retornando para o mesmo grupo, na revista *Fatos & Fotos*. Continua, também, a escrever para a revista feminina *Mais*.

A Hora da Estrela, em 1977, traz a história de Macabéa, uma protagonista pobre de Alagoas, local que evoca o início do percurso de Clarice no Brasil, e Olímpico de Jesus, igualmente nordestino, que vivem no Rio de Janeiro, última estação deste percurso. Treze títulos antecipam a narrativa, num roteiro interrompido apenas entre o quarto e o quinto títulos, com a assinatura de Clarice Lispector. Um dia antes de seu aniversário, em 9 de Dezembro, ela encaminha-se em direcção ao berço das estrelas, falecendo no Rio de Janeiro.

Com o aparecimento de Clarice, como sublinhou Lúcia Helena Viana, tivemos um

[...] evento, um acontecimento novo que promove mudanças e altera rumos [...]. Ao mesmo tempo que vem se inscrever dentro de um conjunto de produtoras de literatura, publica com continuidade singular, em linguagem inusitada, que transgride a tradição da ficção brasileira [...] sua escritura cava angustiosamente nas entranhas de si mesma o significante de autoria para a mulher [...] atinge um público diferenciado, mas virtualmente produtivo – escritores, críticos, professores, universitários, e interessados não didatas. Este público, certamente se amplia e mais se diferencia a partir do momento em que ela passa a escrever para o *Jornal do Brasil*, o que promove a oportunidade de um diálogo entre a escritora e seus leitores e abre oportunidade para a divulgação da obra refinada, que de modo algum, poderia ser dita popular (VIANA, 1995: 172).

O título das crónicas de Clarice Lispector, publicadas no *Jornal do Brasil*, de 1967 a 1973, aponta para um processo gnosiológico inerente à tarefa cronística.

Retirando tal título da crónica de 6 de Julho de 1968, o assunto em questão, ligado à experiência da descoberta da sexualidade, na adolescência, é ampliado, no contexto geral da obra editada, de modo a abranger toda uma visão do mundo, inerente ao múnus cronístico. O filtro da cosmovisão clariciana parece, assim, ficar associado à “delicadeza”, por um lado, e à “grossura de camponesa que é o que me salva” (LISPECTOR, 1999: 114), por outro, na diligência perscrutadora, condicionada pelo “pudor apenas feminino” (*Ib.*: 115), do mistério da vida, na janela semi-inocente de uma adolescente.

Tal descoberta reenvia intertextualmente para o primeiro livro bíblico, o do *Génesis*, ou das origens, no qual a inocência mítica do primeiro par humano também se confronta em mistério que se revela dolorosamente, numa consciência

de falha ou incompletude, à qual a teologia denominou pecado, na metáfora incômoda da nudez, que se passa a cobrir, por pudor e vergonha (cf. *Gen.*, 3, 7), como se o mistério da vida não derivasse da colaboração directa com o próprio acto criador: *Façamos o homem à nossa imagem e semelhança* (*Gen.*, 1, 26).

Descobrir o encoberto faz parte do processo gnosiológico de todo o ser humano, mormente no período infante-juvenil, processo que faz interagir o mundo interior e o mundo exterior, num acto único e recíproco: quanto mais descubro o outro, mais me descubro a mim próprio(a). Daqui o desígnio oracular de Delfos, umbigo do mundo, para o qual aponta Protágoras a Sócrates: *gnôthi sautón, conhece-te a ti mesmo* (PLATÃO, *Protágoras*, 343 b).

A Palavra escrita torna-se, assim epifânica (cf. SANT'ANA, 1986), isto é, reveladora, numa associação sagrada entre *mythos* e *logos*, como o Prólogo do IV Evangelho, em profunda ligação intertextual com o Livro do *Génesis*, configura: "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. [...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (*Jo.*, I, 1, 14).

De modo análogo, Calipso, filha de Atlas, a deusa que recobre (do verbo *kalyptô*, cobrir, esconder), incarna a ciência, a astronomia e a astrologia, longamente confundidas⁴ (cf. BUFFIÈRE, 1973: 388). Ao contrário, Penélope simboliza a filosofia, tecendo a manta que servirá de mortalha a Laertes (cf. *Ib.*: 389): "De ces fils entrelacés sortira un solide tissu. Ainsi, le logicien, en combinant savamment les prémisses pour obtenir des conclusions, tisse les enchaînements de syllogismes" (*Ib.*). Por isso, Ulisses, abandonando Calipso (Cf. *Od.*, V 313-332), troca a ciência pela filosofia: "renoncé à l'étude du monde extérieur pour regarder en lui-même" (*Ib.*: 391).

A obra clariciana, designadamente as suas crónicas, dirige um duplo olhar a tudo o que envolve o mundo da autora: o mundo exterior e o mundo interior. Ao fazê-lo, inscreve-se no imperativo universal da inquirição e da questionação gnosiológicas, como reconhece Aristóteles: "Todos os homens têm o desejo natural de saber" (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 980 a). Arquimedes (*Corpos Flutuantes*, Postulados, 2), ao descobrir a sua famosa lei física da impulsão vertical dos corpos mergulhados num fluido, exultou, exclamando: *eureka* (descobri!). Inscreve-se também na matriz genesíaca do Cosmo, do Mundo, já que ambas as palavras, uma grega (*kosmos*), outra latina (*mundus*) significam ordem, reenviando para o intertexto hesiódico: "Primeiro que tudo houve o Caos, e depois / a Terra de peito ingente, suporte inabalável de tudo quanto existe" (HESÍODO, *Teogonia*, 116-117). Descobrimo o mistério da Vida, o deus primordial Eros

⁴ "Ulysse, l'homme qui contemple les Pléiades et les Hyades, le Bouvier et la force d'Orion, est le savant qui s'occupe d'astronomie et d'apotélesmatique (nom barbare de l'astrologie)" (BUFFIÈRE, 1973: 389).

da *Teogonia* hesiódica⁵, Clarice reconcilia-se com ele no meio do sofrimento, do caos, buscando a lógica da sua ordem: “Antes de me reconciliar com o processo da vida, no entanto, sofri muito, o que poderia ter sido evitado se um adulto responsável se tivesse encarregado de me contar como era o amor” (LISPECTOR, 1999: 115). Por isso, pôde concluir: “Pois juro que a vida é bonita” (*Ib.*).

O “Estado de graça”, na crónica de 6 de Abril de 1968, esclarece o sentido de comunhão com o mundo, feito de “bem-aventurança física” e de “lucidez de quem não adivinha mais: sem esforço, sabe” (*Ib.*: 91), transformando-se o corpo num dom:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. Tudo, aliás, ganha uma espécie de nimbo que não é imaginário: vem do esplendor da irradiação quase matemática das coisas e das pessoas. Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável (*Ib.*: 91-92).

A imagem da anunciação do mundo, profundamente associada à dimensão epifânica da escrita, serve para exprimir as “descobertas” que, no estado de graça, não apenas dos santos, mas também o de “uma pessoa comum”, são “indizíveis e incomunicáveis” (*Ib.*: 92): “É por isso que, em estado de graça, mantenho-me sentada, quieta, silenciosa. É como numa anunciação. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo” (*Ib.*). Esta comunhão com o mundo anunciado, sendo um dom, nem sempre é percebida pelo ser humano, devido aos obstáculos que o dificultam, como o raciocínio, a lógica, a compreensão, enquanto “os animais têm a esplendidez daquilo que é directo e se dirige directo” (*Ib.*). Mas, como dom que é, o estado de graça não permanece, saindo-se dele “lentamente”, “com um suspiro de quem teve o mundo como este é”, com “um suspiro de saudade” (*Ib.*). Também é positivo que não nos apropriemos desse dom, como se o dominássemos: “Habituar-se à felicidade seria um perigo. Ficariamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o são, menos sensíveis à dor humana, não sentiríamos a necessidade de ajudar os que precisam” (*Ib.*). Seria uma habituação viciosa: “eu me tornaria contemplativa como os fumadores de ópio” (*Ib.*). Seria a porta aberta para o abuso: “passaria a querer viver permanentemente em estado de graça. E isto representaria uma fuga imperdoável ao destino simplesmente humano, que é feito de luta e sofrimento e perplexidade e alegrias menores” (*Ib.*). Como dádiva que é, o estado de graça demora pouco, “nada exige”, mas “desvaneceria se passássemos a exigir uma resposta” (*Ib.*: 93). Assim sendo,

⁵ “e Eros, o mais belo entre os deuses imortais, / que amolece os membros e, no peito dos homens e deuses, / domina o espírito e a vontade esclarecida” (HESÍODO, *Teogonia*, 120-122).

“é apenas uma pequena abertura para uma terra que é uma espécie de calmo paraíso, mas não é a entrada nele, nem dá o direito de se comer os frutos dos seus pomares” (*Ib.*). Como imagem da vida, o éden genesíaco, com seus belos pomares, é fugaz e limitado, a fim de podermos evitar a tentação adâmica da abusiva entrada “nos mistérios da Natureza”. No entanto, os efeitos redentores do estado de graça não deixam de se fazer sentir:

Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis.

Há dias que são tão áridos e desérticos que eu daria anos de minha vida em troca de uns minutos de graça (*Ib.*).

Esta penetração no mistério da anunciação do Mundo é desvendada, por especial dom, ao “Artista perfeito”, como se explicita filosoficamente, na crónica de 6 de Setembro de 1969 (repetida em 24 de Março em 1973, com o título “Um ser livre”), a partir do filósofo francês Henri Bergson (1859-1941) e da sua obra *Les Données Immédiates de la Conscience*. Com seu sentido integrador das correntes empiristas e racionalistas, com o seu conceito de multiplicidade, abrangendo as noções de heterogeneidade e homogeneidade, ligadas à qualidade e à quantidade, ao tempo e ao espaço, em oposição ao idealismo kantiano, Bergson abriu caminho à reconcepção de comunidade, com seu sentido de “simpatia” ou “compaixão”, isto é, a capacidade de “sentir com”, no diálogo e construção democráticos.

Apoiada no filósofo francês, cuja influência é notória em Heidegger, Sartre, Levinas e Deleuze, Clarice Lispector recupera o arquétipo “do grande artista que seria aquele que tivesse, não só um, mas todos os sentidos libertos do utilitarismo”: esse “veria o mundo, ou melhor, teria o mundo de um modo como jamais artista nenhum o teve. Quer dizer, totalmente e na sua verdadeira realidade” (*Ib.*: 228).

No entanto, a cronista relativiza tal teoria a partir da hipótese da educação de uma criança, somente através da conservação do seus “sentidos alertas e puros”, os seus dados “imediatos”. Admite como restrição dessa educação apenas o fornecimento de “noções utilitárias”: “comida para ser comida, bebida para ser bebida” (*Ib.*). Se essa criança fosse artista, não o seria pelo simples facto dessa educação: “arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação” (*Ib.*: 229). De qualquer modo, a sua arte seguiria “o caminho inverso ao dos artistas que não passam por essa impossível educação: ela unificaria as coisas

do mundo não pelo seu lado de maravilhosa gratuidade mas pelo seu lado de utilidade maravilhosa. Ela se libertaria" (*Ib.*). Se essa criança, já adulta, não fosse artista, "não sentisse a necessidade de transformar as coisas para lhes dar uma realidade maior" (*Ib.*), falaria como uma criança inocente: "e arte não é inocente, é tornar-se inocente" (*Ib.*). É a diferença entre Picasso e uma criança: "A criança é inocente. Picasso tornou-se inocente" (*Ib.*).

Deste modo, os olhos do artista, se tentam penetrar na realidade do mundo, não deixam de ser sensíveis às limitações humanas e ao sentido utilitário da vida. Ainda que imperfeito, o artista visa sempre transformar a realidade.

1.1. A mulher e a escritora nas crônicas d'*A Descoberta do Mundo*

A Descoberta do Mundo reúne 468 títulos de crônicas publicadas no *Jornal do Brasil* entre 1967 e 1973. Esta obra, postumamente editada, em 1984, por seu filho Paulo Gurgel Valente, apresenta "uma continuidade" que permite ao leitor da antologia compreender como os textos que, "aparentemente", não se enquadrariam no gênero (comentários, recados, trechos de romances, contos, novelas e outros), vão conquistando seu espaço enquanto gênero e também ganham uma proximidade e cumplicidade entre Clarice Lispector e os leitores de suas crônicas.

Este espaço viria também a contribuir para a divulgação das obras da escritora. Segundo Teresa Montero, inicialmente, foram os contos que tornaram Clarice Lispector mais próxima de seus leitores, principalmente quando a revista *Senhor* publicou contos, como *A Menor Mulher do Mundo*, *Feliz Aniversário* e *A Imitação da Rosa*, na década de 50, obtendo uma resposta positiva do público, assim como o interesse das editoras. Esta proximidade aumenta em 1964, com a publicação do romance *A paixão segundo G. H.* e do livro de contos *A Legião Estrangeira*, alguns dos quais são publicados na *Senhor*, "mas a sua recepção se expandiu quando o grande público pôde ler alguns deles na coluna de Clarice no *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973" (MONTERO, 2009: 13).

Em *Felicidade Clandestina* (1970), a escritora resgata contos de *A Legião Estrangeira* e crônicas do *Jornal do Brasil*. Aqui, com Teresa Montero, pergunta-se: "O que é crônica e o que é conto neste livro? Os gêneros se misturam. Clarice afirmava: «Gênero não me pega mais»" (MONTERO, 2009: 13).

As experiências anteriores de Clarice Lispector no jornalismo, como colunista, podem ter contribuído para este exercício “transgressor” do espaço da crônica. Em 1952, ela assina a coluna “Entre Mulheres”, no semanário *Comício*, sob o pseudônimo de Teresa Quadros, a convite do escritor e jornalista Rubem Braga. Em um contexto do pós-guerra, ela tratava de assuntos do lar e de moda, dava conselhos para as leitoras sobre a silhueta, receitas e até da maneira de prevenir problemas no casamento, entre outros assuntos. Porém, ela foi além dos considerados assuntos fúteis, porque a ficcionista, ou a “personagem Teresa Quadros” acrescentou àquele espaço do *Comício*, seu gosto pela literatura, reproduzindo trechos de textos e referências de autoras como Virgínia Wolf, Katherine Mansfield – e de Clarice Lispector.

Sua segunda colunista fictícia aparece em 1959, como Helen Palmer, no “Correio feminino – feira de utilidades”, no jornal *Correio da Manhã*. Um trabalho menos sofisticado do que o anterior que, sob o patrocínio da indústria de cosméticos Pond’s, tinha a missão de passar à leitora conselhos de beleza que fossem associados aos seus produtos. Um público em que a “rainha do lar” e zelosas donas de casa eram o enfoque da coluna.

Durante este período, Clarice aceita o convite de Alberto Dines para assinar uma outra coluna feminina no *Diário da Noite*, desta vez como *ghost-writer* de Ilka Soares, modelo e atriz do cinema brasileiro. Com o nome de “Só para mulheres”, “Ilka Soares” conversava com as leitoras desta seção, aproximando-se destas para dar dicas sobre o mundo da moda ou sobre questões relacionadas ao cotidiano da mulher comum. Sua contribuição terminaria em Março de 1961.

Assim, em Agosto de 1967, quando Clarice novamente recebe o convite de Alberto Dines para participar de uma coluna no *Jornal do Brasil*, sente-se temerosa ao saber que iria escrever crônicas, algo que ainda não fizera e ainda assinadas por ela mesma, sem a “protecção” dos pseudônimos anteriores. Ao mesmo tempo, era um momento delicado da vida de Clarice, sua única atividade extra eram as traduções e ainda se recuperava de um acidente doméstico, um incêndio provocado por um cigarro com graves queimaduras, especialmente nas mãos, abatendo-a profundamente.

No capítulo “O acidente (o corpo, a ferida, a escrita)”, de *Figuras da Escrita*, Carlos Mendes de Souza refere-se a este acidente e como sua colaboração nas páginas do *Jornal do Brasil* também contaminará a escrita do livro *Uma aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, fator que se define como um marco na escrita clariciana: “Com efeito, a partir daqui desencadeia-se, pelo menos aparentemente, um certo deslaçamento de tensões temáticas expressivas, uma atitude nova perante a escrita [...] ao qual não se pode deixar de associar ao acidente” (SOUSA, 2011: 496).

O nascimento da cronista vai revelando as faces da escritora, da mulher e do mito Clarice. Em uma de suas crônicas iniciais, "Amor Imorredouro", um aparente despojamento inaugura o tom confessional que ela imprime a muitas de suas crônicas:

Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que se pode chamar propriamente de crônica. E além de ser neófito no assunto, também o sou em matéria de ganhar dinheiro. Já trabalhei na imprensa como profissional, sem assinar. Assinando, porém, fico automaticamente mais pessoal. E sinto-me um pouco como se estivesse vendendo minha alma. Falei nisso com um amigo que me respondeu: mas escrever é um pouco vender a alma. É verdade. Mesmo que não por dinheiro, a gente se expõe muito (LISPECTOR, 1999: 29).

A cronista vai-se revezando entre as crônicas em que exprime esta sua preocupação em não revelar-se, entre aquelas que possuem um caráter metalinguístico, aquelas em que afirma, ou discute sobre ser misteriosa ou não, aquelas em que também questiona seu papel de escritora e tantas outras que não mencionaremos aqui, devido à brevidade deste trabalho.

Neste percurso, o mecanismo de identificação com o leitor é o eixo que conduz ou amarra as crônicas, ora de forma perceptível, ora de forma implícita, em um jogo sedutor e prazeroso com as palavras.

Em "Outra Carta", ela responde à carta de um leitor que "parece revelar" que conheceu Clarice só a partir das crônicas e que pede à escritora que não largue sua coluna sob o pretexto de defender sua intimidade, porque para ele, o "escritor, se legítimo, sempre se delata". Ela responde que, embora seus romances não fossem autobiográficos, quem os lê acaba por informá-la de que ela se delata, por isto o cuidado de não expor-se nas crônicas. Porém, ela diz que, paradoxalmente, "lado a lado com o desejo de defender a própria intimidade, há o desejo intenso de me confessar em público e não a um padre" (LISPECTOR, 1999: 78).

O leitor é seu interlocutor, tem sua função questionada neste diálogo, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de identificação entre escritor/leitor: "O personagem leitor é um personagem curioso, estranho. Ao mesmo tempo que inteiramente individual e com reações próprias, é tão terrivelmente ligado ao escritor que na verdade ele, o leitor, é o escritor" (*Ib.*: 79).

No desvão desta escrita, Clarice provoca o leitor de suas crônicas, insinuando-se pelo caminho da possibilidade, do que não se define, como na crônica "Sim ou não": "Eu sou sim. Eu sou não. Aguardo com paciência a harmonia dos contrários. Serei um eu, o que significa também vós" (*Ib.*: 279).

Para José Castello, não interessava a Clarice “escrever «para o leitor», mas «ser» este leitor. Escrevia como uma leitora, que se delicia com as palavras alheias” (CASTELLO, 2011).

Nesta inquieta incompletude, ela procura palavras que lhe possibilitariam o encontro com o outro e este caminho, sob o pretexto das crônicas, é aludido através da crônica “Em Busca do Outro”:

Não é à toa que entendo os que buscam o caminho. Como busquei arduamente o meu! E como hoje busco [...] o melhor de ser, o meu atalho, já que não ousou mais falar em caminho. O Caminho, com letra maiúscula, hoje me agarro ferozmente à procura de um modo de andar, de um passo certo. Mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei; eis o meu ponto de chegada (LISPECTOR, 1999: 119).

Escrever é um caminho, um modo de aproximar-se do outro, e Clarice, ao longo das crônicas, reporta-se muitas vezes a estes deslocamentos, ora com a angústia de quem tateia o caminho, ora com o entusiasmo da aventura, ora questionando o próprio caminho, ou mesmo “filosofando” sobre ele.

Com o título de “Anonimato”, temos uma crônica que expõe esta tensão entre o acto da escrita e a “pessoa Clarice”, diante desta proximidade com o público, imposta pelo espaço da crônica, uma entrega em que resiste e, resistindo, ancora-se na palavra “silêncio” para se preservar e preservar as palavras:

Tantos querem a projeção. Sem saber como esta limita a vida. Minha pequena projeção fere o meu pudor. Inclusive o que eu queria dizer [:] já não posso mais. O anonimato é suave como um sonho. [...] Aliás eu não queria mais escrever. Escrevo porque estou precisando de dinheiro. Eu queria ficar calada. Há coisas que nunca escrevi, e morreria sem tê-las escrito. Essas por dinheiro nenhum. Há um grande silêncio dentro de mim. E este silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio (*ib.*: 75-76).

Em “Ser Cronista”, Clarice indaga-se para indagar o género, um “esboço” que ganha forma na sua singularidade:

Sei que não sou, mas tenho meditado ligeiramente no assunto. Na verdade, eu deveria conversar a respeito com Rubem Braga, que foi o inventor da crônica. Mas quero ver se consigo tatear sozinha no assunto e ver se chego a entender. Crônica é um relato? É uma conversa? É o resumo de um estado de espírito? (*ib.*: 112).

Outras crônicas de natureza metalinguística refletiram sobre o acto da escrita e assinalam esta preocupação constante de Clarice, para quem escrever é transcender o próprio ato. Na crônica “Escrever”, ela expressa este seu sentimento diante da escrita:

Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. [...] Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva. [...] É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação. Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permanecerá apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada (*Ib.*: 134 – grifos nossos).

Clarice compartilha com o leitor de suas crônicas esta “intimidade” com a escrita, daí a genuína cumplicidade, o passaporte lícito para “se colocar” com leveza e autenticidade, sem abdicar de seu valor como cronista.

Para ela, escrever é também uma aventura, e duas crônicas nomeadas com este tema ilustram a razão desta afirmação: “A Perigosa Aventura de Escrever” e “Aventura”. Na primeira, ela diz: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*Ib.*: 183), mas depois discorda do que havia dito: “Mas está errado, pois que, ao escrever, grudada e colada, está a intuição. É perigoso porque nunca se sabe o que virá – se se for sincero” (*Ib.*). E remata a crônica, dizendo: “Não se brinca com a intuição, não se brinca com o escrever: a caça pode ferir mortalmente o caçador” (*Ib.*). A segunda crônica, “Aventura”, repete a frase sobre o valor da intuição, falando de sua necessidade de escrever para entender e como se relaciona com a aventura:

Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras. É neste sentido, pois, que escrever me é uma necessidade. De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o pensamento [...]; de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever. [...] Sempre tive um profundo senso de aventura (...). Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever (*Ib.*: 236).

Porém, Clarice foi além da “aventura” da escrita. Ela mergulha dentro de si, busca as palavras, questiona suas origens, como em “Escrever ao Sabor da Pena”, sabor que consiste na procura: “Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos

sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima” (*lb.*: 278).

“Escrever é lembrar-se do que nunca existiu” (*lb.*: 385) – filósofa Clarice. E esta insistência na “memória” é fundamental para a existência, segundo ela: “Nunca nasci, nunca vivi: mas eu me lembro, e a lembrança é em carne viva” (*lb.*).

Ao abordar o tema da escrita em suas crônicas, Clarice estava constantemente lembrando aos seus leitores, sua preocupação com as palavras, não prescindia de seu compromisso com elas, e ainda chamava a atenção para elas: “Mas já que se há de escrever, que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas” (*lb.*: 385).

1.2. O mérito e o mito na voz da cronista

Foram as crônicas que mais “falaram” de Clarice. Embora ela almejasse o anonimato, suas palavras acabavam por suscitar, paradoxalmente, o inverso: “No dia-a-dia, ela caminhava sobre o tênue limite entre mostrar e esconder. Não se queria misteriosa, mas tampouco tinha vontade de se expor” (*Cadernos de Literatura*, 2004: 57).

Esta aparente contradição, no decorrer da leitura d’*A Descoberta do Mundo*, ajuda-nos a compreender como o mito Clarice se vai delineando através das crônicas e, paralelamente, através de depoimentos ou entrevistas, onde ora se confirmava, ora se desmentia este mistério que lhe era atribuído.

Numa crônica escrita em Agosto de 1967, logo no início da sua participação no *Jornal do Brasil*, denominada “A Surpresa”, temos o olhar de Clarice sobre si mesma: “Olhar-se ao espelho e dizer-se deslumbrada: como sou misteriosa. Sou tão delicada e forte. E a curva dos lábios manteve a inocência” (LISPECTOR, 1999: 23). Ao surpreender-se, ela surpreende quem lê, um espelho de duas faces que alterna a cronista e a personagem Clarice.

Quase um ano depois, na crônica “O Meu Próprio Mistério”, ela resume-se assim: “sou tão misteriosa que não me entendo” (*lb.*: 116).

Perscrutar o mistério? Em “Fernando Pessoa me ajudando”, ela alude ao poeta e aponta o jogo ambíguo do revelar-se:

Na literatura de livros permaneço anônima e discreta. Nesta coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco minha intimidade secreta? Mas

que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte de mim. [...] O que me consola é a frase de Fernando Pessoa, que li citada: “Falar é o modo mais simples de nos tornarmos desconhecidos (*Ib.*: 136-137).

Em entrevista para o *Correio do Povo*, em Janeiro de 1971, Antonio Hohlfelt indagar-lhe-ia se as suas crónicas seriam uma confissão. Ela, sem negar nem confessar, justifica-se, dizendo: “Eu preciso do dinheiro. A posição de um mito não é muito confortável. Por isso eu gosto de crónica. Porque ela diminui a distância que existe entre mim e o leitor” (ROCHA⁶, 2011: 58).

Em 1977, em entrevista concedida ao programa *Panorama* da TV Cultura, responde a Júlio Lerner que não se considerava uma escritora popular. E, quando ele pergunta qual seria razão, ela dispara: “Ué, me chamam até de hermética. Como é que eu posso ser popular sendo hermética?” (ROCHA, 2011: 178).

Outra preocupação de Clarice, revelada através de uma de suas crónicas, denominada “Como É Que Se Escreve?”, prendia-se com seu “ofício de escritora”. Diante do leitor, ela questiona-se sobre o conceito do acto de escrever e, também, sobre a razão pela qual ainda não se considerava uma escritora:

Por que, realmente, como é que se escreve? que é que se diz? e como dizer? como é que se começa? (...) Sei a resposta, por mais que intrigue, é a única: escrevendo. Sou a pessoa que mais se surpreende de escrever. E ainda não me habituei a que me chamem de escritora. (...) Será que escrever não é um ofício? Não há aprendizagem, então? O que é? Só me considerarei escritora no dia em que eu disser: sei como se escreve” (LISPECTOR, 1999: 156-157).

Para Clarice, escrever era uma forma de existir: “Essa capacidade de me renovar toda à medida que o tempo passa é o que eu chamo de viver e escrever” (*Ib.*; 101). Por isto, dispensava os rótulos que lhe eram atribuídos, questionava-os como uma forma de não se deixar impregnar por eles, dispensando-os se sentia “livre” para se exercer, para ser Clarice.

“Intelectual? Não” – responde Clarice em outra crónica, explicando as razões pelas quais não se considerava como tal. “Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros «uma profissão», nem uma «carreira»” (*Ib.*: 149). “O que sou então?”, pergunta Clarice, para depois falar de “si mesma”:

Sou uma pessoa que tem coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando

⁶ Entrevista feita por Antonio Hohlfelt e originalmente publicada no *Correio do Povo*, em 3 de Janeiro de 1971, com o título de *Uma tarde com Clarice Lispector*.

consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal. (Ib.: 149).

Somos, assim, surpreendidos pela mulher, pela cronista e pela escritora Clarice, que emergem destas palavras. Seu grande mérito, assim compreendemos, surge deste modo de ser, da autenticidade que seduz o leitor, e da capacidade de colocar em palavras o que o leitor gostaria de dizer e ouvir.

1.3. A escrita e o metatexto

Remetendo para o “inventor da crônica”, Rubem Braga, no sábado, 22 de Junho de 1968, na secção intitulada “Ser cronista”, Clarice levanta dúvidas sobre o conceito desse subgénero jornalístico-literário, chamado “crônica”. A novidade do cultivo dessa forma de discurso, em face dos já escritos romances e contos, fá-la perguntar: “Crônica é um relato? É uma conversa?” (LISPECTOR, 1999: 113).

A primeira diferença entre a escrita romanesca, ou de ficção, e a crónica reside, para ela, no público destinatário: um, o do jornal, um público aberto, ampliado, massificado, quase sem limitação de horizontes, “algo aberto a todo o mundo”; outro, o dos livros, mais restrito, poderíamos dizer elitista, “que só é aberto por quem realmente quer, para que, se, mesmo sentir, o modo de escrever se transforme” (Ib.).

A questionação estende-se ao objectivo da crónica, em confronto com a ficção: o lúdico e o sério, fundamentado na transmissão de uma mensagem ao leitor. De qualquer modo, tanto numa forma de discurso como noutra, a autora recusa o que hoje costumamos designar como a cultura *light*, conveniência fácil de satisfazer, mas impede a comunicação profunda. O recurso ao pleonasma torna o discurso mais compreensível, a um público pouco letrado:

Mas mudar só porque isto é uma coluna ou uma crônica? Ser mais *leve* só porque o leitor assim o quer? Divertir? fazer passar uns minutos de leitura? E outra coisa: nos meus livros quero profundamente a comunicação profunda comigo e com o leitor. Aqui no jornal apenas falo com o leitor e agrada-me que ele fique agradado (Ib.).

Não se trata de seguir uma via simplesmente erudita, elitista, mas de um imperativo ético que resulta da convicção pessoal da escritora, transposto do

universo literário da ficção para o discurso cronístico: agradar, sim, ao público, mas sem traição aos ideais professados. Daqui a angústia de quem escreve: “Vou dizer a verdade: não estou contente. E acho mesmo que vou ter uma conversa com Rubem Braga porque sozinha não consegui entender” (*Ib.*).

Esta angústia, porém, acompanha a escritora ao longo da sua obra, agora abertamente revelada no *Jornal do Brasil*, cuja avaliação é positiva (“que é bom”), em contraste com a eventualidade de não estar à altura de corresponder a esse nível de avaliação: “por uma questão de honestidade para com o jornal, que é bom, eu não quis escrever tolices” (*Ib.*).

O paradoxo de estar condenada à missão de escrever e o escrúpulo autocrítico de “não saber escrever”, ou “escrever tolices” prolonga e amplia tal angústia, em face da necessidade de suprir a deficiência comunicativa de quem não consegue erguer a sua voz para “dizer ou talvez apenas balbuciar” os problemas de sua vida ou a injustiça gritante do mundo. No entanto, surge o paradoxo entre essa missão profética, libertadora, e a consciência de estar aquém da eficácia do exercício dessa missão:

Não sei mais escrever, perdi o jeito. Mas já vi muita coisa no mundo. Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer ou apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem. Então eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar. Não sei mais escrever, porém o fato literário tornou-se aos poucos tão desimportante para mim que não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura. O que é que se tornou importante para mim? No entanto, o que quer que seja, é através da literatura que poderá talvez se manifestar (*Ib.*: 112).

Como os profetas do Antigo Testamento, designadamente Jeremias⁷, ou mesmo Jonas, que fugiu de pregar a Nínive⁸, Clarice assume-se como porta-voz dos que não têm voz. E, na consciência autocrítica da sua imperfeição ou incapacidade, numa atitude sapiencial socrática (“só sei que nada sei” – PLATÃO, *A República*, 354 c), relativiza a importância da literatura, em face do profetismo. Mas fá-lo com o recurso sábio à auto-ironia: não saber escrever, não se importar com a literatura, ser salva da literatura. Afinal, o que é a literatura? Ao contrário dos refugiados no falso mundo oitocentista e parnasiano da “arte pela arte”, literatura para a autora modernista não pode alienar-se do mundo e dos seus problemas.

⁷ “Mas eu disse: Ah, Senhor, eu não sei falar, porque sou ainda uma criança! Mas o Senhor disse-me: Não digas: sou ainda uma criança! Porque a quem eu te enviar irás e o que eu te ordenar falarás. Não temas diante deles, porque eu estou contigo para te salvar. [...] Então o Senhor estendeu a sua mão e tocou-me a boca. E disse-me: eis que ponho as minhas palavras na tua boca. Vê! Eu te constituo neste dia sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar” (*Jer.*, 1, 6-10).

⁸ Cf. *Jonas*, 1.

Por conseguinte, a literatura, como qualquer forma de arte, não vale apenas por si própria, mas como meio de “manifestar” e revelar esse mundo, acabando, deste modo, por “se manifestar”.

A iniciação da cronista neófito faz-se sentir nas primeiras crônicas, através da consciência autocrítica das dificuldades encontradas no ofício, como a satisfação canônica do subgênero em questão ou mesmo a sua implicação econômica, sentindo-se como quem vende a própria alma:

Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que não se pode chamar propriamente de crônica. E, além de ser neófito no assunto, também o sou em matéria de escrever para ganhar dinheiro. Já trabalhei na imprensa sem assinar. Assinando, porém, fico automaticamente mais pessoal. E sinto-me um pouco como se estivesse vendendo minha alma. Falei nisso com um amigo que me respondeu: mas escrever é um pouco vender a alma. É verdade. Mesmo quando não é por dinheiro, a gente se expõe muito (LISPECTOR, 1999: 29).

A 14 de Setembro do mesmo ano, Clarice comenta, na crônica “Escrever”, a afirmação feita por si relativamente à maldição da literatura (cf. LISPECTOR, 1999: 74). Referia-se, sobretudo, à escrita de ficção. Hoje acrescenta o paradoxo de “uma maldição que salva”. E explica os termos desse paradoxo: “É uma maldição porque obriga e arrasta consigo como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui” (LISPECTOR, 1999: 134). A força imperiosa da literatura, como uma avalanche arrasadora ou um laço inextricável, embaraça a escritora, impedindo-a de se desembaraçar desse imperativo social e estético, como se ela deixasse de ser livre. A imagem minóica do labirinto de Creta, no qual está preso o Minotauro, figura mítica ameaçadora dos jovens atenienses à qual deviam ser sacrificados de sete em sete anos, parece representar tal “maldição”. No entanto, como Teseu, conduzido pelo fio de Ariadna, conseguiu libertá-los dessa “maldição”, assim o fio da literatura permite a libertação desse labirinto aprisionante: “Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva” (*Ib.*).

A função catártica da literatura, afinal, é redentora, como preconizou Aristóteles a respeito da tragédia⁹: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (*Ib.*). A literatura, pois, é um meio inteligível da realidade, mas também um órgão

⁹ “A tragédia [...], por meio da comiseração e do temor, provoca a purificação de tais paixões” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1449 b).

perscrutador de sentimentos e emoções, isto é, um recurso único e completo, dotado de racionalidade e emotividade. Na linguagem ritual e patriarcal, expressa na Bíblia, o acto da escrita permite “abençoar”, bendizer (*benedicere*), transmitir o dom divino da Criação, como através de Abraão, Isac e Jacob, numa cadeia ininterrupta de alianças entre laweh e o seu povo eleito.

As limitações da escrita, porém, são inerentes à condição humana, sujeita à dor, como é expresso no mito hesiódico das cinco idades: “Agora é a raça de ferro. Nem cessam, de dia, / de ter trabalhos e aflições, nem, de noite, de serem consumidos / pelos duros cuidados que lhes oferecem os deuses” (HESÍODO, *Trabalhos e Dias*, 176-178). Por isso, não admira que nem a literatura escape a essa condição dolorosa, álgica:

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a “coisa” vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem passar-se anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros (LISPECTOR, 1999: 134).

A diferença entre a cronista e a ficcionista está ainda marcada na crónica de 21 de Setembro do mesmo ano, secção intitulada “Fernando Pessoa me ajudando”. Depois de reconhecer a heterodoxia das suas crónicas (“Estas coisas que ando escrevendo aqui não são, creio, propriamente crónicas” (LISPECTOR, 1999: 137), Clarice declara não gostar de se ver publicamente exposta na sua escrita cronística, em contraposição com o anonimato de ficcionista: “Na literatura de livros permanece anônima e discreta. Nesta coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco a minha intimidade secreta? Mas que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte minha” (*Ib.*). O conflito entre o direito à privacidade e o património público que constitui a obra de um escritor é, na crónica, como no diário e na escrita memorialista, mais patente do que na poesia ou na ficção. No fundo, de uma forma ou de outra, escrever é auto-revelar-se, ao mesmo tempo que se revela o mundo descoberto e problematizado. Por outro lado, quanto mais se revela, mais empatia pode criar com o leitor. Clarice assusta-se com o fenómeno cultural da massificação e da popularidade: “Daqui em breve serei popular? Isso me assusta. Vou ver o que posso fazer, se é que posso” (*Ib.*). O risco de se expor é inerente à condição do escritor. O recurso à citação de Fernando Pessoa, o artista das múltiplas máscaras, dos 74 heterónimos, permite a ultrapassagem hábil desse dilema, desse impasse a que os filósofos antigos chamavam “cornudo”: “Falar é o modo mais simples de nos tornarmos desconhecidos” (*Ib.*).

O reconhecimento dos leitores pela obra da romancista e da cronista, como testemunham as suas cartas, sensibiliza Clarice, na crónica de 20 de Abril de

1968. É uma espécie de simbiose que se gera entre cronista e leitores:

As outras cartas, desta última safra, são de gente muito pura e cheia de confiança em mim. Não sei selecionar as que mais me comoveram. Todas esquentaram meu coração, todas quiseram me dar a mão para me ajudar a subir mais e ver de algum modo a grande paisagem do mundo, todas me fizeram muito bem. Sou uma colunista feliz. Escrevi nove livros que fizeram muitas pessoas me amar de longe. Mas ser cronista tem um mistério que não entendo: é que os cronistas, pelo menos os do Rio, são muito amados. E escrever a espécie de crônica aos sábados tem me trazido mais amor ainda. Sinto-me tão perto de quem me lê. E feliz por escrever para os jornais que me infundem respeito (*ib.*: 95).

Citando o nome de três outras cronistas mulheres brasileiras (Elsie Lessa, Rachel Queiroz, Dinah Silveira de Queirós), Clarice declara que telefonará a Elsie, mais antiga do que ela nessa função, perguntando que fazer dos “telefonemas maravilhosos” que recebe, “das rosas pungentes de tanta beleza” que lhe oferecem, “das cartas simples e profundas” que lhe mandam, prometendo aos leitores torná-los mais felizes, acabando por reconhecer a “glória” de escrever, como “um divinizador do ser humano” (*ib.*: 96).

Em “Declaração de amor”, na crônica de 11 de Maio do mesmo ano, a cronista confessa amar a língua portuguesa, apesar de não ser fácil, nem “maleável”, considerando-a, no entanto, não “profundamente trabalhada pelo pensamento” (opinião discutível, certamente) e, por isso, não dada a subtilezas “e de reagir às vezes com um verdadeiro pontapé contra os que temerariamente ousam transformá-la numa linguagem de sentimento e de alerteza. E de amor” (*ib.*: 100). Reconhece, apesar de tudo, que ela é “um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo” (*ib.*). A imagem preferida do cavalo que se monta serve para expressar a relação entre a escritora e a língua: “Eu gosto de manejá-la – como gostava de estar montada num cavalo e guiá-lo pelas rédeas, às vezes lentamente, às vezes a galope” (*ib.*: 101). O seu amor pela língua em que escreve está bem patente nas palavras seguintes:

Eu queria que a língua portuguesa chegasse ao máximo nas minhas mãos. E este desejo todos os que escrevem têm. Um Camões e outros iguais não bastaram para nos dar para sempre uma herança de língua já feita. Todos nós que escrevemos estamos fazendo do *túmulo do pensamento* alguma coisa que lhe dê vida [...] Eu até queria não ter aprendido outras línguas: só para que a minha abordagem do português fosse virgem e límpida (*ib.*).

Outro conflito da escritora está patente na coluna “Temas que morrem”, de 24 de Maio de 1969. A exiguidade de certos temas, em face da vastidão teórica

de outros (“há tantas coisas sobre o que escrever” – LISPECTOR, 1999: 196), o impulso de escrever, em oposição à busca da palavra-chave, a partir da “mudez essencial”, são uma expressão desse conflito. É, depois, enunciada uma série de temas hipotéticos de escrita, mas que “jamais abordarei”, como “uma dor física que passa”, ou “a sensação que tive uma vez que passei vários dias em casa muito gripada”, ou “sobre o beber mal”, ou “sobre comer, eu que gosto de comer e no entanto não como tanto”, ou “sobre rir do absurdo de minha condição”, ou, ainda “sobre frutas e frutos”. Ser escritor(a) é confrontar-se com a necessidade de comunicar, de se pronunciar sobre uma vastidão hipotética de temas, mas que nem sempre encontram as condições adequadas para serem abordados ou debatidos, criando uma sensação de desconforto ou de vazio interior. Tendo como base de reflexão a tradicional tripartição da Retórica (*inventio, dispositio, locutio*), e a autoanálise, com o recurso às recorrentes imagens da transição da escuridão (cf. o romance *Maçã no Escuro*) para a claridade e da diligência ordenada da formiga, Clarice, com o seu sentido pragmático discorre brevemente sobre o tratamento hipotético destes temas:

Eu já quis escrever o que se esgotaria em uma linha. Por exemplo, sobre a experiência de ser desorganizada, e de repente a pequena febre de organização que me toma como a de uma antiga formiga. É como se o meu inconsciente coletivo fosse o de uma formiga.

Eu também queria escrever, e seriam duas ou três linhas, sobre quando uma dor física que passa. De como o corpo agradecido, ainda arfando, vê a que ponto a *alma* é também o corpo.

E é como se eu fosse escrever um livro sobre a sensação que tive uma vez que passei vários dias em casa muito gripada – e quando saí fraca pela primeira vez à rua, havia sol cálido e gente na rua. E como no meio uma exclamação entre infantil e adulta: ah, como os outros são bonitos. É que eu vinha do escuro meu para o claro que também descobria que era meu, é que eu vinha de uma solidão de pessoas para o ser humano que movia pernas e braços e tinha expressões de rosto.

Também seria inesgotável escrever sobre beber mal. [...]

E às vezes, por mais absurdo, acho lícito escrever assim: nunca se inventou nada para além de morrer. [...]

Eu também poderia escrever um verdadeiro tratado sobre comer, eu que gosto de comer e no entanto não como tanto. [...]

Também escreveria sobre rir do absurdo de minha condição. [...]

Eu falaria sobre frutas e frutos. (*lb.*: 197-198).

Como Horácio, na *Arte Poética* (*Vt pictura poiesis – Ars Poetica*, 361) evoca, segundo a sua sensibilidade e capacidade técnica, o cruzamento entre a pintura e a literatura, para explicitar a imagem pictórica da escrita: “Mas como quem

pintasse com palavras. Aliás, verdadeiramente, escrever não é quase sempre pintar com palavras?" (*Ib.*: 198). E termina com a colagem interior a esses temas que jamais serão tratados: "Ah, estou cheia de temas que jamais abordarei. Vivo deles, no entanto" (*Ib.*).

No seu sentido pragmático, a cronista diversifica o quantitativo de linhas dedicadas a cada tema. Exemplo de pouco mais do que uma linha, apenas uma frase resume, muitas vezes, o seu pensamento, numa curta, mas incisiva mensagem reflexiva. É o caso da penúltima secção (e da última também) da crónica de 7 de Junho do mesmo ano, intitulada "Mas já que se há de escrever... ", na qual apela, para si e eventualmente para outros, para a expressividade e transparência, quem sabe se lúcida e corajosa, das palavras e entrelinhas, dos sentidos e subsentidos, por vezes ocultos ou semiocultos, e apenas sugeridos: "que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas" (LISPECTOR, 1999: 201).

A última frase, com o título "Amor à terra", espelha, em cruzamento intertextual com as *Geórgicas*, de Vergílio, o cântico telúrico e sinestésico à laranjeira: "Laranja na mesa. Bendita a árvore que te pariu" (*Ib.*).

Com a abertura de espírito e o despojamento interior suficientes para pôr em causa o seu trabalho, a cronista, a 14 de Junho, do mesmo ano, arrisca, com certa ironia, uma "Autocrítica no entanto benévola", identificando como meta a atingir a plena comunhão com a identificação humana, num jogo antitético, diríamos oximórico, como o exprimiu a lírica camoniana, no soneto "Amor é fogo que arde sem se ver" ("que arde sem se ver", "dói e não se sente", "contentamento descontente", "desatina sem doer"), a dor e a alegria, misturadas, profundamente interpenetradas:

Minha autocrítica a certas coisas que escrevo, por exemplo, não importa no caso se boas ou más: mas falta a elas chegar àquele ponto em que a dor se mistura à profunda alegria e a alegria chega a ser dolorosa – pois esse ponto é o aguilhão da vida (LISPECTOR, 1999: 201).

Com o sentido de máxima exigência, expresso na imagem da "matemática perfeição da música ouvida e transposta para o profundo arrebatamento que sentimos" (*Ib.*), a cronista desejaria poder realizar o "encontro máximo de um ser consigo mesmo": "Ah!" Às vezes esse encontro consigo mesmo se consegue através do encontro de um ser com outro ser" (*Ib.*). O anseio legítimo de evolução espiritual elege a misericórdia activa e a conversão interior, expressa na ultrapassagem dos erros:

Às vezes sinto que esse modo eu o conseguiria através simplesmente de meu modo de ver, evoluindo. Uma vez senti, no entanto, que seria conseguido

através da misericórdia. Não da misericórdia transformada em gentileza de alma. Mas da profunda misericórdia transformada em ação, mesmo que seja a ação das palavras. E assim como “Deus escreve direito por linhas tortas”, através de nossos erros correria o grande amor que seria a misericórdia (*lb.*).

Na crónica de 4 de Outubro do mesmo ano, “Aventura”, a escrita é reconhecida pela autora como “uma necessidade”, por exigência do sentimento e do entendimento:

De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o sentimento (a transfiguração involuntária da imaginação é apenas um modo de chegar); de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever (LISPECTOR, 1999: 236).

Escrever, deste modo, tem uma função epistemológica, ainda que do ponto de vista da intuição, uma via tão importante do conhecimento como a razão: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*lb.*).

No entanto, apesar deste esforço intuitivo e cognitivo, por meio da escrita, a autora confronta-se com a crítica de hermetismo, à qual ela passa a responder: primeiro, considera prioritária a fidelidade à verdade do sentimento; segundo, tem a fascinação pelo “mistério natural”; terceiro, porque acredita no factor tempo como meio de esclarecimento:

Se tomo um ar hermético, é que não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever. Assim, tantas vezes tomo um ar involuntariamente hermético, o que acho bem chato nos outros. Depois da coisa escrita, eu poderia friamente torna-la mais clara? Mas é que sou obstinada. E, por outro lado, respeito uma certa clareza peculiar ao mistério natural, não substituível por clareza outra nenhuma. E também porque acredito que a coisa se esclarece sozinha com o tempo: assim como num copo d’água, uma vez depositado no fundo o que quer que seja, a água fica clara. Se jamais a água ficar limpa, pior para mim. Aceito o risco (*lb.*).

Esta aceitação do risco, por parte da escritora, é vista não “por liberdade arbitrária ou inconsciência ou arrogância”, mas por “senso de aventura”, considerado como “aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (*lb.*).

Continuando a rebater a acusação de hermetismo na segunda secção da mesma crónica, “Humildade e Técnica”, Clarice interpenetra a “incapacidade de atingir, de entender” com a procura do “modo de falar que me leve mais depressa

ao entendimento". A humildade, "que vem da plena consciência de ser realmente incapaz", é utilizada como "técnica" de comunicação escrita. Mais uma vez, a humildade socrática torna-se arquétipo de busca da verdade: "só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente" (*Ib.*: 237). Mas, no jogo das palavras, a auto-ironia baralha o leitor: "o que não deixa de ser uma forma engraçada de orgulho", entendendo-se orgulho não como pecado, mas como "coisa infantil em que se cai como se cai em gulodice", embora seja "erro grave", "com todo o atraso que o erro traz à vida".

Ao reflectir sobre a escrita, a cronista, a 20 de Dezembro do mesmo ano, desabafa em "Um momento de desânimo", a sensação de experimentar os limites da expressão: "é que ao escrever, por mais que me expresse, tenho a sensação de nunca na verdade ter-me expressado" (LISPECTOR, 1999: 254). Ao eleger preferencialmente o conteúdo em detrimento da expressão, faz interagir o silêncio com a escrita: "Mas, de qualquer forma, tentarei o seguinte: uma espécie de silêncio. Mesmo continuando a escrever, usarei o silêncio". Numa atitude anticartesiana, ultrapassa a sequência pensamento / existência, para fazer derivar a expressão da auto-identificação: "E, se houver o que se chama de expressão, que se exale do que sou. Não vai mais ser: "Eu me exprimo, logo sou". Será: "Eu sou; logo sou" (*Ib.*).

Na secção "Sobre escrever", dá-se conta da iluminação interior que o acto de escrever despoleta, revelando as coisas e a sua consciência, na maior das surpresas:

Às vezes tenho a impressão de que escrevo por simples curiosidade intensa. É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia (LISPECTOR, 1999: 254).

Nesta interacção entre linguagem e pensamento, a escritora, na secção "Forma e Conteúdo" da mesma crónica, rejeita a dicotomia forma / conteúdo, como se fossem realidades separadas. Tal debate vem animando a literatura e a sua teoria, em ligação com a filosofia da linguagem, desde a Antiguidade, como a questão do nominalismo em Platão (cf. o diálogo "Crátilo") e nos sofistas. Wittgenstein sublinha as limitações da linguagem na definição do mundo: "los límites de mi lenguaje significan los límites de mi mundo" (WITTGENSTEIN, 1973: VIII, 5-6). E Merleau-Ponty realça a profunda relação entre os elementos da significação (significante / significado) através da metáfora da habitação: "o sentido de uma coisa habita-a como a alma habita o corpo" (MERLEAU-PONTY, 1945: 369). Depois de denunciar a falsidade dessa dicotomia entre forma e conteúdo, Clarice prefere falar de intuição enquanto "reflexão inconsciente que

prescinde da forma, enquanto ela própria”, identificando essa forma no “conteúdo maduro”, não existindo um sem o outro:

Mas a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar. Para falar a verdade, não se pode pensar num conteúdo sem sua forma. Só a intuição toca na verdade sem precisar nem de conteúdo nem de forma. A intuição é a funda reflexão inconsciente que prescinde de forma enquanto ela própria, antes de subir à tona, se trabalha. Parece-me que a forma já aparece quando o ser todo está com um conteúdo maduro, já que se quer dividir o pensar ou escrever em duas fases. A dificuldade de forma está no próprio constituir-se do conteúdo, no próprio pensar ou sentir, que não saberiam existir sem sua forma adequada e às vezes única (*ib.*: 254-255).

Em resposta a um crítico literário sobre o seu romance *A Cidade Sitiada* (1948), na crónica de 21 de Fevereiro de 1970, Clarice reconhece-lhe algum mérito na apreciação da sua obra: “Sua crítica é aguda e bem-feita” (LISPECTOR, 1999: 272). No entanto, estranha que aos olhos do crítico tenha escapado a intenção da autora ao escrever o romance: “Será que isso quer dizer que não consegui erguer até à tona as intenções do livro? Ou os olhos do crítico foram nublados por outros motivos, que não meus?” (*ib.*). E considera que as suas palavras foram “nuas”, transparentes, sem intuito de “jogo”. A protagonista Lucrecia Neves é a prova desse objectivo e dessa transparência e não fruto de um acusador “verbalismo”, personagem que é simbolizada pela “integridade espiritual” do cavalo, no qual não se reparte a dicotomia “impressão” versus “expressão”, ou conteúdo / forma:

O que eu quis dizer através de Lucrecia – personagem sem as armas da inteligência, que aspira, no entanto, a essa espécie de integridade espiritual de um cavalo, que não “reparte” o que vê, que não tem uma “visão vocabular” ou mental das coisas, que não sente a necessidade de completar a impressão com a expressão – cavalo em que há o milagre de a impressão ser total – tal *real* – que nele a impressão já é a expressão (*ib.*: 273).

Lucrecia Neves, segundo a autora do romance, é apenas “uma das pessoas” que construíram a cidade de S. Geraldo, uma individualidade entre outras que estão na base dessa construção colectiva, unindo passado e presente: “Tradição, passado de cultura – que é isso senão um modo de ver que se transmite até nós?” (*ib.*). Não se trata, pois, segundo ela, de “magia da frase” ou “verbalismo”, segundo a acusação crítica não identificada, à qual a autora contrapõe o elogio do seu amigo San Tiago Dantas: “Chamar de «verbalismo» uma vontade dolorosa de aproximar o mais possível as palavras do sentimento – eis o que me espanta” (*ib.*: 274).

A acusação crítica, identificada por Carlos Mendes de Sousa como vindo de Wilson Martins¹⁰, apontava uma falha aos romances de Clarice: o seu “carácter ganglionar” e a sua “inconclusiva qualidade romanesca”: o romance seria a “sucessão de contos sobre a vida de uma figura”. Mas, se nele se ressentia “a falta de originalidade, a que se acrescentam outras deficiências como sejam a pobreza inventiva, a monotonia e a falta de autenticidade”, também o “texto de Wilson Martins oferece pistas de reflexão sobre a organicidade ou sobre a arbitrariedade da construção dos textos, sobre a concepção romanesca, sobre equívocos vários da crítica, onde às vezes o próprio, que pretende ser criticamente esclarecedor, não deixará de ser um dos equivocados” (SOUSA, 2000: 366). A crítica cai pela base à luz de uma esclarecida hermenêutica simbólica: “A cidade dos cavalos é outra que não a cidade sitiada, a cidade dos cavalos é a cidade da literatura em Clarice. [...] Lucrécia dança e as imagens (as palavras) que se colam aos seus movimentos são próximas do movimento e da presença dos cavalos. Lucrécia centauriza-se” (*ib.*: 256-257). A figura do centauro, metade homem e metade cavalo, com seu arco e flecha, como no signo do sagitário, é apropriada por Clarice, ao entender a literatura como uma seta prestes a disparar e atingir o alvo (Cf. SOUSA, 2000: 257, nota 14).

Na crónica de 28 de Fevereiro, Clarice reflecte sobre a escrita “como exercício espiritual profundo” (LISPECTOR, 1999: 275), desejando nesse sábado “escrever qualquer coisa que seja tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança”. A 14 de Março, na coluna “Escrever ao sabor da pena”, depois de ironizar sobre a expressão, identifica, com a metáfora da nebulosa e a comparação do parto, a fonte da escrita em si própria:

Não, não estou me referindo a procurar escrever bem: isso vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima (*ib.*).

Como comenta Carlos Mendes de Sousa, “A metáfora da nebulosa veicula uma dimensão de ordem ontológica de fundas repercussões no modo de estar na literatura, no modo de «saber» a literatura, como a vida, como aquilo a que se dá o nome de Deus” (SOUSA, 2000: 366). E cita (cf. *ib.*: 368, 369), a propósito, o dactiloscrito “Objeto Gritante”:

Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo embora sem saber ao que me levará. Às

¹⁰ MARTINS, Wilson, “Uma ‘voz”, in *O Estado de São Paulo. Suplemento Literário*, 26 de Novembro de 1960.

vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que não passa de nebulosa – que termino desistindo. [...] Não estou me referindo a procurar escrever bem: isto só vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se concretiza e aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima. Parece que no futuro (fl. 119, 121).

A imagem da gestação de um livro e do seu parto volta a estar presente na crônica de 2 de Maio, “Lembrança da feitura de um romance”, juntamente com a do “espaço temporal de um piano aberto, nas teclas simultâneas do piano” (LISPECTOR, 1999: 285), na vivência da paciência e do amor, no “grande incômodo da desordem”. Em face da necessidade de comunicar, a palavra é relativizada e minimizada, privilegiando-se a comunicação directa:

Como sempre, a dificuldade maior era a da espera. (Estou sentindo uma coisa estranha, diria a mulher para o médico. É que a senhora vai ter um filho. [...] A alma deformada, crescendo, se avolumando, sem nem ao menos se saber que aquilo é espera de algo que se forma e que virá à luz. Além da espera difícil, a paciência de recompor por escrito paulatinamente a visão inicial que foi instantânea. [...] E como se isso não bastasse, infelizmente não sei redigir, não consigo relatar uma ideia, não sei “vestir uma ideia com palavras”. [...] Ao escrevê-lo, de novo a certeza só aparentemente paradoxal de que o que me atrapalha ao escrever é ter de usar palavras. É incômodo. É como se eu quisesse uma comunicação mais direta, uma comunicação muda como acontece às vezes entre as pessoas. Se eu pudesse escrever por intermédio de desenhar na madeira ou de alisar uma cabeça de menino ou de passear pelo campo, jamais teria entrado pelo caminho da palavra [...]: viveria, não usaria palavras (*lb.*: 285-286).

Na coluna “Escrever”, da mesma crônica, Clarice distingue entre a escrita jornalística e a de ficção: uma, leve; outra, profunda:

Escrever para o jornal não é tão impossível: é leve, tem que ser leve, e até mesmo superficial: o leitor, em relação a jornal, não tem nem vontade nem tempo de se aprofundar.

Mas escrever o que se tornará depois um livro exige às vezes mais força do que aparentemente se tem (*lb.*: 286).

A marca cronológica dos 13 anos de idade representa para a autora a tomada de posse da sua vontade de escrever, já que a experiência da escrita em criança não constituiu “a posse de um destino”. Mas, mesmo aí, no início da adolescência, a difícil tarefa de “inventar o próprio método de trabalho” envolveu a estreada escritora na solitária sensação de um “vácuo”:

Eu tinha que eu mesma me erguer de um nada, tinha eu mesma que me entender, eu mesma inventar por assim dizer a minha verdade. Comecei e nem sequer era pelo começo. Os papéis se juntavam um ao outro – o sentido se contradizia, o desespero de não poder era um obstáculo a mais para realmente não poder (*Ib.*).

Neste interessante processo de auto-análise psicológica, a “história interminável”, então iniciada e logo rasgada, com nítida influência de *O Lobo da Estepe*, de Herman Hesse, constituiu, no entanto, a positiva aprendizagem, ainda que dolorosa e solitária, de que “era preciso tentar escrever sempre, não esperar por um momento melhor porque este simplesmente não vinha” (*Ib.*). Serviu também para aprender a diferença entre vocação e talento, “isto é, pode-se ser chamado e não saber como ir”, reconhecendo: “Escrever sempre me foi difícil, embora tivesse partido do que se chama vocação” (*Ib.*).

A dificuldade de escrever, agora na perspectiva do laconismo, continua na crónica da semana seguinte, 9 de Maio, na coluna “Inspiração”, a propósito já não da sua experiência própria, mas da de uma moça, de “busto grande, quadris largos, olhos castos, castanhados e sonhadores” (LISPECTOR, 1999: 286). A anotação resumida no caderno de despesas de “algumas frases sobre a beleza do Pão de Açúcar”, usando as palavras “beleza muito pitoresca”, anotação que acaba por perder ou não reencontrar, apesar das diligências efectuadas nesse sentido, foi o suficiente para ter a sensação de um dia ter sido escritora, apesar de tudo:

Não desanime, dizia-se, procure entre os papéis, entre as cartas, entre as raras notícias que lhe mandavam. Ah, raciocinava illogicamente, tivessem-lhe escrito e ela teria onde procurar. Mas sua vida exposta era exposta, tinha poucos esconderijos, era limpa. O único esconderijo era a sua alma que uma vez se manifestara no caderno de despesas. [...] Uma vez ou outra procurava de novo. De vez em quando se lembrava do caderno de despesas num sobressalto de esperança. Até que, depois de alguns anos, um dia ela disse, modesta:

– Quando eu era mais moça, eu escrevia (*Ib.*: 287).

Escrevendo ao sabor da pena e “ao correr do pensamento”, na crónica de 22 de Agosto do mesmo ano, ocupa-se do que chama “O «verdadeiro» romance”, algo que considera fugir ao “clássico romance”, guiada sempre por “um senso de pesquisa e de descoberta”. Mais uma vez, como no título da antologia cronística (*Descoberta do Mundo*), o sentido heurístico preside à escrita: uma sintaxe colada ao pensamento da ocasião, uma linguagem não escolhida, mas uma obediência à intuição própria, ainda que de modo nebuloso (de novo, surge a metáfora da nebulosa):

Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo, e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que ainda não passa de uma nebulosa – que termino desistindo (LISPECTOR, 1999: 306).

O sabor do risco também seduz a escritora: “Embora representando grande risco, só é bom escrever quando ainda não se sabe o que acontecerá” (*lb.*). O título, como é lógico, guia a trama do romance ou do conto, como exemplifica com *O montanhês*, história que confessa jamais vir a escrever:

O título é sem graça, bem sei. E sei o que seria: não se trataria de um homem das montanhas, mas da subida gradual de um homem através da vida até chegar a um cume simbólico, ou não simbólico de uma montanha, de onde ele veria o seu passado e também o que lhe restava ainda a subir, isto é, um pouco mais de futuro.

E o que ele via não era bonito, nem bom, nem ruim, nem feio, era o que fatalmente a vida fizera dele e sobretudo o que fatalmente ele fizera da vida. E aí vem o problema: até que ponto houvera escolha? Estou me confundindo toda com esta história que jamais escreverei (*lb.*: 307).

Depois de declarar jamais vir a escrever um livro de viagens, ela que tanto viajou, o que representa um “mistério” para ela própria, reflecte sobre a sua falta de “fome de leituras”, o que também constitui um enigma, para reconhecer que, afinal caminha para “mais amor por tudo” e para “o mais humano”:

Bem, mas o fato é que mesmo não me entendo, vou lentamente caminhando – e também para o quê, não sei. De um modo geral, para mais amor por tudo. É vago “mais amor por tudo?” Inclusive mais amor inclui uma alerteza maior para achar bonito o que nem mesmo bonito é. E, embora a palavra *humano* me arpie um pouco, de tão carregada de sentidos variados e vazios essa palavra foi ficando, sinto que me encaminho para o mais humano. Ao mesmo tempo as coisas do mundo – os objetos – estão se tornando cada vez mais importantes para mim. Vejo os objetos sem quase me misturar com eles, vendo-os por eles mesmos. Então às vezes se tornam fantásticos e livres, como se fossem coisa nascida e não feita por pessoas (*lb.*).

O sentido do humano, porém, pode entrar em conflito com a busca da objetividade, “enxergar a coisa pela coisa”, originando um “raciocínio-sofisma”, como forma de autodefesa, útil em discussões, mas que pretende abandonar: “De agora em diante, eu gostaria de me defender assim: é porque eu quero. E que isso bastasse” (*lb.*: 308).

O esclarecimento sobre a identidade própria é objecto da crónica de 14 de Novembro do mesmo ano, “Esclarecimentos – explicação de uma vez por todas”. A razão provém das cartas que Clarice recebe, perguntando se é russa ou brasileira, reconhecendo que é uma figura pública, rodeada de mitos. A sua naturalidade e ascendência de pais ucranianos não impediram a escritora de se naturalizar brasileira, ela que havia chegado ao Brasil com apenas dois meses de idade. Mas é, sobretudo, a língua portuguesa que marca a sua identidade cultural, a par da herança patrimonial pernambucana:

Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor. Comecei a escrever pequenos contos logo que me alfabetizaram, e eu escrevi-os em português, é claro. Criei-me em Recife, e acho que viver no Nordeste ou Norte do Brasil é viver mais intensamente e de perto a verdadeira vida brasileira que lá, no interior, não recebe influência de costumes de outros países. Minhas crendices foram aprendidas em Pernambuco, as comidas que mais gosto são pernambucanas. E através de empregadas, aprendi o rico folclore de lá (LISPECTOR, 1999: 320).

A identidade cultural brasileira e a língua portuguesa, por imperativo do Destino, estão, pois, na base da escrita clariciana, já que seus pais, em viagem migrante da Ucrânia, aportaram ao Brasil e não aos Estados Unidos. Indagar sobre o que seria a sua hipotética identidade americana seria puro “mistério”.

A relação entre a escrita e a identidade da escritora é objecto da primeira parte da crónica de 29 de Maio de 1971, “Máquina escrevendo”. A segunda parte fala de animais (“bichos”), que será abordada em sítio próprio.

A cronista começa por exprimir o desejo de, em nome da liberdade, não escrever mais e, em lugar da palavra, deixar o silêncio, o espaço em branco, deixando ao leitor o seu preenchimento com o seu mundo onírico. “E cada um que olhasse o espaço em branco, o encheria com seus próprios desejos” (LISPECTOR, 1999: 347). Em seguida, põe em causa a sua própria escrita cronística, em nome da heterodoxia dos géneros, preferindo o mistério e a ligação à terra, à identidade própria:

Vamos falar a verdade: isto aqui não é crônica nenhuma. Isto é apenas. Não entra em gênero. Gêneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério. Preciso ter um ritual para o mistério? Acho que sim. Para me prender à matemática das coisas. No entanto, já estou de algum modo presa à terra: sou uma filha da natureza: quero pegar, sentir, tocar, ser. E tudo isso já faz parte de um todo, de um mistério. Sou uma só. Antes havia uma diferença entre escrever e eu (ou não havia? não sei). Agora mais não. Sou um ser. E deixo que você seja. Isso lhe assusta? Creio que sim. Mas vale a pena. Mesmo que doa. Dói só no começo (*lb.*).

Ainda o eco da crítica ressoa no final da crónica de 18 de Setembro, “Trechos”, desta vez reportando o próprio Rubem Braga, o qual, alegadamente, distinguiu positivamente a ficcionista, em detrimento da cronista. Esta, com reiterada humildade, pede-lhe a confirmação de tal crítica, asseverando que ele não poderá exigir dela o mesmo que consegue. No entanto, as cartas dos leitores contrabalançam esta crítica negativa:

Uma pessoa me contou que Rubem Braga disse que eu só era boa nos livros, que não fazia crônica bem. É verdade, Rubem? Rubem, eu faço o que posso. Você pode mais, mas não deve exigir que os outros possam. Faço crônicas humildemente, Rubem. Não tenho pretensões. Mas recebo cartas de leitores e eles gostam. E eu gosto de recebê-las (LISPECTOR, 1999: 378).

Esta relação amigável, simpática, entre a cronista e os seus leitores não deixa de ter as suas consequências positivas, ao menos no aspecto psicológico, como ela reconhece na coluna “Exercício”, da crónica de 15 de Janeiro de 1972:

É curiosa a experiência de escrever mais leve e para muitos, eu que escrevia “muitas coisas” para poucos. Está sendo agradável a sensação. Aliás, tenho me convivido muito ultimamente e descobri com surpresa que sou suportável, às vezes até agradável de ser (LISPECTOR, 1999: 399).

1.4. A auto-revelação

Na crónica de 5 de Junho de 1971, “Viajando por Mar (1ª parte)”, Clarice, em nota, reporta uma breve conversa com Rubem Braga sobre a inevitabilidade autobiográfica da crónica, acabando por contar, aí mesmo, as viagens marítimas que foi realizando ao longo da vida:

Nota: um dia telefonei para Rubem Braga, o criador da crônica, e disse-lhe desesperada: “Rubem, não sou cronista, e o que escrevo está se tornando excessivamente pessoal. O que é que eu faço?” Ele disse: “É impossível, na crônica, deixar de ser pessoal.” Mas eu não quero contar minha vida para ninguém: minha vida é rica em experiências e emoções vivas, mas não pretendo jamais publicar uma autobiografia (LISPECTOR, 1999: 349).

De facto, não sendo a crónica uma autobiografia, nem um diário, nem um livro de memórias, todavia, não deixa de reflectir sempre um ponto de vista pessoal e

subjectivo perante situações, casos, atitudes, gestos, acções ou pensamentos de outrem. A própria ficção não deixa, como texto literário que é, de estar marcada por uma pluralidade de pontos de vista, expressa tanto por narradores como pelas personagens. Por isso, Enzo Neppi fala do homem como criatura autobiográfica:

O homem é uma criatura mitopoiética, um ser que vive imerso em fantasmas, mitos e sistemas simbólicos através dos quais ordena o próprio mundo, explora as próprias origens, constrói a própria identidade quer a nível colectivo, quer individual. Daí se poder concluir que o homem é uma criatura fundamentalmente autobiográfica. O que quer que ele fala, do que quer que seja que fale, ao mesmo tempo fala de si mesmo e procura elaborar, reconstruir, recontar (ou no limite fazer recontar) a própria história e a própria pessoa (NEPPI, 1991: 5, *apud* SOUSA, 2000: 419).

Não é, pois de admirar que Clarice vá disseminando na sua obra sinais autobiográficos: directamente na crónica, cartas e documentos de arquivo; indirectamente, sob a máscara (*persona*) de algumas personagens de ficção.

Na coluna “Surpresa”, da primeira crónica publicada no *Jornal do Brasil*, a 19 de Agosto de 1967, a cronista utiliza a imagem narcísica do espelho para se dizer “deslumbrada” com a autocontemplação, superando tal narcisismo com a “alegria de ser”, com a confirmação cartesiana de existir:

Não há homem ou mulher que por acaso não se tenha olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio. Por uma fração de segundo a gente se vê como a um objeto a ser olhado. A isto se chamaria de alegria de ser. Alegria de encontrar na figura exterior os ecos da figura interna: ah, então é verdade que eu não me imaginei, eu existo (*ib.*: 23).

No entanto, o conflito entre ser admirada e ser anónima perturba a cronista, preferindo paradoxalmente comunicar em silêncio, numa reivindicação de liberdade interior. Maria Betânia é um nome que protagoniza a popularidade de Clarice, já nos primeiros meses da sua estreia como cronista, como dá conta na coluna “Bolinhas”, da crónica de 9 de Dezembro:

Não sou domínio público. E não quero ser olhada. Eu ia ficar calada. Maria Betânia me telefonou, querendo me conhecer. Conheço ou não? Dizem que é delicada. Vou resolver. Dizem que fala muito de como é. Estou fazendo isso? Não quero. Quero ser anónima e íntima. Quero falar sem falar, se é possível. Maria Betânia me conhece dos livros. O *Jornal do Brasil* me está tornando popular. Ganho rosas. Um dia paro. [...] É que sinto falta de um silêncio. Eu era silenciosa. E agora me comunico, mesmo sem falar. Mas falta uma coisa. Eu vou tê-la. É uma espécie de liberdade, sem pedir licença a ninguém (*ib.*: 53).

A solidão e a insônia, a um tempo negativa e positiva, a par da menção à dieta e às consequências físicas do incêndio, ocorrido dois anos antes, constituem sinais de uma auto-revelação, como na coluna “Insônia infeliz e feliz”, da crônica de 20 de Janeiro de 1968:

Pensa-se uma escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. [...] Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. [...] É um nada a um tempo vazio e rico. [...] Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes pálido como uma lua, às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca no mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, como o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos (*ib.*: 69).

A autocrítica, numa atitude humilde, vai sendo realçada aqui e ali, como na coluna “Um telefonema”, da crônica de 4 de Fevereiro do mesmo ano. Perante o anonimato completo de uma leitora, que lhe desejava a felicidade, ao telefone, Clarice retribuiu-lhe os votos de alegrias e, não sendo casada, encontra o homem da sua vida, acrescentando: “Peço também que não leia tudo o que escrevo porque muitas vezes sou áspera e não quero que você receba minha aspereza” (*ib.*: 73). A aludida “aspereza” é uma designação talvez excessiva, que abrange certamente pontos de vista combativos dos vícios e defeitos sociais, crítica nem apreciada, mas nem por isso menos útil e necessária.

Outra posição autocrítica é expressa na coluna “Deus”, da crônica de 10 de Fevereiro, a propósito do pedido da ajuda de Deus, para os momentos de angústia e desespero, que ocorre, mesmo com os descrentes. Reconhecendo a necessidade da força divina, reconhece-se autodestrutiva, modo de ser que pode atingir involuntariamente os outros, além de outros defeitos que confessa:

Neste mesmo instante estou pedindo a Deus que me ajude. Estou precisando. Precisando mais do que a força humana. E estou precisando de minha própria força. Sou forte mas também destrutiva. Autodestrutiva. E quem é autodestrutivo também destrói os outros. Estou ferindo muita gente. E Deus tem que vir a mim, já que eu não tenho ido a Ele. Venha, Deus, venha. Mesmo que eu não mereça, venha. [...] Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri. Mas tantos defeitos tenho. Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes

parecem farpas. Se tanto amor dentro de mim recebi e continuo inquieta e infeliz, é porque preciso que Deus venha. Venha antes que seja tarde demais (*lb.*: 75).

Contrabalançando a autocrítica, a carta do leitor H.M., na crônica de 24 de Fevereiro, não apenas elogiando a “beleza das suas contribuições literárias”, mas também o reforço que dela recebeu no fortalecimento de “sua capacidade intensa de amar”, vem contrariar a “fase de involuntária meditação sobre a inutilidade” de sua pessoa, coincidente com a fase antiliteratura: “fase em que a palavra *literatura* me eriça o pelo como o de um gato”:

Mas, H.M., como você me fez sentir útil ao dizer-me que sua capacidade intensa de amar ainda se fortaleceu mais. Então eu dei isso a você? Muito obrigada. Obrigada também pela adolescente que já fui e que desejava ser útil às pessoas, ao Brasil, à humanidade, e nem se encabulava de usar para si mesma palavras tão imponentes (*lb.*: 78).

O desejo de preservar a intimidade própria é contrariado pelo desejo de se confessar em público. Tal paradoxo é expresso na “Outra carta”, de L. de A., assinalada na mesma crônica. A cronista refere-se à sua obra como ficcionista, reconhecendo a tendência do leitor para extrapolar nos seus romances o seu lado autobiográfico. Deixando no ar a hipótese irônica de vir a revelar-se, sem se expor, acaba por confirmar o triunfo do leitor no duelo com o escritor:

Mas quem sabe se um dia, L. de A., saberei escrever ou um romance ou um conto no qual a intimidade mais recôndita de uma pessoa seja revelada sem que isso a deixe exposta, nua e sem pudor. Se bem que não haja perigo: a intimidade humana vai tão longe que seus últimos passos já se confundem com os primeiros passos do que chamamos de Deus. O personagem *leitor* é um personagem curioso, estranho. Ao mesmo tempo que inteiramente individual e com reações próprias, é tão terrivelmente ligado ao escritor que na verdade ele, o leitor, é o escritor (*lb.*: 79).

O troféu da criança 1967, com seu livro infantil *O Mistério do Coelho Pensante* permite à escritora evocar a acusação de hermetismo (“Hermética?”), feita aos seus livros, sobre a qual ironiza, desmontando o paradoxo:

Fiquei contente, é claro. Mas muito mais contente ainda ao me ocorrer que me chamam de escritora hermética. Como é? Quando escrevo para crianças, sou compreendida, mas quando escrevo para adultos fico *difícil*? Deveria escrever para adultos com as palavras e os sentimentos adequados a uma criança? Não posso falar de igual para igual? (*lb.*: 79).

De acordo com a simbologia bíblica do número três (Trindade, tríades, trí-duo pascal...), a vida de Clarice, segundo a crónica de 11 de Maio ("As três experiências"), distribui-se por três amores: "três coisas para as quais eu nasci e para as quais eu dou minha vida. Nasci para amar os outros, nasci para crescer, e nasci para criar meus filhos" (LISPECTOR, 1999: 101). Esta síntese altruísta interliga uma vida e uma obra literária. Curiosamente, o primeiro amor enunciado (certamente por consciente ordem hierárquica) não é a família, nem a literatura, mas a amplitude da alteridade. A tónica no valor activo do dom, da dádiva, em detrimento do passivo (receber) também reenvia para o paradigma bíblico, sobretudo evangélico, do amor:

O "amar os outros" é tão vasto que inclui até o perdão para mim mesma, com o que sobra. As três coisas são tão importantes que minha vida é curta para tanto. Tenho que me apressar, o tempo urge. Não posso perder um minuto do tempo que faz minha vida. Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca (*ib.*).

A vocação literária, via do seu "domínio sobre o mundo", é explicada como um "aprendizado" da "própria vida", vocação que começa na infância, mas mantém a novidade de uma estreia permanente, numa osmose entre viver e escrever:

E nasci para escrever. A palavra é o meu domínio sobre o mundo. Eu tive desde a infância várias vocações que me chamavam ardentemente. Uma das vocações era escrever. E não sei por quê, foi esta que eu segui. Talvez que para as outras vocações eu precisaria de um longo aprendizado, enquanto que para escrever o aprendizado é a própria vida, se vivendo em nós e ao redor de nós. É que não sei estudar. E, para escrever, o único estudo é mesmo escrever. Adestrei-me desde os sete anos de idade para que um dia eu tivesse a língua em meu poder. E no entanto cada vez que vou escrever, é como se fosse a minha vez. Cada livro meu é uma estreia penosa e feliz. Esta capacidade de me renovar toda à medida que o tempo passa é o que eu chamo de viver e escrever (*ib.*: 101-102).

A renovação pessoal, tal como a da literatura, também se exerce no domínio da vocação maternal (mãe dos filhos e mãe dos livros), no exercício da doação própria, da partilha de "sofrimentos e angústias", na certeza do necessário despojamento perante a autonomia crescente dos filhos:

Eu quis ser mãe. Meus dois filhos foram gerados voluntariamente. [...] Eu me orgulho deles, eu me renovo neles, eu acompanho seus sofrimentos

e angústias, eu lhes dou o que é possível dar. Se eu não fosse mãe, seria sozinha no mundo. [...] Sei que um dia abrirão as asas para o voo necessário, e eu ficarei sozinha. É fatal, porque a gente não cria os filhos para a gente, nós os criamos para eles mesmos. Quando eu ficar sozinha, estarei seguindo o destino de todas as mulheres (*Ib.*: 102).

Amar, no entanto, quer na amplitude da alteridade, quer no aprofundamento da vocação maternal exercida sobre os livros e os filhos, supera e dá sentido à vida até à morte, já que, como diz S. Paulo, no chamado Hino da Caridade (*I Cor.*, 13, 8), tudo acaba, excepto a Caridade, pois “Deus é amor” (*I Jo.*, 4, 8):

Sempre me restará amar. Escrever é alguma coisa extremamente forte mas que pode me trair e me abandonar: posso um dia sentir que já escrevi o que é o meu lote neste mundo e que eu devo aprender também a parar. Em escrever eu não tenho nenhuma garantia.

Ao passo que amar eu posso até a hora de morrer. Amar não acaba. É como se o mundo estivesse à minha espera. E eu vou ao encontro do que me espera (*Ib.*).

“Pertencer” é o título da crónica de 15 de Junho. A partir do parecer de um amigo médico, segundo o qual a criança, desde o berço, “sente o ambiente” e manifesta já a sua vontade, a cronista define *a posteriori* a sua primeira vontade: a de “pertencer”. Esta afirmação de pertença, de inclusão, deriva do sentimento de ter nascido “de graça”, de não pertencer “a nada e a ninguém”. Sentimento de “fome humana”, espécie de “destino” a acompanhá-la pela vida fora, chega a fazê-la invejar a pertença de uma freira a Deus, sendo responsável pelo seu temperamento arisco: “tenho medo de revelar de quanto preciso e de como sou pobre” (*Ib.*: 110). A própria escrita precoce é vista como a busca de uma pertença: “escrevendo, pelo menos eu pertencia um pouco a mim mesma. O que é um fac-símile triste” (*Ib.*). Esta “espécie toda nova da «solidão de não pertencer»”, invadindo-a “como heras num muro”, impede-a de partilhar a sua alegria com os outros, como se tivesse um presente embrulhado e não conseguisse oferecê-lo a ninguém. Não se trata de uma exigência da sua fraqueza, mas da sua própria força: “eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa” (*Ib.*: 111). No entanto, a pertença à comunidade nacional e à literatura brasileiras, sem busca de popularidade, fazem-na feliz: “Sou feliz de pertencer à literatura brasileira por motivos que nada têm a ver com literatura, pois nem ao menos sou uma literata ou uma intelectual. Feliz apenas por «fazer parte»” (*Ib.*).

Esta solidão de pertença tem a sua explicação a partir da superstição ucraniana segundo a qual “ter um filho curava uma mulher de uma doença”. Criada,

então, “com amor e esperança”, infelizmente não curou a mãe, carregando um sentimento de culpa: “fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado” (*lb.*). No entanto, desta “solidão de não pertencer”, nascida de não ter pertencido nem ao pai nem a mãe, surge a aprendizagem da verdadeira pertença, viver:

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: *pertencer é viver*. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho (*lb.*: 112).

A bênção da vida, humildemente pedida, é a mensagem transmitida na coluna “A opinião de um analista sobre mim”, da crónica de 13 de Julho, depois de ter expressado em “O meu próprio mistério” a consciência do enigma que diz ser: “Sou tão misteriosa que não me entendo” (*lb.*: 116). A propósito da oferta do seu livro de contos *Laços de Família* ao psicanalista Lourival Coimbra, a quem pede desculpa da letra da dedicatória, feita com a mão direita que sofreu o incêndio, reage com humildade ao comentário que dela fez: “Clarice dá tanto aos outros, e no entanto pede licença para existir” (*lb.*: 117):

Sim, Dr. Lourival. Peço humildemente para existir, imploro humildemente uma alegria, uma ação de graça, peço que me permitam viver com menos sofrimento, peço para não ser tão experimentada pelas experiências ásperas, peço a homens e mulheres que me considerem um ser humano digno de algum amor e de algum respeito. Peço a bênção da vida (*lb.*).

Este sentido de profunda humildade pauta também a coluna “De uma conferência no Texas”, da crónica de 20 de Julho. Convidada para falar de literatura na Universidade do Texas, Clarice assume que não é “a pessoa mais indicada” para essa tarefa, por “não ter tendência para a erudição e para o paciente trabalho da análise literária e da observação específica”, não ter acompanhado “a efervescência dos movimentos que surgiram e das experiências que se tentaram, quer no Brasil como fora do Brasil” (*lb.*: 118), não ter o que se chama “vida intelectual”, nem ter “o hábito ou o gosto de pensar sobre o fenómeno literário”. Apesar de escritora, considera que lhe faltou também “encarar a literatura de fora para dentro, isto é, como uma abstração” (*lb.*). Por isso, a “experiência nova” pareceu-lhe “desagradável”, mas depois “revelou-se menos má: chamar-se a si mesmo pelo nome que os outros nos dão, soa como uma convocação de alistamento” (*lb.*): “Do momento em que eu mesmo me chamei, senti-me com algum encanto inesperadamente alistada. Alistada, sim, mas bastante confusa” (*lb.*).

Com igual sentido de humildade, reconhece que, apesar de lhe faltar a “autoridade necessária para mais do que tentar analisar ligeiramente alguns escritores brasileiros”, a vantagem foi exclusivamente sua: “O que estarei fazendo nessa rápida conferência é, além do lado informativo, o que se chama de «abrir uma porta aberta». Só que para mim era fechada...” (*Ib.*: 119).

“Em busca do Outro” é a última coluna da mesma crónica, na qual fala da busca do seu caminho, o seu “atalho”, como lhe chama: “E como hoje busco com sofreguidão e aspereza o meu melhor modo de ser, o meu atalho, já que não ousa mais falar em caminho” (*Ib.*). Com o sentido altruísta que acompanha sempre as suas crónicas, Clarice declina o caminho do eu, do individualismo egocêntrico, para realçar a alteridade, a abertura ao Outro: “meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada” (*Ib.*).

A 3 de Agosto, a cronista apresenta dois enigmas a seu respeito: “Desafio aos analistas”, com uma única frase: “Sonhei que um peixe tirava a roupa e ficava nu”, certamente para designar a nudez espiritual da auto-revelação; e “Como tratar o que se tem”, sobre um cavalo que mora dentro dela, “ao mesmo tempo inteiramente selvagem e suave” (*Ib.*: 121). Esta paradoxal autocaracterização é bem expressiva das forças antagónicas que coexistem dentro de Clarice: a força “selvagem” da liberdade, acima de convenções e constrangimentos de qualquer espécie, e a força da feminil suavidade, da doçura:

Aviso que ele não tem nome: basta chamá-lo e se acerta com seu nome. Ou não se acerta, mas uma vez chamado com doçura e autoridade ele vai. Se ele fareja e sente que um corpo é livre, ele trota sem ruídos e vai. Aviso também que não se deve temer o seu relinchar: a gente se engana e pensa que é a gente mesmo que está relinchando de prazer e de cólera (*Ib.*).

As “Palavras de uma Amiga”, na mesma crónica, tranquilizam, certamente a cronista, ao apelar para o desígnio da sua vocação e da sua autodirecção espiritual, sem prestar atenção à opinião alheia: “Fortifica o que de melhor tiveres em ti. Não prestes atenção à opinião alheia. Faze de ti mesma e de teu próprio *Eu* o teu mestre. Quando ele estiver bastante fortalecido, despertará e coisas jamais sonhadas te serão *reveladas* (*Ib.*).

A feminilidade da cronista está bem espelhada na reacção grata à oferta de um suéter “vermelho-luz”, “cor de flama e chama”, que “parece captar tudo o que é bom para ele e para mim” (*Ib.*: 122), “carícia de grande amizade”, que lhe permite “enfrentar o frio não só o real como os outros”: “admitindo como gloriosa a condição feminina” (*Ib.*: 123), mas acrescentando, em contrapartida ser “uma mulher a mais” (*Ib.*).

Esta feminilidade é reforçada na crônica de 7 de Setembro, “Os perfumes da terra” (*lb.*: 132-133), na qual, depois de falar do perfume do mar e do jasmim, confessa que se perfuma para intensificar o que é, reiterando que o seu perfume é secreto e se harmoniza com a sua identidade, com “sabedoria instintiva”, algo que não condiz com a identidade de suas amigas, a quem revelou o nome de tal perfume.

“Os prazeres de uma vida normal” surgem tanto na mesma crônica, na seção “Dormir”, como na de 21 de Setembro. Na primeira, cita a frase do inspector Maigret: “*pour agacer le plaisir de dormir*, para aguçar o prazer de dormir” (*lb.*: 133). Então, no calor dos lençóis, agradece a preciosidade da cama, ao pensar que a essa hora não precisa de se levantar para comprar um remédio ou atender uma “dessas visitas gordas em palavras”. Na segunda, refere quatro desses prazeres que nem sempre a acompanham, por circunstâncias várias: dormir, comer, ter inspiração, receber um telefonema amigo. E observa que “tudo o que é certo é normal. O estranho é a luta que se é obrigado a travar para obter o que simplesmente seria o normal” (*lb.*: 137):

O pequeno êxtase da palavra fluir junto do pensamento e do sentimento:
nessa hora como é bom ser uma pessoa!

E receber o telefonema de um amigo, e a comunicação de vozes e alma ser perfeita? Quando se desliga: que prazer dos outros existirem e de a gente se encontrar nos outros. Eu me encontro nos outros (*lb.*).

Clarice, na mesma crônica, recebe a “Lição de filho”, antes de ele fazer 14 anos, advertindo a mãe para a diferença entre emoção e nervosismo, levando-a a desistir de tomar um calmante perante a descoberta da força num concerto de piano de uma amiga, ainda moça, “excessivamente suave, com voz de criança, e de um feminino-infantil” (*lb.*: 138). Perante tal advertência, declara que viveu “o que era para ser vivido” (*lb.*: 139):

Começou. E, Deus, ela possuía força. Seu rosto era outro, irreconhecível. Nos momentos de violência apertava violentamente os lábios. Nos instantes de doçura entreabria a boca, dando-se inteira. E suave, da testa escorria para o rosto o suor. De surpresa de descobrir uma alma insuspeita, fiquei com os olhos cheios de água, na verdade eu chorava (*lb.*: 138).

Na crônica de 28 de Setembro, em “Lembrança de filho pequeno”, auto-avalia o seu olhar contemplativo de mãe, “concentrado de amor”, vendo o filho lamber um sorvete de chocolate, tomando consciência da “rudeza” de seu silêncio, com seu “olho vazio”, impenetrável, “endomingada pela natureza”, “imigrante que se enraizou em terra nova”, “estrangeira que não fala a língua do país”:

Não sinto nada porque isso deve ser amor pesado e indivisível. Ali estou, recuada. Recuada diante de tanto. O indevassável me deixa com uma espécie de obstinação áspera; impenetrabilidade é o meu nome; estou ali, endominhada pela natureza. Minha cara deve estar com um ar teimoso, com olho de estrangeira que não fala a língua do país. Parece um torpor. Não me comunico com pessoa alguma. Meu coração é pesado, obstinado, inexpressivo, fechado a sugestões (*Ib.*: 139).

A descoberta pelos filhos da “Mãe Gentil”, como pessoa interessada na sua educação, é objecto da crónica de 12 de Outubro (cf. *Ib.*: 143). O diálogo cultural surge, assim, como exemplo dessa descoberta, como a leitura de *Contos da Velha Rússia*, de Anton Tchekov.

Ainda em espírito de auto-análise, Clarice contrapõe às pessoas que elogiam a sua “sensibilidade inteligente”, “mais importante para viver e entender os outros” do que a inteligência pura, dando o exemplo de uma amiga:

Tenho uma amiga, por exemplo, que, além de inteligente, tem o dom da sensibilidade inteligente, e, por profissão, usa constantemente esse dom. O resultado então é que ela tem o que eu chamaria de *coração inteligente* em tão alto grau que a guia e guia os outros como um verdadeiro radar (*Ib.*: 149).

Na coluna “Intelectual? Não”, confirma tal ponto de vista, contrapondo a intuição à inteligência, à cultura, à literatura:

Ser intelectual é usar sobretudo a inteligência, o que eu não faço: uso é a intuição, o instinto. Ser intelectual é também ter cultura, e eu sou tão má leitora que, agora já sem pudor, digo que não tenho mesmo cultura. Nem sequer li as obras importantes da humanidade [...].

Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros “uma profissão”, nem uma “carreira”. Escrevi-os só quando espontaneamente me vieram, e só quando eu realmente quis. Sou uma amadora?

O que sou então? Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal (*Ib.*).

E acrescenta, na secção seguinte, “O que eu queria ter sido”, muito mais importante do que é. A sua vocação era, desde pequena, não a escritora que o destino lhe permitiu ser, mas a de lutadora social. Desde logo, sentia-se comprometida com a protecção dos animais. Depois, defendia as pessoas acusadas. Visitava os mocambos, em Recife. Vibrava com os discursos na rua a favor dos socialmente desfavorecidos:

E eu sentia o drama social com tanta intensidade que vivia de coração perplexo diante das grandes injustiças a que são submetidas as classes menos privilegiadas. [...] E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender os direitos dos outros.

No entanto, o que terminei sendo, e tão cedo? Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima. É pouco, é muito pouco (*lb.*: 150).

Na crónica de 16 de Novembro, na coluna “Comer, comer”, Clarice apresenta a simplicidade e a autenticidade do seu lar, com o fogo aceso da cozinha e do amor, e não como “metafísica”:

E quanto a mim, acho certo que num lar se mantenha aceso o fogo para o que der e vier. Uma casa de família é aquela que, além de nela se manter o fogo sagrado do amor bem aceso, mantenham-se as panelas no fogo. [...] Além de comer conversamos muito sobre o que acontece no Brasil e no mundo, conversamos sobre que roupa é adequada para determinadas ocasiões. Nós somos um lar (*lb.*: 152).

Lembrando o lema epicurista de Horácio *carpe diem* (colhe, aproveita o momento presente), a crónica de 28 de Dezembro, “Aprender a viver”, propõe o conselho do filósofo americano Thoreau: “melhore o momento presente”. Ressoam também neste conselho ecos do Evangelho (cf. *Lc.*, 12, 33-34): “Eles ficam juntando tesouros que as traças e a ferrugem irão roer e os ladrões roubar” (*lb.*: 160). Concretizando este apelo nos “jovens que queriam tornar-se escritores mas que contemporizavam – ou esperando uma inspiração ou se dizendo que não tinham tempo por causa de estudos ou trabalhos – ele mandava ir *agora* para o quarto e começar a escrever” (*lb.*). Exorcizando o medo como “causa da ruína dos nossos momentos presentes” e as “as assustadoras opiniões que temos de nós mesmos”, mais tirânicas do que a opinião pública, incentiva, com o filósofo: “Porque não deixamos penetrar a torrente, abrimos os portões e pomos em movimento toda a nossa engrenagem?” (*lb.*). E termina a crónica com citações de Bernanos, colhidas na leitura de um jornal, a propósito da impostura do “mundo livre” e da “salvação pelo risco”:

Além disso, procurava a *salvação pelo risco – sem o qual a vida para ele não valia a pena* – “e não pelo encontro senil, que não é só dos velhos, é de todos os que defendem as suas posições, inclusive ideológicas, inclusive religiosas” (o grifo é meu).

Para Bernanos, dizia o artigo, o maior pecado sobre a terra era a avareza, sob todas as formas. “A avareza e o tédio danam o mundo”. “Dois ramos,

enfim, do egoísmo" [...].

Repito por pura alegria de viver: a salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena! (*lb.*: 161).

A ventura e a aventura dos "Banhos de mar", na evocação da infância, em Olinda, Recife, são objecto da crónica de 25 de Janeiro de 1969. A sensação de sair de madrugada de casa, atravessar a cidade escura, contemplar a "luz trêmula de sol escondido" a banhar o mundo, descobrir animais de verdade, tornava-a "uma criança completa de alegria": "E me serviu como promessa de felicidade para o futuro. Minha capacidade de ser feliz se revelava. Eu me agarrava, dentro de uma infância muito infeliz, a essa ilha encantada que era a viagem diária" (*lb.*: 170). Embriagada com o cheiro do mar, os banhos em jejum significavam para ela uma vida pura: "E eu fazia o que no futuro sempre iria fazer: com as mãos em concha, eu as mergulhava nas águas, e trazia um pouco de mar até minha boca: eu bebia diariamente o mar, de tal modo queria me unir a ele" (*lb.*: 170-171). E termina a evocação, ainda emocionada, com as interrogações: "A quem devo pedir que na minha vida se repita a felicidade? Como sentir com a frescura da inocência o sol vermelho se levantar? Nunca mais?" (*lb.*: 171).

O espírito socrático do despojamento intelectual, que também se encontra no Evangelho, no Budismo e no Taoísmo, inspira a secção "Não entender" da crónica de 1 de Fevereiro, na articulação paradoxal entre "não entender" e "entender". No fundo, ultrapassar as limitações do conhecimento, sempre relativo, sem deixar a abertura ao conhecimento, aspiração humana universal:

Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender. Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma bênção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo (*lb.*: 172).

O receio de algumas leitoras (no feminino) sobre as eventuais "concessões" da escritora, na escrita crónica ("Seja você mesma"), leva Clarice, na crónica de 29 de Março, equacionar "Perguntas grandes" sobre a identidade própria:

Um dia desses, ao ouvir um "seja você mesma", de repente senti-me entre perplexa e desamparada. É que também de repente me vieram então perguntas terríveis: quem sou eu? como sou? o que ser? quem sou realmente? e eu sou?

Mas eram perguntas maiores do que eu (*lb.*: 180).

Na mesma crónica, apresenta dúvidas sobre seguir os impulsos, reconhecendo-se como “pessoa impulsiva”. Então o erro experimentado prova que, em vez de intuição, se tratou de “infantilidade”. A dúvida surge, como num “impasse”: por um lado, “se reflito demais, deixo de agir”; por outro, “sob o impulso, já fiz bem a algumas pessoas”. Outra contradição:

[...] às vezes, ter sido impulsiva me machuca muito. E mais: nem sempre meus impulsos são de boa origem. Vêm, por exemplo, da cólera. Essa cólera às vezes deveria ser desprezada; outras, como me disse uma amiga a meu respeito, são *cólera sagrada*. Às vezes minha *bondade* é fraqueza, às vezes ela é benéfica a alguém ou a mim mesma. Às vezes restringir o impulso me anula e me deprime; às vezes restringi-lo dá-me uma sensação de força interna (*lb.*: 181-182).

As dúvidas continuam entre o “acertar” e o “errar”, na aceitação resignada dos resultados, entre o “lutar”, como pessoa adulta, e o tornar-se “adulta demais”, temendo perder “um dos prazeres do que é um jogo infantil”, “uma alegria pura”, concluindo: “Não sou madura bastante ainda. Ou nunca serei” (*lb.*: 182).

“A perigosa aventura de escrever” é o título de uma secção da crónica de 5 de Abril, na qual a escritora reflecte sobre o desconhecimento das consequências da intuição no acto da escrita, esboçando reticências ao próprio conceito de “coração puro”, concluindo que “não se brinca com a intuição, não se brinca com o escrever”.

Eis as reservas expostas:

É perigoso porque nunca se sabe o que virá – se se for sincero. Pode vir o aviso de uma destruição, de uma autodestruição por meio de palavras. Podem vir lembranças que jamais se queria vê-las à tona. O clima pode se tornar apocalíptico. O coração tem que se tornar puro para que a intuição venha. E quando, meu Deus, pode-se dizer que o coração está puro? Porque é difícil apurar a pureza: às vezes no amor ilícito está toda a pureza do corpo e da alma, não abençoado por um padre, mas abençoado pelo próprio amor. E tudo isso pode-se chegar a ver – e ter visto é irrevogável (*lb.*: 183).

Em “Fios de seda”, na crónica de 17 de Maio, evocando Henry James, a escritora problematiza a sua escrita no âmbito da dicotomia objectividade/subjectividade, clareza/hermetismo. Comentando a metáfora do fio de seda aplicada por aquele escritor norte-americano à experiência e à inteligência, quando é imaginativa (“ela apanha para si as mais leves sugestões, abriga os próprios pulsos do ar em *revelações*”), Clarice afirma:

Sem nem de longe ser de gênio, quantas revelações. Quantos pulsos apanhados no fino ar. Os delicados fios suspensos na câmara do consciente. E

no inconsciente a própria enorme aranha. Ah, a vida é maravilhosa com suas teias captantes.

Avisem-me se eu começar a me tornar eu mesma demais. É minha tendência. Mas sou objetiva também. Tanto que consigo tornar o subjetivo dos fios de aranha em palavras objetivas. Qualquer palavra, aliás, é objeto, é objetiva. Além do mais, fiquem certos, não é preciso ser inteligente: a aranha não é, e as palavras não se podem evitar. Vocês estão entendendo? Nem precisam. Recebam apenas, como eu estou dando. Recebam-me com fios de seda (*lb.*: 194).

Comentando Thomas Merton, na crônica de 14 de Junho, Clarice recupera a função da verdadeira solidão individual na comunidade, através das comparações do silêncio, em relação à linguagem, e do ar, em relação aos pulmões, e através da condenação da “asfixia espiritual” dos indivíduos:

A falsa solidão é egocêntrica. [...] A verdadeira solidão limpa a alma, abre-se completamente para os quatro ventos da generosidade. A falsa solidão fecha a porta aos homens.

Ambas as solidões procuram distinguir o indivíduo da multidão. A verdadeira consegue, a falsa falha. A verdadeira solidão separa um homem dos outros para que ele possa desenvolver o bem que está nele, e então cumprir seu verdadeiro destino a pôr-se ao serviço de uma pessoa (*lb.*: 202).

Em “Aprender a viver”, da crônica de 28 de Junho, Clarice analisa a sua consciência de culpa, demarcando-se dos que “entram numa igreja, aceitam a penitência e saem mais livres” e desejando “um dia escrever uma espécie de tratado sobre a culpa”:

Como descrevê-la, aquela que é irremissível, a que não pode corrigir-se? Quando a sinto, ela é até fisicamente constrangedora: um punho fechando o peito, abaixo do pescoço. [...]

Mas não sou dos que se libertam. A culpa em mim é algo tão vasto e tão enraizado que o melhor ainda é aprender a viver com ela, mesmo que tire o sabor do menor alimento: tudo sabe mesmo de longe a cinzas (*lb.*: 206).

Mas esta consciência de culpa é atenuada em “Submissão ao processo”, da crônica de 20 de Janeiro de 1973, na qual é reconhecido com naturalidade que o

processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era «nada» – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver (*lb.*: 445-446).

A noveleta “Travessuras de uma menina”, em cinco crônicas (3, 10, 17, 24 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1970), relata a história da infância de Clarice, na qual provoca o seu professor de instrução básica, numa relação de amor/ódio:

O professor era gordo, grande e silencioso, de ombros contraídos. [...] E eu era atraída por ele. Não amor, mas atraída pelo seu silêncio e pela controlada impaciência que ele tinha de nos ensinar e que, ofendida, eu adivinhara. Passei a me comportar mal na sala. Falava muito alto, mexia com os colegas, interrompia a lição com piadinhas até que ele dizia vermelho: – Cale-se ou expulso a senhora da sala (*Ib.*: 259).

Esta gama contraditória de sentimentos e atitudes de uma pré-adolescente (“eu o exasperava tanto que se tornara doloroso para mim ser o objecto de ódio daquele homem que de certo modo eu amava” (*Ib.*) constitui o motivo da sedução e da irritação que a acompanha durante as aulas: “Não o amava como a mulher que eu seria um dia, amava-o como uma criança que tenta desesperadamente proteger um adulto, com a cólera de quem ainda não foi covarde e vê um homem forte de ombros tão curvos” (*Ib.*). O jogo atraente entre a “glória do martírio” e a “vergonha”, a “perplexidade” e a “assustadora esperança”, numa “mesquinha luta que eu encetara pela salvação daquele homem” (*Ib.*), como que dá corda a esse brinqueado de provocação: “Eu queria o seu bem, e em resposta ele me odiava. Contundida, eu me tornara o seu demônio e tormento, símbolo do inferno que devia ser para ele ensinar aquela turma risonha de desinteressados” (*Ib.*). Claro que tal jogo perigoso só poderia desembocar em insucesso escolar: “Aprender eu não aprendia naquelas aulas. O jogo de torná-lo infeliz já me tomara demais” (*Ib.*: 261). O desenlace de tal história, contando com a compreensão do visado, transforma uma noveleta provocatória numa exemplar aprendizagem do amor e da vida:

Ali estava eu, a menina esperta demais, e eis que tudo o que em mim não prestava servia a Deus e aos homens. Tudo o que em mim não prestava era o meu tesouro.

Como uma virgem anunciada, sim. Por ele me ter permitido que eu o fizesse enfim sorrir, por isso ele me anunciara. Ele acabara de me transformar em mais do que o rei da Criação. Fizera de mim a mulher do rei da Criação. Pois logo a mim, tão cheia de garras e sonhos, coubera arrancar de seu coração a flecha farpada. [...] E foi assim que no grande parque do colégio lentamente comecei a aprender a ser amada, suportando o sacrifício de não merecer, apenas para suavizar a dor de quem não ama (*Ib.*: 269).

1.5. A vida e a morte (*Eros/Thánatos*)

A reiterada afirmação do valor da Vida, em oposição ao medo de morrer, é um tema fundamental da escrita clariciana, designadamente na sua cronística. O amor inscreve-se nessa pulsação natural que aproxima Homem e Mulher, no mais elementar mistério da Vida.

Com a maior simplicidade do mundo, mas também “com um pouco de pudor”, Clarice, em “Amor imorredouro”, da crónica de 9 de Setembro de 1967, ao perguntar o assunto que mais interessaria às mulheres, recebe como resposta a de uma amiga: “o que mais interessa à mulher é o homem”. Mas não se deixa intimidar, já que o contrário também é verdadeiro: ao homem interessa, sobretudo, a mulher. E, numa sucessão de perguntas e respostas, vai tecendo a complexa teia do interesse feminino pelo seu interlocutor masculino:

O homem. Como homem é simpático. Ainda bem. O homem é a nossa fonte de inspiração? É. O homem é o nosso desafio? É. O homem é o nosso inimigo? É. O homem é o nosso rival estimulante? É. O homem é o nosso igual ao mesmo tempo inteiramente diferente? É. O homem é bonito? É. O homem é engraçado? É. O homem é um menino? É. O homem também é um pai? É. Nós brigamos com o homem? Brigamos. Nós não podemos passar sem o homem com quem brigamos? Não. Nós somos interessantes porque o homem gosta de mulher interessante? Somos. O homem é a pessoa com quem temos o diálogo mais importante? É. O homem é um chato? Também. Nós gostamos de ser chateadas pelo homem? Gostamos (*Ib.*: 30).

E, após esta lista quase interminável de questões, sob o olhar feminino do homem, a cronista, tocando “um ponto nevrálgico”, conclui: “como o homem nos dói. E como a mulher dói no homem” (*Ib.*). Para o comprovar, narra a história do taxista espanhol que ainda sente uma “saudade diária” pelo grande amor de sua vida, Clarita, que morreu em seus braços e por causa de quem emigrou para o Brasil. No entanto, essa saudade “não atrasa sua vida, que ele consegue ter casos e variar de mulheres. Mas amar – nunca mais” (*Ib.*: 31).

Em “Prece por um padre”, na crónica de 16 de Setembro, Clarice, na sua oração por quem não devia ter medo de morrer, relativiza a dor e o mistério da morte, em face do amor (*Eros/Thánatos*):

faze com que ele sinta que a morte não existe porque na verdade já estamos na eternidade, faze com que ele sinta que amar é não morrer, que a entrega de si mesmo não significa a morte, faze com que ele sinta uma alegria modesta e diária, faze com que ele não Te indague demais, porque a resposta seria tão misteriosa quanto a pergunta, [...] faze com que ele receba o

mundo sem medo, pois para esse mundo incompreensível nós fomos criados e nós mesmos também incompreensíveis, então é que há uma conexão entre esse mistério do mundo e o nosso, mas essa conexão não é clara para nós enquanto quisermos entendê-la, abençoa-o para que ele viva com alegria o pão que ele come, o sono que ele dorme, faz com que ele tenha caridade por si mesmo, porque senão não poderá sentir que Deus o amou, faz com que ele perca o pudor de desejar que na hora da sua morte ele tenha uma mão humana para apertar a sua, amém (*lb.*: 32).

Em “Primavera ao correr da máquina”, de 23 de Setembro, evoca a eclosão primaveril do amor no mundo, prenunciada na “tepidéz do vento”, nas “doçuras do ar”. No entanto, o apelo à renovação da vida não inibe o desejo de morrer com o “pudor” da “pungência do bom”:

A quem darei a minha morte? que será como os primeiros calores frescos de uma nova estação. Ah, como a dor é mais suportável e compreensível que essa promessa de frígida e líquida alegria da primavera. É com tal pudor que espero morrer: a pungência do bom. Mas nunca morrer antes de realmente morrer: pois é tão bom prolongar essa promessa. [...] E desejo a vida mais cheia de um fruto enorme. Dentro desse fruto que em mim se prepara, dentro desse fruto que é succulento, há lugar para a mais leve das insônias que é a minha sabedoria de bicho acordado: um véu de alerteza, esperta apenas o bastante para apenas pressentir. [...]

Conseguirei captar o regozijo infinitamente doce de morrer? Ah como me inquieta não conseguir viver o melhor, e assim poder enfim morrer o melhor. [...] Mas não apressarei de um instante a vinda dessa felicidade – pois esperá-la vivendo é a minha vigília de vestal. [...] Vou esperar comendo com delicadeza e recato e avidez controlada cada mínima migalha de tudo, quero tudo pois nada é bom demais para a minha morte que é a minha vida tão terna que hoje mesmo ela já existe e já é (*lb.*: 34-35).

A desconfiança milenar do homem pela mulher encontra expressão na crónica de 11 de Novembro, “A favor do medo”. O convite masculino para um “passeito”, rejeitado pela convidada, origina uma reflexão sobre o medo e o terror. Apesar de “Homem Bom Caverna Direita Só Cinco Mulheres Não Bate Nenhuma Todas Contentes” (*lb.*: 43), o convite tem o eco de uma reminiscência da Idade da Pedra, segundo a qual teria sido “maltratada pelo amor de algum homem” (*lb.*: 42):

Estava alegre e revolucionada – mas era pelo medo.

Pois sou a favor do medo.

Então certos medos – aqueles não mesquinhos e que têm raiz de raça inextirpável – têm-me dado a minha mais incompreensível realidade. A ilogicidade de meus medos me tem encantado, dá-me uma aura que até me encabula.

Mal consigo esconder, sob a sorridente modéstia, meu grande poder de cair em medos (*Ib.*: 44).

No pólo oposto, a amizade com San Tiago Dantas, como se explicita na crónica de 6 de Janeiro de 1968, cumula de atenções a visada com rosas, em Paris:

Não posso dizer quantas rosas ele comprou para mim. Sei que eu andava pelas ruas sem poder carregar tantas, e à medida que eu andava as rosas caíam pelo chão. Se jamais fui bonita foi naquele amanhecer de Paris com rosas caindo de meus braços plenos. E um homem que enfeita uma mulher não tem lucidez fria (*Ib.*: 65).

A doença do amigo e a sua morte são ocasião para novo elogio a quem foi “herói de si mesmo”: “todo herói é um herói de si mesmo. Quem vence está-se vencendo” (*Ib.*: 66). Antes de morrer, havia gostado do título do livro *A Paixão segundo G.H.*

A admiração por Chico Buarque de Holanda virá também a fazer dele um amigo, como revela a sucessão das crónicas de 4 e 10 de Fevereiro, 23 de Março, 26 de Junho de 1971. A “candura” do músico impressiona a cronista, que a confronta com a personalidade própria: “E eu, apesar de não parecer, tenho candura dentro de mim. Escondo-a porque ela foi ferida. Peço a Deus que a sua candura nunca seja ferida e que se mantenha sempre” (*Ib.*: 76). Aproveitando a grafia lúdica de “Xico Buark”, inventada por Millôr Fernandes, Clarice recorda a brincadeira com palavras na infância, referindo a “figura pura e um pouco melancólica” do amigo, que “combina com a qualidade que ele tem de deixar os outros o chamarem e ele vir, com a capacidade que tem de sorrir conservando muitas vezes os olhos verdes abertos sem sorriso” (*Ib.*: 376). Indagado sobre a sua reacção ao sucesso, acha que esse fenómeno

faz parte das coisas exteriores que não contribuem em nada para ele: a pessoa tem sua vaidade, alegra-se, mas isso não é importante. Importante é aquele sofrimento de quem procura busca e achar. Ontem, disse-me, acordei com um sentimento danado porque terminei um trabalho (*Ib.*: 357).

Na crónica de 27 de Julho de 1968, reproduzida a 13 de Outubro de 1973, com o título “As águas do mar”, olhando uma mulher entrando no mar, a cronista aproxima esses “dois mundos incognoscíveis”, num “encontro de seus mistérios” (*Ib.*: 119). No “ritual” que acompanha essa entrada no mar, a mulher ensaia simbolicamente outra entrega, a do amor:

Era isso o que lhe estava faltando: o mar por dentro como o líquido espesso de um homem. [...] Mergulha de novo, de novo bebe mais água, agora sem

sofreguidão, pois não precisa mais. Ela é a amante que sabe que terá tudo de novo. O sol se abre mais e arrepi-a ao secá-la, ela mergulha de novo: está cada vez menos sôfrega e menos aguda. Agora sabe o que quer. Quer ficar de pé parada no mar. Assim fica, pois. [...] Depois caminha dentro de água de volta à praia. [...] E agora pisa a areia. Sabe que está brilhando de água, e sal e sol. Mesmo que o esqueça daqui a uns minutos, nunca poderá perder tudo isso. E sabe de algum modo obscuro que seus cabelos escorridos são de naufrago. Porque sabe – sabe que fez um perigo. Um perigo tão antigo quanto o ser humano (*lb.*: 120-121).

Na crónica de 7 de Abril de 1973 (“O mar de manhã”), o mar surge com a ambiguidade andrógina da “fusão perfeita do masculino com o feminino”: “Como explicar que o mar é o nosso berço materno mas que seu cheiro seja todo masculino; no entanto berço materno?” (*lb.*: 458).

A transcrição, em versão portuguesa, do soneto LXV de Miguel Ângelo, “À Beira da Morte”, sem qualquer comentário, na crónica de 3 de Agosto do mesmo ano, explicita como a cronista é sensível à problemática da morte. Na linguagem quinhentista, o poeta e artista italiano, verdadeiro humanista, cultor de várias artes, demarca-se da vacuidade da “arte terrena”, em face do “amor divino”, oferecido à humanidade, cingindo-a, em seus braços, “abertos em cruz” (*lb.*: 122).

A vivência do silêncio na paz da “Noite na Montanha” suíça, é objecto da crónica de 24 de Agosto. Silêncio “sem lembrança de palavras. Se és morte, como te alcançar” (*lb.*: 128). Mas também “silêncio que não dorme: é insone; e sem fantasmas”; silêncio “vazio e sem promessa” (*lb.*). Um silêncio que anuncia a morte e exige coragem:

Viver na orla da morte e das estrelas é vibração mais tensa do que as veias podem suportar. Não há sequer um filho de astro e de mulher como intermediário piedoso. O coração tem que se apresentar diante do nada sozinho e sozinho bater alto nas trevas. Só se sente nos ouvidos o próprio coração. Quando este se apresenta todo nu, nem é comunicação, é submissão. Pois nós não fomos feitos senão para o pequeno silêncio. Se não há coragem, que não se entre. Que se espere o resto da escuridão diante do silêncio, só os pés molhados pela espuma de algo que se espria dentro de nós. [...] Que se espere. Não o fim do silêncio mas o auxílio bendito de um terceiro elemento, a luz da aurora (*lb.*: 129).

Esta obsessão da morte encontra expressão na crónica de 5 de Outubro. Em “Eu sei o que é a Primavera”, a cronista refere a inevitabilidade do viver, evocando o sofrimento e o anúncio da morte:

Sinto que viver é inevitável. [...] Ser às vezes sangra. Mas não há como não sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. A primavera me dá

coisas. Dá do que viver. E sinto que um dia na primavera é que vou morrer. De amor pungente e coração enfraquecido (*lb.*: 141).

Noutra secção da mesma crónica, evoca “O terror” de nascer: “O nascimento era a morte de um ser uno se dividindo em dois solitários. Agora parecia fácil porque ele aprendera a manejar o seu terror secreto que duraria até a morte. Terror de estar na terra, como uma saudade do céu” (*lb.*: 142).

A 12 de Outubro, em “Talvez seja assim”, associa a morte ao “prazer do cansaço dolorido”, pois “Todo prazer intenso toca no limiar da dor”:

Morrer deve ser assim: por algum motivo estar-se tão cansado que só o sono da morte compensa. Morrer às vezes parece um egoísmo. Mas quem morre às vezes precisa muito. Será que morrer é o último prazer terreno? (*lb.*: 142).

Na secção “Estilo”, da mesma crónica, exprime o desígnio de escrever “o destino humano na sua pungência mortal”:

A pungência de se ser esplendor, miséria e morte. A humilhação e a podridão perdoadas porque fazem parte da carne fatal do homem e de seu modo errado na terra. O que eu escrevesse ia ser o prazer dentro da miséria. É a minha dívida de alegria a um mundo que não me é fácil (*lb.*: 143).

A proximidade paradoxal entre prazer e dor está expressa na secção “O nascimento do prazer”, da crónica de 23 de Novembro, na qual a “grandeza da morte surge como se “fosse o nosso bem maior e final”:

O prazer nascendo dói tanto no peito que se prefere a habituada dor ao insólito prazer. [...] Esse fundir-se total é insuportavelmente bom – como se a morte fosse o nosso bem maior e final, só que não é a morte, é a vida incomensurável que chega a se parecer com a grandeza da morte. Deve-se deixar-se inundar-se pela alegria aos poucos – pois é a vida nascendo. E quem não tiver força, que antes cubra cada nervo com uma película protetora, com uma película de morte para poder tolerar a vida (*lb.*: 155).

A experiência de quase ter tocado o cadáver exposto na igreja de Santa Teresinha deixa a cronista (“Quase”, de 18 de Janeiro de 1969) quase em estado de choque, apesar da natural ligação entre vida e morte. Na rua, o cheiro que mistura “corpo com gasolina, com vento do mar, com suor de axilas”, contrasta com o cheiro da morte:

E eu mesma não entendia por que tanto susto ao quase tocar na morte – se a mesma faz parte de nossa vida. Não se entende vida sem morte, no

entanto eu quase desmaiara ao tocar no que era também minha. Eu tinha que sair daquela igreja e os pés me faltavam ao solo. Finalmente consegui uma força maior, levantei-me e sem olhar para nada saí. Como explicar o que vi lá fora? Vertiginosa como eu estava, mais vertiginosa ainda fiquei vendo o sol aberto e uma alegria de abelha em flor, os carros passando, as pessoas todas vivas, vivas – só a velha morta e eu quase morta por ter aspirado as flores vermelhas aos pés da morte (*lb.*: 169).

A descoberta do retorno à terra, experimentada numa viagem ferroviária numa manhã primaveril, em Itália, é partilhada na crónica de 1 de Fevereiro (“Doçura da terra”). Tal descoberta permite a reflexão sobre o dom de ser feito de terra e as suas consequências:

Ah, por que não nos deixaram descobrir sozinhos que à terra retornaremos: fomos avisados antes de descobrir. [...]
De algum modo tudo é feito de terra. Um material precioso. [...] Que unidade. E por que não o espírito também? Meu espírito é tecido pela terra mais fina. A flor não é feita de terra? [...]
Que dom nos fez a terra separando-nos em pessoas – que dom nós lhe fazemos não sendo senão: terra. Nós somos imortais. E eu estou emocionada e cívica (*lb.*: 172).

No hospital, a crónica de 7 de Junho (“A noite mais perigosa”), a cronista a escuridão de uma sala de visitas, que, apesar da música, despertava o sentimento do receio de morrer. Em contraste com esse sentimento, e perante as imagens das flores e da abelha, proclama o seu amor à vida, na “claridade móvel” e no “gosto de mel”:

[...] e com medo pensei que aquela flor é a alma de quem acabara de morrer [...] e a flor me impressionava como se houvesse uma abelha perigosa rondando a flor – uma abelha gelada de pavor – diante da irrespirável graça desse bruxuleio que era a flor – e a flor ficava gelada de pavor diante da abelha que era muito doce das flores que ela mesmo chupava [...] – um rito fatal se cumpria [...] – não entendo que se possa ter medo de rosa – experimentaram com violetas que eram mais delicadas – mas tive medo – tinha cheiro de flor de cemitério [...] – não lamente a minha morte – já sei o que vou fazer e aqui mesmo no hospital – não será suicídio, meu amor, amo demais a vida e por isso nunca me suicidaria, mas vou mas é ser a claridade móvel, sentir o gosto de mel se eu for designada para ser abelha (*lb.*: 200).

De modo análogo, a crónica (“Espera impaciente”) de 28 de Junho justifica o paradoxo de se agarrar à vida enquanto se espera a morte:

O que chamo de morte me atrai tanto que só posso chamar de valoroso o modo como, por solidariedade com os outros, eu ainda me agarro ao que chamo de vida. Seria profundamente amoral não esperar, como os outros esperam, pela hora, seria esperteza demais a minha de avançar no tempo, e imperdoável ser mais sabida do que os outros. Por isso, apesar da intensa curiosidade, espero (*Ib.*: 205).

Na secção “Trecho”, da mesma crónica, a vida continua a ser o grande tema clariciano: “esse grande susto de estar viva, tendo como único amparo exatamente o desamparo de estar viva” (*Ib.*: 206).

A história da italiana Rosa, órfã recolhida na infância pelo orfanato de um convento (crónica de 4 de Abril de 1970), explicita o contraste entre a ingenuidade conventual e o idealismo sonhador de uma jovem, expresso no paraíso dos seus pensamentos. Abalada por febre nervosa, na sequência da leitura do livro *Le Corset Rouge*, ficou admirada quando o médico pôs em causa a legitimidade do mesmo, pensando que “tudo o que se escreve num livro e que se publica é verdade” (*Ib.*: 281). A tentação do suicídio, proveniente do amor, foi superada com a aprendizagem da vida:

Hoje dez anos mais velha que seu noivo, com quem dorme, ela ri sob a grande cabeleira e diz: não sei mesmo por que gosto mais do outono do que das outras estações, acho que é porque no outono as coisas morrem tão facilmente (*Ib.*: 282).

Em “As sete maravilhas de cada mundo”, da crónica de 16 de Maio, a amiga Azalea, “que simplesmente gosta de viver”, “sem adjectivos”, expressa as “maravilhas do seu mundo” em sete pontos: “ter nascido”; “os cinco sentidos”, através dos quais se experimenta o prazer e a dor, se comunica; a capacidade de amar; a intuição, que ultrapassa o raciocínio e os sentidos; a inteligência; a harmonia; a morte e a reencarnação (cf. *Ib.*: 288-289).

“Doar a si próprio” é o título de uma secção da crónica de 15 de Agosto, na qual Clarice fala do enxerto de pele que teve de fazer, como doação ao seu próprio corpo, ferido no incêndio, testemunhando o direito de receber amor e auto-estima, já que “um banco de doação de pele não é viável, pois esta, sendo alheia, não adere por muito tempo à pele do enxertado” (*Ib.*: 304): “tenta-se tirar a própria pele para enxertá-la onde é necessário. Só depois de pegado o enxerto é que vem a doação aos outros” (*Ib.*: 305):

Quanto à nossa fraqueza, a parte mais forte nossa é que tem que nos doar ânimo e complacência. E há certas dores que só a nossa própria dor, se for aprofundada, paradoxalmente chega a amenizar.

No amor felizmente a riqueza está na doação mútua. O que não significa que não haja luta: é preciso se doar o direito de receber amor. Mas lutar é bom. Há dificuldades que só por serem dificuldades já esquentam o nosso sangue, que este felizmente pode ser doado (*Ib.*).

“Ao correr da máquina”, na crónica de 17 de Abril de 1971, interliga novamente o amor e a morte (*eros/thánatos*): “Meu Deus, como o amor impede a morte” (*Ib.*: 340). Demarcando-se do suicídio de Virginia Woolf, Clarice reafirma o seu compromisso com a vida, de uma forma leve e aberta à realidade: “Viver a própria realidade. Descobrir a verdade. E, para sofrer menos, embotar-me um pouco. Pois não posso mais carregar as dores do mundo” (*Ib.*). E cita o exemplo da perfeita comunhão de almas que se verificou entre ela e uma pessoa amiga, infelizmente interrompida:

Como traduzir o profundo silêncio do encontro entre duas almas? [...] Éramos um só ser. Esses momentos são o meu segredo. Houve o que se chama de comunhão perfeita. Eu chamo a isso de: estado agudo de felicidade. [...] Foram os momentos mais altos que jamais tive. Só que depois... Depois eu percebi que para essas pessoas esses momentos de nada valiam, elas estavam ocupadas com outras. Eu estivera só, toda só. É uma dor sem palavra, de tão funda (*Ib.*: 341).

Em “Perdão, explicação e mansidão”, da crónica de 21 de Agosto, em referência ao trecho cronístico de 7 do mesmo mês (“Você é um número”), Clarice, que antes tinha investido o estigma numérico em todas as situações da vida (registo civil, título de eleitor, carta de condução, cartão de contribuinte, morada), agora chama a atenção para algo que escapa a essa ditadura do número, algo que é “inefável”, como o amor, a vida e a morte:

Porque há o inefável. O amor não é um número. A amizade não é. Nem a simpatia. A elegância é algo que flutua. E se Deus tem número – eu não sei. A esperança também não tem número. Perder uma coisa é inefável [...]. Morte é inefável. Mas a vida também o é. Inclusive ser é de um provisório impalpável. Consideração também. A criatividade (*Ib.*: 370).

“Sofrimento de não amar” é a mensagem transmitida na crónica “Dies Irae”, de 25 de Setembro, de mistura com a “gula pelo mundo” e a “grande alegria de viver”, numa prece de perdão: “Ira, transforma-te em mim em perdão já que és o sofrimento de não amar” (*Ib.*: 381).

Em “Futuro improvável”, na crónica de 12 de Maio de 1973, Clarice fala da sua morte, com o distanciamento irónico e sapiencial que lhe é peculiar. Distinguindo entre espírito, alma e corpo, deixa o espírito entregue “à família e

aos amigos com recomendações” (*Ib.*: 462), relativizando as suas exigências: “Não será difícil cuidar dele, exige pouco, às vezes se alimenta com jornais mesmo” (*Ib.*). Quanto à alma, apontando para a metempsicose, brinca com a sua reencarnação, de harmonia com a sua paixão pelos animais, enquanto seu corpo será transportado na bagagem do transe mortal:

Minha alma eu a deixarei, qualquer animal a abrigará: serão férias em outra paragem, olhando através de qualquer janela dita da alma, qualquer janela de olhos de gato ou de cão. De tigre, eu preferiria. Meu corpo, esse serei obrigada a levar. Mas dir-lhe-ei antes: vem comigo, como única valise, segue-me como a um cão. E irei à frente, sozinha, finalmente cega para os erros do mundo, até que talvez encontre no bar algum bólido que me rebente (*Ib.*).

1.6. As figuras femininas

Entre as figuras femininas, destacam-se as amigas e as mulheres simples, como as empregadas domésticas.

Em “Encontro perfeito”, na crónica de 18 de Novembro de 1967, Maria Bononi Antunes, sua amiga e comadre, é caracterizada como um “misto de lucidez e instinto, o que a torna um ser completo” (*Ib.*: 45). Seu encontro com ela foi tão perfeito que, “na hora da despedida, Maria disse «até amanhã». Eu me renovei em Maria, espero que ela se tenha renovado em mim, embora não precise” (*Ib.*).

Entre as empregadas, Aninha, “uma mineira calada”, espécie de “aparição muda”, faxineira, teve a ousadia de pedir um livro da autora para ler, declarando: “Gosto de coisas complicadas. Não gosto de água com açúcar” (crónica de 25 de Novembro, *in Ib.*: 48). A loucura de Aninha, na crónica de 16 de Dezembro, é interpretada como uma “doçura de Deus”, embora muito triste: “Ela não gostava de “água com açúcar”, e nem o era. O mundo não é. [...] Deus faz doçuras muito tristes. Será que deve ser bom ser doce assim?” (*Ib.*: 55).

Jandira, a cozinheira, mulher “tão forte que é vidente”, pressagia o período feliz que a irmã da cronista atravessava. Espantada com o presságio, aquela comentou: “Bom. Cada um tem a empregada que merece” (*Ib.*: 48).

Ivone, a outra cozinheira, que “não era de brincadeira”, não respondia ao ser interpelada, mas, ao fim de três interpelações, “dava um verdadeiro berro: «Chega!!!»” (*Ib.*). Ao ser despedida, respondeu “com voz bem fininha, a mais

melosa, humilde e enjoativa que se possa imaginar: «Sim, senhora» (*Ib.*: 49). No entanto, telefonou várias vezes e visitou pessoalmente a antiga patroa.

A peça *As Criadas*, de Jean Genet, transforma a maneira de encarar as empregadas, sentindo-se “culpada e exploradora”: “Fiquei toda alterada. Vi como as empregadas se sentem por dentro, vi como a devoção que às vezes recebemos delas é cheia de um ódio mortal” (crónica de 2 de Dezembro, *Ib.*: 50). No entanto, nem sempre esse ódio é declarado, como o da argentina, sob a forma de “uma devoção e de uma humildade especiais” (*Ib.*).

O caso de uma empregada que fazia psicanálise, também é objecto de apreciação, pelas suas atitudes angustiadas, revolta e “trinado histórico” (*Ib.*: 51) da sua voz. Acabou sendo despedida.

Interpretando simbolicamente o nome da empregada Eremita, de 19 anos, para além da sua presença física e “doçura próxima a lágrimas”, a crónica “Como uma corça”, de 27 de Janeiro de 1968, caracteriza-a como uma pessoa misteriosa, com a profundidade bebida na floresta, apesar da sua ignorância elementar:

Ah, então devia ser o seu mistério: ela descobrira um atalho para a floresta. Decerto nas suas ausências era para lá que ia. Regressando com os olhos cheios de brandura e ignorância, olhos completos. Ignorância tão vasta que nela caberia e se perderia toda a sabedoria do mundo (*Ib.*: 72).

Assim, as funções menores que desempenhava como criada não impediam a “inteireza de espírito que trouxera da floresta”, ela que escondia essa profundidade: “Que se subisse à tona com tudo o que encontrara na floresta seria queimada em fogueira” (*Ib.*).

Outra empregada, objecto da crónica de 23 de Março do mesmo ano, é “Outra Maria, essa ingênuo, e Carlota”. A sua ingenuidade é perspectivada a partir de uma breve conversa, na qual a apresentação da cronista em trajes menores, de acordo com a natural intimidade doméstica, serve para Carlota evocar outras patroas, a quem chama “madames”, incluindo uma prostituta: “Todas as madame usa assim mesmo. Trabalhei na casa de uma madame que até recebia visitas de homens de camisola” (*Ib.*: 88).

Na crónica “O arranjo”, de 20 de Julho, contrapõem-se duas espécies de empregadas: uma escrava, “mulher perfeita para cuidar das roupas e das crianças” (*Ib.*: 117); outra, livre, mulher de todos, injuriada pelos patrões, “realmente cansados de distribuir por famílias os seus filhos” (*Ib.*): “Mas ela não era escrava: vivia independente deles e dava à luz os seus próprios filhos, distribuídos depois como gatos, amarelados como a mãe” (*Ib.*: 118).

A “cantilena extremamente harmoniosa” de uma cozinheira, sem ter consciência da sua criatividade, serve de objecto de reflexão na crónica de 16 de Maio

de 1970, em “Conversa puxa conversa”. O eu criativo e a evolução do mundo conferem uma espécie de vertigem à cronista:

Ao pensar em “milhares de anos à nossa frente”, deu-me quase uma vertigem pois não consigo contar sequer com a cor que a terra terá. A posteridade existe e esmagará o nosso presente. E se o mundo se cria por ciclos, digamos, é possível que voltemos às cavernas e que tudo se repita de novo? Dói-me até o corpo ao pensar que não saberei jamais como o mundo será daqui a milhares de anos. [...] E a toada que a moça cantava vai dominar esse mundo novo: vai-se criar sem saber. [...]

A empregada é magra e morena, e nela se aloja um “eu”. [...] É estranho ter um corpo onde se alojar, um corpo onde sangue molhado corre sem parar, onde a boca sabe cantar, e os olhos tantas vezes devem ter chorado. Ela é um “eu” (*Ib.*: 289).

A jovem Cristina, entrevistadora de Clarice e também entrevistada por ela, para a série *Livro de Cabeceira da Mulher*, da Editora Civilização Brasileira, simboliza, segundo a crónica de 30 de Dezembro de 1967, a juventude brasileira e as suas capacidades: “Muitos rapazes e moças como você, e o Brasil iria para a frente” (*Ib.*: 60). A condição andrógina da escritora, independentemente da sua nacionalidade, é a perspectiva na qual se coloca a cronista:

Perguntou-me se eu me considerava uma escritora brasileira ou simplesmente uma escritora. Respondi que, em primeiro lugar, por mais feminina que fosse a mulher, esta não era uma escritora, e sim um escritor. Escritor não tem sexo, ou melhor, tem os dois, em dosagem bem diversa, é claro. Que eu me considerava apenas escritor e não tipicamente brasileiro (*Ib.*: 59).

Interrogada sobre a preferência pela maternidade ou pela literatura, a escritora opta pela primeira: “como mãe sou mais importante do que como escritora” (*Ib.*). Sobre a delineação das personagens femininas, protesta em parte quanto ao seu protagonismo: “Tenho um personagem masculino que ocupa o livro inteiro, e que não podia ser mais homem do que era” (*Ib.*). Surpreendeu a entrevistadora a resposta sobre o fracasso de escrever: “perguntou-me então por que eu escrevia. E eu não soube responder” (*Ib.*). Sobre a “literatura *engajada*”, o ponto de vista da entrevistada foi positivo: “Na verdade sinto-me *engajada*. Tudo o que escrevo está ligado, pelo menos dentro de mim, à realidade em que vivemos. É possível que este meu lado ainda se fortifique mais algum dia” (*Ib.*: 61). Quanto à literatura popular, a cronista minimizou a sua relevância no contexto nacional, em face da tirania imperante e da fome generalizada (na mesma entrevista, Clarice, indagada se “era de esquerda”, respondeu “que desejava para o Brasil um regime socialista. Não copiado da Inglaterra, mas um adaptado a nossos moldes” (*Ib.*: 59):

Perguntou-me o que eu achava da cultura popular. Eu disse que ainda não existe propriamente. Quis saber se eu a considerava importante. Eu disse que sim, mas que havia algo muito mais importante ainda: oferecer oportunidade de ter comida a quem tem fome. A menos que a cultura popular leve o povo a tomar consciência de que a fome dá o direito de reivindicar comida. Vide a nova encíclica que fala no recurso extremo à rebelião em caso de tirania (*Ib.*: 61).

A espera angustiada da chuva estival, na seca Índia, baralha a mãe de 15 filhos, na crónica “Calor humano”, de 13 de Janeiro de 1968: dois dias de falta de água, a ausência de dor, “nenhum sinal de lágrima e nenhum suor” (*Ib.*: 67). Só o anúncio de “um rolar de trovão seco”, ao longe, na esperança de que “agora alguma coisa vai mudar, que choverá ou que cairá a noite” (*Ib.*: 68) faz brotar as lágrimas: “Mas não suporta a espera de uma passagem, e antes da chuva cair, o diamante dos olhos se liquefaz em duas lágrimas. E enfim o céu se abranda” (*Ib.*: 68).

Duas mulheres são sinalizadas na crónica de 23 de Março do mesmo ano a partir de suas ofertas a Clarice Lispector. Ana Luísa, sua vizinha, que assistiu ao incêndio que a vitimou e é testemunha das suas insónias, mãe de Luciana, de sete ou nove anos, e de um menino de três anos, resolve presenteá-la com um polvo, porque se sentiu representada nas palavras da cronista: “Sou tímida mas tenho direito de ter meus impulsos; o que você escreveu hoje no jornal foi exatamente como eu sinto” (*Ib.*: 86). A ginecologista Dra. Maria B. oferece à escritora “as rosas mais lindas do mundo” (*Ib.*: 88), depois de chorar ao telefone, lamentando que ela desistisse de escrever romances.

Calúnias e intrigas são a resposta da escritora em “Estritamente feminino”, na crónica de 25 de Maio de 1968, à crítica de uma das assessoras à sua ausência do festival *As Escritoras se Reúnem Hoje no Rio em Festival*, contrapondo que só lhe “telefonaram uma vez, e não duas como relataram” (*Ib.*: 105) e que a sua *resposta literal* tinha sido que “lamentava não poder comparecer porque estaria nessa data fora do Rio” (*Ib.*). Acrescenta que a sua grande amiga e poeta Marly de Oliveira foi citada como presente, quando já se encontrava quinze dias antes em Buenos Aires, onde pretendia “morar alguns anos”.

A crónica de 8 de Junho do mesmo ano apresenta duas secções sobre a mulher: “Mulher demais” e “Ideal burguês”. A primeira desmonta os estereótipos da beleza fugaz e da segregação feminina (“desconfio de que a coluna ia era descambar para assuntos estritamente femininos, na extensão em que *feminino* é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias humildes mulheres: como se mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada” – *Ib.*: 108), enquanto a segunda exprime a capacidade de ordenar o que é caótico, particularmente desempenhada pela função de secretária,

que, no entanto, para a cronista, não substitui as responsabilidades maternas (cf. *Ib.*: 108-110).

O drama da timidez feminina é desenvolvido na crónica “A Bravata”, de 26 de Outubro, a propósito de uma professora primária, confrontada com a dificuldade de se apresentar com autenticidade, sem subterfúgios mascarados com a cosmética feminina (“Toda vestida, com uma máscara de pintura no rosto – ah *persona*, como não usar e enfim ser! –, sem coragem, sentou-se na poltrona de sua sala tão conhecida e seu coração pedia para ela não ir” – *Ib.*: 147), negando convites. O reencontro com um antigo amante não impediu o seu sofrimento naquele coquetel de colegas e só o sonho daquela noite pôde apaziguar a sua inquietação:

E no escuro daquela noite primaveril ela era uma mulher infeliz. Sim, era diferente. Mas sim, era tímida. Sim, era supersensível. Sim, vira um amor passado. O escuro e o perfume da primavera. O coração do mundo batia-lhe no peito. [...] Foi para casa como uma foragida do mundo. Era inútil esconder: a verdade é que não sabia viver. Em casa estava agasalhante, ela se olhou ao espelho quando estava lavando as mãos e viu a *persona* afivelada no seu rosto: a *persona* tinha um sorriso de palhaço. Então lavou o rosto e com alívio estava de novo com a alma nua. [...] A pílula de dormir começava a apaziguá-la. E a noite incomensurável dos sonhos começou (*Ib.*: 148).

“O ritual” do adorno feminino volta a ser objecto de reflexão na crónica de 23 de Novembro, agora a propósito de si própria, na hesitação entre o parecer e o ser:

Enfeitar-se é um ritual tão grave. A fazenda não é um mero tecido, é matéria de coisa. É a esse estofo que com meu corpo eu dou corpo. Ah, como pode um simples pano ganhar tanta vida? [...] Bonita, nem um pouco, mas mulher. Meu segredo ignorado por todos e até pelo espelho: mulher. Brincos? Hesito. Não. Quero a orelha apenas delicada e simples – alguma coisa modestamente nua. [...] E fica de um feio hierático como o de uma rainha egípcia, com o pescoço alongado e as orelhas incongruentes. Rainha egípcia? Não, sou eu, eu toda ornada como as mulheres bíblicas (*Ib.*: 154).

A alma feminina de uma dona de casa brota da secção “O terremoto”, na mesma crónica, quando, depois das compras, dos telefonemas e do almoço dos filhos, sentiu um choro, sem lágrimas, vindo do mais profundo de si mesma, abalando-a como um terremoto:

Então – então do ventre mesmo, como de um longínquo estremece de terra [...] – vem afinal o grande choro, um choro quase mudo, [...] aquele que ela

não quis nem previu – sacudida como uma árvore que é sempre mais sacudida que a fraca – e afinal reventados canos e veias e tendões pela grossura da água salgada do choro. Só depois que passa percebe que nenhuma lágrima a molhou. Foi o seco terremoto de um choro (*Ib.*: 154-155).

Maria, mãe de Jesus, é o arquétipo superior feminino, explicitado na crónica de 21 de Dezembro. Em “Anunciação”, a partir do quadro do italiano Savelli, Maria, grávida, “aperta a garganta com a mão, em surpresa e angústia” (*Ib.*: 158) perante a missão, anunciada “como destino seu e destino para a humanidade através dela”, arquétipo da missão individual perante o mundo inteiro (*Ib.*):

É a mais bela e cruciante verdade do mundo.

Cada ser humano recebe a anunciação: e, grávido de alma, leva a mão à garganta em susto e angústia. Como se houvesse para cada um, em algum momento da vida, a anunciação de que há uma missão a cumprir.

A missão não é leve: cada homem é responsável pelo mundo inteiro (*Ib.*).

Em “A Virgem em todas as mulheres”, ela figura o arquétipo feminino universal: na gravidez, cada mulher “sabe que dará à luz um ser que seguirá forçosamente o caminho de Cristo, caindo na sua vida muitas vezes sob o peso da cruz” (*Ib.*). Em complementaridade, no diálogo masculino/feminino, surge Cristo e São José. “Cristo seria alegre se não precisasse mostrar ao mundo a dor do mundo: como homem era um ser perfeito e por isso teria alegrias perfeitas” (*Ib.*). S. José é o “símbolo da humildade” e da “bondade”: “Ele sabia que não era o pai da Criança e cuidava da virgem grávida como se ele a tivesse germinado [...]. É o autoapagamento no grande momento histórico. Ele é o que vela pela humanidade” (*Ib.*: 158-159).

Em “Dia das mães”, a crónica de 13 de Maio de 1972 explana a história de uma bailarina do corpo de baile do Municipal, “muito frágil, quase sem peso, com busto de menina-moça” (*Ib.*: 416) que não desistia de ter um filho, ela que tinha “um aparelho genital infantil” e, embora “fértil”, não podia conceber. A cronista olha-a “quase no escuro”, reconhecendo a sua luta corajosa: “Sofrida, machucada, corajosa. Sim, ela era uma mãe, a dançarina de Degas” (*Ib.*: 417).

A dignidade de ser mãe, no entanto, não pode negar o direito à liberdade individual, como o caso dessa mãe da crónica de 15 de Dezembro de 1973 que, como um “cavalo bravo”, “dava uma fugida”: “Como convencê-los de que além de mãe era ela. E essa pessoa que exigia a liberdade de comer pipocas na rua” (*Ib.*: 475).

1.7. O mundo vegetal e animal

Sensível à Natureza, a obra de Clarice Lispector assenta, em grande parte, na fonte inspiradora, tanto referencial como metafórica, do mundo vegetal e animal, como interacção harmoniosa com a figuração humana.

A cronística não é excepção a essa abordagem, já que contempla várias histórias e reflexões que têm como fulcro esse mundo.

“Rosas silvestres”, na crónica de 25 de Maio de 1968, é a expressão metafórica do mundo: “Só esta expressão *rosas silvestres* já me faz aspirar o ar como se o mundo fosse uma rosa crua” (*lb.*: 105). E explica: “o perfume delas, meu Deus, me dá ânimo para respirar e viver” (*lb.*). O segredo de tal ânimo provém da sua capacidade progressivamente exalante: “à medida que vão envelhecendo vão perfumando mais” (*lb.*). O auge desse perfume é atingido no momento terminal: “Quando finalmente morrem, quando estão mortas, mortas – aí então, como uma flor renascida no berço “paradoxo parece simbolizar a coroação de uma missão cumprida até à exaustão: “Mas como jogá-las fora se, mortas, elas têm a alma viva?” (*lb.*: 106). O aproveitamento desse perfume vital a partir das suas pétalas, na “gaveta de roupa”, desperta o desejo de imitação: “Era assim que eu queria morrer: perfumando de amor. Morta e exalando a alma viva” (*lb.*). As rosas silvestres, em ramos de trepadeira, simbolizam, deste modo, a utopia de um mundo belo e harmonioso, profundamente amado e buscado até à morte: “Rosas silvestres, eu vos amo. Diariamente morro por vosso perfume” (*lb.*).

Esta exaltação do perfume, bem simbólica do mundo feminino e do cosmo em geral, concretiza-se também na flor do jasmim, no “cheiro do mar” e da terra, em “Os perfumes da terra”, da crónica de 7 de Setembro. A arte de se perfumar, como função auto-identificadora, provém, afinal, de “uma sabedoria instintiva”: “E eu me perfume para intensificar o que sou. Por isso não posso usar perfumes que me contrariem. [...] E como toda a arte, exige algum conhecimento de si própria. Uso um perfume cujo nome não digo: é meu, sou eu” (*lb.*: 132-133). Daqui a relação perfume e segredo: “é bom perfumar-se em segredo” (*lb.*: 133).

O perfume das flores atinge o seu máximo esplendor natural na estação primaveril, como se destaca na crónica de 5 de Outubro, “Eu sei o que é a primavera”. Mais uma vez, o mundo vegetal, agora no seu estádio renovador, simboliza o próprio eu, integrado na Natureza, em diálogo humilde e aberto com a pluralidade dos outros e plenitude do “grande Outro”:

Sei o que é a primavera porque sinto um perfume de pólen no ar, que talvez seja o meu próprio pólen, sinto estremecimento à toa quando um passarinho canta, e sinto que sem saber eu estou reformulando a vida. Porque estou viva. A primavera torturante, límpida e mortal que o diga, ela que me encontra

cada ano tão pronta para recebê-la. [...] Aceito esta minha cabeça à chuva tremeluzente da primavera, aceito que eu existo, aceito que os outros existam porque é direito deles e porque sem eles eu morreria, aceito a possibilidade do grande Outro existir apesar de eu ter rezado pelo mínimo e não me ter sido dado" (*Ib.*: 141).

Desafio de viver, mesmo sangrando, e aceitação da morte, "de amor pungente e coração enfraquecido", é a grande lição da Primavera: "Ser às vezes sangra. Mas não há como sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. [...] E sinto que um dia na primavera é que vou morrer" (*Ib.*).

Em "Primavera se abrindo", da crónica de 4 de Outubro de 1969, a oferta de uma "planta, primula" remete para a complexidade cósmica: "tão misteriosa que no seu mistério está contida a explicação inexplicável de uma presença divina: o segredo do cosmos" (*Ib.*: 237). Como uma máquina programada, as suas flores abrem-se, anunciando a Primavera:

Quando se aproxima a primavera, suas folhas morrem e em lugar delas nascem várias flores fechadas. A cor é roxo-violeta e branco, e mesmo fechadas têm um perfume feminino e masculino que é extremamente estonteador.

O segredo destas flores fechadas é que exatamente no primeiro dia da primavera elas se abrem e se dão ao mundo. Como? Mas como sabe essa modesta planta que a primavera acaba de se iniciar? E as flores se abrem de repente. A gente está sentada perto, olhando distraída, e eis que elas vagamente vão se abrindo e se entregando à nova estação, sob os nossos olhos espantados (*Ib.*: 237-238).

A citação do Livro do *Eclesiástico* (24: 33) consagra esta crónica primaveril, num apontamento espiritual digno de registo: "Cresci como a vinha de frutas de agradável odor e minhas flores são frutos de glória e abundância" (*Ib.*: 238).

"O milagre das folhas", caindo delicadamente no cabelo e nos cílios da cronista, é objecto da crónica de 4 de Janeiro de 1969, ao significar a relação entre os outros e o eu, nem sempre pacífica e racional, mas também a escolha de Deus:

O milagre das folhas. Estou andando pela rua e do vento me cai uma folha exatamente nos cabelos. A incidência da linha de milhões de folhas transformadas em uma única, e de milhões de pessoas a incidência de reduzi-las a mim. Isso me acontece tantas vezes que passei a me considerar modestamente a escolhida das folhas. Com gestos furtivos tiro a folha dos cabelos e guardo-a na bolsa, como o mais diminuto diamante. Até que um dia, abrindo a bolsa, encontro entre os objetos a folha seca, engelhada, morta. Jogo-a fora: não me interessa fetiche morto como lembrança. E também porque sei que novas folhas coincidirão comigo.

Um dia uma folha me bateu nos olhos. Achei *Deus* de uma grande delicadeza (*Ib.*: 165-166).

Em “Brain Storm”, da crónica de 22 de Novembro do mesmo ano, as flores do campo são evocadas como símbolo de beleza simples e natural, não cultivada, como é preconizado na espiritualidade franciscana:

Vejo as flores na jarra: são flores-do-campo, nascidas sem se plantar, são lindas e amarelas. Mas minha cozinheira disse: mas que flores feias. Só porque é difícil compreender e amar o que é espontâneo e franciscano. Entender o difícil não é vantagem, mas amar o que é fácil de se amar é uma grande subida na escala humana (*lb.*: 245).

A metáfora da “rosa da semana” é, na crónica de 11 de Julho de 1970, aplicada ao sábado e ao domingo de manhã: “e ao vento sábado era a rosa de nossa insípida semana” (*lb.*: 297).

No Dia da Árvore, a crónica de 21 de Setembro contempla “Um reino cheio de mistério”. Reivindicando o dia da plantação, a cronista faz considerações sobre o acto de plantar e da espera paciente da colheita, tal como na criação artística, partilhando a experiência nas culturas do milho e do tomate: “Esperar que algo amadureça é uma experiência sem par: como na criação artística em que se conta com o vagaroso trabalho do inconsciente. Só que as plantas são a própria inconsciência” (*lb.*: 317). A contemplação do reino vegetal, no Jardim Botânico, é um transporte “para um novo reino”:

Entrar no Jardim Botânico é como se fôssemos trasladados para um novo reino. Aquele amontoado de seres livres. O ar que se respira é verde. É úmido. É a seiva que nos embriaga de leve: milhares de plantas cheias de vital seiva. Ao vento as vozes translúcidas das folhas de plantas nos envolvem num suavíssimo emaranhado de sons irreconhecíveis. Sentada ali num banco, a gente não faz nada: fica apenas sentada deixando o mundo ser. O reino vegetal não tem inteligência e só tem um instinto, o de viver. Talvez essa falta de inteligência e de instintos seja o que nos deixa ficar tanto tempo sentada dentro do reino vegetal (*lb.*: 318).

Em “Dicionário”, a crónica de 3 de Abril de 1971 regista, sem ordem alfabética, várias entradas de verbetes do reino vegetal: néctar, pistilo, pólen, estame, fecundação, rosa, cravo, girassol, violeta, sempre-viva, margarida, palma, orquídea, tulipa, florzinha dos trigais, angélica, jasmim, estrelícia, “azaleia”, dama-da-noite, flor de cactos, “edelvais”, gerânio, vitória-régia. Mais do que definições ou caracterizações botânicas, os verbetes expressam o olhar particular da cronista, como o da “rosa”:

Rosa – É a flor feminina, dá-se toda e tanto que para ela própria só resta a alegria de se ter dado. Seu perfume é de um mistério feminino, se profundamente aspirada, toca no fundo do coração e deixa o corpo todo perfumado.

O modo de ela se abrir em mulher é belíssimo. Suas pétalas têm um gosto bom na boca, é só experimentar. As vermelhas ou as *príncipe negro* são de grande sensualidade. As amarelas dão um alarme alegre. As brancas são a paz. As cor-de-rosa são em geral mais carnudas e têm a cor por excelência. As alaranjadas são sexualmente atraentes (*lb.*: 338).

O apelo à partida eterna é expresso na alegoria “Flor mal-assombrada e viva demais”, na crónica de 6 de Maio de 1972, descodificada como o “encontro temerário” da abelha (a cronista) com a flor, a rosa:

[...] era como se eu nunca tivesse visto uma flor – era alguma coisa perfeita e cheia de graça que parece sobre-humana mas é vida – e com medo inventei que aquela flor era a alma de alguém que acabara de morrer [...] e a flor estava tão vibrante como se houvesse uma abelha perigosa rondando-a [...] melhor dizer que a abelha e a flor emocionadas se encontravam, vida contra vida, vida a favor da vida – [...] a abelha era eu – e a flor tremia diante da doçura perigosa da abelha – [...] não entendo que se possa ter medo de uma rosa – pois a flor era uma rosa – [...] e as flores e as abelhas já me chamam – [...] e na verdade profundamente eu quero ir – é o encontro meu com meu destino esse encontro temerário com a flor (*lb.*: 415).

“A rosa branca”, na crónica de 23 de Setembro, fecha a série do mundo vegetal. A flor é caracterizada com duas metáforas em sinestesia, a da “catedral de vidro” e a do coral infantil, a duas vozes, ambas figurativas da espiritualidade:

Corola alta: que extrema superfície. Catedral de vidro superfície da superfície, inatingível. Pelo teu talo duas vozes à terceira e à quinta e à nona se unem em coral – crianças sábias abrem bocas de manhã e entoam espírito, leve superfície de espírito, superfície intocável de uma rosa (*lb.*: 424).

Na invocação que lhe dirige, confronta-se a dilacerante contradição entre o delicado desejo da sua alegre harmonia e o pudor verbal de um “coração grosseiro”:

Não abaixo minha cabeça rosnante: quero ao menos sofrer tua vitória com o sofrimento angélico de tua harmonia, de tua alegria. Mas dói-me o coração grosseiro como em amor por um homem. E das mãos tão grandes saem as palavras envergonhadas (*lb.*).

Recorrente na obra clariciana, o bestiário confere à escrita uma “carga emblemática”, na expressão de Carlos Mendes de Sousa (SOUSA, 2000: 235), com a “presença obsessiva” de várias figuras:

O animal começa por ser entrevistado como um dos mais óbvios e indispensáveis signos numa caracterização da escrita de Clarice Lispector, cuja fundamentação pudemos encontrar algo no ovo, figura fundadora. Falar em Clarice Lispector é falar da barata ou da galinha ou do cavalo e poder-se-ia, seguidamente, continuar com um extenso rol: o cão, um búfalo, um mico, uma esperança, etc. No entanto, os três primeiros constituem uma tríade obsessiva [...] um funcionamento singular (SOUSA, 2000: 235).

Em “Uma história de tanto amor”, da crónica de 10 de Agosto de 1968, correspondente a um conto homónimo de *Felicidade Clandestina* (1971), “Era uma vez uma menina que observava tanto as galinhas que lhes conhecia a alma e os anseios íntimos” (LISPECTOR, 1999: 123). A pretensa doença de fígado que ela diagnosticara numa das suas galinhas (Pedrina e Petronilha) mais não era do que uma característica galinácea, pois “o cheiro debaixo das asas era aquela morrinha mesmo” (*ib.*: 123):

A menina ainda não tinha entendido que os homens não podem ser curados de serem homens e as galinhas de serem galinhas: tanto o homem como a galinha têm misérias e grandeza (a da galinha é a de pôr um ovo branco de forma perfeita) inerentes à própria espécie (*ib.*: 123-124).

A decepção da menina, ao deparar com o abate da galinha Petronilha, quando regressa a casa, depois de um dia fora, corresponde a um amor gratuito que foi contrariado pela família: “A menina era criatura de grande capacidade de amar: uma galinha não corresponde ao amor que se lhe dá e no entanto a menina continuava a amá-la sem esperar reciprocidade” (*ib.*: 124). Por isso, “passou a odiar todo o mundo da casa, menos sua mãe que não gostava de comer galinha e os empregados que comeram carne de vaca ou de boi” (*ib.*). Comportamento diferente foi verificado quando, “um pouco maiorzinha”, o seu amor por outra galinha, a Eponina, era “mais realista e não romântico: era o amor de quem já sofreu por amor” (*ib.*). Por isso, ao chegar “a vez de Eponina ser comida, a menina não apenas soube como achou que era o destino fatal de quem nascia galinha” (*ib.*: 124-125). O amadurecimento racional e afectivo da menina fê-la compreender o drama da solidão dos animais: “As galinhas pareciam ter a presciência do próprio destino e não aprendiam a amar os donos nem o galo. Uma galinha é sozinha no mundo” (*ib.*: 125). Em compensação, recordou as palavras da mãe no momento do primeiro desgosto: “comeu Eponina mais do que todo o resto da família, comeu sem fome, mas com um prazer quase físico porque sabia agora que assim Eponina se incorporaria nela e se tornaria mais sua do que em vida” (*ib.*). O pormenor do “ritual pagão” do “molho pardo” com o qual Eponina foi cozinhada reforça essa nova relação de posse entre a menina e

a sua favorita: “De modo que a menina, num ritual pagão que lhe foi transmitido de corpo a corpo através dos séculos, comeu-lhe a carne e bebeu-lhe o sangue” (*Ib.*). No entanto, tal não impediu a normal evolução afectiva da menina, apesar dos “ciúmes” que, nessa refeição tinha “de quem também comia Eponina”: “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia os homens” (*Ib.*).

Em “Nossa Truculência”, de 13 de Dezembro de 1969, a cronista como que retoma o desfecho da história anterior, repensando a nossa tendência canibal, a partir do prato de galinha ao molho pardo:

Quando penso na alegria voraz com que comemos galinha ao molho pardo, dou-me conta de nossa truculência. Eu, que seria incapaz de matar uma galinha, tanto gosto delas vivas mexendo o pescoço feio e procurando minhocas. Deveríamos não comê-la e ao seu sangue? Nunca. Nós somos canibais, é preciso não esquecer. É respeitar a violência que temos. E, quem sabe, se não comêssemos a galinha ao molho pardo, comeríamos gente com seu sangue. [...] A nossa vida é truculenta: nasce-se com sangue e com sangue corta-se a união que é o cordão umbilical. E quantos morrem com sangue. É preciso acreditar no sangue como parte de nossa vida. A truculência. É amor também (*Ib.*: 252).

Em *A Vida Íntima de Laura* (1974), a autora descreve o modo de comer a “galinha ao molho pardo”, acrescentando que “as pessoas são uma gente meio esquisitona”, perguntando “há quanto tempo existe galinha na terra” e respondendo que não sabe. Carlos Mendes de Sousa, citando DELEUZE e GUATTARI (1989: 23), sobre o “sub-humano de um devir-animal” no universo de Kafka (cf. SOUSA, 2000: 241), declara:

Matar a galinha acolhida e amada e depois comê-la é um modo de participar dela, devindo-se animal, e de um modo de, ao mesmo tempo, activar um movimento desterritorializador que instaura o gesto literário, Para isso contribui, sem dúvida, a paródia face os ritos sacrais (SOUSA, 2000: 242).

Mas é a “Atualidade do ovo e da galinha”, em três crónicas (5, 12 e 19 de Julho de 1969) que ocupa a parte fulcral das fábulas relativas ao reino animal. Símbolo da génese da vida animal, o ovo atrai a cronista, convidando-a a meditar no mistério dessa energia celular, imagem do Deus criador, mas também metáfora da vida humana:

– Você é perfeito, ovo. [...] A você dedico o começo. [...] O ovo é uma exteriorização: ter uma casca é dar-se. [...] O ovo é a alma da galinha. [...] Eu te amo, ovo. [...] O ovo nunca lutou para ser um ovo. O ovo é um dom.

[...] De ovo a ovo chega-se a Deus, que é invisível a olho nu. [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. [...] O ovo é o sonho atingível pela galinha. [...] Viver leva à morte. [...] Sobreviver chama-se manter a luta contra a vida que é mortal. Ser uma galinha é isso. [...] A nossa visão de sua vida interior é o que chamamos de *galinha*. [...] A galinha olha o horizonte (*Ib.*: 207-209).

Efectivamente, o ovo considerado pela cronista ultrapassa o significado imediato e literal para metaforizar o próprio amor humano, sobretudo o amor verdadeiro:

Comecei a falar da galinha e de há muito já não estou falando da galinha. Mas ainda estou falando do ovo. [...] A um certo modo de olhar, a um jeito de dar a mão, nós nos reconhecemos e a isto chamamos de amor. [...] Amor, sobretudo entre homem e mulher, é quando é concedido participar um pouco mais. Poucos querem o amor verdadeiro, porque o amor é a grande desilusão de tudo o mais. E poucos suportam perder todas as outras ilusões. [...] Há os que se voluntariam para o amor, pensando que o amor enriquecerá a vida pessoal. É o contrário: o amor é finalmente a pobreza. Amor é não ter (*Ib.*: 211).

A reflexão sobre a vida continua até a cronista se lembrar de que esqueceu o ovo, esperando um dia que “ele se locomova do espaço” até à sua janela, que desde sempre deixou aberta, a janela da comunicação com o mundo: “E talvez de madrugada baixe no nosso edifício o ovo. Sereno até a cozinha. Iluminando-a com minha palidez” (*Ib.*: 214).

“Cinco relatos e um tema”, na crónica de 26 de Julho do mesmo ano, apresenta a história alegórica da morte das baratas: “Esta história poderia chamar-se *As estátuas*. Outro nome possível é *O assassinato*. E também *Como matar baratas*” (*Ib.*: 214). De três “histórias verdadeiras, porque nenhuma delas mente a outra” forma uma única, podendo ser, como os contos de Xerazade, das *Mil e Uma Noites*, “mil e uma, se mil e uma noites me dessem” (*Ib.*). De comum às cinco histórias estão a ameaça da invasão das baratas e a busca de uma receita da sua exterminação. Na terceira história, *As estátuas*, impõe-se o espectáculo visual das múmias exterminadas, como em Pompeia, após a sua derrocada pela erupção vulcânica do Vesúvio, no ano 79 d.C. Na quarta, ressurgem em fila as baratas. Na quinta, a história é apenas esboçada a partir de um optimismo filosófico leibniziano, indiciando uma mudança de atitude em face das anteriores vítimas, nem que seja num espaço longínquo, como a Polinésia: “A quinta história chama-se *Leibnitz e a transcendência do amor na Polinésia*” (*Ib.*: 216). De qualquer modo, interessa assinalar o tormento psicológico da cronista perante as vítimas, numa defesa indirecta e irónica da Vida e de todos os seres vivos, ainda que

pareçam ameaçadores e asquerosos. Afinal, por mais que se ameacem os seres vivos, eles conseguem ressurgir das cinzas, como a mítica ave da fénix:

Meticulosa, ardente, eu aviava o elixir da longa morte. Um medo excitado e meu próprio mal secreto me guiavam. Agora eu só queria gelidamente uma coisa: matar cada barata que existe. [...] Acordei horas depois em sobressalto de atraso. Já era de madrugada. Atravessei a cozinha. No chão da área lá estavam elas, duras, grandes. Durante a noite eu matara. Em nosso nome, amanhecia. No morro um galo cantou.

Sou a primeira testemunha do alvorecer em Pompeia. Sei como foi esta última noite, sei da orgia no escuro.

A quarta narrativa inaugura nova era no lar. [...] Mas olho para os canos, por onde esta mesma noite renovar-se-á uma população lenta e viva, em fila indiana. Eu iria então renovar todas as noites o açúcar letal? Como quem já não dorme sem a avidez de um rito. [...] Estremeci de mau prazer à visão daquela vida dupla de feiticeira. [...] Áspero instante de escolha entre dois caminhos que, pensava eu, se dizem adeus, e certa de que qualquer escolha seria a do sacrifício: eu ou minha alma. Escolhi. E hoje ostento secretamente no coração uma placa de virtude: “Esta casa foi detetizada” (*lb.*: 214-216).

A “Morte de uma baleia”, na crónica de 17 de Agosto de 1968, reforça este sentido de repúdio da morte e da consciência da vida, não só em relação aos animais mas também aos seres humanos, ao mesmo tempo que a morte surge como um motivo de reflexão sobre a grandeza e os limites da condição humana:

Não, não fui vê-la: detesto a morte. Deus, o que nos prometeis em troca de morrer? [...]

Fora das vezes em que quase morri para sempre, quantas vezes num silêncio humano – que é o mais grave de todos do reino animal –, quantas vezes num silêncio humano minha alma agonizando esperava por uma morte que não vinha. [...] Morri de muitas mortes e mantê-las-ei em segredo até que a morte do corpo venha, e alguém, adivinhando, diga: esta, esta viveu. [...]

Nunca atingiremos em nós o ser humano: a busca e o esforço serão permanentes. E quem atinge o quase impossível estágio de Ser Humano, é justo que seja santificado.

Porque desistir de nossa animalidade é um sacrifício (*lb.*: 125-128).

“O Intransponível”, na crónica de 25 de Novembro de 1969, conta a história de uma menina ruiva, dona de um *basset* “lindo e miserável”, também ruivo. Apesar da comunicação entre ambos, o cão aprisionado liberta-se da sua condição, deixando a dona espantada: “Acompanhou-o com olhos pretos que mal acreditavam, [...] até vê-lo dobrar a outra esquina. Mas ele foi mais forte que ela. Nem uma só vez olhou para trás” (*lb.*: 244).

Em fábula anedótica, “Em diálogo”, na crônica de 30 de Novembro de 1968, o filho-cachorro responde ao pai-cachorro que tem estudado muito, não propriamente matemática, ciências, geografia ou filosofia ou história, mas línguas estrangeiras: “É o que é que você aprendeu em línguas estrangeiras?” Responde o filho-cachorro: “Miau” (*Ib.*: 157). Moral da história: o instinto canino faz do gato um inimigo.

“Uma experiência ao vivo”, na crônica de 15 de Agosto de 1970, apresenta o teste de leitura feito a quatro crianças (de cinco, sete, dez e doze anos), em grupo, na base da história infantil *O Mistério do Coelho Pensante* (1967), teste que se revelou positivo, pois a história “tocou as quatro idades de modo diverso, e a leitura era frequentemente interrompida por sugestões e perguntas” (*Ib.*: 305). Naturalmente, as crianças prendem-se aos pormenores da fábula: o mistério da fuga do animal; a força das suas patas, capaz de levantar “sozinho o tampo de ferro de sua casinhola e o recolocava no lugar”; os óculos do coelho de papel. No entanto, para a autora, o teste “valeu por uma *noite de autógrafos* mais real que as reais” (*Ib.*: 306), esquecendo que escrevera a história e entrou “completamente no jogo”.

A relação afectiva entre uma criança e um animal continua em “O pequeno monstro”, na crônica de 10 de Outubro do mesmo ano, com a protecção de um caracol por um aluno de nove anos:

Seu segredo é um caracol. Do qual não esquece um instante. [...] Ele o cria numa caixa de sapatos com cuidado. Com gentileza, diariamente finca-lhe agulha e cordão. Com cuidado, adia-lhe atentamente a morte. Seu segredo é um caracol criado com insônia e precisão (*Ib.*: 316).

“Nada mais que um inseto”, na crônica de 31 de Outubro do mesmo ano, focaliza uma *esperança*, animal “de bom augúrio”, uma vida frágil, mas viva, proporcionando à cronista motivos de observação, imaginação e reflexão, na sua relação com os seres humanos:

Parecia com um raso desenho que tivesse saído do papel e, verde, andasse. Mas andava, sonâmbula, determinada. [...] Seu mecanismo interior não era trêmulo, mas tinha o estremecimento regular do mais frágil relógio. Como seria o amor entre duas esperanças? [...] Mas onde estariam nela as glândulas de seu destino, e as adrenalinhas de seu seco e verde interior? Pois era um ser oco, um enxerto de gravetos, simples atração eletiva de linhas verdes. Como eu? Eu. Nós? Nós. Nessa magra esperança de pernas altas, que caminharia sobre um seio sem nem sequer acordar o resto do corpo, nessa esperança que não pode ser oca, nessa esperança a energia atômica sem tragédia se encaminha em silêncio. Nós? Nós (*Ib.*: 318-319).

Em “Bichos (I)” e “Bichos (Conclusão)”, nas crônicas de 13 e 20 de Março de 1971, a cronista recorda alguns dos animais que abordou na sua escrita: o cão, o gato, a tartaruga, as galinhas, os coelhos, os cavalos, os peixes, os lobos... Destes não lhe interessa a tartaruga: “Esse animal que nos vem da era terciária, dinossáurico [...] é por demais estúpido, não entra em relação com ninguém, nem consigo próprio. O ato de amor de duas tartarugas não deve ter calor nem vida” (*Ib.*: 333). Do gato diz que “não ri nunca”, mas “sabe brincar” (*Ib.*). De um cão proclama a maior entrega: “Nenhum ser humano me deu jamais a sensação de ser tão totalmente amada como fui amada sem restrições por esse cão” (*Ib.*: 334). A estranheza dos coelhos desperta-lhe reacções contrastantes. É sensível à sua mudez e “desinibida relação sexual”, mas considera fúteis e pouco profundas as suas relações mútuas. Parecem conformados quando aprisionados, mas são livres, “o que não combina com a sua superficialidade” (*Ib.*: 335). Também os peixes no aquário a inquietam, por pertencerem a um reino que não lhe é familiar: “eles comem até estourar, não sabem parar [...]”. São seres aterrorizados quando pequenos, perigosos quando grandes” (*Ib.*: 336). Embora nunca lhe ocorresse ter uma coruja, reporta a relação entre uma amiga e um filhote de coruja, até ao momento em que, “num arranço, como se estivesse em luta consigo mesmo”, se libertou, “voando para as profundezas do mundo” (*Ib.*: 335). A sua paixão por cavalos está bem atestada no romance *A Cidade Sitiada*, “onde de noite o cavalo branco, rei da natureza, lançava para o ar o seu longo relincho de glória” (*Ib.*). A singular e insubstituível relação entre homem e bichos é sublinhada de modo vivo e veemente: “Ter bicho é uma experiência vital. E a quem não conviveu com um animal falta-lhe um certo tipo de intuição do mundo vivo. Quem se recusa à visão de um bicho está com medo de si próprio” (*Ib.*). Esta relação entre a cronista e o mundo animal é tão profunda que chega a confundir-se com ele, falando de uma secreta nostalgia por “não ter nascido bicho”:

Mas às vezes me arrepio vendo um bicho. Sim, às vezes sinto o mudo grito ancestral dentro de mim quando estou com eles: parece que não sei mais quem é o animal, se eu ou o bicho, e me confundo toda, fico ao que parece com medo de encarar meus próprios instintos abafados que, diante do bicho, sou obrigada a assumir, exigentes como são, que se há de fazer, pobres de nós. Conheci uma mulher que humanizava os bichos, emprestando-lhes suas próprias características. Mas eu não humanizo os bichos, acho que é uma ofensa – há que respeitar-lhes a natureza – eu é que me animalizo. [...] Não ter nascido bicho parece ser uma de minhas secretas nostalgias. Elas às vezes clamam do longe de muitas gerações e eu não posso responder senão ficando desassossegada. É o chamado (*Ib.*: 334, 337).

No entanto, na crónica “Amor”, de 11 de Setembro do mesmo ano, desconstrói-se a estranha relação de posse de um quati por um homem, como de um cão se tratasse. Penetrando na contraditória gama de sentimentos que poderia unir esse animal ao seu dono, como amor e ódio, a cronista repele a instrumentalização desse ser a ponto de lhe adular a essência, tomando a sua defesa sem qualquer ambiguidade:

Penso também na iminência de ódio que há no quati. Ele sente amor e gratidão pelo homem. Mas por dentro não há como a verdade deixar de existir: e o quati só não percebe que o odeia porque está vitalmente confuso. [...] Estremeço ao pensar no fatal acaso que fizesse esse quati se deparar com outro quati, e neste reconhecer-se, ao pensar nesse instante em que ele ia sentir o mais feliz pudor que nos é dado: eu... nós... Bem sei que ele teria direito quando soubesse de massacrar o homem com o ódio pelo que de pior um ser pode fazer a outro ser: adular-lhe a essência a fim de usá-lo. Eu sou pelo bicho e tomo o partido das vítimas do amor ruim. Mas imploro ao quati que perdoe o homem e que o perdoe com muito amor. Antes de abandoná-lo (*Ib.*: 375).

A liberdade animal é, deste modo, objecto insistente da cronística clariciana. É o que indicia “Cisne” (27 de Novembro), através do voo de “seus braços compridos e desajeitados” (*Ib.*: 391), no “olhar estúpido” que “só combinava com as larguras do pensamento pleno”, parecendo “arriscar a vida” (*Ib.*).

É também a mensagem de “Taquicardia a dois”, na crónica de 15 de Abril de 1972, a propósito do sabiá que entrou na sala de uma amiga:

O coraçãozinho do sabiá batia em louca taquicardia. E o pior é que minha amiga estava toda taquicárdica. Ali ficaram os dois tremendo por dentro [...]. Então ela se levantou devagar para não assustar o que estava vivo na sua mão. Chegou junto da janela. O sabiá compreendeu. Minha amiga espalmou a mão, onde o sabiá permaneceu por uns instantes. E de súbito deu uma voada lindíssima de tanta liberdade (*Ib.*: 412).

Esta consagração do valor da liberdade tem algo a ver com a imagem de um cavalo bravo, em “Análise mediúnica”, na crónica de 15 de Dezembro de 1973, usada por Maria Augusta (Eva, “para efeitos de trabalho mediúnico”), a propósito da desordem e da indisciplina dos papéis da escritora. Aconselhada a pôr rédeas a esse cavalo bravo, a visada, apesar de desagradada, ouviu atentamente a sua orientação espiritual, como a aceitação das imperfeições pessoais, “a mente fria e o coração quente”, a calma, a identificação com as suas características próprias:

Você tem um dinamismo interno que é um pouco violento e impulsivo. Que eu seria até capaz de fazer coisas ótimas mas eu mesma as arrasaria depois.

E que só existe uma lei: a lei da causa e do efeito. [...] Ainda acrescentou que a pessoa gasta muito da própria energia ao tentar ser igual a todo o mundo. Amém. Ela gostou do meu “amém”.

Disse que às vezes sou impaciente com as pessoas. Tentei explicar a Eva que fico intolerante com as pessoas que não me entendem. Porque no fundo sou muito fácil de se entender. Bem, quer dizer, pelo menos é o que me parece (*Ib.*: 474-475).

1.8. A intervenção social e política

Não deixa de ser curioso: o primeiro trecho da cronista, “As Crianças chatas” (19 de Agosto de 1967), é justamente uma nota de intervenção social relativa à fome das crianças cujas mães não têm recursos de a satisfazer, acabando por encontrarem no sono a alienação que conduz à resignação, não se coibindo a cronista de expressar a sua revolta:

Não posso. Não posso pensar na cena que visualizei e que é real. O filho está de noite com dor de fome e diz para a mãe: estou com fome, mamãe. Ela responde com doçura: dorme. Ele diz: mas estou com fome. Ela insiste: durma. Ele diz: não posso, estou com fome. Ela repete exasperada: durma. Ele insiste. Ela grita com dor: durma, seu chato! Os dois ficaram em silêncio no escuro, imóveis. Será que ele está dormindo? – pensa ela acordada. E ele está amedrontado demais para se queixar. Na noite negra os dois estão despertos. Até que, de dor e de cansaço, ambos cochilam, no ninho da resignação. E eu não aguento a resignação. Ah, como devoro com fome e prazer a revolta (*Ib.*: 23).

Em “Dies Irae”, na crónica de 14 de Outubro, eclode este grito de revolta social e política contra o “charlatanismo”, contra a mentira, contra os que desistem, contra as manchetes a propósito do Dia dos Analfabetos, contra as comemorações, contra a alienação, a fome, não deixando de achar “certo roubar para comer”. A escuridão do dia é mesmo interpretada como “a ira de Deus”, no desejo de um novo dilúvio, mas sem a sobrevivência da espécie, em alternativa ao regresso de Sodoma e de Gomorra, declarando-se a cronista “a paralítica e a muda” perante o que vê e abomina:

Sim, aqui é noite escura às dez da manhã. É a ira de Deus. E se essa escuridão se transformar em chuva, que volte o dilúvio, mas sem a arca,

nós que não soubemos fazer um mundo onde viver e não sabemos na nossa paralisia como viver. Porque se não voltar o dilúvio, voltarão Sodoma e Gomorra, que era a solução. Porque deixar entrar na arca um par de cada espécie? Pelo menos o par humano não tem dado senão filhos, mas não a outra vida, aquela que, não existindo, me fez amanhecer em cólera. [...] Hoje sou a parálitica e a muda. E se tento falar, sai um rugido de tristeza. Então não é cólera apenas? Não, é tristeza também (*lb.*).

Revolta e raiva são também os sentimentos da cronista perante a fome de crianças no Brasil, em “Fartura e carência”, da crônica de 14 de Setembro de 1968. Por um lado, o cansaço da carência enraivece. Por outro, desperta para a luta social. A carência, por um lado, desilude e enraivece. Por outro, a aparente facilidade também aliena e cansa. Contradições da condição humana:

Como suportaria eu a manchete que saiu um dia no jornal dizendo que cem crianças morrem no Brasil diariamente de fome? A raiva é a minha revolta mais profunda de ser gente? Ser gente me cansa. E tenho raiva de sentir tanto amor. Há dias que vivo de raiva de viver. Porque a raiva me envivece toda: nunca me senti tão alerta. Bem sei que isso vai passar, e que a carência necessária volta. Então vou querer tudo, tudo! Ah como é bom precisar e ir tendo. Como é bom o instante de precisar que antecede o instante de se ter, mas ter facilmente não. Porque essa aparente facilidade cansa (*lb.*: 135).

O problema da fome é ainda perpectivado em “Daqui a vinte e cinco anos”, da crônica de 16 de Setembro de 1967, quando é pedido à escritora um cálculo do Brasil nos futuros 25 anos. Escudando-se na já revelada maturidade política do povo, maior do que a de muitos políticos, ela espera a resolução do maior e endêmico problema brasileiro, a fome, em ordem a uma economia “mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança”:

Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer (*lb.*: 33).

Enquanto escritora e cidadã brasileira, Clarice escreve uma “Carta ao Ministro da Educação”, na crônica de 17 de Fevereiro de 1968. Nela critica a falta de vagas nos concursos para acesso ao ensino superior, bem como o critério de admissão com base em notas classificativas, aduzindo o seu exemplo pessoal:

Senhor ministro ou senhor presidente: “excedentes” num país que ainda está em construção?! e que precisa com urgência de homens e mulheres que o construam? Só deixar entrar nas faculdades os que tirarem melhores notas é fugir completamente ao problema. O senhor já foi estudante e sabe que nem sempre os alunos que tiraram as melhores notas terminam sendo os melhores profissionais, os mais capacitados para resolverem na vida real os grandes problemas que existem. E nem sempre quem tira as melhores notas e ocupa uma vaga tem pleno direito a ela. Eu mesma fui universitária e no vestibular classifiquei-me entre os primeiros candidatos. No entanto, por motivos que aqui não importam, nem sequer segui a profissão. Na verdade eu não tinha direito à vaga (*Ib.*: 77).

Reivindicando que não está entrando em seara alheia, já que esta é de todos, a cronista faz-se intérprete simbólica de tantos excluídos do ensino universitário, chamando a atenção para a seriedade da condição do estudante (“É quando os ideais se formam, é quando mais se pensa num meio de ajudar o Brasil” – *Ib.*) e declarando ser um crime impedir esse acesso. Em alternativa à escassez de verbas e ao critério seguido, propõe exames psicotécnicos e testes vocacionais, ideia que “partiu de um estudante”. Faz-se eco do “sacrifício que na maioria das vezes a família inteira faz para que um rapaz realize o seu sonho”, citando o exemplo de uma jovem que, ao ver-se “excedente”, ou excluída, “de repente se sentira desorientada e vazia” e o de outros que, na mesma situação, “começaram a chorar”. O receio de espancamento policial torna impraticável qualquer manifestação (“passeata”) de protesto, dispondo a presente carta como uma simbólica forma de expressão nesse sentido. Não deixa, ainda, de contestar o elevado preço dos “livros para pré-vestibulares”, originando o esforço árduo das famílias, pergunta: “Para no fim terem sido inúteis?” (*Ib.*: 78).

A consciência da necessidade de lutar por um mundo melhor surge na crônica de 6 de Abril, “Estado de graça – trecho”. Chamando a atenção para o perigo de nos habituarmos à felicidade, o que nos faria egoístas e insensíveis à dor humana, a cronista não deixa, porém, de desejar uns “minutos de graça”:

Habituar-se à felicidade seria um perigo. Ficaríamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o são, menos sensíveis à dor humana, não sentiríamos a necessidade de procurar ajudar os que precisam – tudo por termos na graça a compensação e o resumo da vida. [...] E isto representaria uma fuga imperdoável ao destino simplesmente humano, que é feito de luta e

sofrimento e perplexidade e alegrias menores. [...] Sai-se do estado de graça [...] melhor criatura do que se entrou. Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis. Há dias que são tão áridos e desérticos que eu daria anos de minha vida em troca de uns minutos de graça (*lb.*: 92, 93).

A intervenção social da cronista atinge a área da prostituição na crônica “Escândalo inútil”, de 27 de Abril. Testemunhando a sua vivência como adolescente como “confusa e complexa” (*lb.*: 97), a partir da qual se perfilou “uma pergunta muda e intensa: «como é o mundo? E por que esse mundo?»”, levando-a a aprender muita coisa, a cronista denuncia, para além da situação social da questão, a fuga alienante dos homens ao amor:

Vi que o problema da prostituição é obviamente de ordem social. Mas, atrás dele, também, há outro profundo: é que muitos homens preferem pagar, exatamente para não terem afeto nem sentimento, exatamente para humilharem e serem humilhados. A fuga ao amor é um fato. Paga-se para fugir. Até homem casado gosta, às vezes, de sustentar a casa para transformar a esposa em objeto pago (*lb.*).

A tentativa de entrevista com a proxeneta de uma “casa suspeita”, apesar da familiaridade com que foi falando da sua situação, foi classificada como “falhada”, levando a cronista a perder a fome nesse dia “estragado”, perdendo também o seu interesse pelo mundo:

Que afinal esperava eu? A pergunta da adolescente morrera? O mundo é sem graça? Ou eu sou sem graça? Ou dona Y é sem graça? Tudo provavelmente. Senti que eu estava com aquele dia estragado. Um amigo meu, a quem eu contara a espécie de encontro que eu pretendia ter, dissera-me sem espanto e tranquilo: é aí que entra a escritora. Mas é que não sou escritora. Sou uma pessoa que estava interessada pelo mundo. E que, pelo menos naquele dia, não estava mais. Até sem fome. Ah, ela me disse que o tipo de *moças* que procuram esse gênero de trabalho querem muito dinheiro e isso é horrível. Mas que coisa óbvia. E aqui fica a entrevista que falhou. Nós todos falhamos quase sempre (*lb.*: 98).

O genocídio ameríndio é denunciado na crônica de 18 de Maio: “A matança de seres humanos: os Índios”. Elogiando a criação do Parque Nacional do Xingu,

na Rondônia, pelo médico Noel Nutels, fundador do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), com uma cobertura sanitária contra a tuberculose, a cronista destaca a convivência pacífica, numa área de 22 mil quilómetros quadrados, de quinze povos indígenas, “em condições correspondentes às da época do descobrimento do Brasil” (*Ib.*: 103). É uma área “onde não se matam índios”, onde são utilizados “métodos pessoais e humanos na convivência com o autóctone” (*Ib.*), uma área “delimitada pelo Governo”, onde “é impedida a entrada indiscriminada e indisciplinada de grupos cobiçosos da terra, das riquezas do nosso subsolo e das matérias-primas comuns na área amazônica” (*Ib.*). Denunciando a matança de Índios desde a época dos Descobrimentos, em que “havia cerca de um milhão e meio de autóctones”, contra a estatística optimista à data da crónica (80 mil), explica-se o seu desaparecimento em parte pelo esmagamento colonial (miscigenação), em parte pela “formação das grandes fazendas ou grandes cidades” dos colonizadores. Paradoxalmente, o reconhecimento constitucional do direito indígena à posse da terra origina a “cobiça da terra ocupada por eles” (*Ib.*: 104). São apontadas “várias maneiras de se matar índios”:

[...] desde a mais simples que é a bala de um trabuco, aos mais requintados métodos, como interferência maciça na cultura do índio através de catequese religiosa que lhes proíbe a preservação de sua cultura primitiva, o que fatalmente redundava em sacrifício do nativo. Ou se mata também arrebatando-lhes a terra, à qual estão teluricamente ligados (*Ib.*).

A criação de novos parques e a urgência da reforma agrária são os remédios apontados para a preservação do ameríndio: “Se continuarmos a ser objetivos da ambição alheia, o brasileiro será um pobre coitado e continuar-se-á a matar não índios, mas a nós também” (*Ib.*).

Os insultos de amor, inscritos em pranchetas de desenho, em quatro vezes, para três meninas de um colega de nome grego, numa escola secundária (“ginásio”), são motivo, na crónica “A perseguida infeliz”, de 31 de Agosto, para a cronista advogar, de modo indirecto e irónico, uma sã educação sexual:

Teve vergonha de, já no terceiro ano de ginásio, não entender a tecnocracia de uma vida que – ei-la de súbito mecanizada na prancheta. Adivinhar ela adivinhava, mas era só, e isso não bastava. Se ao menos fosse angelical. Mas só o que lhe faltava mesmo era essa coisa lenta e progressiva, a cultura especializada em sexo. Mentiu para as outras dizendo que entendera tudo. Inútil dizer a verdade. Ninguém acreditaria nela, já tão construída e alta, não entendesse. Não entendia, embora suprisse a ignorância com sólidos sonhos confusos que eram o seu esteio secreto (*Ib.*: 131).

A crítica a uma ex-prisioneira de guerra, relativamente às suas declarações em entrevista ao programa da BBC “Hora das Mulheres”, na crónica “É preciso também não perdoar”, de 21 de Setembro do mesmo ano, desmonta uma atitude, aparentemente cristã de perdão aos inimigos, em detrimento de uma tomada de posição quanto a valores e princípios. Uma coisa é a compreensão da fraqueza humana; outra a passividade perante a vida, que impede de tomar partido:

Sei o que quis dizer, mas está errado. Há uma hora em que se deve esquecer a própria compreensão humana e tomar um partido, mesmo errado, pela vítima, e um partido, mesmo errado, contra o inimigo. E tornar-se primário a ponto de dividir as pessoas em boas e más. A hora da sobrevivência é aquela em que a crueldade de quem é a vítima é permitida, a crueldade e a revolta. E não compreender os outros é que é certo (*Ib.*: 138).

Intervenção filosófica é o trecho “Seguir a força maior”, da crónica de 28 de Setembro, conciliando destino e liberdade, mesmo que pareça uma posição determinista, tendo em vista o caminho pessoal e intransmissível de cada qual: “É determinismo, sim. Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre. Prisão seria seguir um destino que não fosse o próprio. Há uma grande liberdade em se ter um destino. É o nosso livre-arbítrio” (*Ib.*: 140).

O critério ético de distinção entre Bem e Mal, em “Só como processo”, da mesma crónica, é aceite pela cronista que, no entanto, não deixa de o relativizar: “Julgar de acordo com o bem e o mal é o único método de viver. Mas não esquecer que se trata apenas de uma receita e de um processo. De um modo de não se perder na verdade, que esta não tem bem nem mal” (*Ib.*).

A carta de Fernanda Montenegro, transcrita na crónica “São Paulo” de 19 de Outubro, transpira a amargura em face da repressão cultural, em tempo de ditadura, ao mesmo tempo que proclama a justiça social no século XXI:

É uma angústia terrivelmente feminina, dolorosa, abafada, educada, desesperada e guardada. [...] Atualmente em São Paulo se representa de arma no bolso. Polícia nas portas dos teatros. Telefonemas ameaçam o terror para cada um de nós em nossas casas de gente de teatro. É o nosso mundo. [...] Nossa geração falhou, numa melancolia de “canção sem palavra”, tão comum no século XIX. O amor no século XXI é a justiça social. [...] Na miséria não está a salvação. [...] Quem tem fome não tem dignidade (Brecht) (*Ib.*: 145).

A vocação para a luta social é expressa pela cronista, no trecho “O que eu queria ter sido”, na crónica de 2 de Novembro, em detrimento da sua história como escritora, embora a sua escrita não possa dissociar-se da sensibilidade à injustiça que vitima as classes desfavorecidas:

O que eu gostaria de ser era uma lutadora. Quero dizer, uma pessoa que luta pelo bem dos outros. Isso desde pequena eu quis. [...] Em pequena, minha família por brincadeira chamava-me de “a protetora dos animais”. Porque bastava acusarem uma pessoa para eu imediatamente defendê-la. E eu sentia o drama social com tanta intensidade que vivia de coração perplexo diante das grandes injustiças a que são submetidas as chamadas classes menos privilegiadas. Em Recife eu ia aos domingos visitar a casa de nossa empregada nos mocambos. E o que eu via me fazia como que me prometer que não deixaria aquilo continuar. Eu queria agir. [...] E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender os direitos dos outros. [...] Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima (*lb.*: 150).

É esta vocação social que motiva a entrevista com o médico Alceu Amoroso Lima, em três crônicas de 1969 (8, 15 e 22 de Fevereiro), a propósito das “dores do mundo”, da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, das encíclicas sociais, da fé e da crise da Igreja, não deixando de lado também a pergunta sobre a literatura brasileira na actualidade (cf. *lb.*: 173-178).

Em “Crônica social”, de 3 de Maio, a irônica crítica é desferida à burguesia pretensiosa, a propósito de um “almoço de senhoras” (*lb.*: 189), marcado por “uma naturalidade fingida” (*lb.*: 190): “e como não ocorreria uma divergência de opinião, cada assunto era de novo uma possibilidade de silêncio” (*lb.*: 191).

A contemplação do quadro “Paysage aux Oiseaux Jaunes”, do pintor e poeta suíço, naturalizado alemão, Paul Klee (1879-1940), no trecho “Medo da libertação”, de 31 de Maio desmonta o “conforto da prisão burguesa” (*lb.*: 198):

A covardia nos mata. Pois há aqueles para os quais a prisão é a segurança, as barras um apoio para as mãos. Então reconheço que poucos homens são livres. [...] E que a possibilidade, a que é verdadeiramente, não é para ser explicada a um burguês quadrado. [...] Olhando a extrema beleza dos pássaros amarelos calculo o que seria se eu perdesse totalmente o medo. O conforto da prisão burguesa tantas vezes me bate no rosto. E, antes de aprender a ser livre, tudo eu aguentava – só para não ser livre (*lb.*).

Irônica também é a desmontagem do subconsciente temeroso do líder político, em “Esboço do sonho do líder”, na crônica do mesmo dia:

Sim, o povo ameaça o líder do povo. O líder revolve-se na cama. De noite ele tem medo. Mesmo que seja um pesadelo sem história. De noite vê as caras quietas, uma atrás da outra. E nenhuma expressão nas caras. [...] Mas cada noite, mal anoitece, mais caras quietas vão-se reunindo às outras, como na fotografia em branco e preto de uma multidão em silêncio. Porquê

este silêncio? Pelo líder. [...] Parece uma terrível fotomontagem onde a inexpressão das caras dá-lhe medo. [...] Eles o haviam escolhido. E antes que eles enfim se aproximassem definitivamente, ele gritou: sim, eu menti! (*Ib.*: 199).

A ausência de pensamento filosófico na Suíça é objecto da crónica de 13 de Setembro, em “O medo de errar”. A resposta recebida pelo interlocutor da cronista aponta para a pobreza de pensamentos no país com “três raças, quatro línguas” (*Ib.*: 230): “De onde podemos concluir, três ou quatro pensamentos” (*Ib.*). O aparente paradoxo de um país com uma organização quase perfeita, mas com *deficit* filosófico é explicado a partir da sua opção política neutral:

Ora, o pensamento filosófico é por excelência aquele que vai até seu próprio extremo. Não pode admitir transigências, senão *a posteriori*. Nenhuma obra filosófica poderia ser construída tendo como um dos seus princípios tácitos a necessidade de se chegar somente até certo ponto.

Este é mais um dos aspectos da neutralidade suíça. [...] É um princípio, mais do que de paz, de apaziguamento. Ser neutro não é solução a determinado caso, ser neutro tornou-se, com o tempo, uma atitude e uma previdência. [...] O povo suíço nada recebeu gratuitamente. Tudo nessa terra tem marca de nobre esforço, de conquista paciente. E não foi pouco o que eles conseguiram – tornar-se um símbolo de paz.

Este estado de alta civilização – onde a expressão *homem civil* tem realmente um sentido e uma força – eles o manterão a todo o custo, com austera previdência, com dura disciplina mental, com a precaução contra o erro (*Ib.*: 231-232).

A crónica de 6 de Dezembro, intitulada “Caridades odiosas” põe a nu o embaraço de quem dá e de quem recebe. Perante a miséria social, a cronista, apesar da sua generosidade para com um menino carenciado de doces e uma mulher, sentada a seu lado num transporte público (“ônibus”), a quem pagou a renda da casa, sente-se mal com os gestos que tivera de atenção aos pobres, perguntando: “Foi uma tarde de sensibilidade ou de suscetibilidade?” (*Ib.*: 248). Os sentimentos que experimenta são híbridos, complexos: “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha” (*Ib.*: 249). Tal complexidade, que já irrompia a propósito do menino a quem satisfaz a carência alimentar com a prenda dos doces, agravou-se no caso da mulher contemplada com a renda da casa, já que o embaraço de dar e receber degenera em raiva: “Perturbada, olhei-a de través: velha e suja, como se dizem das coisas. E a mulher sabia que eu a olhara. Então uma ponta de raiva nasceu entre nós duas” (*Ib.*: 251).

A impotência perante a guerra é objecto da crónica de 25 de Abril de 1970, “Vietcong”, a propósito de uma sugestão de um dos filhos para a mãe escrever,

não sobre assuntos pessoais, mas sobre o Vietcong. Sentindo-se “pequena e humilde”, a cronista pensou:

[...] que é que uma mulher fraca como eu pode falar sobre tantas mortes sem sequer glória, guerras que cortam da vida pessoas em plena juventude, sem falar nos massacres, em nome de quê, afinal? A gente sabe por quê, e fica horrorizada. Respondi-lhe que deixava os comentários para Antônio Callado. Mas, de súbito, senti-me impotente, de braços caídos. Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi sentir profundamente o massacre e ficar perplexa. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: sentir com impotência revolta e tristeza. Essa guerra nos humilha (*Ib.*: 284).

A crítica ao colonialismo português em África é expressa na crónica de 12 de Junho de 1971, “Estive em Bolama, África”. Espantada pelo desconhecimento das pessoas em relação à sua idade, a cronista censura, com uma pergunta, o tratamento indigno de seres humanos que lhes é infligido, recebendo como resposta: “de outro modo não trabalham” (*Ib.*: 354). O poder da palavra, ainda que relativo, é o único a que poderá recorrer a escritora bem-intencionada e idealista, que lamenta essa “África indomável” e “misteriosa”: “Fiquei meditativa. A África misteriosa. Neste momento em que alguém me lê, lá está a África indomável vivendo. Lamento a África. Gostaria de poder fazer um mínimo que fosse por ela. Mas não tenho nenhum poder. Só o da palavra, às vezes. Só às vezes” (*Ib.*).

A crónica de 16 de Outubro do mesmo ano, “De como evitar um homem nu”, desmonta os preconceitos morais e raciais patentes na proibição pela censura ditatorial do filme de Néelson Pereira Santos, *Como Era Gostoso o meu Francês*, título detestado pela cronista (“dá uma ideia jocosa de um filme nada jocoso”), a pretexto de um atentado ao pudor, já que os Índios brasileiros são filmados nus. Trata-se de uma crítica anticolonial, baseada em autores como Metraux, Hans Staden, Jean de Léry, Florestan Fernandes e outros cronistas do século XVI, apreciada por “freiras de alto nível eclesiástico”:

[...] filme belíssimo, de uma *grande pureza*, de um valor histórico inestimável por causa de toda a reconstituição. Disseram que era um filme poético. A única cena realmente impura – disseram – seria aquela em que um mercador francês demonstrou sua cupidez diante do tesouro dos índios – aí é que se reconhece uma civilização de agora (*Ib.*: 384).

A crítica política faz-se também sentir em “Perfil de um ser eleito”, na crónica de 13 de Novembro, a propósito da aprendizagem da solidão. Escalpelizando o retrato estereotipado de um político, fixado pela sociedade como “um ser eleito”, mas “sitiado”, “fotografado [...] numa única pose” (*Ib.*: 387), a cronista psicanalisa-o no seu percurso de solidão, “rodeado de mistério”:

[...] por ser ignorante, era um ser misterioso. Tornara-se uma mistura do que pensavam dele e do que ele realmente era: um sabido ignorante; um sábio ingênuo; um esquecido que muito bem sabia de outras coisas; um sonso honesto; um pensativo distraído; um nostálgico sobre o que deixara de saber; um saudoso sobre pelo que definitivamente, ao escolher, perdera; um corajoso por ser já tarde demais e já se ter escolhido. Tudo isso, contraditoriamente, deu ao ser uma alegria discreta e sadia de camponês que só lida com o básico. Então tudo isso lhe deu a austeridade involuntária que todo o trabalho vital dá. Escolha e ajustamento não tinham hora certa de começar nem acabar, duravam mesmo o tempo de uma vida (*Ib.*: 386-387).

Então, na dura experiência da solidão, foi aprendendo, com as “várias quedas”, o caminho libertador da construção da identidade própria, sem a tentação do populismo e da demagogia, sem receio de imagens estereotipadas, seguindo as instruções de um “mapa do tesouro”:

E, como se diz, nunca a terra lhe pareceu tão bela. Reconheceu que aquela era exatamente a terra para a qual se preparara: não errara, pois o mapa do tesouro tinha as indicações certas. Passeando, o ser tocava em todas as coisas, e, mesmo solitário, sorria. O ser aprendera a sorrir sozinho (*Ib.*: 388).

Em “Lembrança de um homem que desistiu”, a crônica de 18 de Dezembro contrapõe o exemplo de um político que, para mal do Brasil, renunciou ao “mais alto cargo” da nação. Sem o explicitar, trata-se, certamente, do presidente da República Jânio Quadros que, após sete meses, renunciou ao cargo no dia 21 de Agosto de 1961. O seu progressismo e abertura políticos foram vencidos pela reacção, como declarou no acto de renúncia. A cronista lamenta e reprova esse acto “irracional”, que compara ao “desabar da avalanche” (*Ib.*: 392):

O sacrifício de um líder ou de um santo ou de um artista – que chegaram àquilo que são exatamente por terem sido de início altamente pessoais – o seu sacrifício é o de não o serem mais. A cruz deles é esquecer-se de sua própria vida. [...] O Brasil inteiro poderia ter subido através daquele homem, através do que ele em si mesmo sabia sobre o medo, a ambição. [...] Mas aquele homem público se restringiu a si mesmo. Da grandeza dos defeitos humanos ele fez defeitos mesquinhos. Criminoso por pequenez. Era um homem a ser guiado, não a guiar. Ele o provou. Não há como perdoá-lo, senão lembrando que somos fracos (*Ib.*: 392-393).

Verdade sem demagogia é a proposta da cronista em “Dar os verdadeiros nomes”, de 3 de Março de 1973, a partir da citação do poeta e crítico modernista americano Ezra Pound (1885-1972): “A traição das palavras começa [...] com o uso das palavras que não atingem a verdade” (*Ib.*: 453). Tal citação vem

na sequência da resposta de Confúcio sobre um eventual programa de governo: “Chamar o povo e todas as coisas pelos seus nomes próprios e verdadeiros” (*Ib.*). A função social do artista é reafirmada pela cronista neste contexto, também a partir de Pound: “Artistas são as antenas da raça. [...] A única coisa que você não deve fazer é supor que quando algo está errado com as artes, isso é um erro artístico somente. Quando um dado hormônio falha, isso deve tornar defeituoso o sistema inteiro” (*Ib.*: 454).

1.9. As cidades dos homens e a cidade de Deus

Brasília ocupa duas das crônicas de Clarice Lispector (20 de Junho de 1970 e 7 de Outubro de 1972). A artificialidade, inerente à sua projecção de raiz, é comparada à criação do mundo:

Brasília é construída na linha do horizonte. – Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar, e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília (*Ib.*: 292-293).

Como nos mitos de fundação, Clarice entronca as origens de Brasília na escavação das suas ruínas, no século IV a. C., olhando para ela como para Roma, no esplendor espantoso da sua criação arquitectónica, tendo-se extinguido a sua raça devido à limitação da natalidade:

Olho Brasília como olho para Roma: Brasília começou com uma simplificação final de ruínas. [...] Brasília é de um passado esplendoroso que já não existe mais. Há milênios desapareceu esse tipo de civilização. No século IV a.C. era habitada por homens e mulheres louros e altíssimos, que não eram americanos nem suecos, e que faiscavam ao sol. Eram todos cegos. É por isso que em Brasília não há onde esbarrar. Os brasiliários vestiam-se de ouro branco. A raça se extinguiu porque nasciam poucos filhos. [...] Milênios depois depois foi descoberta por um bando de foragidos de que em nenhum outro lugar seriam recebidos; eles nada tinham a perder. Ali

acenderam fogo, armaram tendas, pouco a pouco foram escavando as areias que soterravam a cidade. Esses eram homens e mulheres menores e morenos, de olhos esquivos e inquietos [...]. Eles habitaram as casas em ruínas, multiplicaram-se, constituindo uma raça humana muito contemplativa (*Ib.*: 293).

Como Roma, Brasília é o “retrato de uma cidade eterna”, mas também a “paisagem da insônia”, “assexuada”, “mal-assombrada”: “Aqui morre minha paixão. E ganho uma lucidez que me deixa grandiosa à toa. Sou fabulosa e inútil, sou de ouro puro. E quase mediúnica” (*Ib.*: 295). Lugar do deserto, “onde não há lugar para as tentações”, “uma praia sem mar”, “uma prisão ao ar livre”, a cidade é de uma “beleza assustadora”: “Sou atraída aqui pelo que me assusta em mim. [...] Mas reconheço esta cidade no mais fundo de meu sonho. O mais fundo do meu sonho é uma lucidez” (*Ib.*: 294).

“As pontes de Londres”, na crônica de 20 de Novembro de 1971, servem de *ex-libris* à terra, à cidade e ao seu povo. Com “saudade”, Londres é recuperada “na memória” (*Ib.*: 390), como “terra estranha e viva, cinzenta – tudo o que é cinzento misteriosamente vibra para mim, como se fosse a reunião de todas as cores amansadas” (*Ib.*: 388). A estranha combinação do feio e do belo, como em oximoro, caracteriza o povo inglês, como as suas roupas: “Estive em contacto com a feiura dos ingleses, que é uma das coisas que mais atrai na Inglaterra. É uma feiura tão peculiar, tão bela – e isso não são meras palavras. [...] Nas ruas o povo usa roupas tão malfeitas que terminaram se tornando um estilo belo. E agasalham mesmo” (*Ib.*: 388, 389). As vozes inglesas são “interrogativas e orgulhosas” (*Ib.*: 389). O vento de Londres faz “os olhos lacrimejar de raiva e gritar de irritação” (*Ib.*). O teatro, onde “uma coisa essencial se passa”, faz “tremor de frio e emoção: O ator inglês é o homem mais sério de Inglaterra” (*Ib.*). Se a comida tipicamente inglesa é “péssima”, a dos estrangeiros é “alegre”. O povo é “lutador”, a rainha “suave”, “os jornais têm um jeito provinciano” e há “a saudade dos escritores mortos”. “Tenho muita saudade de Lawrence” (*Ib.*).

O silêncio aterrador da cidade de Berna, em “Lembrança de uma fonte, de uma cidade”, da crônica de 14 de Fevereiro de 1970, é a imagem que a cronista retém dessa cidade, capital da Suíça. O que a salvou dessa monotonia “foi viver na Idade Média, foi esperar que a neve parasse e os gerânios vermelhos de novo se refletissem na água, foi ter um filho que lá nasceu, foi ter escrito [...] *A Cidade Sitiada*” (*Ib.*: 270). A imagem de uma mendiga que nem sabe o que pedir, “sozinha na cidade medieval”, à hora do crepúsculo, sintetiza a sensação de viver aprisionada, numa “cidade livre”, mostrando como a frieza cultural, mais do que a meteorológica, cava fossos e distâncias entre as pessoas.

A crónica “Cosmonauta na Terra”, de 19 de Agosto de 1967, reflecte sobre a viagem de Gagarin ao espaço, mostrando uma Terra “azul para quem a olha do céu”: “Azul será uma cor em si, ou uma questão de distância? Ou uma questão de grande nostalgia? O inalcançável é sempre azul” (*Ib.*: 25). A cor azul, simbólica de felicidade, provoca na cronista a necessidade de rever as designações de “mundo” e “Mapa mundial”: “quando eu disser «o meu mundo», me lembrarei com um susto de alegria que também meu mapa precisa ser refundido, e que ninguém me garante que, visto de fora, o meu mundo não seja azul” (*Ib.*). O significado simbólico da cor azul é aplicado ao “grande favor do acaso: estarmos ainda vivos quando o grande mundo começou” (*Ib.*), favor que deverá ser responsabilmente preservado: “precisamos fumar menos, cuidar mais de nós, para termos mais tempo e viver e ver um pouco mais; além de pedirmos pressa aos cientistas – pois nosso tempo pessoal urge” (*Ib.*).

É esse contraste entre a pequenez individual face à grandeza cósmica que, em “Condição humana”, se esboça na crónica de 4 de Janeiro de 1969. É um contraste que constrange, a ponto de fazer parecer inútil “ter mais liberdade”, mas também faz espantar, provocando o “riso amargo”, próprio da condição humana:

Minha condição é muito pequena. Sinto-me constrangida. A ponto de que seria inútil ter mais liberdade: minha condição pequena não me deixaria fazer uso da liberdade. Enquanto que a condição do universo é tão grande que não se chama de condição. O meu descompasso com o mundo chega a ser cômico de tão grande. [...] Mas se me torno séria e quero andar certo com o mundo, então me estraçalho e me espanto. Mesmo então, de repente, rio de um riso amargo que só não é um mal porque é de minha condição. A condição não se cura, mas o medo da condição é curável (*Ib.*: 165).

A cidade de Deus, patente na observação de “milhares de estrelas”, “como cristais”, em “descampado” nocturno, ressalta na crónica “Mistério: céu”, de 7 de Agosto de 1971. A comparação entre o planetário natural e o tecnológico provoca o espanto na cronista: “Olhando para o céu fiquei tonta de mim mesma. Como?! Como o ser humano é genial. Como é que foram inventar o planetário?” (*Ib.*: 367). A observação de Júpiter e de Marte permite expressar o espanto de viver: “Somos uns privilegiados” (*Ib.*). E estabelece a ponte entre as relações humanas e Deus: “Juro que nós devíamos ser mais unidos: porque o Universo é tão grande que ultrapassa qualquer linha de horizonte. Se nós não nos amarmos estamos perdidos. É melhor nós nos encontrarmos em Deus” (*Ib.*).

A contemplação do mar, das amendoeiras e do céu nocturno pela cronista fá-la reconhecer, em “Eu tomo conta do Mundo”, na crónica de 4 de Março de 1970, a presença divina no cosmo: “O cosmo me dá muito trabalho, sobretudo porque vejo que Deus é o cosmo. Disso eu tomo conta com alguma relutância”

(*Ib.*: 276). Essa incumbência por vocação leva-a a dar conta da vida natural (“mil plantas e árvores”, no Jardim Botânico, as “mudanças de estação”, uma “fileira de formigas”, o voo e a actividade das abelhas), mas também das carências dos seres humanos e, até, das suas guerras e seus “crimes de lesão-corpo e lesão-alma”. As cidades dos homens contrastam com a cidade de Deus:

Observo o menino de uns dez anos, vestido de trapos e magérrimo. Terá futura tuberculose, se é que já não a tem. [...] Se tomar conta do mundo dá trabalho? Sim. E lembro-me de um rosto terrivelmente inexpressível de uma mulher que vi na rua. Tomo conta dos milhares de favelados pelas encostas acima. [...] Hão de me perguntar por que tomo conta do mundo: é que nasci assim, incumbida. E sou responsável por tudo o que existe, inclusive pelas guerras e pelos crimes de lesão-corpo e lesão-alma. Sou inclusive responsável pelo Deus que está em constante cósmica evolução para melhor (*Ib.*: 276).

A desconcertante incumbência cósmica da cronista é, porém, ironicamente desmontada: “Só não encontrei ainda a quem prestar contas” (*Ib.*).

1.10. A Palavra aos outros – Entrevistas

As crónicas de Clarice Lispector não se limitam a expressar a sua opinião acerca do Mundo, na sua preocupação com a Verdade e a complexidade dos pontos de vista.

A seguir à entrevista, em três crónicas, concedida ao médico Alceu Amoroso Lima, já referenciada neste trabalho, em “Intervenção social e política”, é a vez de falar o grande poeta chileno Pablo Neruda, nas crónicas de 12 e 19 de Abril de 1969, o qual, não deixando de ser “extremamente simpático” (*Ib.*: 184), se recusou a responder a mais de três perguntas na noite em que foi visitado pela cronista em casa de Rubem Braga, prometendo, porém, maior colaboração se as perguntas lhe fossem dirigidas por escrito, o que acabou por acontecer, com respostas extremamente curtas.

Após o esboço da sua obra literária, desde *Crepusculário* a *Estravagário*, *Navegações e Regressos*, *Cem Sonetos de Amor*, *Cantos Cerimoniais* e *Memorial de Isla Negra*, a cronista apresenta essas respostas literais, sem qualquer comentário, limitando-se a uma breve conclusão, justificando não ter prolongado a entrevista, mesmo com respostas curtas, revelando ter recebido a oferta do livro *Cem Sonetos de Amor*, com amável dedicatória, e definindo o poeta chileno, que

se considerava “provinciano da América Latina” (*Ib.*: 185), com a contracapa do livro como um “retrato de corpo inteiro”: “Um todo manifestado com uma espécie de sensualidade casta e pagã: o amor como uma vocação do homem e a poesia como sua tarefa” (*Ib.*: 187).

Com um sentido de humor característico e desconcertante, Neruda vai respondendo a perguntas variadas, sobre a angústia, o “estado de graça” na criação, a literatura brasileira, os seus poemas e os seus leitores, a crítica, o amor. Dessas respostas a mais construtiva terá sido a que se refere à “coisa mais importante no mundo”: “Tratar de que o mundo seja digno para todas as vidas humanas, não só para algumas” (*Ib.*: 186).

O músico Tom Jobim, que havia apadrinhado a escritora no lançamento do seu romance *A Maçã no Escuro*, tem a palavra em três crónicas de entrevista (3, 10 e 17 de Julho de 1971). Após a questão sobre a maturidade, é abordado o problema da falta de leitura, aproveitando a cronista para reafirmar a sua dedicação aos livros que escreveu “com amor, atenção, dor e pesquisa” (*Ib.*: 359), optando por uma escrita menos sobrecarregada de acção e mais centrada na sua repercussão no indivíduo. A propósito do fim a prazo da música e da literatura, segundo Henry Miller, a previsão é contestada por ambos, já que “o som da música é imprescindível para o ser humano e [...] o uso da palavra falada e escrita é como a música” (*Ib.*). Sobre a morte, Tom fala de uma experiência que lhe revelou que ela não existe, assim como “não existe o *eu* nem o *euzinho* nem o *euzão*” (*Ib.*), acabando por confessar que teme “a morte 24 horas por dia” (*Ib.*). A propósito da reencarnação, apenas a entende como despojamento. A crítica à “arte de consumo”, fabricada por uma industrialização “que domina a espécie humana”, é verberada pelo entrevistado, ressaltando a necessidade de os artistas preservarem “a alegria do mundo”, mas sem alienação, lançando vivas a Niemeyer, Vila-Lobos e a ambos. O dilema da liberdade criadora do artista, em confronto com o público destinatário (“a linguagem das elites”, “que não existem no Brasil” *versus* a “vontade irreprimível de estar com o povo”) dilacera os interlocutores, os quais reconhecem “uma nova linguagem, tanto a musical quanto a escrita” (*Ib.*: 361), sendo eles seus “legítimos representantes”, mas também “a liberdade total” (*Ib.*). A criação artística, o amor e a integridade da alma são, para Tom Jobim, o “mais importante do mundo” (*Ib.*: 63). A entrevista termina com o contraste entre “Velho Mundo, Europa e Estados Unidos”, os quais “estão completamente exauridos de temas, de força, de virilidade”, e o Brasil, que “apesar de tudo, é um país de alma extremamente livre. Ele conduz à criação, ele é conivente com os grandes estados de alma” (*Ib.*).

O escritor, dramaturgo, humorista, desenhador, tradutor, jornalista e actor Millôr Fernandes (Milton Viola Fernandes, 1923-2012), lutador contra as arbitrariedades do poder e amigo de Clarice, é entrevistado na crónica “Lucidez do

Absurdo”, de 28 de Abril de 1973. A conversa, começando sobre o espectáculo *O Homem do Princípio ao Fim*, encenado há anos, deriva da experiência do actor para a de escritor, à volta da “visão instantânea das coisas do mundo como na realidade são” (*Ib.*: 459), reconhecendo ele ter, “no meio da maior paixão”, “essa espécie de lucidez, [...] a lucidez do absurdo” (*Ib.*: 460). Depois de se referir à dura infância que teve, fala da morte e da vida, do amor, o progresso na escrita e na vida, na bondade, na admiração por Vinicius de Moraes.

Ecos de uma entrevista ao jornalista e escritor Marques Rebelo (Eddy Dias da Cruz, 1907-1973) são apresentados na crónica de 30 de Junho (“Um Romanista”), dois meses antes da sua morte. Depois da apresentação da sua obra e do seu pseudónimo literário, Clarice define-o como um persistente por disciplina, “sem esperar por inspiração” (*Ib.*: 467): “Para ele, reescrever é mais importante que escrever” (*Ib.*). Opina, em relação aos novos escritores, que “são ainda os mais velhos que estão conduzindo o barco” (*Ib.*). Responde, com humor, que na Academia Brasileira de Letras “marca passo para o mausoléu” (*Ib.*). Viver e escrever são os seus maiores prazeres: escrever “é o seu reduto de liberdade” (*Ib.*: 468), mas escrever “nunca traz amigos, no máximo traz alguns simpáticos desafetos” (*Ib.*). Acha, acima de tudo, que vale a pena “o preço alto que se paga na vida” (*Ib.*).

A entrevista com o teatrólogo e médico Pedro Bloch, na crónica de 17 de Novembro, encerra este bloco da cedência da palavra aos outros. A consciência de cidadania universal e a comunhão com o outro impressionam no testemunho deste entrevistado:

O que as pessoas chamam de minha bondade talvez seja a minha sintonia com o mundo. Sou coletivo. Tenho o mundo dentro de mim. Acho que todo ser humano tem uma dimensão universal, única, insubstituível. Por respeito a cada ser humano, em todos os cantos da Terra, e por gostar de gente, gostar de gostar, é que encontro em cada indivíduo o reflexo do universo. Desculpe, mas eu gosto até dos que não gostam de mim. Mas gosto dos que gostam (*Ib.*: 472).

A interacção entre a responsabilidade individual e a reconstrução do mundo, a aprendizagem com as crianças nas suas peças infante-juvenis, o entendimento do amor como independente “da posse, do egocentrismo, da planificação, do medo de perder, da necessidade de ser correspondido” (*Ib.*: 473), o respeito à vida, a fé nos homens e na verdade, mais do que na bondade (“a verdade é a quintessência da bondade, a bondade a longo prazo” – *Ib.*), o acreditar em milagres são temas interessantes que o entrevistado sublinha:

Viver é expandir, é iluminar. Viver é derrubar barreiras entre os homens e o mundo. Compreender. Saber que, muitas vezes, nossa jaula somos nós

mesmos, que vivemos polindo as grades em vez de libertar-nos. Procuvo descobrir nos outros sua dimensão universal e única (*lb.*)

Capítulo 2

A Crónica Feminina, de Inês Pedrosa – um outro olhar

Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever (Crónica Feminina, 2005: 395).

O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de amor (Nas Tuas Mãos, 2005: 41).

Integrando-se no círculo dos novos escritores da década de 90, a escritora e jornalista Inês Pedrosa vem acrescentar à Literatura Portuguesa a voz feminina da contemporaneidade. A experiência do jornalismo e a trajetória literária acabaram por modelar uma sensibilidade estruturada na vivência da escrita e da realidade social, conferindo-lhe a narrativa empenhada, atravessada por um espírito indagador, comprometida com seu tempo: seja na consciência de uma memória cultural, nas discussões sobre gênero, na militância política, seja em qualquer assunto que diga respeito às relações humanas.

As suas obras reflectem o percurso e o amadurecimento dessa escritora que começou como jornalista em 1983, com um estágio em *O Jornal*, antes mesmo de se licenciar em Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, em 1984.

Foi no *Jornal de Letras*, em 1984, que fez um “curso de jornalismo, de literatura, de cultura, de vida” (*Jornal de Letras*, Agosto de 2002), onde se reunia

semanalmente com os colaboradores Augusto Abelaira, Eduardo Prado Coelho, Jorge Listopad e Fernando Assis Pacheco. Passaria, depois, pelo *Independente*, pelo *Expresso*, pela revista *Ler* e, finalmente, pela revista *Marie Claire* (entre 1993 e 1996), além de algumas experiências em rádio e televisão.

Inês Margarida Pereira Pedrosa nasceu em Coimbra, “mas só porque não havia maternidade em Tomar, que é realmente a minha terra” (*Jornal de Letras*, Junho de 2004: 44), em 15 de Agosto de 1962. Da professora primária, Virgínia Rodrigues, veio o amor pelos livros e do avô materno, Domingos Pereira, o grande incentivo literário: “contava-me a História de Portugal e declamava Camões enquanto me passeava de barco a remos no rio Nabão. Ele é o avô Matias no meu primeiro romance *A Instrução dos Amantes* (*Jornal de Letras*, Junho de 2004: 44). Após a sua morte, quando ela tinha 11 anos, acompanharam-na dois importantes legados: a máquina de escrever, que utilizou até à chegada do computador para escrever todos os textos, inclusive os jornalísticos, e a fotografia que é a testemunha de todos os momentos da sua escrita.

Contrariando a vontade do pai, que queria vê-la numa profissão mais segura que não fosse aquela “que lidava com as palavras”, escolhe o jornalismo, justamente por acreditar que o seu destino era a escrita e por necessitar dela para aplacar a sua ansiedade e a sua inquietude: “Escreve qualquer coisa que já ninguém te atura” (*Jornal de Letras*, Agosto de 2002: 9), recomendavam os amigos.

A sedução pelas palavras havia motivado, desde cedo, a escrita de histórias infantis e aventuras à “maneira de Enid Blyton, depois uma novela sobre as agruras da adolescência *light avant la lettre* e os inevitáveis poemas juvenis” (*Ib.*). No liceu, em Oeiras, escrevia cartas de amor encomendadas por aqueles colegas, tanto os rapazes quanto as moças, que não tinham a habilidade de fazer das palavras flechas para atingirem o coração de alguém.

Foi na biblioteca de seu pai, entre alguns livros escondidos na gaveta, antes de 25 de Abril, que descobre as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno – “Li de fio a pavio e aprendi imenso, porque era de uma total inocência...” (*Ib.*) –, assim como a edição francesa da revista *Marie Claire*, que a mãe comprava, com suas reportagens sobre “reivindicações das mulheres ou sobre a situação das mulheres árabes, matérias que não mereciam uma linha nas publicações portuguesas” (*Ib.*).

Essas leituras, no âmbito familiar e, mais tarde, a sua experiência como directora da revista *Marie Claire* acabaram por apontar os diversos caminhos que a escritora trilharia em direcção ao universo da alma feminina: recortando em seus romances o papel da mulher portuguesa, emergente na década de 90, trazendo à memória as mulheres do passado, defendendo os direitos da mulher

no presente, como cronista do *Expresso*, onde escreveu semanalmente em sua *Crónica Feminina*, até o dia 23 de Fevereiro de 2011.

Intercalando a atitude jornalística com a escrita de ficção, Inês escreve o seu primeiro romance *A instrução dos Amantes* (1992). Antes, havia escrito *Mais Ninguém Tem* (1991), uma incursão no mundo da literatura infantil.

N' *A instrução dos Amantes*, aborda a aprendizagem do amor na adolescência, num título sugestivo, revelando, através de Cláudia e suas amigas, os conflitos gerados pela paixão, em contraposição ao universo masculino, protagonizado pelo namorado Ricardo e o amante Diniz. A amizade, as disputas dentro do grupo, as relações familiares e os ecos do 25 de Abril também fazem parte do cenário ficcional.

O segundo romance, *Nas Tuas Mãos* (1997), recebe o Prémio Máxima da Literatura, em 1998. As indagações da autora sobre o feminino parecem ser medidas na história de três mulheres: Jenny, a avó; Camila, a mãe; Natália, a neta, que narram, através de diferentes espaços de interlocução: um diário, um álbum de fotografias e um maço de cartas. Estes diferentes registos narrativos modulam as vozes das três gerações que, delineadas por um perfil e uma memória própria do seu tempo, também sintetizam a recente história de Portugal e a evolução da sociedade portuguesa da metade do século XX até hoje, sob as impressões das personagens femininas, reveladas em suas trajetórias e reflexões. Assim, Jenny tem um casamento de aparências e o seu amor justifica a filha do amante do marido que acolhe como sua: "O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de amor..." (*Nas Tuas Mãos*, 2005: 41). Camila, a fotógrafa, perde o amado de forma trágica, vai para Moçambique e lá conhece Xavier, um guerrilheiro da FRELIMO, e desse relacionamento nasce Natália: "Pensei que as imagens me poderiam curar, que poderia colar os instantâneos do mundo sobre o sangue do meu coração e fazê-lo parar. Pensei que o amor podia ser domesticado e o lado negro do instinto maternal racionalizado" (*Ib.*: 140-141). As cartas de Natália para a avó revelam o vínculo e a sensibilidade herdadas da avó Jenny: "Descobri cedo nas fotografias da minha mãe que a felicidade é uma colecção de instantes suspensos sobre o tempo que só depois de amarelecidos pela ausência se revelam" (*Ib.*: 150).

Depois do segundo romance, Inês publica a *Fotobiografia de José Cardoso Pires* (1999): "um modelo de texto-crónica-notícia-relato cuja informação central, transfigurada esteticamente, a autora tem o dom de transformar em conto" (*Jornal de Letras*, Agosto de 2005: 20).

Vinte Mulheres Para o Século XX (2000) nasce de um projecto jornalístico para o semanário *Expresso*, com a publicação da biografia de Eva Perón e de outras mulheres que marcaram o mundo neste primeiro século de emancipação.

O livro é o resultado destas publicações e de uma segunda parte inédita, destacando perfis como: Simone de Beauvoir; Agustina Bessa-Luís; Coco Chanel e Madre Teresa, entre outras. Estas escolhas, justificadas no prefácio, denotam o profundo interesse da autora pelo papel feminino:

Cada uma destas vinte mulheres foi tocada por um qualquer dom, mas o que as tornou diferentes de todas as outras, foi a história única que cada uma delas elaborou contra o medo e o seu guardião – a tradição. Acompanhou-as sempre essa filha da imaginação chamada coragem. Por isso, não se limitaram a mudar o mundo – mudaram para além do seu tempo, a imaginação do Mundo” (PEDROSA, 2000: 16).

No ano seguinte, organiza uma antologia da poesia portuguesa, subordinada ao tema de amor, *Poemas de Amor* (2001), e confessaria em entrevista este seu interesse pelo tema: “Interessa-me em particular a poesia e o tema do amor. Se existe nos meus livros alguma interrogação permanente é sobre o amor – como se faz que perdure?” (<<http://mulher.sapo.pt/print/xtAl/432657.htm>>).

Fazes-me Falta (2002), segundo a escritora, foi escrito a partir da experiência de perda: “escrevi-o ao som da música dos meus mortos, ensaiando uma aproximação mais radical à ciência da poesia, a poesia da política e a dança da filosofia”. Sob o eco de *fazes-me falta... fazes-me falta*, duas vozes alternam seus relatos, ora uma mulher que acabara de morrer, ora um homem na constatação de seu desespero. Com fontes tipográficas diferentes, os cinquenta capítulos do romance, duplicados, simulam o espelho onde o “diálogo” ocorre. O que se poderia supor como uma relação passional, descortina-se surpreendentemente como “um processo mais complexo e desconcertante em que estamos para além da amizade e do amor, num espaço de infinita sexualização, pela pura e também impura ausência de corpos, numa espécie de invenção impossível...” (COELHO, 27 de Abril de 2002). Essa encenação passa então a ser o pretexto para tematizar a “diferença”, não apenas nas discussões do lugar do feminino ou masculino, mas também das oposições entre o velho e o novo, da crença e da descrença e, principalmente, sobre os valores de uma sociedade, representados pelas duas personagens: “Ele vem de uma guerra em África e de alguma corrosão de ideais. Ela parte de uma ânsia desmedida de mudar o mundo e reequilibrar a relação entre homens e mulheres” (COELHO, 27 de Abril de 2012).

Ainda em 2002, escreve *A Menina que Roubava Gargalhadas*, homenageando a filha Laura, e depois o livro de contos *Fica Comigo esta Noite* (2003). Reúne e publica a colectânea de entrevistas *Anos Luz – Trinta conversas para celebrar o 25 de Abril* (2004), reunidas ao longo de sua atividade jornalística, numa grande diversificação de personalidades como Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, Fernando Dacosta, Rui Veloso, Vergílio Ferreira, entre outros:

Tive a felicidade de encontrar, maioritariamente, entrevistados empolgantes – porém, confesso que até aos mais baços fui extraíndo novos dados sobre a natureza humana. Porque é isso que, acima de tudo, me faz acordar para cada novo dia com entusiasmo: a infinita variedade da natureza humana. As minhas paisagens são as pessoas (PEDROSA, 2004: 13-14).

O testemunho das vozes de diferentes “lugares”, cineastas, ensaístas, escritores, compositores, músicos, são retalhos importantes dos últimos 30 anos da História de Portugal, ressignificados através das palavras de cada entrevistado e de sua história, compondo o imenso tecido da identidade do povo português.

Em 2005, publica *Crónica Feminina*, compilação de crónicas que há vários anos vinha publicando no semanário *Expresso*, espaço de luta e reflexão:

Ao fim de uns anos, as crónicas ganham a cor sépia e reveladora dos diários, mostram muito mais do que uma perspectiva individual acerca do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação. Temas como aborto, a discriminação, o abuso sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente (*Crónica Feminina*, 2005: 13-14).

Ao exercício das crónicas, Inês credita “a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra” (PEDROSA, 2005: 15). Esta palavra afiada busca os factos e a essência destes acontecimentos, propiciando um terreno que aproxima a jornalista da escritora:

Inês Pedrosa tem feito, nalguns dos seus textos, a ponte entre o labor da jornalista (que é, profissionalmente, a sua origem) e o trabalho de ficcionista. A crónica é aqui e de novo o elo de ligação entre dois campos que modernamente (e sobretudo pós-modernamente) se intersectam, às vezes sem visível linha de demarcação: o campo da representação ficcional e o campo da referência ao real circundante, tangível e empiricamente conhecido (REIS, Outubro de 2005: 19).

Para Carlos Reis, em “O tempo de Crónica”, a dimensão temporal da crónica é um aspecto relevante a ser considerado, principalmente pela sua relação com o seu tempo, diferente no conto ou romance, por dialogar com as circunstâncias directas dos acontecimentos e

com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações da pequena história, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva (*Ib.*: 18).

Em seu livro *Crónica Feminina*, Inês Pedrosa demonstra a escrita comprometida da cronista consciente da importância do “espaço” que o género sugere “como exercício de intervenção social, como forma de poder cívico” (*Crónica Feminina*, 2005: 16) e instrumento de mudança:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida; se não acreditasse, não teria a perseverança de escrever todas as semanas, esteja onde e como estiver, feliz ou infeliz, varrida pela febre ou numa ebulição de festa. Dentro de todo cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo (PEDROSA, 2005: 14)

Em parceria com a fotografia, foram escritos os livros *Carta a uma Amiga* (2005) e *Do Grande e do Pequeno Amor* (2006). O primeiro, uma novela epistolar, é inspirada na obra de Maria Irene Crespo, uma fotógrafa amadora que empresta suas fotos ao texto. É a partir da descoberta de uma caixa de fotografias que se desenrola a narrativa e “*Carta a uma amiga* é uma declaração política porque expõe, exemplarmente, como tudo o que é pessoal é político. Porque quase tudo acontece condicionado pela ordem criada para o mundo” (*Jornal de Letras*, Agosto de 2006: 22). O segundo livro, *Do Grande e do Pequeno Amor*, é um romance fotográfico que realiza com seu amigo e ilustrador de seus livros, o *designer* Jorge Colombo. “Os encontros e desencontros amorosos de uma historiadora e um arquitecto que não conseguem viver separados” (<<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/livros/1090.html>>), a história, enfim, de um casal contemporâneo.

A Eternidade e o Desejo (2007) e *No Coração do Brasil – Seis Cartas de viagem ao Padre António Vieira* (2008), são obras que se relacionam com um projecto do Centro Nacional de Cultura, “Os Portugueses ao Encontro da sua História”, que incluiu a visita às cidades em que missionou o Padre António Vieira (Salvador, Olinda, S. Luís do Maranhão, Belém do Pará), no qual Inês Pedrosa participou.

O romance *A Eternidade e o Desejo* move-se em torno da personagem Clara, professora universitária e portuguesa, que volta ao Brasil, acompanhada do amigo Sebastião, depois de ter perdido a visão e o amor do brasileiro António. Duas outras personagens, Clara, a brasileira, e Emanuel, um homem também marcado pela dor da perda de um filho, contribuirão para a libertação de Clara, a portuguesa. Com diferentes narradores e uma abordagem histórica, a narrativa mescla-se com a intertextualidade dos *Sermões* de Vieira, através do cruzamento de tempos internos e externos que a compõem e sob a perspectiva, em muitos momentos, da História de Portugal. Para Miguel Real,

[...] a autora, seja qual for o tema abordado, faz derivar a sua reflexão literária em torno do universo feminino recente, afirmando-se, assim, não

como autora feminista, mas como uma autora com profundas preocupações feministas; assim, em termos de continuidade narrativa, *A Eternidade e o Desejo* vem prestar consistência ponderada a uma obra que ano a ano [...] tem girado em torno de dois eixos narrativos, a Mulher e o Amor (*Jornal de Letras*, 16-19 de Janeiro de 2008: 26).

No *Coração do Brasil – Seis Cartas de viagem ao Padre António Vieira*, com desenhos de João Queiroz, temos a narrativa da revisitação aos lugares do Brasil em que o Padre António Vieira pregou seus sermões. Em forma de conversa, a autora dirige-se a Vieira, descrevendo os lugares, iniciando pela Bahia, e dialogando com a História do Brasil e de Portugal. Uma viagem enriquecida pelas imagens da arte e da religião, conduzida pela figura do pregador:

Confesso que tenho dificuldade em tratar-vos por Padre, a revolta dos vossos escritos não condiz com a paciência sacerdotal. Penso em vós como um orador, e como um Camões da prosa e do futuro, um pioneiro dos então desconhecidos Direitos Humanos, um diplomata devotado – embora muitas vezes humanissimamente enganado e desenganado (PEDROSA, 2008: 39).

Em 2010, com o romance *Os Íntimos*, a romancista dá voz aos homens. Afonso, Pedro, Augusto, Guilherme e Filipe, são as personagens que sustentam os monólogos que constituem a narrativa. Em torno de uma mesa de restaurante, desfilam os assuntos com “intimidade”, cujos temas são sobretudo uma justificativa para o companheirismo. O mergulho neste universo masculino e o enfoque destas relações na contemporaneidade, permeados pela consciência de um tempo no qual se reflectem suas questões existenciais, sugerem um contraponto ao universo feminino.

Com *Os Íntimos*, Inês Pedrosa recebeu pela segunda vez o Prémio Máxima de Literatura, em 2011.

Seu último romance, *Dentro de ti Ver o Mar*, publicado em 2012, retorna à paisagem brasileira, entre três personagens que buscam sua identidade. A fadista Rosa vai ao Brasil para encontrar o pai que não conhece, com destinos que se cruzam. A iraniana Farimah, para escapar de um casamento forçado pelo pai, casa-se com um homem, português, seropositivo. E a terceira mulher, Luísa, é filha bastarda, cuja mãe, aristocrata, oferece a própria filha. A narrativa reproduz as conversas por *e-mail* e as mensagens de telemóvel, entre Rosa e Gabriel, e os textos intercalam os fados e as confissões de uma paixão que consome a fadista. A obra, que destaca o tema dos desenraizados, enfoca as mazelas da globalização. E, em entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, por ocasião do lançamento da obra no Brasil, Inês Pedrosa responde sobre esta questão suscitada pelo entrevistador Ubiratan Brasil:

A modernidade líquida de que fala Zygmunt Bauman só aparentemente é generosa: aquilo a que chamamos “tolerância” representa uma enorme indiferença em relação à sorte de outros seres humanos. Farimah, a engenheira iraniana que, neste livro, foge de um casamento forçado, confronta-se, em Portugal, com uma série de estereótipos discriminatórios sobre “a mulher muçulmana”, que lhe acentuam a sensação de desenraizamento. Por outro lado, a união dos desenraizados cria novos modos de relação e um pensamento menos territorial. O paradoxo da globalização é esse: quanto mais se ampliam as conexões internacionais, mais forte se torna a reivindicação tribal. As guerras em curso são, não apenas religiosas, mas tribais – ou seja, racistas. O que é particularmente absurdo desde que a análise do DNA demonstrou a inexistência disso a que chamamos “raça”, e o nosso parentesco próximo com todos os outros animais. Mas enfim: pelo menos a barbárie começa a ser identificada e circunscrita (*O Estado de São Paulo*, 17 de Setembro de 2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,escrevo-o-que-doi-confessa-ines-pedrosa,1075821>>).

Participando também num programa de popularização da leitura, promovido pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, ou no programa de rádio *A Biblioteca de minha Vida*, onde fazia entrevistas e falava de livros, em encontros literários no país e no exterior, a jornalista e escritora interage com o leitor, reafirmando o valor que atribui à literatura e à formação de novos leitores, lembrando também que, em 2005, em Lisboa, a peça de teatro *Nove Mulheres e uma Cadela* é levada ao palco, resultado da colagem de textos de suas obras, e com diferentes temas, como a maternidade, o trabalho, a violência doméstica. Sintonizada com o tempo presente, consciente da transformação do mundo através das palavras, Inês Pedrosa dialoga com a literatura contemporânea à medida que incorpora uma atitude reflexiva e mediadora entre a tessitura do texto e a realidade factual.

Assimilando “A lição” de Barthes, comentada em crónica, Inês experimenta o sabor do saber que o mestre da Semiologia tanto apregoou: “nesta lição cintila tudo o que continuo a aprender – deslocando, desconstruindo, arredando, arredando sempre. Lição de jornalismo, lição de literatura, lição aberta ao desejo de atingir a inatingível câmara clara do mundo.” (*Crónica Feminina*, 2005: 158), atravessando, assim, o oceano do conhecimento que a vida oferece e que ela, através das palavras, consegue invocar.

Em recente artigo para o *Jornal de Letras*, Inês Pedrosa compele-nos a uma reflexão sobre o poder de mobilização da Palavra escrita e do escritor interveniente na actualidade. Com o sugestivo título intitulado “Empenhamento cívico”, a cronista e romancista Inês Pedrosa, autora de vários romances e da colectânea

de crónicas *Crónica Feminina* (2005), confirma, mais uma vez, a sua vocação para uma parceria cada vez mais próxima entre a literatura e o jornalismo.

Do texto aludido, logo depreendemos o papel depurativo da escritora ou da cronista que, intermediária entre o mundo que a rodeia e o mundo subjectivo, imbuí-se da palavra convictamente, para “dar voz aos milhões de abandonados por este suposto modelo de sociedade que nos querem impor como único viável: o modelo do salve-se quem puder” (*Jornal de Letras*, 6 de Fevereiro de 2013). Esta escolha, movida, segundo ela, em detrimento do “desespero que Portugal atravessa actualmente” (*ib.*) e justificada pelos problemas do país e do mundo, incitou-a ao vigor do uso da escrita e da crença de que “a palavra tem o extraordinário poder de mudar as mentalidades, e não há mudança que não comece na cabeça” (*ib.*).

O “lugar” de observadora é enunciado logo de início: “tudo o que acontece à minha volta me influencia – e com o caudal de informações que recebemos continuamente, o mundo tornou-se-nos, para melhor e para pior, um sítio íntimo” (*ib.*). Porém, este dimensionamento vai além do espaço, quando trazemos para nossa análise a questão da dimensão temporal, inferida através das suas palavras, caracterizando também o discurso cronístico.

Carlos Reis, ao recordar esta propriedade da crónica, a sua dimensão temporal, considera-a fundamental, não tanto pela dinâmica interna do texto cronístico, que difere do movimento de desenvolvimento temporal que encontramos em um conto ou romance, mas, principalmente pela relação da crónica com o seu tempo, com o movimento da história ainda em decurso, às vezes até com as incidências, com as figuras, com os conflitos e com as motivações da *pequena história*, quase sempre esquecida pela historiografia como ciência e repositório da memória colectiva (REIS, Outubro de 2005: 18).

A sugestão destas “antenas” voltadas para os acontecimentos, nas palavras de Inês Pedrosa, tem o acréscimo volátil dos nossos tempos e a tarefa daquele(a) que testemunha, desta forma, e é mais árdua enquanto comprometida. E, na circunstância deste texto, isto é apontado mais claramente, como uma assinatura do seu estilo, antes observado pelas crónicas da sua antologia *Crónica Feminina*.

Assim, cumpre-nos seleccionar outros trechos significativos do texto, com o intuito de actualizar e confirmar o que já foi aludido em suas crónicas, mas antes faremos uma retrospectiva, através de algumas das crónicas da obra e do seu significativo prefácio.

Crónica Feminina (2005) reúne 110 crónicas, publicadas no semanário *Expresso*, e obedecem a uma cronologia que vai de Janeiro de 2002 a Dezembro de 2004. Com o título de “O que me importa”, no seu prefácio, ela apresenta-nos os temas que a inquietam:

[...] Temas como o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente. Porquê? Porque me parecem ser estas as pedras de toque da política actual (*Crónica Feminina*, 2005: 14).

Ao exercício das crónicas ela credita o poder transformador da palavra, “a mobilização efectiva da palavra”. A experiência do espaço cronístico na defesa de Maria do Céu, a enfermeira-parteira, condenada a cumprir uma pena de oito anos e meio de prisão, e a liderança de um pedido de indulto, trouxe-lhe a experiência de que “a palavra partilhada e multiplicada em milhares de vozes teve a força de corrigir – ainda que tardiamente, após quatro anos de cativeiro efectivo, dois deles de prisão preventiva – uma situação de manifesta injustiça” (*Crónica Feminina*, 2005: 16). A selecção destas crónicas relacionadas na antologia, o chamado caso “da parteira da Maia”, é justificada por ela neste prefácio, por lhe ter dado “[...] a medida da crónica como exercício de intervenção social, como forma de poder cívico” (*ib.*). Para a cronista, a relação com a palavra “poder” em Portugal não teria boa fama desde Salazar, induzindo a diabolização deste poder, a desistência interior e, conseqüentemente, a falta de movimentos cívicos e de voluntariado social.

Foi, também, através deste exercício constante das crónicas, da “persistência” de cronista, aludida por Eduardo Prado Coelho e transcrita por ela, que foi alertada “de uma forma muito concreta para a arquitectura proliferante da informação e para o seu corpo mutante de coreografias do caos” (*Crónica Feminina*, 2005: 17). Porém, a perseverança da sua escrita deve-se, sobretudo, à crença de que “o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida” (*Crónica Feminina*, 2005: 14).

Outros motivos fortaleceram esta vontade. Entre eles, conta-se a oportunidade de encontrar pessoas que ela considera como “mais uma luz” do seu mundo, como Domitília dos Santos ou o aprofundamento da relação com antigos amigos, que contribuíram com as suas opiniões, e até a presença dos inimigos “que se tornaram mais evidentes, o que, sem ironia, lhes agradeço; os inimigos são interlocutores fundamentais da nossa aprendizagem” (*Crónica Feminina*, 2005: 17). Além do leitor que, com “fúria ou carinho”, manifesta a opinião e é a razão da crónica.

A capa de *Crónica Feminina*, com *design* do seu amigo Jorge Colombo, enuncia, de antemão, o espaço de luta e reflexão da autora, uma luva de boxe rosa choque. Recorrendo novamente a Carlos Reis, podemos dizer que muitas das suas crónicas representam “um vigoroso olhar feminino sobre a vida, os fenómenos sociais, os estereótipos que atravessam o nosso imaginário e as distorções <<masculinas>> que o dominam” (REIS, 12 a 15 de Outubro de 2005: 19).

Este crítico sublinha, ainda, que esta compilação se constitui em “séria reflexão acerca da crónica e da sua dupla lógica, ou seja, cultural e discursiva” (*Ib.*).

Passados treze anos da publicação da obra e retornando ao artigo que alavancou este texto, “ouvimos” a cronista afirmar: “Posso dizer que a falta do discurso e da prática política contemporânea em Portugal me impelem a escrever. A canalhice e a arrogância são musas tão boas como outras quaisquer – às vezes até melhores, porque nos forçam a reagir” (*Jornal de Letras*, 6 de Fevereiro de 2013).

O tempo, ou o “imprevisível deus Chronos”, segundo Inês, parece mesmo desafiar a sua discípula literária, ainda que ela afirme que tenta pensar livremente sobre os sinais de sua época: “[...] o que muda, o que se repete, o que resiste” (*Crónica Feminina*, 2005: 14). É oportuno lembrar aqui dois dos mandamentos da crónica, segundo João Pereira Coutinho, ao falar da arte de fazer crónica, no jornal *Expresso*: “a crónica pode partir da realidade mas, não raras vezes, a crónica cria a sua própria realidade; a crónica não vive da especialização; a crónica vive da diversidade” (COUTINHO, 13 de Agosto de 2005). Deste modo, ao longo da leitura dos textos de *Crónica Feminina*, descobre-se que a matéria destes registos tem a amálgama de uma consciência que dialoga com o seu tempo, por não ter esquecido a lição de Pandora, confirmada no seu artigo “Empenhamento Cívico”:

Nunca me deixo contaminar pela desesperança, porque a História, desde a decantada Grécia Antiga, com o seu cortejo de escravos, é um relato de barbárie repetidamente salvo pela visão e pela capacidade de transcendência de um vasto grupo de seres humanos – artistas, cientistas, políticos, pensadores (*Jornal de Letras*, 6 de Fevereiro de 2013).

Foi com esta convicção que fez a escolha dos seus temas e nomeou as suas crónicas, das quais seleccionamos algumas que podem ilustrar a sua indignação. Com o título de “A tradição da indignidade”, Inês denuncia a mutilação genital feminina no país, baseada no *dossier* de Sofia Branco, que havia entrevistado uma mulher que perdera duas filhas, uma excisadora e um membro da Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné, que não considerava isto crime, porque era próprio da sua tradição. Ela condena a acção praticada sob a capa de “uma outra cultura”, chamando a atenção da justiça portuguesa para a questão:

É tempo de perdermos os confortáveis complexos de culpa herdados dos nossos avós colonizadores, e dos nossos bisavós esclavagistas, e dos nossos tetra-avós inquisidores e dos nossos fundadores cruzados. É mais do que tempo de abandonarmos o relativismo cultural em que nos consolamos, numa serenidade turística (*Crónica Feminina*, 2005: 117).

Em “As costas largas da História”, o assunto é o escândalo da Casa Pia e a lista de figuras públicas potencialmente envolvidas com a prostituição de menores que, desamparados na sua condição de indefesos, sem família, sem referências, serviram de objeto sexual. Mais uma vez, Inês expõe a acomodação dos que preferem acreditar na convivência das vítimas: “levamos por vezes a tolerância a extremo de cegueira que a tornam indiferença para com a crueldade” (*Crónica Feminina*, 2005: 180).

Muitos textos da cronista trazem temas relacionados com as mulheres, desde o destacado caso da parteira da Maia, ou outros do interesse. Porém, percebe-se sempre uma exortação às causas femininas, uma provocação para o acto de repensar as questões deste universo. Assim, “A violência de pechisbeque”, aborda a violência contra as mulheres, o número de vítimas que morrem por ano em Portugal, maltratadas em sua própria casa e profetiza:

O silêncio das vítimas continuará, por muitos anos, a sobrepor-se às campanhas de informação. As vítimas tornam-se cúmplices inabaláveis dos seus torcionários, em particular em países como o nosso, com tradições religiosas árabes e judaico-cristãs de severa subalternização da mulher (*Crónica Feminina*, 2005: 297).

A política aparece com títulos diversos: “Acompanhante para deputado, oferece-se”; “Os nossos homens de ontem”; “Chamem-me Deus”, e outros. E a cultura é sempre um assunto inquietante para a cronista. Assim, temos: “Crise, a palavra assassina”; “Continuar a ler dentro do túnel”; “O viril metal”; “O país dispersivo” e muitos outros títulos, com seus perfis literários ou de outras artes, assim como os livros e filmes que comenta.

Ao arrojo dos diversos temas eleitos, dilui-se a aparente circunstância de que o género literário propõe, pois temos a impressão de que a palavra da cronista é sempre tomada pela urgência e pela consciência de uma palavra que vai até o fulcro de cada tema, assinalando a sua importância no tempo presente, sem perder o distanciamento do passado e do futuro.

O compromisso com a escrita é renovado no seu artigo “Empenhamento cívico” e ecoa na advertência: “Os que têm o pensamento e arte como profissão não podem demitir-se da intervenção cívica – toda a arte é política. Os artistas que se reclamam imunes à <<sujidade>> dos dias tomam também, com esta atitude, uma posição política” (*Jornal de Letras*, 6 de Fevereiro de 2013). E alude àqueles que, a pretexto de se esquivarem, disseram durante o salazarismo que “«a minha política é o trabalho», ou daqueles que, depois do nazismo ou do estalinismo, vieram a dizer que nunca se aperceberam de nada” (*Ib.*).

Além de sublinhar este compromisso da arte, Inês Pedrosa afirma: “pratico um empenhamento cívico constante que excede em muito a escrita: é a minha

maneira de estar no mundo” (*Jorna de Letras*, 6 de Fevereiro de 2013). Para ela, é necessário reconhecer e honrar a luta das mulheres e dos homens pelos direitos que obtivemos e a isto se refere como “gratidão infinita”, justificando o seu prolongamento nestes combates, que ainda julga como tantos e necessários.

Inês Pedrosa não quer para si a palavra usada “como muro de defesa, excluindo-se da contaminação do mundo” (*Ib.*), sob a pulsão da realidade. A palavra é o instrumento que atravessa o tempo e é compartilhada com aqueles que a voz da cronista conclama para reflectir e participar efectivamente nas questões do nosso tempo. Entre a alquimia do jornalismo e da literatura, os factos vão-se tornando textos atropelados pela roda dos acontecimentos e, na impossibilidade de estancar o tempo, emerge o papel do cronista do século XXI, destacando-se Inês como voz contundente, imbuída no labor das crónicas ou nas transformações desta experiência em texto romanesco.

A carga selectiva da memória, no emaranhado das “obsessões inconscientes”, preside à antologia das crónicas de Inês Pedrosa. A cor sépia indicia simbolicamente essa carga memorial, tal como a dos diários, como um vestígio químico da reacção acumulada ao longo do tempo. Mas, para a cronista, a escrita memorialista é muito mais do que o confronto entre um olhar individual e um colectivo, um “apontar as antenas do interior para o exterior” (*Crónica Feminina*, 2005: 13), um “reflectir continuamente sobre a realidade – e transformar em palavras claras o fluxo, tantas vezes nebuloso desse pensamento” (*Ib.*). Na base dessa escrita está uma descoberta íntima:

Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas, memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde (*Ib.*).

A calma revisitação dos textos permite descobrir neles “mais do que uma perspectiva individual do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação” (*Ib.*: 13-14). É a própria cronista que reconhece a “constância recorrente” da temática de fronteira abordada: “o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça” (*Ib.*: 14). A razão justificativa dessa recorrência reside na sua função social, como “pedras de toque da política actual” (*Ib.*). A esperança num mundo melhor fundamenta a regular produção semanal das crónicas: “Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Ib.*). Compromisso cultural e “encontro erótico” com o Tempo definem a ousadia (“lata”) do cronista: “cultura como elemento amplificador da vida” (*Ib.*), através de “certos filmes, livros, músicas, exposições, peças de teatro”; “encontro erótico” com o Tempo, pensando

“livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste” (*Ib.*). O encontro com pessoas, “por baixo das pedras e por dentro das telas, nas fachadas dos edifícios e no cheiro inconfundível de cada cidade” (*Ib.*: 15), marca o registo cronístico de “um caderno de viagens”: ao Brasil, a Nova Iorque, a Espanha..

A imagem de *O Voo da Gaivota*, usada por Walter Galvani, expressa a arte de “fisgar o peixe”, “voar mais e mais, sem deixá-lo cair” (*Ib.*: 16), inerente à função social do cronista, apostado em enfrentar as situações de abuso do poder e o “corpo mutante de coreografia do caos”, patente na “arquitectura proliferante da informação” (*Ib.*: 17): “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*Ib.*).

Outra imagem representativa da crónica (12 de Julho de 2003) é retirada do título da produção cronística de Augusto Abelaira (1926-2003), em *O Jornal: Escrever na Água*:

Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa perecível mão. Dá-nos a mão que embala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento interrompido. Não é fácil ensinar as palavras a nadar. A não ter medo de ir contra a corrente. A contornar as marés e furar as ondas (*Ib.*: 239).

Bonitas imagens que servem de comentário ao título cronístico de Abelaira, sugerindo não apenas a límpida transparência das palavras, imbuídas de idealismo e boa vontade construtivos, mas também da consciência humilde da “perecível mão” em face da complexa realidade, do “aparente irrisório”, do “breve recreio” que “embala o tempo”, da coragem e ousadia de enfrentar o poder e “ir contra a corrente”, de “contornar as marés e furar as ondas”. Rebuscando a imagem medieval-renascentista do “desconcerto do mundo”, para expressar a sátira, Abelaira enfatiza o carácter efémero da crónica em face do “mármore eterno” da escrita historiográfica ou épica, recuperando também outra imagem renascentista, a da poética do espanto, e contrapondo ao rigor objectivista (“considerações rigorosas”) o encanto da subjectividade literária (“melancólicas considerações”, “sentidas à luz da Lua”) no discurso cronístico:

Escritas na água, não no mármore “eterno”, estas crónicas são apenas isso: melancólicas considerações acerca do desconcerto do mundo sentidas à luz da Lua, não considerações rigorosas acerca da trajectória dela. Ou, se quiserem, e de forma mais simples, limitam-se a exprimir o espanto, o meu espanto perante o mundo da política (*Ib.*: 239-240).

A aparente inutilidade do texto literário em geral, e do cronístico em particular, aponta para uma sociedade humanista, em contraste com o utilitarismo

exclusivista e quantas vezes absoluto dos valores materiais, como o da actual sociedade de consumo. Valores que se alcançam no “grau superior da escala estética” e ética, “que é um ser humano íntegro”:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeluzível. Clinicamente imune às importâncias e cargos deste mundo (e juraria que do outro também, aliás) (*lb.*: 240).

É este arquétipo ético que epigrafa o ideal cronístico de Inês Pedrosa, na voz impiedosa da sua crítica, paradigma infelizmente lacunar na nossa sociedade, na qual, a Moda substitui o Mito, na expressão de Eduardo Lourenço:

Não é uma atitude contemporânea, pois não – alguma vez o terá sido? É uma atitude em falta – e por isso o Mito (“vida que não passa na vida que passa”, na fulgurante definição de Eduardo Lourenço) se substitui pela Moda. Neste início de século, a atitude parece ter vendido a alma aos trapos. Abelaira sabia que a atitude era aquilo que distinguia os animais livres dos animais com trela. Prescindiu de lugares, prebendas & confrarias de favorzinhos, sim; e “desculpava-se” com a filha porque cultivava o pudor ético – esse elixir de escassa circulação que impede a autoprocamação moral (*lb.*).

Sensível ao apoio que, como estagiária jornalística, recebeu de Abelaira, e à sua “genuína ausência de paternalismo em relação às mulheres” (*lb.*: 241), Inês canoniza o seu exemplo luminoso nos nossos dias, a partir da imagem do tesouro escondido no fundo do mar:

Há pessoas que nos acompanham a vida como tesouros silenciosos no fundo do mar. Damos por elas quando uma qualquer tempestade revolve a quietude das areias, mostrando o brilho desse ouro que insensivelmente nos servia de lastro. Augusto Abelaira era uma dessas pessoas nascidas para desembaiar o mundo (*lb.*: 242).

2.1. Em defesa da igualdade de género

Perpassa na maior parte das crónicas inesianas a tecla dominante da defesa da igualdade de género. É, mesmo no início do século XXI, um outro olhar, diante do protagonismo masculino ainda imperante, apesar de todas as conquistas sociais do feminismo desde final do século XIX. Afinal, não se trata senão de um dos mais elementares vectores dos Direitos Humanos, cuja declaração universal foi reconhecida na ONU em 1948.

A crónica de 9 de Março de 2002 refere-se à celebração, ocorrida na véspera, do Dia Internacional da Mulher. Mas, em Portugal, tal celebração é comprometida pela prática discriminatória do género:

Mas em Portugal, na prática, não há mulheres. Só miúdas e velhas. Quando se sugere um ser do sexo feminino para alguma função que implique responsabilidade e dinheiro, quase sempre a resposta é: “Ainda é muito miúda”. Algumas vezes ouve-se também: “Já é muito velha”. Estas respostas, como se adivinha, raramente se pronunciam diante das próprias. Pelo menos em se tratando de “velhas”. Às “miúdas”, por vezes, diz-se-lhe isto directamente, com um sorriso no rosto e, em certos casos, uma festa carinhosa no cabelo. Depois, elas ficam a olhar, pasmadas, para os homens da idade delas que conseguem os lugares para os quais não tinham idade (*ib.*: 39).

Em contraposição a esta prática, Inês recorda dois exemplos femininos de dignidade, que se impuseram à sociedade, numa época mais recuada, desde muito novas: Natália Correia e Vera Lagoa, uma “enfrentando os que lhe ampliavam a beleza para lhe diminuïrem os outros méritos” (*ib.*: 40), outra corrigindo, com “orgulho juvenil” “os que lhe queriam cortar na idade”: “Tenho 78 anos” (*ib.*). O caso discriminatório da vice-presidente de uma grande empresa financeira americana, Domitília Santos, comprova a prática comum: “Exerci a advocacia e entrei na ONU, depois de ter sido posta de lado pelo embaixador português que disse que era muito nova com os meus 24 anos, quando a média era de 35” (*ib.*). O “paternalismo latino”, “que não escolhe classes nem partidos, que não é de esquerda nem de direita”, está na base dessa prática que, no entanto, vai admitindo excepções: “Assim, Domitília, que não servia para trabalhar nas embaixadas ou na Bolsa portuguesa, serve maravilhosamente para aumentar a riqueza americana” (*ib.*: 41).

A desconstrução do cliché segundo o qual “os rapazes são mais dotados para a acção e de mais lenta «maturação» ou de que as raparigas são «naturalmente»

mais compassivas e contemplativas" (*lb.*: 35) surge na crónica "A vida suspensa", de 16 de Fevereiro de 2002, a propósito do filme de Teresa Villaverde, *Água e Sal*. Acção e contemplação, afinal, "flutuam" sobre o tempo, interagindo mutuamente, em salutar equilíbrio:

O que *Água e Sal* verdadeiramente me diz é que a suspensão é muitas vezes mais vigorosa e criativa do que qualquer acção. Que há um momento opaco em que todos os desejos se somem num céu aflito, e nós flutuamos sobre o tempo, na via dolorosa da nossa confusa liberdade. Como nas infinitas tardes da adolescência, Teresa Villaverde filma esse momento de vertiginosa aceleração interior em que a vida parece parar e o coração luta às escuras, alumiado apenas pela luz marítima da sua mutante verdade (*lb.*: 37).

Outro cliché, abordado na crónica de 29 de Junho do mesmo ano "Mulheres ao volante", refere-se aos assassinos da estrada: "Dizem também as estatísticas que 70% dos condutores intervenientes em acidentes foram, em 2001, homens. Os mesmos que inventaram aquele provérbio 70% mentiroso que reza assim: «mulher ao volante, perigo constante»" (*lb.*: 88). O contraste entre a defesa da vida intra-uterina e a da vida autónoma embaraça a cronista: "Faz-me realmente confusão que um país tão estrénuo na defesa da vida intra-uterina seja tão frouxo na defesa da vida autónoma. Em que é que um condutor embriagado é diferente de um bombista suicida, alguém é capaz de me explicar?" (*lb.*: 89).

O "mito da Maneira Feminina de Fazer o Mundo" é outro cliché, desenvolvido na crónica de 13 de Julho: "Porque é que as mulheres são más umas para as outras?". Trata-se de um mito conveniente à supremacia masculina: "A tese que faz do feminino uma espécie de nuvem de anjos prontos a sacudir a Concorrência e a Agressividade para longe deste mundo, é a última ficção masculina do século XXI" (*lb.*: 95). Censurando as "teóricas do feminismo", "de resto com a melhor das intenções" (*lb.*: 96), pela manutenção deste mito, a cronista também reconhece a cumplicidade ("na sombra") das mulheres "na construção deste terrível mundo viril" (*lb.*: 97):

Mantiveram-se na sombra, é certo, o que não as terá favorecido muito: a sombra é a casa, a terra, o riso das crianças, mas é também o lugar marginal da frustração onde o poder agarra raízes carnívoras, sôfrego por uma qualquer existência, ainda que vegetal. Foi na sombra de há muitos séculos que as mulheres se habituaram a ser más umas para as outras. [...] No século XXI, talvez as mulheres aprendam a deixar de se vetar continuamente umas às outras. E então poderemos falar de diferença feminina (*lb.*).

O preconceito do absentismo feminino é o pretexto para a não empregabilidade das mulheres, na crónica "As faltosas", de 10 de Agosto:

Este preconceito quanto às faltas das mulheres não é novo, nem especificamente laboral. Mas agravou-se com a entrada da mulher no mercado de trabalho – que lhe abriu o espaço público, empurrando-a para uma exposição global e enfatizando o discurso da culpa que secularmente a acompanhava, em surdina. A mulher contemporânea está em permanente falta perante a sua beleza, perante a sua vida afectiva, perante os seus filhos, perante a sua profissão (*Ib.*: 104).

A discriminação de género, na crónica “Medalhas para os rapazes, livros para as meninas”, de 15 de Junho, encontra espaço de concretização nas comemorações do dia de Portugal e das Comunidades Portugueses. Citando Dina Canço, no livro de Ana Vicente, *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*, que faz contrastar a percentagem de 87,4% das condecorações atribuídas a homens com a de 12,6% dadas a mulheres, a cronista contrapõe ao acto oficial dessas comemorações as feiras do livro de Leiria e Lisboa e a presença massivamente feminina nessas feiras:

Há também homens leitores – poucos, pouquíssimos, e normalmente do tipo omnívoro, como se sentissem a obrigação de, sozinhos, elevarem as estatísticas de leitura do género masculino. Diz-nos a nova revista *Os Meus Livros* que “em Portugal, são as mulheres que lêem”. Uma tarde de feriado na Feira do Livro de Lisboa oferece-nos a esmagadora evidência desta afirmação: mesmo nos casos relativamente raros em que se vêem homens a pedir autógrafos a um escritor presente na feira, em setenta ou oitenta por cento dos casos acrescentam: “pode pôr em nome da minha mulher / mãe / namorada, se faz favor” (*Ib.*: 80).

A propósito da notícia da morte de “uma idosa de 60 anos” num incêndio florestal, a crónica de 30 de Agosto de 2003 estigmatiza o adjectivo “idosa” como “eufemístico e insultuoso” (*Ib.*: 255):

É uma palavra sonsa, e a sonsice é a grande erva daninha portuguesa. Prefiro a sábia frontalidade da palavra ‘velha’. [...] A deontologia jornalística começa nessa capacidade de escutar a respiração de cada palavra – mesmo, ou sobretudo, quando o tempo nos sufoca. Porque a política atravessa todas as palavras e enrosca-se particularmente nos adjectivos. O adjectivo, como costuma dizer, e bem, Baptista-Bastos, é “a prosa a tomar partido” (*Ib.*: 255, 256).

Em contraste, a cronista cita um naco de prosa (*As Mulheres e o Tempo*) do romancista Sousa Costa, publicado no *Diário de Notícias* (8 de Fevereiro de 1931), propondo ironicamente a suspensão da decadência física de uma ex-beldade e de todas as mulheres formosas, em regime de excepção.

Irónico também é o comentário “As gajas”, na crónica de 8 de Março de 2003, à conversa masculina num balcão de cervejaria sobre a substituição do chefe por uma mulher:

As gajas são mulheres que vêm com uma deficiência genética que lhes impede o acatamento do Modelo Cultural Feminino. Em crianças, preferem correr e andar de bicicleta a brincar aos tachinhos, desprezam bonecas e amam os animais; são as chamadas maria-rapaz. Na adolescência, preferem calças às saias, por razões pragmáticas que nunca ocorreriam às mulheres-modelo, e, em vez de se limitarem à ginástica física indispensável ao encanto e elasticidade próprios de futuras mães, metem-se a concorrer com os rapazes em assuntos de ginástica mental, esquecendo que nada é tão feito como ver uma mulher pensar, com princípio, meio e fim, lógica e estratégia – escancaradamente, à homem (*lb.*: 187-188).

A desmontagem do arquétipo feminino da “pomba da paz piando fininho em qualquer circunstância” (*lb.*: 188), com o argumento irónico de que “o feminino do ajectivo «afirmativo» é «agressivo»” (*lb.*), é acrescida da crítica à inveja às que combinam a beleza com a esperteza: “O Gene Cultural Gaja guarda do Gene Cultural Mulher a memória da gloriosa inveja” (*lb.*). A vantagem das “marias-
-rapazes” é que nem marialva, nem machista lhes bate:

Podem esfolar-se a trabalhar, mas nunca serão vítimas. Não, as gajas não fazem chantagem sentimental. Podem chorar de desilusão noites a fio, mas homem nenhum as ouvirá dizer que se atiram da janela se eles as deixarem – é isso que as torna tão irritantes. Ou fascinantes – para os poucos que já vão sendo capazes de entrar no admirável mundo novo delas (*lb.*: 190).

Na sequência desta abordagem, a crónica “Donas de casa e donos do mundo”, de 20 de Dezembro do mesmo ano, critica a “discriminação sexual na publicidade dos brinquedos, que todos os meninos e meninas absorvem como referência existencial” (*lb.*: 310), já que “os modelos infantis são determinantes na construção da identidade dos adultos” (*lb.*: 307). Neste sentido, a cronista releva a descoberta masculina da paternidade como conquista da “emancipação masculina”, “tão importante como a conquista feminina do espaço público” (*lb.*):

[...] pela primeira vez, os homens descobrem que os seus joelhos têm mobilidade suficiente para que eles se sentem no chão a brincar com os filhos. Muitos homens já conseguem mudar fraldas (a passagem das fraldas de pano para as descartáveis facilitou-lhes esta conquista), dar biberões e banhos – e descobrem, muitas vezes com um encanto adolescente, o prazer dessas tarefas (*lb.*).

Denunciando a “Idade das trevas do Sexismo Absoluto” na publicidade dos brinquedos, a cronista desmitiza o “fantasma da homossexualidade”, “aterrorizador na cabeça dos pais”, bem como o trauma da censura da orientação sexual:

Um mínimo de sensatez obrigar-nos-ia a reconhecer que a orientação sexual não se define através da educação: quantos pares de irmãos ou irmãs não conhecemos, educados da mesmíssima forma, em que um (ou uma) é heterossexual e o outro (ou outra) homossexual? Já para não mencionar o sofrimento intenso que estes estereótipos e as respectivas interdições provocam, às vezes durante vidas inteiras, a pessoas que se sentem culpadas pela sua orientação sexual censurada – o direito de cada ser humano à sua identidade única e inalienável é ainda apenas uma flor no papel (*Ib.*: 309).

A castração da sexualidade masculina, bem mais feroz do que a feminina, já que “a uma menina é permitido brincar com tudo, incluindo monstros digitais ou barcos-piratas, e aos meninos ninguém oferece um Nenuco ou o barco-piscina da Barbie” (*Ib.*: 310), é sinal de um paradoxo:

Vivemos um tempo esquizofrénico: educamos as crianças no espartilho tradicional e depois, quando chegam à idade adulta, exigimos-lhes que sejam polivalentes e transdisciplinares. E admiramo-nos de que as raparigas estejam mais preparadas para responder a estas solicitações, sem reparar que a infância dos rapazes é muito mais castradora e que são eles os grandes segregados (*Ib.*).

Ironicamente também, a crónica “O caso dos maridos roubados”, de 10 de Maio do mesmo ano, põe em causa a cruzada contra a prostituição, movida pelo Movimento das Mães de Bragança. Zurzindo o chicote do sarcasmo contra a “Grande Tradição do Machismo Lusitano (GT-ML)” (*Ib.*: 213), a cronista desilude essas “esposas martirizáveis e filhas obedientes” (*Ib.*): “Os maridos não se roubam, perdem-se” (*Ib.*). A fatídica e sinistra imagem da Inquisição acirra esta fustigação. A “fúria purificadora” de tais mulheres, porém, deixa incólume e “inimputáveis” os maridos adúlteros, aparecendo o Médio Oriente como algo ultrapassado em matéria de discriminação de género:

Liderado pelo fervor espiritual destas Mães bragantinas, Portugal pode reencontrar o *élan* perdido e tornar-se, de novo, um farol do mundo cristão – iluminado, como há séculos, por esse combustível ecológico que são as carcaças dos inféiis. No caso vertente, apenas contaremos com a carroçaria das inféiis, já que os adúlteros propriamente ditos são considerados pela generosidade das suas legítimas como inimputáveis. Deixem estas palavras Mães descer de Bragança e contagiar-nos com a sua fúria purificadora, e verão como o Médio Oriente passa de moda num instante (*Ib.*: 211-212).

A estratégia das “mulheres-piu-piu”, distanciando-se da utilizada pela “mulher-galinha”, é desconstruída na crônica “Cuidado com as galinhas”, de 11 de Maio de 2002. Substituindo o tradicional “porte alado de pomba branca” e o “silêncio significante (em vez do cacarejar massacrante)” da “mulher-galinha”, as “mulheres piu-piu”, como “seres inteligentes e independentes”, disfarçam-se de “frágeis e carentes para melhor singrarem no mundo do poder masculino” (*Ib.*: 63). A resposta da cronista a esta estratégia é a ridicularização dos “homens-pintainhos”, já que

na capoeira onde as mulheres-piu-piu vicejam é possível encontrar igual número de homens-pintainho, galarós de ontem astutamente convertidos ao protocolo feminino dos afectos: homens que paradoxalmente piam: “Sim, sou um cão” e arredondam as penas para se confessarem traumatizados, perdidos, abandonados pelo mundo ou pelas mães, homens que baixam os olhos e se vestem de timidez para comover as mulheres (*Ib.*: 63-64).

Referenciando o livro de Ana Paula Guimarães, *Cuidar da Criação – Galinhas, Galos, Frangos e Pintos na Tradição Popular Portuguesa*, a crônica acaba por reconhecer na “mãe-galinha” qualidades transgressoras: “a ‘mãe-galinha’ afinal é também a que ensina os filhos a picarem sozinhos, algumas galinhas põem «ovos de ouro», todas elas são guardiãs e instigadoras de enredos” (*Ib.*: 64). Esta capacidade de rebeldia feminina é também destacada no livro referenciado: “pelo *gossip* e pelo rebelde cacarejo a mulher e a galinha escorregam e escapam à tirania do poder instituído” (*Ib.*: 151).

A crônica “O problema da flor”, de 13 de Março de 2004, volta a referenciar o Dia da mulher, desta vez a partir de um telefonema, com voz feminina, interrogando: “se as mulheres fossem uma flor, que flor seriam?” (*Ib.*: 347). Tratava-se de “um jogo”, de “uma graça”, apenas. Por isso, e por vontade de colaborar com colegas, apesar do perigo das “generalizações ontológicas”, a cronista acaba por, contra o estereótipo habitual, identificar as mulheres com o cravo, politicamente associado ao simbolismo revolucionário do 25 de Abril de 1974, “flor simples e deliciosamente masculina” (*Ib.*: 348), infelizmente a rarear nas floristas, por, alegadamente, afastar “a freguesia”.

Deste modo, “pensando no caminho de libertação que essa metade da humanidade a que se chama «as mulheres» tem ainda à sua frente” (*Ib.*), a cronista estabelece as três regras básicas desse caminho: não escolher “as mulheres como alvo preferencial de ataque” (*Ib.*); “meter num saco (e devolvê-lo aos homens como ajuda alimentar da alma) o discurso da «diferença feminina» que tantos equívocos tem gerado” (*Ib.*: 349); elogiar o trabalho e o pensamento das outras mulheres. A igualdade do estatuto feminino no mundo precisa ser, “mais do que protegida, acelerada” (*Ib.*: 350).

A crónica “Os nossos homens de ontem”, de 28 de Agosto do mesmo ano, para além da desconstrução do mito da hipervalorização dos políticos do passado, põe em causa a chamada “visão holística do ser”, de influência budista zen:

Subiu-me uma – nada holística, confesso – onda de impetuosidade e comecei a tentar explicar, uma vez mais, que feminismo não é o avesso do machismo. Ainda consegui dizer que essa forma de escamotear o sofrimento concreto de milhões de mulheres, impossibilitadas de aceder ao maravilhoso holismo zen por mor dos véus que as cobrem ou das tarefas que levam, me parecia profundamente egoísta. A réplica foi um sorriso complacente para com o meu pobre e belicoso ser, um encolher de ombros brando e piedoso, e umas palavras quase já só sussurradas sobre as famosas “diferenças culturais” (*lb.*: 411).

A ausência de candidatas à liderança do Partido Socialista impressiona a cronista. As dificuldades apontadas a eventuais hipóteses de candidaturas femininas são, no seu entender, fruto do “velho preconceito que leva as mulheres a exigirem muito mais umas às outras do que a qualquer homem” (*lb.*: 414). E conclui: “Não por uma questão de diferença feminina, mas porque, enquanto não houver paridade na representação política, não há verdadeira democracia” (*lb.*).

A crónica “A candura dos predadores”, de 14 de Agosto do mesmo ano, insurge-se contra carta do Cardeal Ratzinger aos bispos sobre “a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo” (*lb.*: 403). Na sequência do comentário editorial do *Le Monde* (7 de Agosto de 2004), que considera esta carta um “míssil contra o feminismo”, a cronista põe em causa o temor do cardeal em relação à igualdade entre homens e mulheres, em relação ao “modelo novo de sexualidade polimorfa”, criado pela igualdade “entre hétero e homossexuais” (*lb.*: 405), e em relação ao “feminismo radical”:

Eu confesso que não sei o que isso seja, porque o feminismo surgiu para harmonizar um mundo esfacelado pela supremacia radical de um dos sexos. Mas pensava que, a ser alguma coisa, “radical” seria o feminismo que defende como propriedade privada das mulheres os bons sentimentos, as belas lágrimas e as profundas intuições. Radical, porque separa e hierarquiza os sexos, deixando todos os valores positivos da Humanidade para as mulheres, e toda a negação da bondade, da beleza e da paz para os homens (*lb.*).

Identificando tal tipo de feminismo com o defendido na Carta (“É a mulher quem, mesmo nas situações mais desesperadas [...] demonstra uma capacidade única para enfrentar a adversidade, para tornar a vida ainda possível mesmo em situações extremas, para conservar obstinadamente um sentido de futuro, enfim, para recordar, através das lágrimas, o preço de qualquer vida humana”), a crónica

acaba por ironizar a preocupação do cardeal em

sossegar os desamparados homens – aqueles seres que, segundo a Igreja Católica, não sabem chorar nem abraçar um filho, não têm meios para se defender da adversidade nem cabeça para pensar no futuro, e por isso se consolam no conto de fadas dos casamentos felizes de antigamente, quando as mulheres cantavam o dia inteiro, de tão amadas e bem acompanhadas que estavam, e a vida se organizava em lobos maus e capuchinhos vermelhos (*ib.*: 406).

A figura emblemática de Maria Lamas (1893-1983) é apontada como exemplo luminoso do combate pelos direitos das mulheres, na crónica “Maria Lamas, lembram-se?”, de 5 de Outubro de 2002. Em contraponto às mulheres que decretam o feminismo como ultrapassado, “fora de moda”, a cronista, depois de apontar a violação dos direitos das mulheres no Irão, Paquistão, Arábia Saudita, Sudão, Serra Leoa, Gâmbia, ou Somália, entre outros países, enaltece a combatividade de Maria Lamas, designadamente “na coragem de falar na descoberta da sexualidade das raparigas num colégio de freiras, de problematizar o amor livre ou a religião como «ópio do povo» – ela, uma crente, de discutir a fidelidade ou a luta de classes” (*ib.*: 128), no romance *Para Além do Amor* (1935). Como presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, associação encerrada no Estado Novo, avaliou *in loco* as condições de vida das mulheres portuguesas, publicando *Mulheres do Meu País* (1950). A prisão e o exílio (desde 1961) em Paris foram as consequências das suas ideias democráticas e feministas, igualmente expressas em *A Mulher no Mundo* (1952). Dando voz aos sem voz, prematuramente sacrificados, deixou escrito: “Escreverei nos livros e espalharei no mundo inteiro a mensagem das bocas que a morte por perseguição pela fome, por frio, emudeceu violentamente – antes do tempo” (*ib.*: 129).

2.2. A violência contra as mulheres

As mais variadas formas de violência contra as mulheres são continuamente identificadas e criticadas, como a violência doméstica, a mutilação feminina, o véu islâmico.

A “morte da atriz Marie Trintignant às mãos do cantor Bertrand Cantat” como fruto de um “amor louco” é uma tese, “repetida em jornais e revistas”, repudiada na crónica de 23 de Agosto de 2003. Segundo a cronista, trata-se do

mito da associação da violência ao amor verdadeiro, convencionando-se que “o verdadeiro artista, hoje como há dois séculos, é aquele que vive à margem das regras burguesas” (*Ib.*: 251):

Provavelmente nunca como hoje se cultivou e homenageou a margem; assistimos à consagração mediática e oficial, in vivo, de artistas devotadamente “marginais”, que noutros tempos só a morte viria reabilitar. Com o risco, muito evidente, de confundir marginalidade e pose, loucura e a encenação da loucura, enfim, verdade e mentira. Mas o tempo em que vivemos deleita-se no erotismo desta confusão. O mito romântico da loucura como elemento essencial do génio criador floriu exuberantemente ao longo do século da juventude, que foi o passado século XX – e parece com boas pernas para continuar a ganhar as olimpíadas do fracasso glorioso (*Ib.*: 251-252).

O empenhamento político de Cantat (“contra Le Pen, contra a globalização, a favor dos índios de Chiapas, a favor da causa palestiniana, contra a ocupação do Tibete, e [...] contra a guerra do Iraque” – *Ib.*: 253) e não um alegado feminismo de Marie (“a maternidade e a paixão, por exemplo, pareciam bem mais importantes para Marie do que o feminismo” – *Ib.*) poderia, assim, ser uma “espécie de melopeia desculpabilizadora” dos “murros em Marie” por um “rapaz fundamentalmente bom”. No entanto, a demitização das “causas-fétiche da esquerda politicamente correcta” como “pouco democrática” derruba essa falsa desculpa: “Há brutamontes arvorando cartazes pela não-violência, sim, porque o mundo é feito de paradoxos e contradições” (*Ib.*).

O assassinato de Marie Trintignant volta à carga na crónica “Violência de pechisbeque”, de 29 de Novembro de 2003, a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de Novembro). A morte de 60 mulheres por ano em Portugal, na sequência dos maus tratos, a atribuição da maior causa de morte e invalidez das mulheres entre os 16 e os 44 anos à violência doméstica, “ultrapassando o cancro e os acidentes de viação” (*Ib.*: 297), a conjugação entre o silêncio das vítimas e a lentidão da justiça, a cumplicidade feminina e a chaga nacional do alcoolismo são objecto da atenção crítica desta crónica:

Crime público desde o ano 2000, a violência doméstica continua ao nível do fru-fru de portaria, em todas as classes sociais. [...] Movidas por essa fatal presunção de superioridade que tem sido o principal equívoco e entrave da emancipação feminina: a altiva presunção de que, com o tal especialíssimo sexto sentido feito de intuição e inteligência, charme e ternura, hão-de mudar os homens. Esta determinação beatífica tem o condão de, pelo contrário, acirrar os piores instintos desses mesmos homens: quanto mais elas se elevam aos céus, polvilhando-os de culpas e lágrimas, mais eles mergulham no

mundo do murro e da bebida. [...] O alcoolismo é a grande chaga portuguesa [...], mas ninguém parece disposto a assumi-lo. [...] A omissão é também uma forma de consentimento, ou seja, uma forma de convivência (*Ib.*: 298).

A barbárie, “supostamente preconizada pela *sharia*, a lei islâmica”, de “assassinar uma mulher lentamente, enterrando-a até à cintura e apedrejando-a, pelo crime de ter tido um filho fora do casamento” (*Ib.*: 51) é cotejada, na crónica “A vingança de Catherine Dickens”, de 29 de Março de 2002, com a traição e opressão, na Inglaterra do século XIX, causada à esposa pelo célebre escritor das classes oprimidas na sociedade industrial, Charles Dickens:

Porém, embora o mundo continue um sítio mal frequentado, convém não esquecermos que há cem ou duzentos anos a vida era, em todos os lugares, um bocadinho mais tétrica – para quem, mesmo em países confortáveis e meios burgueses, nascesse mulher. A vida de Catherine Dickens, nascida em 1815, é, a esse título, exemplar (*Ib.*: 51-52).

Depois de obrigar a esposa a entregar à amante uma valiosa jóia, “para que se tornasse pública a inocência da oferta”, castigou-a, retirando-lhe “a custódia dos filhos”, mudando-se com eles para o campo e deixando-a “na penúria”. A carta que escreve a uma das filhas, “no seu leito de morte”, pedindo que entregue ao Museu Britânico as cartas recebidas do esposo, “para que o mundo saiba que ele um dia me amou” (*Ib.*: 53), já que as cartas dela teriam sido rasgadas por ele. Na casa-museu Dickens, em Londres, “cerca de 150 anos depois, Catherine é diariamente vingada” (*Ib.*).

A crónica de 31 de Agosto do mesmo ano, “A tradição da indignidade”, depois de pôr em causa as condenações à morte por apedrejamento, por “delito de fornicção”, a par de “penas de violação colectiva” (*Ib.*: 115), por um suposto “crime de honra”, lamenta que globalização não chegue a todos os países a tempo de salvar as mulheres que são vítimas de tais práticas. Nesta sequência, a mutilação feminina, a despeito da sua defesa em termos culturais, é condenada como “um crime que não se apaga através de concursos de beleza entre civilizações” (*Ib.*: 117), sendo tempo de “abandonarmos o relativismo cultural em que nos consolamos, numa serenidade de esquerda turística” (*Ib.*). A postergação de tais crimes é uma esperança que a cronista alimenta:

Espero ainda ver o dia em que estes princípios tenham sido já globalizados. Um dia em que os gritos das mulheres apedrejadas, violadas, excisadas às ordens dessa lei supostamente religiosa chamada *sharia* sejam apenas uma memória de um passado infame. Todas as palavras são impotentes para descrever esta tragédia quotidiana dos tempos modernos, e mais ainda para

acabar com ela. Uso-as então, muito simplesmente, para apelar aos nossos deputados e eurodeputados que mostrem, através de acções e condenações concretas, que a Europa não tolera esta indignidade (*Ib.*: 118).

“O dever de ingerência” contra as “hidras tenebrosas” além-fronteiras é preconizado na crónica de 31 de Julho de 2004. A violação, a excisão, a segregação islâmica das mulheres, o genocídio no Sudão, a crueldade feroz da lei islâmica são as faces dessas “hidras”:

A ideia de que nenhum ser humano é estrangeiro neste mundo ainda não atingiu os nossos requintados cérebros. Fomos capazes de inventar naves espaciais, fotografámos a Terra vista da Lua e observámos como ela é de facto redonda, bonita e limitada. Mas continuamos a agir como se o universo acabasse no fim da nossa rua ou das nossas fronteiras e para lá delas as pessoas se transformassem em hidras tenebrosas. Neste preciso minuto em que escrevo há milhares de mulheres, muitas delas ainda crianças, que estão a ser violadas, seviciadas, mutiladas. [...] Mas como esse saber nos incomoda, puxamos dos alfarrábios e pomos-nos a relativizar na confortável sombra das páginas (*Ib.*: 399).

Proscurendo a teocracia de todas as ditaduras, a cronista contrasta o processo de extinção da “religião terrena de Fidel” com a expansão do “totalitarismo islâmico”:

Todas as ditaduras são teocráticas – esteja o deus em causa nas profundezas do céu ou na onipotência da terra, como está Fidel de Castro. A religião terrena de Fidel foi arrasada pelos seus pobres resultados e está em extinção; em contrapartida, o totalitarismo islâmico cresce, porque compensa a escuridão da existência com estrondosos prémios de luz na eternidade. [...] Esperança egoísta, desumana, de quem não vê no outro um destino de liberdade humana tão digno como o seu. [...] Defendemos, como se de um gesto ético se tratasse, a não ingerência em território alheio (*Ib.*: 401).

“A tua mãe é um fantasma” é o título da crónica de 28 de Fevereiro de 2004, a propósito do uso do véu islâmico em França. Aos olhos dos colegas de um rapazinho libanês, a mãe deste, “coberta de panos”, parecia um fantasma, isto é, “um ser de contornos humanos que não tem direito à palavra nem a uma qualquer forma de acção ou realização no espaço da comunidade” (*Ib.*: 339-340). A opção reservada à família à irmã de oito anos de não ir à escola, onde não é permitido o véu islâmico, ainda acentua mais este “grau fantasmático”:

Aceitar que a igualdade entre a homens e mulheres que tanto custou ao Ocidente a conquistar seja agora posta entre parêntesis, a pretexto de uma

diferença cultural que mais não é do que uma forma clara e explícita de opressão. [...] Mas, em bom rigor, cumprir a lei da igualdade entre os sexos e da igualdade de oportunidades para todas as pessoas implicaria mais do que retirar esse sinal evidente de inferiorização de um dos sexos que é véu – de acordo com a letra do Corão, que define a mulher em relação às pulsões do homem, obrigando-a a esconder tudo aquilo que pudesse conduzi-lo à transgressão sexual. Como escreveu Gisèle Halimi, o véu relega a mulher “para um verdadeiro *apartheid* sexual (*lb.*: 340, 341).

A recusa do véu islâmico no espaço público implica, por extensão, a luta “contra qualquer marca de discriminação social ou económica” (*lb.*: 341), que deveria passar por uma legislação europeia “contra a ostentação de sinais exteriores de riqueza e distinção no espaço escolar do ensino obrigatório” (*lb.*: 341-342). O uso de uniforme escolar nesse grau de ensino é, então, preconizado. Já que a “toxicodependência do consumo e das aparências” é contrária à verdadeira educação:

A escultura do único molda-se no barro macio e denso do universal – parece-me esta uma evidência tão básica que não entendo como podemos fugir-lhe tanto. Os valores que, segundo o coro dos pregoeiros pouco praticantes, tanto nos faltam, começam nestas elementares medidas de higiene física. Há é pouca gente para dar por isso (*lb.*: 342).

A crónica “O factor pitbull”, de 4 de Dezembro do mesmo ano, relativiza o valor do multiculturalismo em face da “contínua agressão das mulheres nos países islâmicos” (*lb.*: 448) e não só. A justificação dos “ataques perpetrados” pela raça canina pitbull é aplicada à clemência judicial com que os agressores são contemplados:

Por muitas campanhas que se façam – e não há campanhas que funcionem enquanto a igualdade de direitos entre homens e mulheres for socialmente escamoteada em nome de tradições e culturas, sejam elas quais forem –, nada mudará. [...] Segundo um levantamento feito pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, 33 mulheres morreram, ao longo de um só ano, em Portugal, às mãos dos maridos [...]. Aos agressores, em contrapartida, toda a clemência e compreensão social é devida. Desenvolve-se na nossa sociedade aquilo a que podemos chamar factor pitbull: [...] ressalva-se sempre que, se o cão mordeu, foi porque os mordidos, por qualquer razão, se puseram a jeito, sem reflectirem na hipótese de que alguma particular perversão cultural ou educativa tivesse sido imposta ao cão, coitadito. Ou, em última análise, porque um cão não é um homem. A diferença humana consiste, precisamente, em distinguir agressores e vítimas (*lb.*: 449, 450).

2.3. A vocação e a educação da maternidade e da paternidade

Na “Carta à minha filha”, a crónica de 6 de Março de 2004 começa por desejar que o dia 8 de Março ultrapasse a mera “homenagem às muitas mulheres que lutaram, até à morte, em alguns casos, pelo reconhecimento dos seus direitos mais elementares” (*Ib.*: 343), um dia “afastado” da sua história pessoal. No diálogo entre mãe e filha, sobre um filme de uma criança que busca a mãe que morreu, surge a conclusão de que, ambos, a mãe e o pai, “nunca deviam morrer”: “É para isso que os filmes servem: para que os nossos amores não morram, nunca” (*Ib.*). Os quadros da mãe pintora que, escondidos durante mais de 30 anos, foram trazidos por Mariana Otero “para a cintilação absoluta da tela de cinema”: cada quadro iluminado representa “a voz de cada pessoa que amou a mãe”. A pintora Clotilde havia morrido, aos 28 anos, numa França onde não era legal a interrupção voluntária da gravidez. A lei portuguesa é, porém, criticada por não contemplar que a mulher decida “sobre a sua saúde psicológica” (*Ib.*: 345). Também se alude à lenta mudança que se vai verificando em relação às candidaturas das mulheres aos mais altos cargos políticos. Os votos da mãe vão no sentido de a filha experimentar “a vertigem de uma grande paixão, por causa do esplendor e da sabedoria do impossível” (*Ib.*: 346), no sentido de, livremente, decidir ser mãe, sem que “a sensibilidade das mulheres” seja “obrigatoriamente vinculada à maternidade”, escolhendo para pai o fruto do seu amor: “Porque não há boas razões para ter filhos, nem pais ideais – mas o fulgor da paixão perpetua-se nos rostos, como o cinema e a pintura demonstram, para lá de todos os julgamentos” (*Ib.*).

A crónica “A universidade das mães”, de 27 de Abril de 2002, propõe uma licenciatura em Maternidade, “com cadeiras de Direitos da Criança, Psicologia Infantil e História da Maternidade”, aberta a homens e mulheres, com o objectivo de responder aos problemas que hoje se levantam na educação dos filhos:

Há dias, num festejo social, uma jovem estudante de Direito explicava-me que andava a tirar o curso para, no futuro, ajudar os estudos dos filhos. Na mesma ocasião encontrei duas mães [...]. E ambas condoídas das pecadoras que, por necessidade ou vício, não conseguem ficar em casa, abandonando assim os filhos à droga e aos desvarios deste mundo (*Ib.*: 55).

A pós-graduação em Cuidados Infantis poderia atingir também “jovens aspirantes a futuros pais”, facultando-lhes “o encontro com a Mãe de seus filhos”

(*lb.*: 56). Assim, a universidade das mães poderia contrabalançar a cultura dominante ocidental, a qual “favorece o sucesso escolar das meninas (que continuam a crescer sob o paradigma da compostura) sobre os rapazes (cuja masculinidade é posta em causa, se excessivamente estudiosos), e os dados de estudos psicológicos, segundo os quais a maturidade feminina se desenvolve mais cedo. Assim também as “mães-pecadoras, aquelas que se desdobram diariamente em diversas heterónimas, movidas pela ambição de se recriarem a si mesmas enquanto criam os filhos”, poderiam contratar “por umas horas as tais mães especializadas” (*lb.*: 57).

O direito a conhecer a identidade biológica própria é objecto da crónica “Da dor anónima”, de 16 de Outubro de 2004. A questão é posta a partir das uniões homossexuais, cujos filhos são gerados por inseminação artificial, com a participação biológica de um dador desconhecido. A cronista chama a atenção para a “nebulosidade em que alguns valores escritos nas cartilhas humanitárias contemporâneas se esboroam” (*lb.*: 432), desmontando a diferença entre a “Esquerda velha, preconceituosa” e a “pós-moderna, liberal” (*lb.*: 433). Neste sentido, ressalva que “a paternidade biológica não confere – ou não deve conferir –, só por si, qualquer direito de posse sobre os filhos” (*lb.*), embora todas as crianças tenham “o direito de saber de onde vêm – ou seja, a conhecer a sua herança genética, a sua árvore genealógica de sangue. Até para [...] poderem mais tarde tomar decisões informadas sobre a sua própria fertilidade” (*lb.*: 434). Para além do reconhecimento do “direito fundamental” que é a identidade, preconiza-se o termo dos “bancos de esperma anónimos”, como “urgente causa de Esquerda”, “porque é de Esquerda a luta pela dignidade da vida real”, isto é, “aquela que já saiu dessa coutada da Direita que é a barriga das Mães”: “Trata-se de uma defesa feminista da paternidade. Ou não terão ainda os homens reparado que esses bancos de esperma anónimos são um enxovalho para a condição masculina e uma desvalorização radical do seu papel de pais?” (*lb.*).

2.4. O abuso e violência contra crianças

Quatro crónicas contemplam explicitamente o abuso sexual de crianças, a pedofilia.

O título da crónica de 14 de Fevereiro de 2002 pergunta: “Mãe, o que é a pedofilia?”. A pergunta, embaraçando muitos pais, faz lembrar a necessidade de não mentir às crianças, como no caso do mito do Pai Natal: “O problema

é que para sermos verdadeiros temos de avançar contra o mito das Grandes Verdades, porque o que existe é a magoada maravilha das verdades pequenas e contraditórias” (*Ib.*: 160). A pedofilia, no entanto, é uma rede, em que fenómenos como os da Casa Pia são “apenas o iceberg da negra realidade” (*Ib.*: 161). A família, para além dos “senhores finos com maus hábitos” (*Ib.*: 160), é responsável por grande parte da pedofilia:

Acresce que, neste país de aparências, a família biológica tem de facto direitos sagrados – porque é mais barato enaltecer a família do que encontrar soluções de vida para as crianças que têm o azar de nascerem de progenitores incapazes. [...] Por pena dos pais, matam-se os filhos – é este o valor que os direitos da criança têm no nosso país. [...] Agora que anda tudo alvoroçado com a pedofilia e que não temos como livrar as crianças de mais este papão, peço às pessoas que sabem dessa outra pedofilia, antiquíssima, insidiosa, que se exerce diariamente a coberto das famílias, que falem, que ajam, que salvem essas crianças. É isso, simplesmente, o Natal: coragem e salvação (*Ib.*: 161, 162).

Ao contrário do que se diz e pensa, “nunca como hoje se considerou e protegeu a dignidade das pessoas – nos países democráticos” (*Ib.*: 179). “As costas largas da História” é o título da crónica de 22 de Fevereiro de 2003 que o explicita: “A História é uma ficção deliciosamente aberta e ambígua: podemos formatá-la como quisermos, estruturá-la à medida dos nossos sonhos e pavores” (*Ib.*). No entanto, a nossa pertença a “uma civilização laica, baseada na interpretação livre e na tolerância para com a diferença” não justifica que levemos essa tolerância a “extremos de cegueira que a tornam indiferença para com a realidade” (*Ib.*: 180). Como escreveu Paulo Cunha e Sá (*Diário de Notícias*, 9 de Fevereiro de 2003), “Actos considerados monstruosidades absolutas eram perfeitamente tolerados há bem pouco tempo. E crimes de há bem pouco tempo são hoje considerados manifestações legítimas da natureza humana” (*Ib.*: 181). Mas, como diz a cronista, deve acrescentar-se que

os “crimes” que se tornaram “manifestações legítimas” se prendem exclusivamente com a autodeterminação das pessoas (liberdade de opção sexual, liberdade de contrair casamentos sucessivos, etc.) e nunca com violência sobre terceiros. [...] Lá porque há 50 ou 30 anos as crianças não tinham a sua dignidade e os seus direitos protegidos [...], isso não torna o abuso sexual dessas crianças menos tenebroso, nem pode servir para relativizar e aligeirar esse crime menos tenebroso (*Ib.*).

Ouvir “a voz das vítimas, essa voz que sempre tem faltado à História” (*Ib.*) é a tarefa que se impõe, num momento em que “a Justiça despertou do seu sono secular e começou a funcionar” (*Ib.*: 182).

Parafrazeando a novela sentimental *Menina e Moça, ou Livro das Saudades*, de Bernardim Ribeiro, a crónica “Menino e Moço, novela sentimental”, de 25 de Outubro do mesmo ano, dá voz aos lamentos e queixas de uma vítima da pedofilia:

Era eu menino, criança já me não deixaram ser. [...] O medo, aquele medo dos fantasmas e das bruxas, todo feito de sonhos vagos e arrepios da espinha, não o cheguei a conhecer. Dei pelo meu corpo já submetido, programado para a travagem da dor. De modo que até hoje nada sei da sedução de um sexo, ou como acodem ao corpo as imaginações do desejo por mulheres ou por homens. Por isso me revolto quando me chamam homossexual (*Ib.*: 280).

Acreditando ainda na Justiça, capaz de lhe mostrar um mundo onde possa ser “uma pessoa como as outras, em busca da sua fatia de amor” (*Ib.*), recorda o “cheiro a chocolate quente” da casa da mãe, ouvindo dizer que “a memória pode ser invenção, que as crianças não sabem distinguir a verdade da fantasia e o sonho da realidade” (*Ib.*: 282). Desejando que “pudéssemos nascer adultos” e “trocar de família”, segundo uma escolha de catálogo, pensa que “só os adultos fazem falta uns aos outros”, ressaltando, porém, que as crianças “servem para dar alegria aos outros”, não sendo “um fim em si” (*Ib.*).

“Crianças em saldo” é o expressivo título da crónica de 1 de Maio de 2004, na qual, mais uma vez a propósito do Dia da Mulher, se disserta sobre a pedofilia nos Açores. Aos pais que aceitam dinheiro, “a troca do silenciamento de um crime”, pergunta a cronista que “exemplo ético dão”; que direito têm “de apagar os crimes cometidos sobre os filhos”; que sociedade é esta que “defende que a publicidade de um crime [...] mancha a reputação da vítima” (*Ib.*: 373). Pondo em causa quer o comportamento dos pais biológicos, quer a incúria da Segurança Social, entregando crianças a instituições de duvidosa idoneidade, a crónica reclama o direito à protecção das crianças em perigo.

O assassinio de Joana, a pequena cigana, dá origem à crónica “As crianças-abono”, de 9 de Outubro do mesmo ano. A responsabilização dos pais e da Comissão de Protecção de Menores, em detrimento da miséria, que é consequência e não causa dos crimes contra crianças, insere-se numa ética de denúncia da irresponsabilidade colectiva:

De cada vez que se justifica um crime com a pobreza física de quem o cometeu, está-se a exercer uma discriminação violenta contra os milhões de pobres deste mundo que não esfolam nem matam os seus filhos. [...] Às pessoas que têm o dever de proteger as crianças exige-se-lhes a coragem de protestarem em nome delas. De reivindicarem os meios, de insistirem. Tudo menos arquivarem imediatamente os problemas que se lhes apresentam. [...] Neste refogado de poucas famílias que é Portugal, o responsável será

sempre o primo do sobrinho do cunhado. Aquele que [...] já saiu do Poder [...] empurrará a culpa para braços difusos dos anteriores governos (*Ib.*: 427, 428).

A contestação ao anónimo trabalho de grupo e à reestruturação das escolas em agrupamentos é acrescida da crítica à irreflexão sobre as causas destes crimes:

Enquanto a população pede a morte dos criminosos, não reflecte nas causas que permitem que estas coisas aconteçam. E não é a miséria, não. A miséria, aliás, é também uma consequência das prioridades do país. Do luxo dos assessores e da irresponsabilidade dos responsáveis. Podem crer: um perfeito trabalho de grupo (*Ib.*: 430).

2.5. A. questão do aborto

Recorrente em mais de seis crónicas, de modo explícito e desenvolvido, sem falar de outras em que é afluída, a questão do aborto, mais do que tratada do ponto de vista ético, é abordada do ponto de vista das mulheres que sofreram problemas, ou mesmo a prisão, como a enfermeira da Maia.

Com efeito, “Um assunto de mulheres”, título da crónica de 26 de Janeiro de 2002, reserva à escolha feminina a questão do aborto, referendada em 1998, mas com 68,5 por cento de abstenções. A pena de oito anos e meio de prisão, atribuída à enfermeira Maria do Céu Ribeiro, é contrastada com os “modestos seis anos e meio”, conferida pelo tribunal de Almeida a um pai, “por ter violado e engravidado a própria filha” (*Ib.*: 28), e com os quatro anos e meio de condenação, pelo tribunal da Guarda, daquele homem que esfaqueou a mulher. O aborto clandestino, para o qual as mulheres pobres são empurradas, é proscrito em face da dignidade humana:

A quem recorrerão agora as mulheres tristes e desesperadas, esmagadas pela miséria, pelo excesso de filhos, pela brutalidade dos maridos, que recorriam aos serviços da enfermeira-parteira Maria do Céu? Às agulhas de crochet? Ao veneno dos ratos? A enfermeira Maria do Céu fazia-se cobrar pelos seus serviços – até porque não tinha iates nem fundações a trabalhar para ela. Digamos que era um sistema afegão, da época talibã – que é o que vigora ainda hoje, nestes assuntos de mulheres, no Portugal do euro. Não havendo dinheiro, Maria do Céu aceitava como penhor coisas que no mundo

respeitável dos doutores não se aceitam: pulseiras, relógios, valores diversos. [...] Mas arriscava, como se viu, vida e liberdade para arranjar a estas infelizes a bênção de uma anestesia, e receitas médicas que lhes permitissem poupar na conta dos medicamentos (*ib.*: 29).

O filme de Chabrol (1988), “sobre a última mulher guilhotinada em França – foi em 1943, por prática de aborto” (*ib.*) tem o título de *Une Affaire de Femmes* e é classificado como “um inesquecível tratado de humanidade” (*ib.*: 29-30). As mulheres portuguesas que votaram “contra si mesmas – por causa do padre, do marido, do inferno, da culpa e da vergonha, ferretes máximos do feminismo” (*ib.*: 30) são etiquetadas de “passivamente masoquistas”.

A defesa da enfermeira da Maia volta à carga na crónica “Quem defende Maria do Céu?”, de 8 de Junho do mesmo ano. O ataque que lhe é feito atinge agora o lucro que terá obtido com a prestação de serviços ilegais, ao qual a cronista responde com o lucro obtido pelos médicos, pelas agências funerárias e floristas dos cemitérios, desculpando o relativo lucro por ela obtido: “Onde está a sua piscina, onde estão os seus iates, onde estão os seus trajos Armani e os seus diamantes?” (*ib.*: 77). O contraste é estabelecido ironicamente com o “rico impoluto, como o presidente da República Popular de Angola, que nada em luxo num país onde as crianças nascem já mirradas e morrem na tortura da fome” (*ib.*) e com Robert King, “um membro dos «panteras negras» que esteve 31 anos na prisão [...] nos Estados Unidos, pelo crime de ser activista político, e corre agora o mundo pugnando pela libertação dos outros” (*ib.*), mas que, através de um dos patrocinadores da sua vinda a Portugal, pedia apoio em dinheiro. Aliás, “o tão criticado lucro de Maria do Céu não parece ter-lhe permitido sequer o acesso a um bom advogado, que pugnasse, pelo menos, pela diminuição desta pena, tão severa quanto hipócrita” (*ib.*). A sugestão de um abaixo-assinado em defesa da enfermeira presa é sugerida na parte final da crónica, através de uma pergunta retórica: “Agora que os abaixo-assinados estão na moda, não há quem queira defender esta mulher condenada a oito anos e meio de prisão por ter procurado as melhores condições para os abortos que praticava?” (*ib.*: 78).

A crónica “Vergonha”, de 21 de Junho de 2003, insiste na defesa de Maria do Céu. A “vergonha” da cronista pela sua prisão entronca no facto de ela “ter procurado minorar o sofrimento e a miséria alheias” (*ib.*: 227), na injustiça de pagar “o justo pelo pecador” (*ib.*: 228): “Completamente falida (a advogada e as custas do processo levaram-lhe todo o dinheiro), os filhos e a neta recém-nascida são a última muralha contra a desistência” (*ib.*: 228-229). A sua proposta passa agora por transformar a casa que lhe resta num infantário, já que lhe é vedada pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais a possibilidade de recomeçar a trabalhar e a Ordem dos Enfermeiros lhe moveu um processo. As desculpas da

cronista pela demora de responder às suas cartas juntam-se às desculpas gerais “com o fado”:

[...] desculpo-me por me esquecer de apurar, semana a semana, em que canto de que gabinete descansa o pedido de indulto; desculpo-me com o tempo, o trabalho, a vida. Crueldade do quotidiano, que nos anestesia e embrutece. Embrenhamo-nos numa causa e depois deixamo-nos esquecer dela (*Ib.*: 229).

Na “Caça às bruxas”, a crónica de 13 de Dezembro do mesmo ano critica a perseguição pelos “pides modernos” às “mulheres desafortunadas” (*Ib.*: 303), julgadas no tribunal de Aveiro por prática de aborto:

Se na época de justiça bárbara, imediata e popular em que viveu, quando os direitos das mulheres eram coisa inimaginável, Jesus ousou defender uma mulher adúltera, dizendo: “Quem de vós estiver sem pecado seja o primeiro a lançar-lhe uma pedra!” (Evangelho segundo São Lucas, 8, 7), o que não teria dito perante estes actos de perseguição? (*Ib.*: 304).

Contraditando a democracia do referendo em países “onde a cultura é um oásis de elites, porque as ditaduras demoram mais de trinta anos a sarar” (*Ib.*), a crónica desculpa as mulheres sem recursos económicos para abortarem no estrangeiro, envolvidas na teia de não terem possibilidades de escolha livre:

Nenhuma mulher prefere provocar um aborto a usar métodos anticoncepcionais. O que se passa é que muitas delas não têm ainda sequer o direito a escolher [...]. Uma desinformação muitas vezes tapada pela *burqa* da vergonha: vergonha de comprar preservativos ou pílulas no farmacêutico conhecido, vergonha de falar disso ao médico, a vergonha que a escandalosa ausência de uma política activa de informação sobre a saúde sexual (nas autarquias, nas escolas, junto das pessoas), aliada à falta de misericórdia da Igreja Católica, que demoniza todos os métodos anticoncepcionais, a começar pelo preservativo, tem transformado num cemitério de desvalidos (*Ib.*: 305).

“A moral dos outros”, na crónica de 10 de Janeiro de 2004, atinge a reacção dos “bem pensantes” (*Ib.*: 320) ao indulto parcial do presidente Jorge de Sampaio à enfermeira Maria do Céu Ribeiro, alegando que ela “faz parte da exploração” das “mulheres que abortam” (*Ib.*: 319). Quanto aos partidos de esquerda, “dada a oportunidade política do tema” (*Ib.*: 320), a sua aprovação da medida presidencial é explicada “pela sua transparência humanista ou pelos dividendos estratégicos que pensam extrair dela” (*Ib.*). Volta-se a relativizar a “máquina de exploração” da enfermeira agora indultada, com a crítica aos erros graves cometidos pela defesa judicial, e a apresentar o contraste entre as penas

a ela aplicadas e as infligidas aos crimes graves, como o homicídio por negligência, o assassinato de um filho, deficiente mental, o abuso sexual de um filho menor, de forma continuada, ou um acto sexual com criança de nove anos.

De modo insistentemente irónico, a crónica "Aqui não se fazem ondas", de 4 de Setembro do mesmo ano, põe em causa "os pomposos «Assuntos do Mar» que justificam o sobrenome em forma de congelados do Ministério da Defesa: mulheres" (*Ib.*: 415), a propósito da vinda a Portugal do barco-hospital holandês, por iniciativa da associação *Women on Waves*, em apoio à intervenção clínica às mulheres desejosas de interromperem a sua gravidez. A crítica é dirigida ao Governo por ter proibido essa vinda: "Mais especificamente, manter ao largo cardumes de mulheres estrangeiras que tentem vir contaminar com as suas estrangeiras ideias a virgindade mental das mulheres portuguesas" (*Ib.*). O convite das organizações portuguesas, dirigido àquela associação, é ignorado e a legislação comunitária é violada com a proibição da acostagem de tal barco. A perseguição às mulheres que abortam é, assim, ironicamente desmontada:

Pequeninos mas bons a assustar o mulherio, o que é que julgam? Se perseguimos e levamos a tribunal as mulheres que abortam, é só para mostrarmos isso mesmo: que não aceitamos ingerências desse aleivoso estrangeiro, pai de todos os vícios (*Ib.*: 416).

Interrogado por uma jornalista quanto a uma eventual proibição dos anúncios diários das clínicas espanholas de «tratamento voluntário da gravidez», a resposta desse membro do Governo foi que era de ponderar. A crítica a tal resposta põe em causa o "escandaloso apoio à imperialista economia espanhola" por parte de "duas mil mulheres por ano a largar euros portugueses ali mesmo em Badajoz" (*Ib.*: 418). A conclusão, igualmente irónica, à actuação do Governo português resume o alcance da crónica: "Impedir as mulheres de fazerem ondas: eis um grande desígnio para os bravos da nossa Armada" (*Ib.*).

2.6. O terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos

O terrorismo, especialmente presente em quatro crónicas, atravessa em várias outras a temática recorrente da cronista Inês Pedrosa.

Com a coragem que lhe é peculiar, a cronista, em “A sedução terrorista”, desmistifica, em 17 de Agosto de 2002, o terrorismo nacionalista basco da ETA, bem como todos os bárbaros nacionalismos. A “mitificação extasiada das diferenças” (*Ib.*: 107), em contraste com “a globalização opressora”, numa complexa gama de opções e imposições políticas, que escapa ao “verdadeiro cristal da humanidade”, a que “podemos chamar bom senso” (*Ib.*), é o panorama que rege as sociedades:

Os massacres fratricidas dos últimos anos, no coração da Europa, curaram-me rapidamente da doença do nacionalismo. Os bombistas suicidas – jovens, sempre extremamente jovens, o que diz tudo o que há para dizer sobre os ideais dos seus líderes velhos, astutamente velhos – e as bombas aleatórias da ETA, mesmo aqui ao lado, rebentaram-me com as últimas réstias de fascínio pelas singularidades territoriais (*Ib.*: 108).

Se bem que defenda o referendo da independência basca, a cronista não deixa de colocar reservas à “liberdade efectiva” desse eventual acto político, citando do jornal *El País* a “reportagem aterradora sobre as ameaças que impendem, diariamente, sobre todos os que se manifestam publicamente contra a ETA” (*Ib.*) e a notícia do *Público*, segundo a qual “dez por cento dos jornalistas bascos confessam já ter sido ameaçados” (*Ib.*). É a gestão do medo, nas palavras de Florencio Domínguez (*in Dentro de ETA – la vida diaria de los terroristas*, Aguilar, 2002), que põe em causa “o romantismo aventureiro e revolucionário atribuído a esta organização” (*Ib.*): “Dosear o medo – internamente, através de um jogo cruel de doces e castigos; externamente, através, por exemplo, do «imposto revolucionário» – ou seja, extorsões” (*Ib.*). Desmentindo a visão de Portugal como “um Euskadi bem sucedido” (*Ib.*: 109), a cronista condena a ideologia da violência: “a um discurso que se escreve com o sangue dos outros, só pode chamar-se cobardia” (*Ib.*):

Matar por uma Pátria. O que é isso, uma pátria, num mundo cada vez mais interdependente? Percebo que se lute pela manutenção de uma língua – mas essa devia ser uma luta de palavras, escolas, leis. Percebo que se lute pela continuidade das pataniscas de bacalhau, do fado, da memória. Mas não percebo a ferocidade dos nacionalismos. Não percebo porque não há-de a Europa ser uma efectiva federação de Estados, capaz de enfatizar o melhor da sua herança comum. Não percebo nem perdoo o assassínio da menina que brincava, no sul de Espanha, não quero entender [...] nenhum massacre indiscriminado a favor de pátria, religião ou ideologia alguma (*Ib.*: 110).

Um ano depois do 11 de Setembro de 2001, a crónica “O jogo dos escrúpulos”, de 9 de Setembro de 2002, imaginando, com Paul Beatty (“Cartas para Nova Iorque”, *in Libération*, de 21 de Dezembro de 2001), “como seria a Nova Iorque

talibanizada e dominada pelas forças da Al-Qaeda”, contrapõe à destruição das Torres Gémeas a não destruição do “nosso mundo” (*Ib.*: 119):

O que ruiu com as torres foi a nossa capacidade de alheamento do mundo. Como se, até ao dia 11 de Setembro, vivêssemos num simpático e descomprometido jogo de escrúpulos, numa realidade virtual confortavelmente especulativa, que se resolvia através de uma contradança de princípios e da eloquência das palavras. O 11 de Setembro acabou com esse mundo adolescente e vago das afinidades estético-lúdicas, obrigou-nos a tomar partido (*Ib.*: 120).

A interpelação política é fruto da marca terrorista: “Voltámos a perceber que a política marca tudo o que fazemos e o que somos, não é um lugar exterior, não tem exterior” (*Ib.*). A relativização dos valores deixa de pautar a nossa vida: “O hediondo ataque terrorista de Bin Laden simplificou dramaticamente o mundo: deixou de ser possível relativizar tudo, afirmar a equivalência de todos os valores, justificar o injustificável através de injustificáveis semelhantes” (*Ib.*). Mas, como em todas as coisas humanas, os problemas subsistem: a impossibilidade de esquecer os mortos, “gente civil do mundo inteiro, incluindo islâmicos, – assassinada a sangue frio por homens para os quais a morte dos outros não tem qualquer valor” (*Ib.*: 121); a onda de popularidade que este crime trouxe a Bush, “de um ponto de vista estritamente político” (*Ib.*); o “fundamentalismo islâmico de que Al Qaeda se fez braço armado não quer, ao contrário do que insistem em acreditar certos vencidos do marxismo, substituir o capitalismo selvagem por uma sociedade sem classes” (*Ib.*):

Quer, sim, fazer do mundo um imenso Afeganistão taliban – dirigido pela elite dos *mullahs*, claro, para que possam reinar, em despotismo absoluto, de origem supostamente divina, sobre um mundo de escravos sem direitos. Não se trata, portanto, de uma guerra de civilizações, perante a qual possamos dissertar longamente e aduzir razões e Histórias de um lado e de outro; trata-se, friamente, de uma guerra entre a História e a Não-História, a possibilidade de dissertação e a impossibilidade de, sequer, escolher (*Ib.*).

Os atentados criminosos dos Islâmicos em Bali e em Moscovo, sob invocação do nome de Deus, dão origem à crónica “Chamem-me Deus”, de 1 de Novembro do mesmo ano. A “violência dos que se julgam [...] mordomos privilegiados do Todo-Poderoso” (*Ib.*: 140) leva a cronista “a questionar, à escala universal, a ideia de Forças Armadas”:

Durante séculos, a igreja e a tropa foram utilizadas pelo poder para anestesiar as almas: distantes e omnipresentes, o Céu e o Inimigo apagavam as

inquietações individuais e garantiam ao Poder rebanhos infinitos de gente obediente, sem cabeça para interrogar os superiores desígnios dos que tudo decidiam. [...] O fundamentalismo é parte constitutiva de todos os sistemas totalitários, de toda a apologia do inquestionável – e é sobre isso que é urgente reflectirmos, de cada vez que ele rebenta em actos de terror massivo (*lb.*: 141).

Na crónica “As mil bandeiras de Nova Iorque”, de 29 de Março de 2003, paradoxalmente, a guerra do Iraque não transparece na cidade que foi vítima do 11 de Setembro, a cidade que “foi construída pelo optimismo inabalável dos sobreviventes – sobreviventes de múltiplos holocaustos” (*lb.*: 194). O “mar do consumismo ou da melancolia – enfim, da desistência” (*lb.*: 193) mostra um “mundo que está a tornar-se menos óbvio”, tendo como “vantagem imediata” a “pluralidade de pontos de vista” e como “desvantagem” a “pulverização” e o “individualismo” (*lb.*):

Não, não vivemos no fim do doce império dos valores. Vivemos, sim, o fim do ciclo dos impérios, a madrugada da era dos valores – e só não somos capazes de o ver porque não conseguimos habituar-nos a largar o pelo lustroso do pessimismo chique que sempre dá umas aparências de inteligência. [...] É mais fácil decidir, contra a História, que o mundo nunca esteve tão mal, do que assumir o peso do compromisso ético a que o optimismo nos obriga (*lb.*: 194).

A questão do terrorismo em Portugal, a propósito da condenação dos “arrepentidos” das FP-25 e da absolvição dos “outros membros da organização”, “pela impossibilidade de prova quanto à efectiva autoria material dos crimes” (*lb.*: 273) é perspectivada, na crónica “Dogville, Portugal”, de 4 de Outubro, do mesmo ano, a partir do romance *Ressurreição*, de Tolstoi – “Uma existência é um espaço demasiado curto e intenso para a ressurreição” (*lb.*: 271) – e do filme de Lars Von Triers, *Dogville*, “um monumento estético-filosófico de análise do mundo contemporâneo” (*lb.*: 273):

Não, a solução não está em explicar às criancinhas que somos todos igualmente bons e maus, consoante as circunstâncias, e que enquanto se mantiver a desigualdade de oportunidades em que nascemos não nos resta mais do que tentar passar entre os maços de dinamite. O terrorismo pode e deve ser evidentemente explicado e, ao nível singular do caso humano, pode até ser compreendido – mas nunca ficar impune. E da pior maneira, que é a de arranjar uns bodes expiatórios entre a arraia-miúda, que pagam a dobrar pelos cabecilhas, os tais Grandes que se safam sempre. O desenlace do caso FP-25 define-nos como um país sem Palavra. E esse é um dos primeiros passos para entrarmos no inferno de *Dogville* (*lb.*: 274).

O “tenebroso 11 de Março” de 2004, data do ataque da Al Qaeda a Madrid é o motivo da crónica “O medo vai ter tudo”, de 20 de Março de 2004. Apesar da oposição do partido vencedor das eleições espanholas (PSOE) à guerra do Iraque, a cronista entende a declaração da retirada imediata das tropas espanholas daquele país, “três dias depois da bárbara matança da Al Qaeda” (*Ib.*: 352), como uma cedência “ao terrorismo islâmico”: “um líder político, independentemente da sua posição quanto aos acordos vigentes, não o pode dizer assim – porque, por um lado, minimiza a diferença do seu projecto político e, por outro, pactua, ainda que involuntariamente, com as forças do terror” (*Ib.*: 352). A crítica à ferocidade da Al Qaeda tem o valor amargo da “inocência das crianças” e dos “desvalidos da sociedade”:

A análise e tentativa de cura das “causas” do terror não basta para o estancar. A sua força é exactamente a da cegueira: a Al Qaeda não pára um segundo para pensar na inocência das crianças nem dos desvalidos da sociedade que toma por alvos da sua chacina [...]. Pouco importa: são “infiéis” (*Ib.*: 353).

2.7. O holocausto nazi

As duas crónicas sobre a Alemanha de hoje reenviam para a herança do holocausto nazi.

A primeira, “A herança da culpa”, de 30 de Novembro de 2002, perspectiva a culpa como “o rosto doloroso de uma memória mal resolvida” (*Ib.*: 151). No caso da Alemanha, essa culpa é “um grito permanente que apaga a própria possibilidade da memória, porque rasga o silêncio de que a memória necessita para respirar” (*Ib.*). Até os intelectuais, que “são os guardadores da memória de um país”, demonstram a incomodidade de se identificarem com a cultura alemã, quando a identidade das nações se define “a partir desse trabalho de articulação entre memória e sonho, desse trabalho de artistas, escritores, criadores” (*Ib.*: 152): “O que é a identidade da Alemanha, hoje? Uma identidade quebrada, perdida no buraco negro do Holocausto” (*Ib.*). O Museu Judaico, em Berlim, é “o magnífico museu da culpa” (*Ib.*: 153). Contudo, os escritores alemães são acusados de não serem “capazes de pôr o dedo nas feridas proibidas” (*Ib.*): os 20 mil soldados executados por Hitler por se terem recusado a “participar no extermínio dos judeus”; os “milhares de inocentes – crianças, velhos, mulheres – assassinados” em Dresden; das mais de cem mil mulheres executadas em Berlim

pelo exército russo". Como lamentava um editor em Munique, "perdemos o direito ao luto. Só temos direito à culpa" (*Ib.*).

A segunda crónica, "O anti-semitismo arquivado", de 6 de Dezembro de 2003, prolonga na cronista o efeito do Museu Judaico de Berlim: a "torre altíssima, gelada, escura", onde "há um barulho lancinante no frio, [...] como uma broca sobre o coração" (*Ib.*: 299). Apesar de muitos outros "museus da desumanidade humana" poderem ser "construídos pelo mundo fora", "há na tragédia judaica um silêncio cortante que risca a História como um vento de infâmia" (*Ib.*: 299-300). O silenciamento da União Europeia sobre o anti-semitismo nos países da Comunidade é, por isso, criticado como um acto de censura, sendo apresentada uma sequência irónica de interrogações retóricas sobre a autoria dos actos terroristas em Nova Iorque, no Iraque, em França, na Bélgica e na Turquia:

Claude Lévi-Strauss escreveu que "o bárbaro é antes de mais o homem que acredita na barbárie". A guerra, qualquer guerra, é um sinal ou uma consequência de uma barbárie inicial – barbárie que começa pelo não reconhecimento do outro como ser humano. O grau menos-que-zero dessa barbárie é o desprezo pelo cadáver do inimigo. Um desprezo que tem um lastro imenso na História (*Ib.*: 301).

Citando Alain Finkielkraut (*A Humanidade Perdida*, edições Asa), segundo o qual "o que distinguiu os homens da maioria das outras espécies animais foi precisamente o facto de *não se reconhecerem entre si*" (*Ib.*), reservando "o título de homem exclusivamente para a comunidade de cada um" (*Ib.*: 301-302), a cronista denuncia que "estamos a viver uma nova época de *Invasões Bárbaras*", perguntando: "Que tolerância se pode inventar contra a intolerância absoluta da existência do diferente?" (*Ib.*: 302). Depois de criticar o Governo de Israel como "muito mau" e "estúpido", conclui que aquele Estado "continua a cumprir o trágico papel a que foi obrigado desde o primeiro momento da sua existência: o de rato" (*Ib.*).

2.8. Os deficientes

Três crónicas são dedicadas aos deficientes, um dos sectores desfavorecidos da sociedade.

A primeira, "Discriminar os discriminados", de 27 de Julho de 2002, reconhece a justa necessidade de "voltar ao princípio, separar as águas e começar por lutar

pelo direito à igualdade dos que são efectiva e dolorosamente diferentes” (*lb.*: 99): “Quase tudo o que transforma a vida começa num gesto mínimo, no mais simples dos pensamentos – como esse de nos colocarmos, um minuto por dia, no lugar dos outros” (*lb.*). Depois de pôr em causa “um ecumenismo de incenso que acaba por tapar e acentuar as discriminações concretas” (*lb.*: 100), a crónica explicita o significado de “deficiente”: “Os «deficientes» não existem – o que há é pessoas com diferentes graus de dificuldades. O puritanismo americano chama-lhes «pessoas com um desafio físico»” (*lb.*: 101). A discriminação, inclusive a mediática, é a marca notória desse “desafio”:

E sei que estas se pessoas se confrontam instante a instante com a discriminação, de uma forma que nenhum de nós se confronta – mulher ou homem ou preto ou branco ou velho ou novo ou trissexual ou abstémio. Até no que toca à mediatização, nunca vi, por exemplo, um deficiente na televisão – a não ser quando o tema é a deficiência. [...] A mediatização não é, no nosso tempo, um pormenor narcísico ou irrelevante. É a aceleração operativa do real (*lb.*).

Antecipando o Ano Europeu da Deficiência (2003), a cronista apela à superação de um “instinto de piedadezinha mais imediato”, para, sem discriminação nem condescendência, sermos capazes de tornar acessíveis a “pessoas com cadeiras de rodas” “os elevadores, as escolas, as lojas, as livrarias, as bibliotecas, os cafés, as salas de espectáculo e as caixas de multibanco do nosso mundo” (*lb.*: 102), acabando por perguntar, a propósito de tal efeméride: “Só mais uma boa intenção composta de palavras sonantes, ou a ocasião de acabar com esta persistente, cruel e silenciosa discriminação de mais de meio milhão de portugueses?” (*lb.*).

A segunda crónica, “Obrigada, campeões!”, de 28 de Junho de 2003, em pleno Ano Europeu da Deficiência, recrimina a ausência de uma digna homenagem aos “melhores dos nossos melhores”, a “nossa equipa – maravilha – a equipa de atletas paralímpicos que nos trouxe 21 medalhas do I Campeonato Europeu de Atletismo para Deficientes” (*lb.*: 232). Isto apesar da nossa gratidão aos vencedores do futebol: “Viúvos de impérios míticos (que o mesmo é dizer, incuráveis) dependemos das vitórias sobre o «estrangeiro» como o vampiro depende do sangue” (*lb.*: 231). O elogio à capacidade de superação do sofrimento é a característica épica do povo secularmente atribulado:

O que os deficientes portugueses têm demonstrado é uma força e uma capacidade de auto-superação infinitas, muito acima da média comum dos mortais. E, no entanto, Portugal despreza e abandona estas mulheres e homens de luxo; ouvi na televisão [...] que foi um atleta estrangeiro quem ofereceu a João Correia a cadeira de rodas especial que lhe permitiu ganhar uma

medalha de prata. [...] Como povo, parece que só nas dificuldades somos bons. Provavelmente o nosso azar é não termos tantos deficientes como precisávamos (*ib.*: 233).

Depois de evocar o romance-testemunho de Maria Leonarda Tavares, *Para Além da Esperança*, sobre os feridos da guerra colonial, escondidos pela ditadura, a cronista agradece o exemplo da madrinha que um dia acordou parálitica, porque “um vírus raro comera-lhe as células motoras da medula” (*ib.*: 233-234): “Sem o exemplo desta minha madrinha, a vida seria certamente mais difícil e menos empolgante” (*ib.*: 234). E agradece igualmente a todos os medalhados paralímpicos.

A terceira crónica, de 2 de Outubro de 2004, exalta o exemplo de um casamento feliz, apesar da oposição da família dela, já que o marido, embora um empresário de sucesso, é portador de deficiência física: “A forma como os olhos de M. cintilam quando diz «o meu namorado» não comove a bruta maioria que olha para esse vitorioso namorado como um ser diminuído. É mais fácil ter pena do que admirar” (*ib.*: 423-424). Os problemas práticos dos deficientes motores na sociedade do dia-a-dia são novamente equacionados, bem como a discriminação mediática de que são vítimas:

A mensagem é clara: os deficientes só servem como instrumento político de resignação das massas. [...] Claro: amontoados em lares, fechados para o mundo, os nossos deficientes não contam para as estatísticas do desemprego – nem conseguem sair para votar. Por isso, não há quem queira mudar este estado de coisas (*ib.*: 426).

2.9. A causa pública

O empenhamento pessoal na causa pública atravessa todas as crónicas, embora algumas tenham uma especial incidência neste sentido.

A crise de valores e a impunidade dos criminosos são objecto da crónica “Não foi por mal”, de 25 de Janeiro de 2003. O “pessimismo pretensamente esclarecido”, como “grande moda intelectual”, origina a “incurável circularidade do mal” e o “confortável sofá da boa consciência: afinal, todos nós poderíamos um dia matar alguém, pelo que o melhor é mantermo-nos todos impunes” (*ib.*: 167). Segundo a cronista, “os valores estão em crise porque as pessoas preferem amá-los como mortos do que trabalhar por eles no seu quotidiano vivo” (*ib.*:

167-168). A “ideia religiosa de pecado” e a “resignação à injustiça” favorecem a impunidade:

Nos países de tradição católica esta tendência para o perdão contínuo e para a resignação à injustiça acentua-se, porque à ideia civil de crime se antepõe a ideia religiosa de pecado, já devidamente equipada com o antivírus da confissão redentora: a gente diz que não foi por mal, e esquece-se tudo. O problema é que não é por nos dizerem que não foi por mal que a gente se esquece de tudo. A páginas tantas, afogados em desamor involuntário, bradamos de nós para nós: “Pois antes fosse por mal, que ao menos isso significava que tínhamos merecido alguma atenção, e ganhávamos o direito à indignação” (*Ib.*: 168).

É o caso do homicídio involuntário nas estradas, sobretudo de crianças, apesar da criação da Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, após a morte da filha do seu fundador, Manuel João Ramos, cujas penas são ridículas, ao contrário da França, onde a pena “subiu agora de seis para dez anos de prisão”:

A vida das crianças continua, em Portugal, a ser um pormenor. [...] E os coveiros dos valores não aguentam a luz da responsabilidade individual – a responsabilidade, já se sabe, é sempre histórica, e sempre dos imperialistas. Os outros limitam-se a reagir aos contextos – e nunca é por mal, porque para eles o mal e o bem não existem, são puras simplicidades de pobres de espírito (*Ib.*: 169-170).

Na “Carta a uma rapariga corajosa”, de 8 de Fevereiro do mesmo ano, o “ritual de humilhação” (*Ib.*: 177), que consta das praxes académicas, é proscrito como “essa forma de tortura dos mais frágeis”:

Os homens cultivaram a boçalidade bruta como método para atingir a dureza da qual faziam medalha, sinal majestoso de virilidade. De humilhados a humilhadores, assim construíram a História, uma história de sangue e infelicidade que levou a massacres hediondos e ao contínuo estrangulamento das reais capacidades transfiguradoras do humano, que são as que partem do pensamento e da imaginação (*Ib.*: 175-176).

A direcção do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros, à revelia do seu patrono, acusou a vítima da praxe de uma reacção “subjectiva excessiva”, com “um objectivo minorizador”, mostrando “quem não é capaz de ter uma resposta à altura”:

Os sujeitos, como Jean Piaget sabia, são subjectivos, e é essa aliás a sua maior riqueza. As descobertas de Piaget sobre o funcionamento cognitivo

dos seres humanos desenvolveram-se precisamente em torno da escuta e do respeito pelo pensamento específico das crianças e dos jovens, que era, à época (primeira metade do século XX) totalmente desconsiderado (*Ib.*: 176).

Aconselhando dois romances de Carson McCullers, *Coração, Solitário Caçador* e *Frankie e o Casamento*, a cronista, compreendendo o “desejo profundo de criar laços, uma fome de pertença” (*Ib.*: 177), inerente a todo o ser humano, “em particular na juventude”, estimula Ana Sofia Damião a ultrapassar “o inevitável desprezo do rebanho dos desprezantes-desprezados”, não esquecendo “que o seu acto de revelação é uma ajuda”: “Eles chamar-lhe-ão «denúncia», para a estigmatizar com fumos do passado pidesco ao qual, inconscientemente, pertencem; mas há uma lado solar na denúncia, transformar o futuro passa também por revelar claramente os erros do presente” (*Ib.*: 177). Classificando como “inadmissíveis” todas as praxes, “à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição da República Portuguesa”, considera que “o inalienável direito à dignidade é um dos pilares fundamentais da nossa civilização” (*Ib.*: 178). Por isso, elogia o acto corajoso de “tão nova, tão sozinha, erguer a voz contra o obscurantismo”, dando “uma grande lição a muito mestre”: ao arredar “do seu mundo as praxes brutais”, fez vir “ao seu encontro os jovens do Movimento Anti-Tradição Académica (cuja sigla dá um valente MATA) – certamente muito mais estimulantes do que os adeptos de refocilamentos na lama e outros *reality shows* de igual distinção” (*Ib.*).

“À sua responsabilidade”, na crónica de 1 de Março do mesmo ano, põe em evidência um “*ex-libris* da personalidade linguística portuguesa: o pomposo «à sua responsabilidade»” (*Ib.*: 183), a partir da dificuldade burocrática de obter a fotocópia de um acervo documental necessário a um trabalho de investigação:

A responsabilidade, em Portugal, é, desde sempre, “deles” – dos que partiram, dos que “se andam a encher”, dos que “têm a mania”, dos que mandam. Quando um dos tenebrosos “eles” se materializa em carne e osso – o que raramente sucede, porque as acusações, em Portugal, são muito espiritualizantes, na base de zumbidos e subentendidos – verifica-se que tudo não passava, afinal, de um grande equívoco (*Ib.*: 184-185).

Apesar do medo com que os pobres encaram os ricos, começa a verificar-se entre nós “a moda americana de processar o Capitalismo”, contra as tabaqueiras, contra as cadeias de *fast food*: “Assim, devidamente avisados dos malefícios de determinado consumo, já poderíamos responsabilizar o criador do malvado produto. Vemos, ouvimos e lemos – não podemos ser responsabilizados” (*Ib.*: 186).

A crónica “Os direitos dos trabalhadores”, de 25 de Abril do mesmo ano, denuncia a crescente ditadura sobre o mundo do trabalho, inclusive o das artes

plásticas: “Vocês não têm nada que falar uns com os outros!” (*Ib.*: 203). A frase, considerada “fascista, ou mesmo nazi”, origina a análise do controlo dos trabalhadores nos países latinos, “pelo pudor e pelo segredo”:

Por duas razões: em primeiro lugar, porque o lastro do catolicismo gera uma relação traumática com o dinheiro – coisa “suja”, coisa de que “não se fala”; em segundo lugar, porque o espírito mafioso em que nos criamos (considerando normais as cunhas, a influência social e política de certas “boas famílias”, os privilégios, as “portas do cavalo” por onde é preciso passar para resolver o que quer seja) nos armadilha de candura antidemocrática (*Ib.*: 204).

Denunciando o despedimento de mulheres grávidas e a dificuldade de lutar contra os despedimentos sem justa causa, num país pequeno, a crónica faz apelo à consciencialização sindical dos trabalhadores (“a união faz a força”):

É tempo de dizermos que isto não vale. Que é jogo sujo. Que exploração é exploração, trabalho é trabalho, conhaque é conhaque. E que respeito e dinheiro fazem bem a todos. É tempo de falarmos uns com os outros, sem medo (*Ib.*: 206).

A crónica “Da maturidade para julgar”, de 7 de Junho do mesmo ano, relaciona três conceitos, a propósito do processo da Casa Pia: o de juventude, o de maturidade e o de justiça. Recorrendo a Marguerite Yourcenar, na sua estreia literária (*Alexis ou o Tratado do Vão Combate*), com vinte e poucos anos: “a nossa alma [...] dispõe apenas de um teclado restrito, e, por muito que faça, a vida nunca lhe consegue extrair mais de duas ou três pobres notas” (*Ib.*: 223). E explica: “Duas ou três pobres notas para cada alma – e, mesmo que acreditemos na possibilidade de atingir quatro, cinco ou as sete notas que nos transportam ao oceano infinito da música, nunca saberemos em que momento a nossa alma tocou o seu próprio zénite” (*Ib.*). A relativização do conceito de maturidade é, assim, relevada em face do de juventude, a propósito da função judicial: “Quanto mais novo for o juiz, menos probabilidade terá de conhecer a prima da amiga da mulher de um suspeito – para não dizer, no caso vertente, o próprio suspeito” (*Ib.*: 225). Afinal, o movimento pendular dos sentimentos populares atesta bem como é pantanoso o terreno da justiça: “Portugal tem menos paixão pela justiça do que tendência para a justiça passional” (*Ib.*). O próprio Salazar o reconhecia, em entrevista a António Ferro (Dezembro de 1932): ao sentimento de ódio contra o criminoso sucede, muitas vezes, o da compaixão, após sentença condenatória. A confusão entre “liberdade de informar” e “caça ao homem”, não deve, porém, imperar na comunicação social, já que “a nossa liberdade acaba no ponto exacto em que a liberdade dos outros começa” (*Ib.*: 226). E, se “com mais ou menos

profundidade, anestesia ou dor, a busca da maturidade é a busca da redenção do tempo" (*Ib.*: 224), também é verdade o que diz Marguerite Youcenar, em *Memórias de Adriano*: "Os mais opacos dos homens também têm os seus clarões" (*Ib.*: 226).

A crónica "Se te portas mal vais para o jornal", de 15 de Agosto do mesmo ano, desafia o Ministério Público a processar a mãe de uma adolescente de 14 anos "por devassa da vida privada da própria filha": "Quem defende o direito à privacidade das crianças e dos jovens?" (*Ib.*: 249). Trata-se da divulgação de uma carta dessa filha no *Correio da Manhã* (6 de Agosto de 2003), "em que se lia, sobretudo, o grito de solidão de uma adolescente magoada – pela desconfiança dos pais e por ser tratada, aos catorze anos, como uma criança" (*Ib.*: 247): "O parágrafo de abertura da «notícia» enfatizava, aliás, a perspectiva infantilizante – suponho que para agravar o «drama»: «Criança de 14 anos conheceu um indivíduo de 27 através do correio sentimental de uma revista e fugiu de casa dos pais, onde acabou por voltar após 12 horas de angústia»" (*Ib.*: 247-248). A necessidade de legislar no sentido da penalização da "divulgação de factos da vida privada de pessoas que, pela sua idade e dependência, não têm meios para se defender dessa invasão" (*Ib.*: 250) é confrontada com a preocupação com "o desrespeito jornalístico por esse monstro sagrado que é o segredo de justiça" (*Ib.*: 249-250): "Qualquer segredo de justiça é menos grave do que o abuso de uma pessoa que não se pode defender. E o abuso começa na minorização e no desrespeito. Todo o abuso começa por aí – e nunca se sabe onde acaba" (*Ib.*: 250).

A crónica "Jovens rigorosamente orientados", de 9 de Agosto do mesmo ano, põe em causa a discriminação dos jovens, seja por que motivo for, mesmo pela geração que se esqueceu da sua "luta pelo fim das discriminações", pondo agora os filhos "a estudar nas freiras ou nos colégios chiques do eixo franco-alemão" (*Ib.*: 243), a pretexto da segurança contra "o mundo dos pretos, dos drogados, dos ciganos, gente com a qual não nos podemos cruzar porque é muito perigosa" (*Ib.*: 244). A compreensão da cronista pela violência dessa gente reside na multiplicidade das suas razões: "o capitalismo neoliberal e a progressiva desumanização que ele gera" (*Ib.*). Mas assusta-se com "a progressiva acentuação do reconhecimento da diferença – em particular, no que a Portugal se refere, por parte de associações como a Opus Gay" (*Ib.*: 245). A discriminação positiva dos homossexuais, bissexuais e transsexuais é promovida por uma associação de activistas e pelo departamento de educação municipal de Nova Iorque, com a abertura de um colégio a eles destinado, discriminação que é criticada, em nome da decisão livre de cada um:

Será preciso lembrar que este argumento – o da segurança e protecção – é o fundamento de todas as segregações? [...] E quem decide se um adolescente

de treze anos é ou não homossexual? O próprio, ou os progenitores? Aos treze anos só sabemos que a vida dói (*Ib.*: 246).

A crónica “Estrelas emigrantes”, de 24 de Janeiro de 2004, revela, com flagrante actualidade, a rejeição burocrática dos cérebros europeus e o deficiente investimento na ciência. A abusiva exigência do chefe da astrónoma italiana Sandra Savaglio, em Roma, ao pretender que o seu nome fosse mencionado como protagonista numa eventual descoberta científica (ela “estuda as explosões de energia que parecem ocorrer em consequência da morte de estrelas gigantes” – *Ib.*: 323); a burocracia que, no entender do director do laboratório geoquímico da Universidade de Paris VII, afecta o “anacrónico sistema soviético francês” (*Ib.*: 324) e impede o alemão Matthias Tschöp, professor de psiquiatria, de continuar no seu país a sua pesquisa “sobre distúrbios hormonais do apetite” (*Ib.*), vendo-se todos estes cientistas forçados a regressarem aos Estados Unidos, eis os casos citados na crónica como explicativos da capa da revista *Time*: “Como a Europa perdeu as suas estrelas da Ciência” (*Ib.*: 323). A queixa do cosmólogo português João Magueijo sobre a paralisante burocracia que gere os orçamentos da ciência, secunda tal obstáculo:

Estas instituições são controladas por ex-cientistas já muito fora do prazo. Têm portanto enorme poder, mas à parte isso são uma espécie de ferros-velhos intelectuais. Logo, em vez de passarmos o tempo a descobrir coisas novas, passamo-lo a cair de sono em reuniões intermináveis, a escrever relatórios e candidaturas idiotas e a preencher impressos sem fim cuja única finalidade é justificar a existência dessas instituições e do pessoal senil que lá trabalha (*in Mais Rápido do Que a Luz*, edição Gradiva) – *Ib.*: 324.

O investimento dos Estados Unidos na ciência, mais do dobro do que a União Europeia (287 biliões de euros contra 121) é sublinhado por Fernando Gil e Paulo Tanhas como uma causa explicativa do “êxodo dos jovens cientistas de talento para os Estados Unidos”: despendem-se por cada pessoa activa “na Europa 600 – e nos EUA 1200 – anuais na investigação científica” (*in Impasses*, edição Europa-América) – *Ib.*: 325. Para cúmulo das ironias, “as verbas do Plano Operacional para a Ciência foram bloqueadas por uma auditoria europeia”, por alegadas “irregularidades na atribuição dos financiamentos comunitários a projectos científicos aprovados pelo anterior governo, envolvendo 170 milhões de euros” (*Ib.*: 326).

Em estilo cáustico e mordaz, a crónica “Estresse à portuguesa”, de 22 de Junho de 2002, diagnostica a razão do “absentismo, com a correspondente perda de produtividade” que mina a nossa economia: “esfalfamo-nos a sofrer porque não gostamos dos trabalhinhos que vamos arranjando” (*Ib.*: 83). O sonho falhado está na base dessa frustração colectiva:

O nosso problema é esse: o sonho. O mesmo deslumbrante sonho que faz de nós um dos países mais encantadores do mundo – pelo menos para quem vem de fora, em busca do tempo perdido. [...] Sempre fomos um país de altas esperanças. Em tempos quinhentistas, que já vão, ousámos descobrir o mundo – e o mundo vingou-se, deixando-nos a descoberto a nós. Falhados como colonizadores, aplicámo-nos a ser doutores (*Ib.*: 84).

Outras variantes do “estresse à portuguesa” são apontadas: a “cunha exacta”; a “galinha da vizinha, que vai engordando enquanto a nossa encolhe”; o desenrasque “da última hora”; a “invenção de umas mentirolas”; o “chorar os males do mundo”; a “saudade” de não ter o estresse... O contraste com a Espanha, “o país de menor estresse laboral”, juntamente com a República Checa e a Suíça, é explicado com a vivência intensa e despreocupada do presente:

Talvez porque se tenham habituado a olhar mais para o que podem fazer por si mesmos do que para o que os outros estão a fazer. Ou porque se concentram nas possibilidades do presente mais do que na felicidade do futuro. Ou porque se preocupam muito mais com aquilo que gostam hoje de fazer do que com aquilo que um dia podem vir a ter (*Ib.*: 86).

“A cunha” é, justamente, o título da crónica de 18 de Outubro de 2003. Após a citação de uma carta de Camilo Castelo Branco a Adelino Neves e Mello, a quem pede “que abra mão de proteger” o “desavergonhado que tem a perversidade de não ter pão” (*Ib.*: 275) e viver às suas custas, a cronista tece considerações sobre a “História Trágica da Cunha”: “a da cunha falhada, desengonçada, metida ao lado ou fora de tempo, enredada na miséria de quem precisa dela para sobreviver, como este infeliz protegido de Camilo” (*Ib.*: 276). Concordando com Lévinas, no sentido em que “a ética nasce do súbito encontro de um rosto”, acrescenta que “é necessário que estejamos disponíveis para encontrar os rostos que estremeçam de ausência sob os contornos desse rosto particular” (*Ib.*: 276). Contrapondo ao “pódio” europeu de Portugal nos países “com maior número de empresas geridas em família” (*Ib.*: 277), apontado pelo *The Economist* a “duplicação do número de mulheres no Governo”, justifica tal conquista democrática com o facto de que “mais de cinquenta por cento da população portuguesa é composta por mulheres” e “não porque as mulheres venham por natureza equipadas, como muitos e muitas paternalistas-dialécticos as pretendem, com uma superioridade sociofilosófica” (*Ib.*). Depois de apontar várias mulheres com “currículos recheados de provas bem sucedidas e muitíssimo trabalho” (*Ib.*), especifica os casos das ministras da Ciência e dos Negócios Estrangeiros, lamentando que “mulheres desta fibra só sejam chamadas aos governos em situações de emergência, para apanhar os cascos das cunhas e limpar a imagem da casa” (*Ib.*: 278).

A crónica “A coragem de elogiar”, de 27 de Dezembro do mesmo ano faz uma radiografia do “excesso de identidade dos portugueses”, que os leva “a um masoquismo mortal” (*Ib.*: 311). O exemplo comprovativo da má condução automobilística é explicado como um “imaginário pretensamente quinhentista de glória incompreendida”, que “transporta os nossos cemitérios para o século XVI – um mar de campos de gente muito nova” (*Ib.*). O “déficit crónico de elogios” é associado “ao nosso misterioso déficit de produtividade” (*Ib.*), algo que “começa nas más condições laborais e acaba na pobre retribuição salarial” (*Ib.*), mas radica na “nossa incapacidade de dar valor ao trabalho alheio” (*Ib.*): “A ronha é o verdadeiro sal português; [...] o efémero contagiado pelo eterno [...] – já não é saudade, nem melancolia, nem a pós-estética da pré-ruína: é, basicamente, ronha” (*Ib.*: 312). Depois de aludir ao “tratado sobre o aturdimento pela tagarelice à portuguesa, e, mais genericamente, sobre o estado comatoso de incivilidade activa em que se encontra o país” (*Ib.*), que é o romance *Fantasia Para Dois Coronéis e Uma Piscina*, de Mário de Carvalho, pergunta:

Porque é que vivemos assim, de ressentimento em aniquilamento, da invejazi-nha envergonhada à vinganzinha orquestrada, nesta apagada e vil tristeza que vendemos falsificadamente como melancolia? Provavelmente porque, como Eduardo Lourenço tem feito notar, não digerimos a nossa grandeza mítica. [...] À falta de naus altaneiras e Aljubarrotas quotidianas, qualquer ser com um bocadinho de brilho nos serve de sarraceno ou espanhol (*Ib.*: 31, 39).

Se Ruy Belo escreveu “No meu país não acontece nada”, “escreveria agora: ‘No meu país não deixo que aconteça nada”, “Porque a arte de Ruy Belo consistiu muito, como ele próprio dizia, em exaltar o melhor dos outros. A claridade única dos seus poemas nasce dessa coragem, que é o exacto oposto da fanfarronice portuguesa” (*Ib.*).

“Lisboa, 2004” dá o título à crónica de 3 de Janeiro de 2004, sobre a falta de condições de um hospital, na focalização interna de uma doente, submetida ao “vendaval da quimioterapia” (*Ib.*: 317), que “durante a noite inteira ouviu morrer a rapariga da cama ao lado” (*Ib.*: 315). Após a avaria da casa de banho durante um mês inteiro, “dois dias depois da chegada redentora dos homens da manutenção, foi a luz da casa de banho que se avariou”, limitando-se as doentes “a pedir lanternas aos familiares, em modo murmurado, na hora da visita” (*Ib.*: 317). Mas, mais do que a falta de condições materiais ou físicas do hospital, é a fragilidade emocional das doentes que é focalizada na crónica:

Deixa-se estar muito tempo assim, com a lanterna que substitui a luz que não há [...] apontada ao rosto. Fica mais magra ainda, iluminada pela luz

espectral [...] Mais magra e mais enrugada. Observa-se pela primeira vez em pormenor, desde que o cabelo lhe caiu. Se os netos a vissem agora, diriam: “Avó, pareces um extraterrestre”. [...] A mulher que mora na cama do outro lado da rapariga que morre gritando, devagar, chora às vezes tardes inteiras porque não tem visitas. Recebe esparsos telefonemas das amigas, umas dizendo que estão muito ocupadas, outras dizendo que lhes faz muita impressão vê-la assim (*lb.*: 316).

O fornecimento dos medicamentos relativos à SIDA em África ocupa o essencial da crónica “Genocídios”, de 7 de Fevereiro do mesmo ano. A acusação de “genocídio”, feita pelo Vaticano aos laboratórios das grandes farmacêuticas por se recusarem a “fornecer os medicamentos mais acessíveis em África” e declararem “517 mil milhões de dólares de lucros em 2002” (*lb.*: 331). O que pode ser visto como um “arrojo” e “como prova de modernidade e coragem do Vaticano, uma espécie de *reprise* da famosa expulsão dos vendilhões do Templo” (*lb.*) é encarado pela cronista como uma forma de “fazer diminuir drasticamente a investigação que tem permitido a espantosa evolução científica no combate à sida”, a qual acrescenta: “Seria muito mais útil condenar os governos africanos (a começar, por exemplo, pelo de Angola) que refocilam no luxo e mantêm o povo na miséria” (*lb.*: 331-332). A recriminação ao Vaticano interpela-a a analisar o que a Igreja Católica “tem feito contra a disseminação da sida, designadamente nos países africanos”, em vez de “atirar pedras ao próximo”: “onze milhões de crianças órfãs contaminadas (números da Organização Mundial de Saúde)” (*Id.*: 332). A rejeição do preservativo e sua fundamentação em termos culturais pelo porta-voz do Vaticano são motivo de acusação de hipocrisia:

Mas quando se pergunta ao padre d’Agostino porque rejeita a Igreja Católica o aconselhamento do preservativo que salvaria tantos milhões de pessoas e evitaria a morte de famílias inteiras, a resposta é lateral – ou, porque cada palavra tem uma verdade específica, hipócrita: “Culturalmente, os preservativos não são aceites por muitas tribos africanas”. Culturalmente, o monoteísmo e a monogamia não são aceites pela maioria das tribos africanas – mas isso nunca impediu a Igreja Católica de se implantar em África, com uma acção muitíssimo meritória ao lado dos mais pobres – é católica a maior parte dos orfanatos que recolhem e educam esses milhões de crianças que perderam os pais por causa da sida. Mas é precisamente porque a Igreja Católica está lá e conhece a paisagem mental e humana que não se pode entender a sua intolerância diante de um método tão simples e eficaz (*lb.*).

Diante dos “olhos tristes” de duas meninas de Moçambique, “entre milhões, que perderam o pai e a mãe porque ninguém lhes explicou o perigo da sida e as formas de se protegerem dela” (*lb.*: 332-333), a cronista, referenciando o

“ensaio sobre os sentimentos e as experiências do nosso tempo” (*lb.*: 333), *Love Indelectable* (KNOFF, 1998), de Andrew Sullivan, invectiva a ignorância juvenil sobre sexualidade e a falta de educação sexual nas escolas.

A crónica “O menino que não deixam crescer”, de 22 de Novembro de 2003, denuncia o veto da Comissão Médica à administração da hormona de crescimento a um menino de oito anos, a qual, segundo recomendação do seu pediatra, lhe permitiria “atingir, pelo menos, a altura de um homem normal” (*lb.*: 292):

Ao contrário do que acontece com as decisões judiciais, fundamentadas em leis explícitas, de aplicação geral e passíveis de recurso, as decisões destas Comissões Médicas prescindem de fundamentação universal e não admitem recurso (*lb.*).

Os casos de obstrução médica são variados e arrogantes, demonstrando o desprezo “olímpico” pelos “direitos das pessoas que deveriam servir” (*lb.*: 293), como o da negação de uma credencial para uma amniocentese de uma grávida de 35 anos, necessária para “detectar malformações no feto, numa fase ainda incipiente da gravidez” (*lb.*). Sucedem-se, assim, as “conversas de hospital, sussurros fluando entre as camas das enfermarias, amansando lágrimas e suspiros, na hora da visita” (*lb.*: 293-294). Em contraste com este panorama, o romance *O Amante*, de Margarite Duras, “uma mulher que soube pôr as rugas da imagem em cada palavra e que ousou filmar as palavras dançando para dentro da escuridão dos corpos”, apela ao sentido da vida: “é enquanto ela se vive que a vida é imortal” (*lb.*: 294).

“Em busca da gratidão perdida” é o título da crónica de 18 de Maio do mesmo ano. Ligando a gratidão à “memória que lhe serve de berço” (*lb.*: 67), a cronista, se reconhece no nosso tempo o crescimento exponencial dos contactos humanos, com “a invenção da televisão e da internet”, tornando-se a novidade “a nossa paisagem”, por outro lado, lamenta o esquecimento fácil e a perda de validade da gratidão. Comentando a definição de memória segundo Marguerite Yourcenar (*in Memórias de Adriano*), como “um cemitério abandonado, onde jazem, sem honras, mortos que eles deixaram de amar”, a cronista afirma: “Muitas vezes, hoje, a memória humana parece antes um campo de batalha onde jazem, por enterrar, mortos que nunca tiveram tempo de ser amados” (*lb.*: 68). Em diálogo com José Cardoso Pires (*Alexandra Alpha*), a gratidão surge como “o engate infinito”:

O prazer voluptuoso de trazer dentro da pele o melhor dos outros – alguns de há cinco mil anos, outros de ontem, todos com nome e quarto mobilado no nosso coração. A alegria de pôr aspas para homenagear as pessoas que, por nos amarem – a mil anos ou a um quarteirão de distância – escreveram ou

disseram (ou pintaram, ou esculpiram, ou compuseram) qualquer coisa que nos iluminou (*Ib.*: 69).

Quanto às “ingratidões quotidianas, recorrentes, às vezes anónimas” (*Ib.*), às dos colegas e amigos que “nos esqueceram”, elas são “masoquistamente” guardadas no “arquivo” da memória, com histórias para contar: “Sem História, não se sai do lugar. Corre-se no nada, do nada para o nada. E envelhece-se na mesma. E morre-se mesmo” (*Ib.*: 70).

“Sigamos o Viagra” é o título irónico da crónica de 24 de Agosto do mesmo ano, sobre a distribuição gratuita de seis comprimidos mensais daquele estimulante sexual aos eurodeputados. Aos “salários difíceis de gastar – anafados e quase despedidos de impostos” (“antierotismo absoluto”), aos “bóldes topo de gama”, às “três horas de almoço”, juntava-se agora a “pequena embalagem de Viagra chocalhando discretamente nos bolsos sincronizados dos fatos de clássico corte europeu”, para que “a existência dos altos funcionários da Europa adquirisse a eloquência trágica de uma ópera” (*Ib.*: 111). À pergunta sobre o pagador destas e outras facturas, a resposta não podia deixar de ser: “A plebe abstracta. Paga o Viagra, a gamba, a lagosta, o motorista ou o *business class* – na Europa rica como na desgraçada Suazilândia”, cujo rei comprou um avião a jacto por 55 milhões de euros, “o dobro do valor que as Nações Unidas procuram obter para acudir à fome no país” (*Ib.*: 113). O recado político aos eurodeputados, na linguagem metafórica do Viagra, é, depois, dirigido à necessidade de clamar pela democracia e pelos direitos humanos no mundo:

Seria simpático que o Viagra dos nossos eurochefes servisse, para além das utilizações correntes, para lhes engrossar a voz. E clamar ao mundo que os Estados Unidos da Europa se distinguem dos Estados Unidos da América, antes de mais, por se recusarem a distinguir ditaduras amigas e inimigas. E que quem quiser beneficiar dos nossos euros, cá dentro ou lá fora, tem de cumprir as regras da casa – que consistem, para começar, num respeito integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e desse princípio fundador da civilização que é a democracia (*Ib.*: 114).

Irónica é também a crónica “Representar Portugal”, de 5 de Julho de 2003. Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, a cronista, tendo em conta a ausência do “dom divino da ubiquidade” por parte dos deputados, propõe uma solução alternativa: “a criação de um alter-Parlamento, responsável pela alter-Representação de Portugal” (*Ib.*: 235), isto é, “toda a representação cultural e desportiva, que escapa ao primado do económico ou, mais genericamente, aos solenes rituais dos Estados do capitalismo neoliberal” (*Ib.*: 235-236). A sugestão deriva da debandada de trinta deputados para assistirem, em Sevilha, a um jogo de futebol. Ironizando o “esforço titânico” dessa debandada,

que “alguns mal-intencionados” pretendem que “seja considerado como falta injustificada”, a cronista ridiculariza tal pretensão, alegando que, “nesta época de moralização acelerada da administração pública”, ela daria a imagem de “um bando de foliões faltosos”: “Que exemplo estariam a dar ao País?” (*Ib.*: 236). A crítica contrapõe a tal zelo de representação a ausência no “I Campeonato Europeu de Atletismo para Deficientes”, na “cerimónia de atribuição do Prémio Nobel a José Saramago”, no “Festival Eurovisão da Canção” (*Ib.*), acenando já com sinais de descontentamento social perante a vivência da democracia, “nas bocas dos participantes do Fórum Social Português” (*Ib.*: 237). A sugestão da cronista em se autopropor como coordenadora-geral do “tal alter-Parlamento”, sujeita ao voto dos habitantes do seu bairro, no sentido de garantir “que todas as acções de promoção exterior de Portugal seriam acompanhadas por trinta deputados de diversas idades, sexos e tendências” (*Ib.*: 238), libertando, assim, a Assembleia da República “para esse suave mister de representação interna: pensar, legislar – ou, de uma forma mais simples ainda: trabalhar” (*Ib.*).

Na continuidade da crónica anterior, a de 21 de Agosto de 2004, “Acompanhante para deputado, oferece-se”, critica as viagens dos deputados e acompanhantes: “A descoberta, há uns anos, de que alguns deputados levavam a família a passear a expensas do erário público, escandalizou a nação” (*Ib.*: 408). A solução encontrada, ganhando “foros de sereníssima lei” foi a da troca do “bilhete em classe executiva por dois em classe económica”, substituindo-se “o limitado conceito de «cônjuge» pelo abrangente «acompanhante»”, o que originou as mais vivas reacções da imprensa. Pondo em causa o privilégio das viagens em classe executiva, como mais um “amendoim” dos “sucessivos sacos de dinheiro de todas as cores” que o país tem esbanjado, como o da mudança do nome “de cada ministério de dois em dois anos”, “para já não falar do que se gasta, em tempo e trabalho (ou seja, dinheiro) a refazer e aprovar as leis orgânicas de cada ministério” (*Id.*: 409), a crónica invectiva a “ferrugem ditatorial do privilégio” que mina as democracias e multiplica “os cidadãos invejosos e frustrados” (*Ib.*), como a “afronta” de “um deputado receber uma reforma por inteiro ao fim de oito anos de serviço”:

Quando os privilégios dos políticos sobem, a qualidade da democracia desce. [...] Enquanto não percebermos que a eficiência de um país é inversamente proporcional à sua mordomite, os nossos índices de desenvolvimento manter-se-ão vergonhosos. A corrupção, sobretudo aquela que olha para nós com olhos infantis de coisa nenhuma, é pegajosa. [...] Na política, como em qualquer outro aspecto da educação, só o exemplo resulta. Um pai que não pega num livro não tem autoridade para levar uma criança a ler e uma Assembleia da República que substitui a ideia de serviço pela de passeio não tem autoridade para pedir ao povo que fique no torrão a poupar por

ele, e para ele. Há quem chame populismo barato aos desejáveis sinais exteriores de contenção. Mas o povo é populista. E começa a cansar-se de estar sempre parado na montra dos saldos, a ver passar aves e aviões. Depois não se queixem se ele começar a confundir tudo e a dizer disparates, como esse de que os políticos são todos iguais (*lb.*: 407, 410).

A crónica s.d. “NS/NR” prolonga esta visão populista de que “os políticos são todos iguais”, com reflexos na abstenção eleitoral. A questão agrava-se nas eleições para o Parlamento Europeu: “61 por cento é um insulto” (*lb.*: 385), muito menos, ainda assim, que a “monumental” dos países “neófitos da União Europeia”: 80% da Polónia e da Eslováquia; 70,1% da República Checa, “com a honrosa excepção de Malta (apenas 18% de abstenção)” (*lb.*). A solução do voto obrigatório pode ser, então, a alternativa, como na Bélgica e Luxemburgo, ou, mesmo, a perda de “acesso a bolsas ou concursos públicos”, ou, até, o pagamento de uma taxa de abstenção ao acto eleitoral. A criação de novos partidos, a participação em associações cívicas são efectivas formas de empenhamento político, em vez de vivermos “aninhados no calor arrogante das lamúrias” (*lb.*). As queixas dos absentistas não tocam, porém, o cerne das questões europeias:

A nenhuma das que responderam que “não vale a pena votar” vi alguém perguntar se é contra ou a favor da União Europeia, o que pensa do livre trânsito de pessoas e mercadorias, ou das políticas europeias conjuntas de combate ao terrorismo e aos tráficos (*lb.*: 384).

Apesar dos que fugiram “quando o panorama escurece para depois ressurgirem, no virar do vento, banhados no halo e no ouro europeu, preparando-se para substituir aqueles que atravessaram os desertos de que eles fugiram”, a representação nas decisões europeias continua a ser um imperativo nacional:

Mas preferiria o povo português não ter representantes nesse fórum onde se decide das quotas da pesca nacional, da segurança europeia e do direito dos estudantes a escolherem em que universidade da União querem estudar? Mais de sessenta por cento dos que respondem NS/NR a estas perguntas? Ser português é só pendurar bandeirinhas nas janelas e chorar quando a Selecção perde? (*lb.*: 386).

A atracção do Poder pela corrupção e a propaganda como meio de manipulação política, na democracia e na ditadura, são objecto da crónica “Jornalismo e propaganda”, de 1 de Novembro de 2003, a partir da “investigação de Helena Matos sobre a relação de Salazar com a imprensa, e sobre a forma como o ditador a seduziu, nacional e internacionalmente” (*Salazar, – A construção do mito*, edição Círculo de Leitores): “Este livro lê-se como um romance a sépia, um

romance – verdade que mostra a que ponto as ditaduras corrompem o cidadão comum, ampliando-lhe a subserviência, a delação, a hipocrisia” (*Ib.*: 283–284). As “cartas anónimas de denúncia, cuidadosamente anotadas e guardadas pelo ditador” testemunham “um cortejo de pequenas intrigas e mesquinhas artimanhas que nos soam ainda demasiado familiares” (*Ib.*: 284). Em contrapartida, “os gabinetes de *marketing* partidário” de hoje substituem o Secretariado da Propaganda Nacional:

E temos cada vez mais jornalistas que saltam das redacções, latindo de felicidade, para se tornarem criados de luxo do poder vigente – com o sonho, infelizmente tão real, de regressarem ao mundo dos media estatais promovidos a chefes. Parece-me uma evidência que a profissão de jornalista não é compatível com o exercício de cargos políticos ou de patrocínio (como a advocacia, por exemplo) – *Ib.*: 285.

A “reflexão urgente sobre a contaminação do jornalismo pela propaganda, neste Portugalzito ainda tão pequeno que não distingue o tráfico de influências do amor à família ou aos amigos” é a lição final da crónica, haurida no citado livro.

A celebração dos trinta anos da revolução do 25 de Abril dá origem à crónica “A desconfiança da filosofia”, de 24 de Abril de 2004. Lembrando aos “mais desmemoriados” que “o 25 de Abril marca o fim de uma época de opressão (censura, prisões políticas, negação de direitos cívicos elementares às mulheres, lembram-se?), miséria estagnada [...] e medo” (*Ib.*: 367), a crónica denuncia a “desconfiança atávica em relação ao pensamento”, patente nas suspeitas sobre filósofos e escritores:

A primeira e mais nobre obrigação de um político devia ser exactamente a de pensar. O pensamento é, ou deveria ser, a força motriz da acção. As grandes palavras sobre as quais erguemos os nossos ideais necessitam de ser abertas e analisadas, necessitam dessa concreta transfusão de sangue humano que é tarefa da filosofia (*Ib.*: 368).

O eixo liberdade–responsabilidade, aprendido na cartilha materna, é a receita adoptada para as crianças que têm a sorte de encontrar professores que lhes falem do 25 de Abril, tendo em conta que, no dizer de António Alçada Baptista, “são na realidade ainda pouquíssimas as pessoas efectivamente capazes de viver a liberdade como valor absoluto e inegociável” (*Ib.*: 369). Maria Zambrano, filósofa espanhola, nascida há cem anos, discípula de Ortega y Gasset e criadora do conceito de “razão poética”, “através do qual pretendia ultrapassar a «crise da razão»”, dando conta de que “os grandes sistemas puramente racionais falhavam, precisamente por se isolarem da existência concreta”, escreveu: “Liberdade é

identidade [...] ser livre é ser responsável; é expor-se e até reclamar ser julgado” (*O Homem e o Divino*, edição Relógio d’Água) – *Ib.* A experiência própria do exílio e da guerra, a tortura da irmã, do pai e do cunhado, a morte destes últimos, às mãos das “máquinas conjugadas do nazismo e do franquismo” deram-lhe a noção prática do niilismo a que conduziu “a imensa arrogância teórica dos grandes sistemas de pensamento da Modernidade” (*Ib.*: 370): “Uma das mais tristes indigências do tempo actual é a de metáforas vivas e actuanes, essas que se imprimem no ânimo das gentes e moldam a sua vida” (*in A Metáfora do Coração*, edição Assírio & Alvim) – *Ib.*

2.10. A literatura, a arte, a língua e a cultura

Podemos reunir nove crónicas em torno deste núcleo sobre literatura, arte, língua e cultura, excluindo o das leituras da cronista, que abordaremos em seguida.

A crónica “As almas mortas”, de 6 de Setembro de 2003, sobre as vítimas dos totalitarismos, estabelece a ligação entre política e literatura. Considerando um dos espectáculos mais tristes a “cobardia de um escritor”, já que “um escritor com medo da verdade não passa de uma fraude” (*Ib.*: 259), a cronista cita como exemplo dessa tristeza a resposta do autor de *Trilogia Suja de Havana*, o cubano Pedro Juan Gutiérrez, abstendo-se de falar “sobre política”, a propósito dos “fuzilamentos em Cuba”. A este abstencionismo é contraposto, apesar de tudo, o apoio de Gabriel García Márquez à “ditadura castrista”, mas, sobretudo, a arte de Mikhail Bulgakov ou Milan Kundera. O “ensaio sobre o genocídio estalinista”, que é o livro *Koba, o Terrível*, de Martin Amis (edição Teorema) ocupa a maior parte das considerações da crónica, que aponta o terrível número de quarenta milhões no cálculo do extermínio de pessoas, “entre 1917 e 1953, na União Soviética” (*Ib.*: 260). A comparação com o nazismo é também arrepiante: aquele, ao contrário do bolchevismo, “não destruiu a sociedade civil”, sendo esta “uma das razões da «miraculosa» recuperação alemã e de a Rússia permanecer vulnerável e fracassada” (*Ib.*: 261). Considerando o comunismo russo “uma farsa negra”, onde “o riso recusa intransigentemente ausentar-se” (*Ib.*: 262), Amis tenta entender o lado errado em que o pai militou durante doze anos como comunista. “Ao menos por respeito aos muitos milhões de homens, mulheres e crianças que

os totalitarismos torturaram lentamente até à morte, roubando-lhes ainda, para além da vida, o direito a um nome ou à memória de uma sepultura”, a cronista advoga o fim da “comparação-fashion entre democracias capitalistas e sistemas totalitários” (*Ib.*).

A crónica “E o Óscar do Roubo vai para...”, de 9 de Novembro de 2002, confronta os actores de Hollywood com a sua incoerência entre ideologia e vida:

Que são contra a prepotência dos patrões da indústria, mas exigem champagne e caviar [...] nos seus camarins. Que são contra a ditadura da beleza, mas não vivem sem o seu treinador e o seu cirurgião plástico particular. Que são contra a injustiça social, mas vivem em palácios, servidos por dóceis criados do terceiro mundo [...]. Que são a favor da arte pela arte mas não dão um suspiro ao écran antes que se abra a seus pés uma vertigem de notas de dólar. [...] Que são contra o consumismo mas não vestem nada que não ostente uma assinatura de milhares de dólares (*Ib.*: 143-144).

Perante o valor relativo “da experiência imediata”, diante da qual nos ajoelhamos, sem a distinguirmos da imagem, “o real eternamente jovem, a experiência crua” (*Ib.*: 144), a arte surge como algo que transcende a realidade:

Não me peçam que defina arte; só sei que é qualquer coisa que sacode as asas e voa para bem longe do lado da experiência, qualquer coisa mais real do que a equívoca realidade inteira, a fórmula matemática secreta de uma ética exponencial que está em toda a parte ao mesmo tempo. A arte é ubíqua, sim – e a experiência, por si só, é o contrário da ubiquidade (*Ib.*: 145).

Em contraste com a crítica aos actores de Hollywood, a crónica “O exemplo de Camacho”, de 18 de Janeiro de 2003, elogia a dedicação do actor português à literatura, “para umas dúzias de felizes, por mérito dos responsáveis do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas”, “em interpretações a que só o adjectivo «sublime» se pode ajustar” (*Ib.*: 163). O seu talento, que há muitos anos “cintilava no escuro” (*Ib.*), mesmo depois das “personagens de carne e osso que criou nos *Malucos do Riso*, persistiu no seu trabalho em prol da literatura portuguesa” (*Ib.*: 164), “precisamente para manter a alma: Estas coisas é que me permitem continuar a respirar, e me impedem de endoidecer” (*Ib.*). Além do “amor à palavra escrita”, que “fez de Camacho Costa o actor de génio que ele é – um amor que é, antes de mais, paixão pela vida, pelas pessoas” (*Ib.*: 164-165), é também elogiada “a forma como [...] assumiu e enfrentou o cancro [...] uma lição de humanidade”. A sua dedicação profissional, “até ao limite das suas capacidades, no ritmo alucinante de um programa diário (*Não Há Pai*), com um sentido de humor e uma capacidade de improviso verdadeiramente insuperáveis” é encarada

como fruto do seu amor ao “excesso”, à “vertigem”, pois “dos equilibrados raramente reza a História” (*Ib.*: 165). Acompanhando a sua dor, “o seu combate, com a poesia que foi sempre o seu maior remédio, a sua vacina contra os cancro do mundo” (*Ib.*), a cronista dedica-lhe “mentalmente um dos quatro poemas do [...] livro de José Agostinho Baptista, *Afectos*, “jóia de uma delicadeza imensa” (*Ib.*: 166).

Outro elogio a um actor português domina a crónica “Senta-te e ri-te de verdade”, de 21 de Fevereiro de 2004. *Conversas à solta* é o espectáculo celebrativo dos cinquenta anos de carreira de Raul Solnado. Episódios “cómicos que são cintilantes iluminuras morais” ilustram, a partir do computador, a “história da vida” do actor, contada “com um humor e uma contenção inexcedíveis” (*Ib.*: 336). Juntamente com a serenidade com que assume o seu percurso, “sublinhando o que com outros foi aprendendo e a forma como foi transformando a sua gaguez numa força contra a subterrânea gaguez da vida” (*Ib.*), elogia-se o seu verdadeiro humor: “o que desinstala verdades adquiridas, empurra para longe as nuvens opacas da hipocrisia e perturba tudo quanto aquece” (*Ib.*). Com a referência à “cirúrgica biografia” *Raul Solnado – A Vida Não se Perdeu*, de Leonor Xavier, sublinha-se “a grande arte do seu entendimento com o mundo” (*Ib.*: 337), “através de múltiplas e pícaras histórias de proveito e exemplo” (*Ib.*: 336-337). O depoimento de Millôr Fernandes salienta a rica personalidade do biografado, com destaque para o humor: “Ri pouco, faz rir muito, fala envolto num *crepon* de malícia, e todo o seu humor é antfigurino” (*Ib.*: 337). Reforçando esta característica de alguém “nada oficial e antioficioso”, a cronista aprecia positivamente a sua capacidade de saber manter-se “à tona do vasto mar de sargaços do êxito”:

Fala da popularidade como de um “tóxico”, porque sempre soube destrinçar o respeito dos admiradores da gula das turbas ululantes que se atafulham de palhaços como de desgraças – as turbas que gargalham guturalmente diante de um palavrão, que se babam diante de umas mamocas ou escarnecem dos defeitos físicos dos outros (*Ib.*).

Em síntese, Raul Solnado “transformou o humor português numa culta e corrosiva máquina de reflexão, sem deixar de ser popular” (*Ib.*: 338).

A análise crítica da fuga ao belo está patente na crónica “Sobre o luto do belo”, de 12 de Outubro de 2012: da fuga “da harmonia na arte” ao refúgio na “ditadura da beleza” (*Ib.*: 131) dos corpos; das mudanças nos padrões de beleza às imagens contrastantes do horrível; da propagação do *Kitsch* ao fastio do “consumo das imagens horrivelmente belas” (*Ib.*: 134):

A beleza perdeu-se no sentido em que não é mais aquele *objet sous le voile* de que falava Baudelaire, aura única, objecto de admiração longínqua.

Vivemos, desde há cem anos um período em que a beleza parece desaparecer, melancolizar-se. Em vez de buscar a beleza, a arte transformou-se, como dizia Walter Benjamin, numa espécie de ciência da aflição. Mas Benjamin dizia: “Se a obra não salva de nada, pelo menos salva-nos do nada” (*Ib.*: 132).

A “politização” do belo, na fusão “hermafrodita” com o “antibelo”, reclama “um lamento em surdina” pela morte: “a morte que o apagará em definitivo, a morte que é a melancolia da sua ausência” (*Ib.*: 133). Se a “produção em série gera a insensibilização”, o “horível pelo horível torna-se infantil, habitual, insignificante”, o “belo pelo belo torna-se oco, frustrante”, com a certeza, porém, de que “a beleza saberá inquietar-nos, deslumbrar-nos outra vez, noutra lugar – nesse lugar mutante em que o belo se afirma como profunda sabedoria da incerteza” (*Ib.*: 134).

A “Crise, a palavra assassina” é o objecto da crónica de 19 de Outubro do mesmo ano. A crítica vai para “total ausência de um programa exclusivamente dedicado aos livros e à leitura nos dois canais de televisão pública” (*Ib.*: 136), à “miséria ontológica do *Big Brother*” (*Ib.*: 136-137), aos “produtores de sublitteratura”, que “enchem continuamente os media com as lantejoulas do seu sucesso, tão auto-regenerativo como a ideia de crise” (*Ib.*: 137). Mas o “sucesso da sublitteratura” pode vencer-se pela “promoção dos livros, dos autores – e das livrarias”, pela “qualidade gráfica e de encadernação dos livros”, por transformar as livrarias em “locais de encontro e de tertúlia”, fidelizando “as pessoas ao seu espaço” (*Ib.*). O “problema português” está na lamentação descomprometida dos “produtores da cultura verdadeira”, esmagados “não pela crise, mas pela ideia mortal de que promover é perverter” (*Ib.*: 138).

A crítica à “insidiosa ideia de que os produtos culturais devem ser gratuitos” perpassa na crónica “O viril metal”, de 6 de Julho de 2002. A mordaz associação entre a figura feminina e a Cultura, “dama tão respeitável quanto diáfana, etérea, espiritual” (*Ib.*: 91) permite fazer o contraste com “o másculo tilintar do vil metal” (*Ib.*). Assim, ao contrário do que ocorre com o pagamento ao “masculino Entretenimento”, (“que um homem não trabalha para aquecer”), “sendo a Cultura coisa feminina, dadivosa, incontabilizável”, ocorre a cada vez mais instituições e organizadores do país inteiro convidar escritores, jornalistas e artistas plásticos a oferecer de graça o fruto do seu suor a bem da comunidade” (*Ib.*: 92). A eventual evasiva ao convite gratuito para “dar uma hora ou um dia do seu tempo à iluminação da alma alheia, ou à descentralização, ou, em suma, ao Portugal Esquecido” é recriminada numa “pessoa que se diz militante da Cultura” (*Ib.*), não se compreendendo que para tal contributo não se gasta “só a tal hora do discurso, o dia de viagem” (*Ib.*). Não admira que as recusas sejam frequentes, mesmo em

casos da aliança da “ideia mística de Cultura” com “essa melíflua Dama chamada Caridade”: “A certa altura, vários artistas plásticos me confidenciavam que já não tinham capacidade para produzir mais obras caridosas – e perguntavam-se quem seria o caridoso disposto a pagar-lhes o pão e o aluguer do atelier, no fim do mês” (*Ib.*: 93).

A crónica “O país dispersivo”, de 29 de Maio de 2004, ocupa-se da Feira do Livro e das dificuldades da leitura. Relacionando a depressão nacional com a sua dispersão, o exemplo da Feira do Livro desmistifica a “propaganda inaugural” segundo a qual ela é “muito mais do que um mero espaço de comercialização do livro” e “que tem um extenso e profundo programa cultural” (*Ib.*: 375). Apesar da melhoria do programa cultural nos últimos anos, ele “constitui uma oferta extra para conhecedores e curiosos” (*Ib.*: 376), em face da procura de livros mais baratos, designadamente pelos jovens, ou de livros desaparecidos das livrarias, tendo em conta “o excesso de natalidade, como sucede com os seres humanos” (*Ib.*: 375-376), já que se produzem “cada vez mais livros que duram cada vez menos tempo em lugar de escritos para a eternidade” (*Ib.*: 375). Outro mito que se desconstrói é o de que “os livros, só por si, não entusiasмам ninguém” (*Ib.*: 376). As escolas que promovem “de forma contínua a dramatização dos textos literários e a leitura em voz alta [...] a paixão pela literatura e o desenvolvimento das capacidades de expressão crescem exponencialmente” (*Ib.*: 376-377). A “partilha do conteúdo dos livros e a celebração dos textos” pela “voz humana” poderiam animar a Feira do Livro. O preconceito de que “o livro «passa mal» em televisão, porque «é difícil de transformar em imagem»” (*Ib.*: 377) impede o convite aos escritores para falarem dos seus livros. Apesar das dificuldades do livro e da leitura, é possível motivar leitores, também “pelo silêncio e pelo recolhimento”:

Sim, o livro é difícil. Abstracto. Obsessivo. Como uma grande paixão. É esse o seu encanto. O que nos falta, para lermos mais e melhor, é empurrar as pessoas para dentro dos livros, e não para fora deles. [...] A atracção pela leitura é também atracção pelo silêncio e pelo recolhimento. Pela concentração obsessiva. [...] A leitura exige o trabalho da solidão e o prazer da persistência. Tudo no mundo parece resistir-lhe – e, por isso mesmo, sem ela deixamo-nos sugar e desmembrar pelo furacão do mundo (*Ib.*: 378).

A língua portuguesa ocupa duas crónicas.

A primeira, “Tanto e tão morrido mar”, de 24 de Maio de 2003, aproveita a expressão de um editor (“O estande assim vai dar uma morrida”) para denunciar, a partir da frase emblemática de Vergílio Ferreira “Da minha língua vê-se o mar”, os “ressentimentos” e as “culpas” que afectam os falantes da língua portuguesa:

Sim, da língua portuguesa vê-se genericamente, o mar. O problema é que, quando tentamos navegar nesse mar, o encontramos poluído de ressentimentos, engalinhado de culpas, atravancado de detritos de barcos há muitas décadas naufragados.

Por muito que nos custe [...], o Brasil é quem melhor consegue manobrar a frágil embarcação da língua portuguesa por este vasto mar de sargaços em que tanto gostamos de nos enredar – todos nós, os países de língua oficial portuguesa. Tão ensargado está este mar que até expressões como “lusofonia” ou “língua oficial portuguesa” são ainda objecto de polémica (*Ib.*: 215-216).

Corroborando esta excepção do Brasil no panorama da lusofonia, a cronista referencia a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, na comemoração dos seus vinte anos, com o aumento de 109 editoras, “novos espaços para crianças e jovens” (*Ib.*: 217) e com a união das pequenas editoras (Liga de Editores Brasileiros), em contraste com o “samba na lâmina da morte”, com as “notícias de assaltos, sequestros, assassinatos, balas voando através das escolas”: “aqui ninguém pode dar-se ao luxo de viver como se fosse imortal. Falta por isso, no português do Brasil, o tom do tédio, o dó menor do alheamento” (*Ib.*).

A persistência do ressentimento contra o colonialismo, “quase trinta anos depois de enterradas as colónias”, esbarra com a tranquilidade com que “as línguas inglesa e espanhola crescem” (*Ib.*: 216).

A segunda crónica, “Primeiras letras”, de 11 de Dezembro de 2004, começa por abordar a questão da leitura ou falta dela entre os jovens, preferindo um bom filme ou um bom jogo a um livro muito mau e exprimindo “dúvidas quanto ao impacto de certos livros muito bons em mentes muito jovens” (*Ib.*: 451), apresentando a experiência pessoal sobre a deficiente apreensão de obras que mais tarde se tornaram fundamentais:

Tive a sorte de reencontrar estas obras na curva final da adolescência e de me render ao fascínio do entendimento do mundo que elas transportam, porque todo o meu trajecto, desde a mais remota infância, me conduziu ao prazer árduo da literatura (*Ib.*: 452).

Agradecendo o contributo do avô e das educadoras de infância na descoberta da literatura, a cronista encarece a magia da leitura em voz alta na atracção “para a música da escrita”, a importância dos ditados e das cópias para “o rigor e a exactidão – para além da humildade da disciplina” (*Ib.*). A realização de um congresso “sobre os caminhos e desafios da Língua Portuguesa” (*Ib.*: 453), promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, ocupa a parte final da crónica: o “ensino da língua nos anos iniciais da escolaridade” (*Ib.*), sublinhando-se o papel dos “núcleos de teatro, concursos de leitura e ortografia, jornais e rádios

escolares” (*ib.*) nas “competências de aprendizagem das crianças”; “a mutação que as novas tecnologias introduziram nos conceitos tradicionais (e fortemente ideológicos) de literacia e iliteracia” (*ib.*); a criação do Observatório Permanente da Língua Portuguesa; o alargamento do ensino pré-escolar. A dignificação e estabilização da “carreira docente, em todos os graus de ensino” (*ib.*: 454), e a importância de se promover as obras dos escritores visitantes das escolas, para além das informações colhidas na internet, são as soluções propostas para as falhas de leitura dos jovens, sem a fácil queixa com que muitos “tapam com esse douto manto de queixume o seu próprio alheamento da leitura” (*ib.*: 453).

2.11. O desporto

Duas crónicas são especialmente dedicadas ao desporto.

A primeira, “É sempre a mesma canção”, de 26 de Junho de 2004, invectiva a invasão dos “novos bárbaros que se acoitam à sombra do futebol” (*ib.*: 387), no Euro 2004:

E de repente Lisboa tornou-se um território carnal de tribos. Corpos agrupados por cores, rostos transformados em bandeiras, ululando hinos e declarações de guerra. Há uma alegria falsa de fim do mundo, uma coisa bruta em forma de infância, com muito lixo e vidros partidos. [...] Hordas de gente pintada com as cores de Inglaterra invadia[m] o cais metropolitano, largando um rasto de cacós e papéis sujos pelas escadarias (*ib.*).

Criticando a organização do Euro 2004 em Portugal como “um erro clamoroso, um desbaratar de dinheiro que ofende a – ainda tão visível – pobreza nacional” (*ib.*: 388), a crónica põe em dúvida o lucro provindo dos “turistas do futebol”, que “confundem cidades inteiras com caixotes do lixo” (*ib.*), apresentando como sugestão a aplicação desse eventual lucro “a favor dos atletas paralímpicos [...] e a favor do desporto escolar” (*ib.*). No entanto, a cronista não deixou de celebrar a vitória portuguesa contra Espanha, “no cinema, com o talento torrencial de Pedro Almodovar (o filme chama-se *Má Educação*, e é um ensaio prodigioso sobre a ubiquidade da culpa e a impotência da vingança)” (*ib.*), regozijando-se com as declarações do treinador brasileiro da selecção portuguesa a uma rádio espanhola, afirmando-se “orgulhosamente português” (*ib.*), num sentimento de que “lusofonia é mais do que uma palavra” (*ib.*: 389). A crónica termina com o

elogio do disco *Torna-Viagem*, de José de Medeiros, o açoriano que realizou *Xai-les Negros* e *Gente Feliz com Lágrimas*, além de “fabuloso escritor e intérprete de canções” (*Ib.*), lamentando que o CD de Susana Coelho, com “palavras de poetas como Eugénio de Andrade, David Mourão-Ferreira ou Florbela Espanca” (*Ib.*: 390), que não tenha chegado “a ser distribuído, porque o produtor local nem sequer lhe chegou a fazer a capa” (*Ib.*). Lamentando o “país opulento”, “que pode desdenhar estas vozes, estas músicas, estas canções” (*Ib.*), a crónica critica a música ouvida nas “rádios generalistas, e no intervalo do futebol”, “cada vez mais a mesma” (*Ib.*), perguntando em que canal se poderá ouvir a “beleza feroz do novíssimo *Resistir é Vencer* de José Mário Branco” (*Ib.*).

A segunda crónica, “A repetição do impossível”, de 3 de Julho do mesmo ano, uma semana depois da anterior, já na fase de encerramento do Euro 2004: “As bandeiras terão de recolher no fim da festa” (*Ib.*: 391), mas vai permanecer o erotismo do “Verão de jogos” (*Ib.*: 394). A desmontagem da “normalidade”, a partir do romance *Belle du Seigneur*, de Albert Cohen, e da “deslumbrante oração de intimidade em forma de livro realizada por Eduardo Prado Coelho e Ana Calhau” (*Ib.*: 392), *Dia Por Ama* (Texto Editora), permite entender que ela “tem pouco êxito intelectual – porque poucos se dignam a desfibrar honestamente as suas múltiplas tonalidades” (*Ib.*). Afinal, “Todo o amor é improvável. O que significa eu só o posso provar na repetição na repetição do impossível que ele vai ser, o que significa que nunca o conhecerei por inteiro” (*Ib.*). Assim, se as bandeiras da vitória se irão recolher, não deixam de ter um sabor de amarga ironia os “demasiados êxitos” que “temos celebrado tristemente, bebendo o champanhe verde da inveja e da autoflagelação” (*Ib.*: 393). O outro lado do espectáculo desportivo está no seu erotismo, “uma sensualidade que escondíamos até ao esquecimento” (*Ib.*), demonstrando “a emancipação eufórica da ferrugem do machismo latino” (*Ib.*), com base na separação entre corpo e espírito. Mas a aprendizagem da competição desportiva reside no facto de que o “segredo de qualquer vitória está no espírito de corpo” (*Ib.*): “unir-se para vencer” (*Ib.*). O “curso existencial” ministrado pelo seleccionador Scolari vale como exemplo dessa aprendizagem, o qual terá acabado “com o culto da vitimização” (*Ib.*) atávica, herdado do sebastianismo.

2.12. A abertura ao estrangeiro

As crónicas especificamente dedicadas aos estrangeiros revelam uma abertura cosmopolita singular, como as duas dedicadas ao Brasil, as quatro aos Estados Unidos da América e uma aos Húngaros.

“Para que serve um hino” dá o título à crónica de 13 de Setembro de 2003, na qual se compara os hinos do Brasil e de Portugal. O contraste entre o “bélico hino” (*Ib.*: 263) português e a doçura do brasileiro, no qual “a palavra «amor» surge diversas vezes”, como “esperança”, “sonho”, “futuro”, céu “risonho e limpo”, “sol da liberdade” (*Ib.*), é notório: “Salta ao ouvido, acima de tudo, a insistência no refrão «Pátria amada, Brasil»” (*Ib.*). A relativização da polémica em torno do hino nacional, a propósito da sugestão de o mudar, por António Alçada Baptista, que esbarrou com a reacção dos “puritaneiros do *status-quo*” (*Ib.*: 264) e a indiferença dos intelectuais, é feita a partir da concessão de que “as criancinhas não se tornam mais agressivas ou cruéis por gritarem às armas e contra os canhões” (*Ib.*) e “que uma colher diária de fanfarronice e pugilato torna as crianças bastante mais calmas” (*Ib.*), já que “só quem nunca educou uma criança pode acreditar que a total ausência de imagens violentas [...] as tornaria uns anjos” (*Ib.*). Mas, para além do anacronismo de uma luta contra os espanhóis, porque “contra os mouros já não está na moda lutar” (*Ib.*: 265), “a letra do nosso Hino, em termos práticos, não serve para nada do que é suposto servir: não galvaniza, não entusiasma, não comove, não une” (*Ib.*). A energia que se desprendia dos milhares de brasileiros, repetindo “em uníssono «Pátria amada, Brasil», debaixo de uma tenda de circo [...] na sessão inaugural dessas jornadas literárias, cujo tema central era «a arte de inclusão»”, foi inesquecível para a cronista. Tal como o hino, que promove “tónicos tão básicos”, como “esperança, sonho, riso, sol. E, sobretudo, amor. Prazer de amar, de fazer do mundo uma imensa pátria amada” (*Ib.*: 266), evoca-se a energia da organizadora Tania Rössing, e Sérgio Vieira de Mello, “que representava o melhor do Brasil em forma de pessoa”, bem como “o infinito do sonho” como emblema do “melhor do Brasil” (*Ib.*).

Na semana seguinte, a crónica de 20 de Setembro, “Cinema Brasil” reduz as eventuais reacções ao Brasil em termos antitéticos de amor e ódio, não admitindo a indiferença. No caso da cronista, desde a adolescência, é a de paixão absoluta, “através da figura Clarissa (de Veríssimo) e das iluminações de Clarice (Lispector), das canções de Chico e de Caetano, dos poemas de Drummond e da matemática narrativa de Machado de Assis”:

Aprendi a chorar em brasileiro, pela noite incendiada da juventude, e creio

que essa foi uma das aprendizagens essenciais da minha vida. Porque o choro, no Brasil, faz-se com o molde do riso, sobras de sal, cinzas de sol – matérias de ressurreição, como a música (*lb.*: 267).

Até a gigantesca São Paulo encanta a cronista, fazendo dela, como a Eduardo Prado Coelho, em relação ao Rio de Janeiro, “gato-sapato” (in *Tudo O Que Não Escrevi*, vol. II): “A má-língua tem, mais vezes do que se pensa, este efeito perverso de sedução inesperada; o frustrar da expectativa de desilusão vale mais do que uma ilusão inteira” (*lb.*: 268). O que a fascinou, como primeiro traço, “foi a marca arquitetural intensa e intensamente desarrumada da cidade, o animado bate-papo entre acaso e planificação, beleza a esquadro e safadeza descarada” (*lb.*). A “descoberta de dois jovens cineastas brasileiros de imenso talento: Jorge Furtado, realizador de *O Homem Que Copiava* e Guel Arraes” (*lb.*: 269), com a comédia *Lisbela e o Prisioneiro*, permite comparar o cinema brasileiro com o português: “os dois filmes acabam por convergir na felicidade final – uma felicidade estranhíssima para quem chega deste país da inteligência da infelicidade que é Portugal” (*lb.*: 269-270). A “má desculpa” para a ditadura não cabe no Brasil, já que “teve ditadores bem mais musculados do que os nossos e nem por isso desistiu” (*lb.*: 270). Uma vez que “nos viciámos na sedosa volúpia da infelicidade” (*lb.*), “precisamos deste novo cinema brasileiro como de música para o corpo” (*lb.*).

“Enquanto os cães correm” é a primeira crónica dedicada aos Estados Unidos da América, com data de 29 de Março de 2003. A proibição de os cães andarem na rua sem trela leva os nova-iorquinos a encontrarem como alternativa o *dog run*, no parque de Tompkins Square. A “clássica moda americana de enriquecer através da culpa alheia” (*lb.*: 195) é agora favorecida pela recessão. Por isso, “há que prevenir um eventual processo” (*lb.*) por causa da mordedura dos cães. É um “frenesi processual”: “contra as multinacionais do tabaco ou da comida de plástico” (*lb.*); contra a Câmara, por causa de um buraco na rua; contra “a vizinha se nos oferecer um pudim de ovos com salmonelas” (*lb.*) ... Num país “onde o conceito de segurança social não existe”, a segurança é “a grande obsessão do dia-a-dia americano”; “já era mesmo antes do apocalíptico 11 de Setembro” (*lb.*: 196): “Quem não tem dinheiro para pagar um seguro de saúde não pode dar-se ao luxo de adoecer” (*lb.*). Em contraste com a leitura silenciosa dos “jornais que cheiram a pólvora fúnebre” (*lb.*: 197), “quem se alista nas Forças Armadas tem direito a estudos universitários gratuitos, o que faz da tropa dos Estados Unidos a encarnação derradeira do sonho americano: luta por esta terra e esta terra recompensar-te-á” (*lb.*). Tudo isto faz com que a percentagem de ‘pacifistas’ seja pequena, enquanto os candidatos actores da Broadway “partilham este sonho –

mas só uma percentagem ínfima o atingirá” (*Ib.*) e se espetam agulhas à vontade no “Voodoo George”, “um boneco de pano com o rosto de George Bush”).

Nova Iorque volta na semana seguinte, com crónica “Lucro marginal”, de 12 de Abril. A amizade com Jorge Colombo e as conversas sobre o objecto estético e político da arte ou sobre o “eterno duelo Eça-Camilo, o Benfica-Sporting da cultura portuguesa” (*Ib.*: 199) permitem descobrir uma outra cidade, “independente do encanto de Woody Allen” (*Ib.*: 200), a da “idade adulta”, com “o teatro, mais ou menos bem encenado, da sua superação” (*Ib.*), e com o filme *The Royal Tennenbaums*, de Wes Anderson, “uma sonata de engate entre a inteligência e a melancolia” (*Ib.*). O “microcapitalismo em todo o seu esplendor ecológico: nada se perde, como tudo se ganha, tudo se transforma” (*Ib.*: 201) faz-se notar na venda de “revistas do mês passado a menos de metade do preço de capa” (*Ib.*), de “guiões de filmes célebres em bancas de rua” (*Ib.*) e de livros com “quase todas as novidades da estação a preços de saldo”, na “gigantesca *Strand*” (*Ib.*). Os menus económicos sucedem-se de acordo com “o espírito criativo dos pobres aspirantes a ricos de comedouro em comedouro” (*Ib.*), esporeado pela crise. Os bares e cafés, com gente da classe média, sempre cheios, são sinal de que “não abandonar os nossos vinte anos é também um acto político [...] – saber persistir nesse olhar transparente, disponível para o outro. E conservar o dom das lágrimas, em cuja cintilação se encontra, intermitentemente, o sentido do mundo” (*Ib.*: 202).

Inês regressa a esta cidade com a crónica “De Nova Iorque ao fim da noite”, de 23 de Outubro de 2004. O talento dos artistas jovens e as suas dificuldades de sobrevivência, acentuadas pela crise, como Alexis Karl e Orly Cogan, merecem o olhar admirativo da cronista:

Mas sei que há uma verdade nestes retratos das amigas de Alexis. A espessura do óleo agarrou os resíduos das conversas entre pintora e modelos ao longo das horas de pose. A cintilação da amizade, oxigénio essencial neste mundo de jovens artistas sem dinheiro, comunica-se naquelas pinturas. Não sei se são boas se não. Sei que me comovem (*Ib.*: 436).

A luta “por aquilo em que se acredita” anima estes e outros jovens talentos: “Sabem que o tempo é de crise e que o território das artes visuais nunca será fácil – exige muito mais tempo e dinheiro do que aquele que dá em troca” (*Ib.*: 436-437). A dependência do “mutante gosto dos sempre poucos colecionadores” atinge também os artistas “com uma obra consolidada e que expõem nas galerias de Nova Iorque” (*Ib.*: 437). A energia “que está entranhada na respiração da cidade”, “sempre mais forte do que tudo”, impede que nela se encontre “a melancolia lânguida da nossa afável Lisboa, o choro da crítica que não vem ou pela exposição adiada” (*Ib.*). A luta dos apoiantes de Kerry contra a abstenção

nas eleições presidenciais de Novembro, lembrando que “a reeleição de Bush representaria um retrocesso concreto nos direitos das mulheres”, “não atenua a torrente de famílias que invade as galerias de Chelsea, aos fins de semana, nem os rios contínuos de turistas que enchem todos os museus e espectáculos da cidade” (*Ib.*: 437-438). Por fim, a descoberta em Lisboa de *Noite Escura*, “a obra-prima de João Canijo, um filme feminista [...] que é mais do que uma viagem ao fim da noite dos bares de alterne, um retrato do país, traçado no fio da faca” deixa na cronista a “alegria de encontrar o filme em estreia – e a tristeza de encontrar o país um pouco mais apimbalhado e lúgubre do que o deixara, perigosamente parecido com a desesperada espelunca de negociatas e terrores de que este filme prodigiosamente fala” (*Ib.*: 438).

O arquétipo da Cinderela é utilizado na crónica “Monica, a indelével”, de 3 de Maio de 2003, a propósito de Monica Lewinski, a qual, “com um simples bacharelato em Psicologia, conseguiu fazer substituir o presidente dos Estados Unidos” (*Ib.*: 207). Utilizando a “sugestiva metáfora com que [...] Madonna se autodefiniu (“Sou como as baratas, sobrevivo sempre”)” (*Ib.*: 207), a cronista regista com ironia a metamorfose de Monica: “ganha agora o estatuto de uma Maria-ajuda-as-outras – depois de, nos primeiros tempos post-clintonianos, se ter transformado numa Maria-vai-com-as-outras” (*Ib.*: 208). Isto é, depois de “ajudar uma rapariga a escolher o namorado ideal entre vinte candidatas” (*Ib.*: 207) mascarados, “fez-se militante da magreza e pôs-se a propagandear dietas” (*Ib.*: 208). Assim, “por dinheiro”, “vendeu a alma ao quilo porque, como explicava então à *Vogue* americana, arranjar um emprego era «demasiado caótico»” (*Ib.*). O “mais clássico dos modelos: a Cinderela”, no seu caso, em vez do “solitário sapatinho de cristal, [...] recorreu à ousadia: agarrou o príncipe pela braguilha” (*Ib.*): “Monica apresentou-se a Clinton como uma saboreadora da vida, e a gula dessa frescura enfeitou-o” (*Ib.*: 209). Vendendo “esse sonho de diferença que a celebrizara”, “tornou-se igual a Hillary, a mulher que se adapta a todos os cânones de um universo hostil pela pura ambição de poder” (*Ib.*): “o arquétipo de Cinderela ainda rege a ambição das mulheres” (*Ib.*).

“Navegar em Budapeste” é o título da crónica de 20 de Novembro de 2004. A sobrevivência das palavras, a sua impureza e a identificação de cada país com a sua língua são motivos de reflexão a propósito da língua húngara, “língua sem parentes próximos conhecidos, suave e impenetrável” (*Ib.*: 444), “que fez com que o corpo da Hungria resistisse, e a dignidade esplendorosa de Budapeste se afirmasse sobre as múltiplas usurpações que teve” (*Ib.*: 444-445), como, no século XX, os “dois totalitarismos” que a esventraram: “ao holocausto nazi seguiu-se o extermínio comunista” (*Ib.*: 445). A meditação de Nuno Júdice, no romance *O Anjo da Tempestade*, sobre “esta treva das ideologias”, é evocada a propósito das “celas de tortura” no Museu *A Casa do Terror*:

Essa reflexão solitária sobre a morte, e o peso da angústia que recai sobre os ombros do indivíduo quando confrontado com o seu destino final, reduzem-se a nada quando o que está em causa é o sonho colectivo, do qual cada um de nós faz parte, embora não seja mais do que uma peça que pode ser eliminada a qualquer momento, sem prejuízo para o conjunto (*Ib.*).

A guarda da “memória do Terror”, preservada em museus, é a “mensagem” transmitida pela Europa de hoje, “esta terra magoada que foi capaz de ressuscitar das chacinas decretadas em nome dos paraísos da pureza eterna” (*Ib.*: 446), para que esse terror se não repita. Ao contrário de Portugal, onde os museus “são só coisa de arte” e “a sede da PIDE [...] é hoje uma casa abandonada” (*Ib.*). A transcrição testemunhal de Sándor Márai, em *As Confissões de um Burguês*, o escritor que, “poucos meses antes da queda do muro de Berlim” se suicidara nos Estados Unidos, para onde fugira em 1948, documenta bem o drama dessa Europa dilacerada:

Enquanto me deixarem escrever, esforçar-me-ei por mostrar que houve uma época em que acreditávamos na vitória da moral sobre os instintos, na força do espírito e na sua capacidade de dominar as pulsões assassinas da horda. Objectivo bem modesto, certamente, mas é o único que posso cumprir. Vi a Europa, escutei os seus clamores, assisti à eclosão de uma cultura... que mais posso pedir à vida? (*Ib.*).

2.13. Os escritores, os livros e as leituras

As múltiplas referências da cronista aos livros e às leituras atravessam todas as suas crónicas, mas podemos destacar onze como expoentes deste referencial constante.

A crónica “O romance secreto das pessoas reais”, de 4 de Maio de 2002, aponta os exemplos do jovem Humberto, na Ericeira, de um empregado de bar no Casino da Póvoa, um sobre a vontade de ler, o outro “sussurrando versos de Herberto Helder” (*Ib.*: 59) e da “voz bravia dessa rapariga sem estudos”, chamada Longina, pedindo a releitura de uma passagem de *O Amor de Perdição*, de Camilo. As críticas à iliteracia do povo e à sua inapetência à leitura são desmontadas desta forma:

Quem chora crocodilicamente porque o povo não gosta de ler são as pessoas que não gostam de ler, mas estudaram o suficiente para perceber que a

leitura confere o poder insanável da liberdade de espírito. Pessoas que erguem muros negros de estatísticas para vedar o acesso do condomínio de luxo do pensamento a outras pessoas – mesmo ou sobretudo quando quase não usam os relvados luxuriantes de páginas que lhes servem de paisagem (*lb.*: 60).

Perante a hipótese interpretativa destes exemplos como “exceções à regra de três simples do determinismo económico-social” (*lb.*), é contraposto o caso de “dezenas de filhos de grandes escritores ou intelectuais eméritos que fogem espavoridos diante do som de um restolhar de páginas”, citando-se “a primeira linha desse espantoso livro de Ruth Rendell chamado *Sentença em Pedra*: «Eunice Parchman matou a família Coverdale porque não sabia ler nem escrever». Um romance policial que é um tratado sobre o crime da discriminação pelo analfabetismo e a culpa da bondade condescendente” (*lb.*). Acusando a esquerda de culpar a extrema-direita, sem se auto-analisar, denuncia a sua incapacidade de “entender que essas vitórias nascem da [sua] surdez estatística” (*lb.*). A experiência de animar comunidades de leitores, sensíveis a um poema de Ruy Belo ou aos *Sinais de Fogo*, de Jorge Sena, revela também a necessidade estratégica de se recorrer a Javier Marias (*Amanhã, na Batalha, Pensa em Mim*) ou a Agustina (*A Jóia de Família*). A comoção com os bons resultados dessa experiência permite confirmar a abertura intelectual e humana promovida pela leitura literária: “Com a consciência de que dentro do precipício de sentidos aberto pelos livros verdadeiros se encontra o rosto vertiginoso de cada vida” (*lb.*: 62).

“Gostar de Agustina” é a crónica, de 18 de Maio do mesmo ano, dedicada à escritora que “tem o dom de trespassar o tempo, de ver para além dele, como se esticasse uma peça de seda antiga e a analisasse, fio a fio” (*lb.*: 71). Transcrevendo, em epígrafe, o seu então recente romance *A Alma dos Ricos*, na qual responde à pergunta por ela formulada sobre “quem conhece o mapa interior duma mulher” através da metáfora geográfica dos “rios e caminhos que podem conter tesouros”, mas que, por ironia da História, “não levam a lado nenhum” (*lb.*), a cronista referencia o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores a ela atribuído. Desmontando estereótipos e lugares-comuns sobre Agustina, como o de “escritora difícil”, “solene”, “antiga”, a crónica revela no livro premiado (*Jóia de Família*) a reflexão “sobre a crise de valores da sociedade contemporânea” e a descrição do “processo de sedução em curso entre tradição e crime, delinquência e heroísmo” (*lb.*: 72). As dificuldades que os jovens podem encontrar na sua obra são compreendidas pela autora: “Essa idade fatal entre os onze e os dezassete anos, em que o mal aparece como um ladrão de noite, sem ser ouvido, suave, pondo uma mordaza na boca como se fosse uma pétala de rosa” (*A Alma dos Ricos*: 169) – *lb.* Por isso, a cronista propõe *Fanny Owen*, como alternativa a

A Sibila, como obra a estudar no Secundário, ou um dos seus últimos romances, “que usam uma linguagem cada vez mais transparente e rápida, a linguagem de quem já não precisa de provar nada ou de quem conhece o magnífico atalho que nos conduz directamente à essência do ser” (*Ib.*). No romance *A Alma dos Ricos*, Inês descobre com Agustina, “através dos Evangelhos Apócrifos”, “uma outra Virgem Maria, bem mais estimulante do que aquela a que estamos habituados. E, abençoada pelos olhos penetrantes dessa outra Senhora, desfibra os mecanismos do poder, do dinheiro e da corrupção do Portugal de hoje” (*Ib.*: 73). O elogio ao carácter humano da autora é sublinhado na felicidade com que quis celebrar o anúncio do Nobel de Saramago e na sua humildade perante o sucesso alheio: “Lê-la, de facto, no olhar, na conversa, na voz, na afectuosa sabedoria do quotidiano, é uma experiência tão arrebatadora como ler um livro dela. E isso não se pode dizer de muitas pessoas, escrevam ou não escrevam livros” (*Ib.*: 74).

Outra crónica sobre Agustina intitula-se “Vã glória”, de 18 de Setembro de 2004, a propósito da entrega à escritora do Prémio Camões, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O reconhecimento de que “é nas universidades do Brasil que se encontram alguns dos maiores estudiosos da literatura portuguesa contemporânea, as teses aprofundadas, a paixão analítica autêntica e despreconceituosa” (*Ib.*: 419-420) é feito por referência à Bienal do Ceará, em Fortaleza, donde regressava Agustina e dedicada à travessia da Ibéria à América, “um comovedor ancoradouro de amantes desse trabalho áspero sobre a música e a intimidade das línguas que é a literatura” (*Ib.*: 419). Após a breve reportagem da cerimónia da entrega do prémio, com seus “discursos, solenes e promissores”, a crónica cita a entrevista da premiada ao jornal *Público*, na qual exprime com sabor amargo a tradicional ingratidão social em relação aos escritores: “Um escritor recebe uma coroa de pedras falsas de vez em quando, mas a verdade é que ainda é considerado uma figura menor na sociedade” (*Ib.*: 422).

Inês também se deixa seduzir pela escrita de Teolinda Gersão, como analisa na crónica “Continua a ler dentro do túnel”, de 28 de Setembro do mesmo ano. Desde *O Silêncio* (1981), admira o “dom que possui de transmitir o que em cada um de nós é mais opaco de uma forma transparente, transbordante de comunicabilidade” (*Ib.*: 123). É o caso de *Histórias de Ver e Andar* (2002), um livro de contos no qual nos conta “de que forma esse tempo-que-não-temos (o tempo para dar atenção aos outros, o tempo para sabermos o que somos) se vinga contra nós” (*Ib.*). Aproximando-se da oficina de depuração estilística de Vergílio Ferreira e Sophia de Mello Breyner, “os seus livros possuem [...] uma larga e luminosa porta de entrada – e um labirinto sem limites de portas de saída” (*Ib.*: 124). Os contos de Teolinda Gersão “circulam em torno [...] do terrorismo interno, inconsciente, de onde nascem os sonhos cegos que conspiram, nas cavernas do nosso sangue e da nossa história esquecida, para [...] nos transformarem a vida”

(*Ib.*: 125). Trata-se de “alcançar a câmara escura do ser”, através das “escadas do quotidiano banal”: “Porque estes contos atravessam o comum da solidão e do desespero para chegar ao incomum singular da inquietação” (*Ib.*). E este é o melhor elogio feito à sua ficção: “que nos faça viajar até esse lugar simultaneamente próximo e longínquo, fervente, obscuro, que escondemos sob o véu social das identidades” (*Ib.*). A sua “cumplicidade atenta, corajosa, com o olhar infantil permite-lhe [...] interrogar o interrogável, [...] escrever com limpidez e [...] arrancar as vedações do medo, para então entrar sorrateiramente, apenas armada com a lanterna da curiosidade autêntica, dentro do quarto escuro” (*Ib.*: 126).

A crónica “Um amor normal”, de 16 de Novembro do mesmo ano, comenta o “imenso, envolvente, belíssimo romance de amor” *O Vento Assobiando nas Gruas*, de Lídia Jorge, “título agreste, difícil, misterioso” (*Ib.*: 149): “esse animal felino que é o amor [...] vai rasgando as vísceras do mundo, dando a ver o interior das armadilhas [...], ligando mentiras e verdades, restaurando os caminhos perdidos” (*Ib.*). Enquanto os protagonistas se envolvem no amor, “vamos observando as luzes e sombras de cada família, um Portugal de patos bravos e expedientes, mas também de sonhos e rebeldia” (*Ib.*: 149-150). Como escreve Lídia Jorge, trata-se de “um amor normal, um amor indizível”, isto é, “um amor normal – entre dois seres diferentes de todos os outros, quaisquer que fossem as suas raças, poderes ou limitações” (*Ib.*: 150). O feixe de luz que transformou estes amantes “esclarece-nos sobre tudo o que existe por iluminar na Terra” (*Ib.*).

A exposição dedicada em Paris a Roland Barthes dá origem à crónica “A lição”, de 7 de Dezembro do mesmo ano. Dando conta de que, em matéria de educação, “o essencial continua a ser o professor” (*Ib.*: 157), a cronista presta homenagem não só aos seus professores universitários que lhe revelaram Roland Barthes, como também a todos os anteriores, lamentando outros que não teve. Bebendo na semiologia de Barthes (“A Lição”) que “a língua é manipulada pelo poder” (*Ib.*: 158), Inês reconhece nessa lição tudo o que continua a aprender: “deslocando, desconstruindo, arredando, arredando sempre. Lição de jornalismo, lição de literatura, lição aberta ao desejo de atingir a inatingível câmara clara do mundo” (*Ib.*):

Com Roland Barthes aprendi a deslocar o coração para o espaço exterior ao corpo, a cabeça para a superfície da pele e o espaço para o lugar do coração. Aprendi a não temer a deslocação, a experimentar o sabor do saber, a desviar a alucinação para a sua margem de trémula lucidez, e a amar essa margem, a dificuldade de a dizer, a necessidade de viver obstinadamente sobre esse fio frágil (*Ib.*: 155).

A crónica “O cavalo imaginário”, de 31 de Maio de 2003, título do conto homónimo (*in Boa Companhia – Contos*, Companhia das Letras) do escritor brasileiro Moacyr Scliar, sobre um menino pobre que “imitava o galope dos meninos ricos sobre os seus cavalos cintilantes, no clube hípico” (*ib.*: 219) e viu o seu cavalo imaginário solto no campo, de modo a não mais poder cavalgá-lo, aproxima esse conto da história infantil *Celeste & Lãlinha por cima de toda a folha* (colectânea *O Burro em Pé*), de José Cardoso Pires, cuja protagonista (a retornada menina Celeste) vê torturada a sua melhor amiga, a boneca negra Lãlinha. O desprezo alegórico pelos cavalos imaginários é descodificado como a “queda de valores – porque julgamos assistir a uma desvalorização exponencial do invisível” (*ib.*: 220). No entanto, os “historiadores americanos Eric H. Monkkonen e Randall Roth chegaram à revolucionária conclusão de que, ao contrário do que parece, a violência urbana é hoje, pelo mundo fora, proporcionalmente menor do que nas míticas cidades da Renascença” (*ib.*: 221). Assim, não só não existe “qualquer relação entre desenvolvimento urbano e crime”, como, pelo contrário, “tem-se verificado um «efeito civilizador» com o aumento da legislação sobre os direitos e deveres dos cidadãos” (*ib.*). O exemplo dos Estados Unidos da “contrapartida social” a pagar, em serviço à comunidade, por um artista que recebe um subsídio estatal é visto como uma conquista neste sentido, exemplo que não foi compreendido no Brasil, apesar das tentativas do presidente Lula. O comentário crítico de tal rejeição é formulado nestes termos:

Tradições, como se sabe, há para todos os gostos – reais e imaginários, como o cavalo de Moacyr. E identidades nacionais também. [...] O povo nasceu para servir de musa à esquerda ou à mesa da direita. Que sirva para se trabalhar para ele é que ainda custa a compreender. [...] Os cavalos imaginários são extremamente contagiantes: quanto mais se dividem, mais se multiplicam. E, por estranho que pareça, têm mais resistência do que os cavalos reais (*ib.*: 222).

“As escolhas de Sophia” é o título da crónica de 10 de Julho de 2004. Escolhendo para epígrafe quatro versos de “Biografia ou o Terror de te amar”, onde a poetisa refere a perecibilidade de alguns amigos, ao lado da luta pela vida de outros (“Outros quebravam o seu rosto contra o tempo”), a cronista concentra nela “toda a ciência da perda” (*ib.*: 395), numa “biografia exacta, bússola onde cintila, imediata e eterna, a vida” (*ib.*). Aí assoma a fragilidade de um mundo imperfeito, “onde tudo nos quebra e emudece / onde tudo nos mente e nos separa” (*ib.*). Por isso, exhibe duas grandes mestras da sua aprendizagem: “Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever” (*ib.*). As escolhas de Sophia gravitam em torno do essencial, da democracia, da justiça, da coerência, da verticalidade, da ética, da verdade, da “perseguição do real”:

Palavra a palavra, Sophia escolheu. Escolheu a biografia essencial em vez do *curriculum vitae* oficial, escolheu a resistência activa às ditaduras (primeiro a de Salazar e depois a sua gêmea de sinal oposto que tentou substituir-se à liberdade em 1975) em vez da resignação do rebanho, escolheu a veemência rasa em vez da eloquência tonitruante. Escolheu tornar a justiça sinónimo de beleza, e nunca o inverso. Escolheu o ofício duro de pesar o valor exacto de cada palavra e viver de acordo com ela. Escolheu o essencial sobre o acessório. Todos os que a conheceram a recordam assim: de cabeça erguida, olhando de frente o sol e o mar, a noite, a solidão e os desertos ventosos da paixão. A poesia de Sophia é esse movimento ético incessante, e é essa dança dos versos em busca da verdade que estabelece as estátuas da estética em que a reconhecemos. Mas estética é apenas o nome temporário da pose imobilizada na página, uma fotografia do mar, sedutora e morta, em vez do mar inteiro, barulhento, mutante. “Sempre a poesia foi para mim uma perseguição do real. Um poema foi sempre um círculo traçado à roda duma coisa, um círculo onde o pássaro do real fica preso”, escreveu (*Arte Poética, III*) – *Ib.*: 396.

A aprendizagem com Sophia continua com *O Rapaz de Bronze* e *A Menina do Mar*, entendendo “a literatura como incêndio violento da verdade, e não jogo de palavras em genuflexão escolar” (*Ib.*); com a sua poesia, “grande lição da morte infinitamente ressuscitada, lição magna da também infinita adolescência humana” (*Ib.*). A notícia da sua morte foi conhecida com emoção no Algarve, enquanto o sol se despedia “do sossego azul do mar” (*Ib.*: 397), onde Sophia morava. O poeta Al Berto, que “tinha esse dom invulgar entre criadores de se entregar genuinamente ao talento dos outros” (*Ib.*), deslumbrado com “a rendição dos franceses aos poemas dela” (*Ib.*), contava a história da visita de Sophia, Eugénio de Andrade e Agustina às ruínas gregas, no fim dos anos 50, com as diferentes reacções, a da romancista, para quem “as ruínas não têm préstimo senão como estaleiro de construção” (*Ib.*) e a dos poetas:

Ao romancista, anima-o aquilo que Musil definiu (em *O Homem Sem Qualidades*) como “sentido das realidades possíveis”, que o leva a arquitectar mundos mais vastos do que o do homem comum (que habita o universo finito das “possibilidades reais”).

Os poetas desviam-se da corrupção do tempo para procurar em todas as coisas – um corpo, uma pedra, ou uma maçã brilhante no escuro – a intemporalidade. O sentido íntimo e universal do real que a luz cortante da poesia de Sophia revela. Sophia já não morre. É feita de mar e mármore – como Camões. [...] Os grandes escritores não têm centro, nem intimidade – são o pão e o champanhe, a palavra e o silêncio, o segredo da dor e a partilha da alegria, a biografia particular de cada um dos seus leitores (*Ib.*: 397-398).

Ainda sobre livros, a crônica “O que nos teus olhos leio”, de 5 de Maio de 2004, começa com uma epígrafe do poeta José Tolentino de Mendonça: “uma só palavra restitui / a imensidão / o que nos teus olhos leio” (*Ib.*: 379). O arremesso de livros “como armas, para humilhar ou até matar o outro” (*Ib.*: 379 é criticado, na sequência do “esquema de alternância autocrática” (*Ib.*), desde há séculos cumprido com êxito pelas religiões:

Há quem os guarde só para si e construa com eles a torre adolescente da arrogância intelectual. Mas há também quem utilize as suas páginas como pontes para chegar aos outros e, para, com os outros, encetar novas viagens de circum-navegação do mundo (*Ib.*: 379-380).

O tratado *Da Amizade*, de Cícero, o livro *Los Diez Mandamientos en El Siglo XXI*, de Fernando Savater, o romance *Dádiva Divina*, de Rui Zink e *O Vendedor de Passados*, de José Eduardo Agualusa, são os livros tirados do saco da cronista para responder às solicitações provocadoras de Juan Carlos de Sancho. O de Rui Zink é citado para corroborar a crítica da italiana Daniela Marcheschi às editoras. Segundo ela, são os jovens fotogénicos que “preenchem os catálogos das grandes editoras e as montras das livrarias com os relatos das suas experiências radicais de sexo, drogas e *rock and roll*. E parece que não há espaço para mais nada” (*Ib.*: 380). No romance citado de Rui Zink, as livrarias hoje são “montras de manuais de como fazer coisas. [...] O traço distintivo comum? Todos eles vendem formas de modificar o corpo ou a cabeça com o mínimo de esforço possível. Sabedoria instantânea, beleza instantânea, felicidade instantânea” (*Ib.*: 380-381). Comentando a promessa irónica da capa do romance (“Ele não sabia que ia encontrar Jesus”), a cronista contrapõe que “encontrar Jesus não interessa nada, até porque, como se verá, Jesus já não está para conversas. O que talvez interesse, mas dá muito trabalho, é usar viver à maneira incómoda e valente do JC original” (*Ib.*: 381). Em relação ao romance de Agualusa, a admiração vai para “uma outra declinação da dádiva divina do milagre humano, uma outra descida aos infernos guiada por um humor celeste e uma imaginação sobre-humana” (*Ib.*: 381-382), através da história de uma “osga melancólica e filosofante”, narradora do romance, a qual, noutra vida, terá sido um bibliotecário e nesta “é feliz acompanhando a felicidade dos outros [...] e acompanhando a vida de um homem que vende passados ilustres [...] à classe emergente da Angola do pós-guerra” (*Ib.*: 382).

A última crônica da antologia inesiana, de 11 de Dezembro do mesmo ano, é “Em Roma, com José Cardoso Pires”. A homenagem ao escritor português na Universidade de Roma, através de um congresso internacional sobre *A Escrita e o Empenhamento de José Cardoso Pires*, na sequência de um número da revista universitária *Lusobrasilica: i protagonisti del racconto*, é motivo para a cronista

evocar a sua participação em tal congresso, enaltecendo quer a sua visita àquela cidade que ela “imaginava excessivamente monumental e papista, e não subtil e sedutora” (*Ib.*: 455), como a descobriu, quer a obra desse “imenso escritor” (*Ib.*: 456). Reportando alguns dos temas debatidos em tal congresso, Inês justifica a relação entre empenhamento político e estética, a partir da obra em questão:

à semelhança do que se passava nos nevoentos anos sessenta da nossa ditadura calafetada, genialmente descritos [...] em *Alexandra Alpha* – a moda é estar de bem com os deuses e os diabos, e repetir, em pose filosófica e no tom de quem vê o mundo a partir da cátedra da terceira nuvem, que só a estética interessa (*Ib.*).

A presença viva do homenageado no meio de jovens estudantes italianos (“vivos são aqueles que mobilizam a alma, o pensamento e a acção dos outros” – *Ib.*: 457) inspira a crítica irónica e mordaz ao esquecimento dos vivos em Portugal:

Em Portugal continuamos a enterrar os vivos numa mortalha de desdém e reticências (chamamos-lhe distância crítica) e a deixar os mortos de pousio, numa espécie de estágio de embalsamento que só termina depois de desaparecidos os seus contemporâneos – não vá alguém recordá-los com um excesso de emoção que faça dos livros carne e sangue e prejudique a tal “distância crítica” que gostamos de ter para não parecermos provincianos (*Ib.*).

Em contraste com a atenção e o estudo dedicados ao escritor português nas universidades do Brasil, Itália e Inglaterra, critica-se a “Biblioteca com o seu nome e com o seu riquíssimo espólio”, que não passou da “acta da promessa” na Câmara Municipal de Lisboa. O regresso a Roma com José Cardoso Pires permite recordar “muitas memórias e histórias” e evocar a “beleza da cidade” com ele partilhada, “amante que era de cidades assim, surpreendentes e íntimas, boémias e noctívagas, arqueológicas e futuristas” (*Ib.*: 458), como a *Madonna dei Pellegrini*, de Caravaggio, na igreja de S. Agostinho, arrancada “à luz crua do corpo de uma prostituta” (*Ib.*).

2.14. A vida, o amor e a morte

Seleccionamos oito crónicas para contemplarmos especificamente este tema determinante da existência humana.

A crónica “Da beleza e da consolação”, de 12 de Janeiro de 2002, dá conta da desolação da cronista em face da dura realidade da morte que afectou pessoas das suas relações:

No desconsolo infinito das lágrimas do meu amigo, um homem que é o esboço original do riso e do afecto, encontro a prova derradeira de que beleza e consolação formam uma única matéria incandescente, essa matéria humana, visceral, iluminada e concreta a que chamamos amor. Só o silêncio uivante dos inconsoláveis consola, enchendo o mundo da voz apaziguada dos mortos amados (*Ib.*: 24).

Pondo em causa o mito da atribuição ao “eterno feminino” da beleza e da consolação, critica a discriminação de género, assente na tradicional dicotomia entre “a orquestração dos grandes silêncios da vida”, confiada às mulheres, e a educação para a acção, que arreda o homem “desde a mais tenra infância da lentidão da mágoa, do calor sujo, doloroso, dos afectos” (*Ib.*: 25). A abertura das “comportas da acção” às mulheres, “desde há umas décadas, nas sociedades ocidentais”, não evitou que deixassem de “providenciar a beleza e a consolação do mundo” (*Ib.*), mas, em compensação, também permitiu aos homens “reivindicar este privilégio e de provar que nenhuma lei genética obriga o masculino a cingir-se ao lado infantil, ritual, repetitivo e brutal da vida” (*Ib.*). A série televisiva holandesa, intitulada *Da Beleza e da Consolação*, alternando a imagem da “brevidade do belo” (*Ib.*) com a voz e o rosto “mutante” do entrevistado que, “falando, se expõe” (*Ib.*: 26), é apontada como portadora de “um efeito terapêutico imediato sobre potenciais suicidas”, mas, em contrapartida, esse efeito esconde a alienação:

E desse projector íntimo – longe, muito longe da pompa arquitectónica dos Deuses e Demónios em que nos escudamos para não viver a vida – solta-se o filme deslumbrante da alegria. A alegria microscópica de descobrir uma partícula inédita do universo ou, apenas, o movimento da luz nas lágrimas (*Ib.*).

A crónica “O homem que gostava de comboios”, de 15 de Março do mesmo ano refere-se ao escritor (romancista, cronista) e editor galego Carlos Casares, falecido uma semana antes, “um homem cosmopolita, de uma cultura infinita e dotado de uma inteligência aguçada” (*Ib.*: 44): “Nenhuma barreira linguística o impedia de estabelecer complicitades” (*Ib.*). A mensagem do comboio de cem escritores que em 2000 atravessou a Europa confirma tal cosmopolitismo: “para dizer ao mundo esta coisa simples: que as fronteiras são imaginárias, e que a humanidade é maior do que elas” (*Ib.*). É a viagem que permite à cronista conhecer o escritor galego, “através do culto da conversa”: o amante de comboios,

o “terrestre caçador de sereias nórdicas” (*Ib.*: 46), como Cristina, com quem casou, o seu “exercício contínuo de um humor maravilhado, pícaro e totalmente despido de ressentimentos” (*Ib.*: 45). A evocação dessa amizade gera a reflexão sobre a eternização dos “nossos mortos” através da arte:

Qualquer arte: a de lhes acariciar os retratos, devagar, de os guardar em gavetas escuras para que não percam a cor. A de os descrever com minúcia, para os prender à teia, ainda efémera, das palavras. A de os escrever mesmo quando já não é possível, sobretudo quando já não é possível, inscrevendo-os no corpo íntimo dos nossos sonhos, na alegria que em nós, apesar da dor, sobra da morte deles. A morte dos nossos amigos convida-nos à sabedoria de um amor sem lugar (*Ib.*: 43).

“Em memória de Conceição Camacho” é a crónica de 17 de Abril de 2004, uma homenagem a “uma heroína do quotidiano, com um sorriso infinito e o talento da ubiquidade que têm aquelas mulheres a quem ninguém deu tempo para serem meninas” (*Ib.*: 366). O seu legado humano não foram “livros, nem filmes, nem sequer um maço de cartas que pudesse consolar-nos um pouco da sua ausência. A Conceição não sabia escrever” (*Ib.*: 363). Mas “gostava muito mais de dar do que receber” (*Ib.*). Com o “dom raro” de “agarrar instantaneamente a alma dos outros, num só relance, pelo cheiro, pelo tacto íntimo do olhar” (*Ib.*: 364), “explicava ternamente os fundamentos animais da alma humana, a saber: antes de mais, que quando se gosta a sério de alguém, deve ter-se coragem para lutar por esse amor (mais ou menos o que Agustina disse, ao escrever «em amor não há infâmias, há recursos»), sob pena de se viver a meio-gás. Entendia de relações humanas mais do que se pode aprender nos livros” (*Ib.*: 364-365). A denúncia do racionamento dos talheres, do chá e dos medicamentos no hospital onde fazia quimioterapia, em contraste com a “indigestão de estádios de futebol faustosos” (*Ib.*: 365), enquanto “as Conceições morrem, diariamente, em enfermarias-monturo, por entre a displicência dos doutores que num dia garantem às famílias cem por cento de vida para a semana abanarem a cabeça e dizerem que não há nada a fazer” marca com amargura a crónica desta homenagem a uma simples mas tocante “heroína do quotidiano” (*Ib.*: 365-366).

“Elogio da amizade”, de 9 de Fevereiro do mesmo ano, pretende preservar a pureza dessa “jóia de luz translúcida [...] que é a amizade”:

Quando os jornais referem uma amizade ela vem sempre tocada por uns fumos de corrupção. Cunhas, compadrios, pensamos. Foi assim que nos habituámos a ver Portugal – um país de favores e reverências, tecidos por uns senhores, sempre os mesmos, que se entendiam na preservação dos seus feudos e poderes (*Ib.*: 31).

A viragem cultural para um país democrático, premiador do mérito, começa, todavia, a notar-se: “Ainda é de aparências esta democracia em que vivemos, sim – mas o talento e o trabalho, desde que bafejados pelos mínimos olímpicos do acesso à educação, já começam a vencer por si” (*Ib.*: 32). O “elixir da juventude a que se chama capacidade de deslumbramento” explica a escolha dos amigos, para além dos laços de sangue: “os amigos são as pessoas que escolhemos por cumplicidades partilhadas, e não por razões de casta ou de família” (*Ib.*). A abertura à aprendizagem passa por tal cumplicidade:

Amigos são os que não nos deixam viver abaixo do nível dos nossos sonhos, os que precisam que amemos o que eles amam, os que nos zurzem quando erramos para que comecemos a acertar depressa, e sobretudo, os que infinitamente nos abraçam por essas noites imensas em que nos sentimos feios, porcos, maus e esquecidos pelo mundo (*Ib.*: 33).

Entender “o desespero das amizades arrefecidas e a forma como nas suas cinzas incandescentes o absurdo da traição silenciosa queima cada fibra do coração” (*Ib.*) é a mensagem colhida no “portentoso tratado sobre a amizade em forma de romance [...] *As Velas Ardem Até ao Fim* (ed. Dom Quixote)” (*Ib.*), do húngaro Sándor Márai. A divergência está “no entendimento de que a amizade é um privilégio a que as mulheres não acedem [...]”. Em sentimento tão denso e superior às inclemências animais do desejo, falham ridiculamente as repartições de sexo” (*Ib.*). A ultrapassagem de “todas as circunstanciais coreografias de interesses” (*Ib.*: 34) deveria estar na base do reconhecimento dos amigos, pois “o ser humano já devia ter atingido a idade branca da erótica dos ideais” (*Ib.*: 33). A denúncia de um “país tão pequeno”, com a suspeita em relação aos amigos, “sempre conspirativos, sempre dos outros – ou sempre perdidos, nos confins de uma adolescência que já não somos capazes de honrar” (*Ib.*: 34) encerra a crónica.

“O amor na jaula do gelo” é a crónica de 9 de Abril de 2004, versa sobre o amor, a religião da imagem e a sufocação dos sentimentos pelo medo. O amor, esse “animal infaustamente domesticado” (*Ib.*: 359), é, muitas vezes, dificultado pela “aceleração do tempo” (*Ib.*), o “corpo ferido do tempo ferido de Proust” (*Ib.*: 360). A “glorificação da transitoriedade” (*Ib.*), correspondente ao “decréscimo da fé nessa forma específica de imortalidade que se chama ressurreição” (*Ib.*), articula-se com a “impiedosa religião” da imagem e ao “mito da suavidade adolescente”, que “substituiu o da castidade” (*Ib.*). Na “esquizofrenia dos paradoxos”, “a febre da comunicação instantânea global coincide com o fechamento progressivo dos protagonistas dessa comunicação, que vivem em redomas” (*Ib.*), originando uma “fissura crescente entre discursos e práticas” e a “tão chorada

«ausência de valores»” (*Ib.*). A “reflexão política” que o filme *Lá Fora*, de Fernando Lopes, proporciona, mostra um amor impossibilitado entre uma jornalista – estrela de televisão e um corretor da bolsa, não pela “obsessão com o dinheiro”, mas em consequência “de uma alienação anterior, que se instalou imperceptivelmente no coração de cada um deles [...]: o dinheiro nunca é a verdade, apenas a consequência” (*Ib.*: 361). O filme de Fernando Lopes é associado a dois livros: *La Ville Panique*, de Paul Virilio, e o “portentoso diário de Cesare Pavese”, *O Ofício de Viver*, no prefácio do qual escreveu Margarida Periquito:

A eliminação sucessiva de cada vez mais elementos exteriores a si próprio provoca a sensação de que Pavese se encontra encerrado numa cápsula que se vai estreitando e que acabará por asfixiá-lo [...]. Asfixiado, pois, pelo próprio ar que respira, constituído pela sua obsessão erótica absoluta (*Ib.*: 362).

O mito do “paraíso perdido”, ou nostalgia do passado, marca a crónica “No meu tempo”, de 1 de Fevereiro de 2003. Recordando os vinte anos em que começou o trabalho de jornalista, Inês, citando o suspiro do jovem jornalista que acompanhava as suas “arrumações melancólicas de início do ano” (*Ib.*: 173), estabelece um contraste entre as “grandes reportagens” desse tempo e a paginação actual “com grandes fotografias”, para depois se preencherem “os buracos com uns textos” (*Ib.*), apontando-lhe, todavia, “este período como nuvem passageira”, pois há “jornais e revistas estrangeiras que já regressaram ao culto dos grandes textos” (*Ib.*). Por outro lado, lembra-se de “como doía ouvir as vozes de escárnio de alguns jornalistas mais velhos”, ralhando “pelo empenhamento profissional” na procura de “formação específica”, tida como “presunção” (*Ib.*: 174). A comparação das artes e das comunicações com a medicina, “hoje muito melhor que há 50 anos”, permite invectivar o romantismo do século XIX, agarrado “ao mito do Bom Morto e do Paraíso Perdido”, em vez do reconhecimento da “excelência do nosso tempo”: “O génio de Camilo era magistral – mas, porque o leu, e porque teve melhores condições de vida e de trabalho, Agustina pôde levar esse génio a um nível superior de exigência, na sua própria escrita” (*Ib.*).

O elixir da juventude, a propósito de filmes, é objecto da crónica “A perdição chique”, de 31 de Janeiro de 2004:

Há vinte anos, a juventude era considerada uma promessa. [...] Agora não se deixa ninguém poisar para crescer na sombra: das *passerelles* da moda aos palcos da música, das montras da literatura às telas do cinema, a juventude extrema é celebrada como auge radical de sabedoria. Não sei se é uma consequência da tirânica Era do Filho em que vivemos, ou se essa é uma das suas causas: verifico apenas que, tal como os dizeres das crianças, até à minha geração coisas sem importância nenhuma passaram a

verdades dalailâmicas, as primeiras obras passaram de aperitivos mais ou menos saborosos para o estatuto de prato principal, acompanhado, em certos casos, de orquestra sinfónica. O que só aparentemente é fácil para os jovens celebrados (*Ib.*: 327-328).

A crítica ao filme *O Amor é um Lugar Estranho*, de Sofia Coppola, sobre as “relações cúmplices entre um homem mais velho e uma mulher mais nova”, preenche o resto da crónica, sobretudo ao fenecimento da alma, “no meio de tanto brilharete” (*Ib.*: 328), resultando daí o retrato de “um Japão caricatural feito de japoneses palhaços” (*Ib.*: 329). Em contraste, o filme *Anything Else*, de Woody Allen, é apresentado como “um tratado sobre o sonho, o desejo e a decepção, [...] na sua sintonia com os tons e os modos da juventude contemporânea” (*Ib.*). A mensagem enunciada por “um louco lúcido”, com muito humor, valoriza o filme como “uma arte da consolação, uma declinação das imagens e das palavras repetidas até à pureza bruta da alegria que só a idade ensina” (*Ib.*: 330): “nada há de excessivamente grave sobre o mundo – a não ser levarmos os nossos pequenos dramas demasiado a sério e os nossos grandes sonhos demasiado a brincar” (*Ib.*: 329-330).

A crónica “Discutir Deus”, de 27 de Março do mesmo ano, partindo das razões de ter filhos, as quais, “como para qualquer acto visceral [...], têm muito pouco de racional” (*Ib.*: 355), aponta como razão da decisão de Augusto Abelaira de abandonar o “apelo comunista (no tempo da ditadura salazarista, em que esse apelo se confundia com o da liberdade) depois de ler o livro de André Gide sobre a União Soviética” (*Ib.*). A força motora da crença, “amalgama de afectos extraviados e desamparos censurados” (*Ib.*: 356), faz entrever que “toda a política é uma forma de religião (precisamente fundada na ideia de religar) e todo o projecto religioso tem uma dimensão política. No seu tempo, Jesus Cristo foi um activista político e tratado como tal” (*Ib.*). Se “da crença ao fanatismo é um passo”, em compensação, “para chegar do fanatismo à crença” “é preciso dar a volta ao mundo [...]”. O que permitiu a criação da democracia, com o seu cortejo de direitos, foi essa viagem imensa” (*Ib.*). As religiões, como as cristãs e o marxismo, não deixam de ser sensíveis a esta criação, com o risco de perderem popularidade. À “ausência de pensamento único e firmemente teológico” chamamos “apressadamente «queda de valores» – sem reparar que o substituímos pelo valor da livre escolha, e que a liberdade, como a esperança de vida, cresceu exponencialmente no mundo ocidental” (*Ib.*: 357). Na revista inglesa *The Spectator*, Rod Liddle apresenta o contraste entre a intolerância do fundamentalismo islâmico e a tolerância do cristianismo: para o primeiro, um ateu iria para o inferno, enquanto para o segundo, “a morte é um mistério” (*Ib.*). Fascinada com esse toque de “mistério”, a cronista, embora declare que não sabe

se Deus existe, não deixa de o sentir na “carícia” que recebe na madrugada em que escreve, “como em todas as horas silenciosas” da sua vida, das “pessoas” que ama e já não pode abraçar: “E sinto-o também brilhar na bondade autêntica de muitas pessoas – a maioria delas nem sequer crente” (*Ib.*). A sua prima, militante católica, provou-lhe, aos quinze anos, “que Deus se discute” (*Ib.*: 358), como também o prova o ensaio de Ana Vicente *Que Poderei Eu Dizer Sobre Deus?*, publicado na colectânea *Dizer Deus – Imagens e Linguagens* (editora Gótica), no qual se afirma “tranquilamente que usar o preservativo para evitar a sida «é um dever e não um pecado». E trata-se Deus por «Ela»: «Deus não é um ser sexuado pelo que é artificial e artificioso usar o género masculino». Sim, da discussão nasce a luz – na Terra como no Céu” (*Ib.*).

Capítulo 3

Clarice Lispector e Inês Pedrosa: dois mundos, dois olhares, dois estilos em convergência

A palavra é o meu domínio sobre o mundo (LISPECTOR, 1999: 101).

As palavras transformam o mundo e a maneira como a trabalhamos também (Inês Pedrosa, *Jornal de Letras*, 21 de Agosto de 2002: 10 – Entrevista dada a Maria Leonor Nunes).

O conceito de Literatura Comparada, surgido no âmbito da cultura iluminista, com as vertentes nacionalista e cosmopolita, consolidou-se no final do século XIX, designadamente com Louis Paul Betz e Joseph Texte, encontrando no século XX uma prática recorrente e dominante como uma disciplina básica dos Estudos Literários. René Wellek e Austin Warren (1949), pondo em causa a vertente historicista desta orientação metodológica, transferiram da França para os Estados Unidos da América a reflexão literária na segunda metade do século XX. Com eles triunfa o conceito de literatura universal e da unidade das literaturas nacionais. No entanto, para Claudio Guillén (1985), é uma dificuldade da Poética Comparada dar conta na identidade do uno da diversidade do

diverso. De qualquer modo, esta disciplina tem a virtualidade de analisar o fenómeno literário não apenas como elemento histórico e teórico mas também como cultural, numa interacção com as ciências sociais (filosofia, a história, a antropologia e a sociologia) e as artes, situando-se “na área particularmente sensível da «fronteira» entre nações, línguas, discursos, práticas artísticas, problemas e conformações culturais” (BUESCU, 2011).

A Literatura Comparada, como todas as ciências comparadas, não deixa de se estribar numa filosofia que contempla o ser numa relação analógica, bebendo em autores como Hume e Kant. Embora nunca fale explicitamente de analogia, a epistemologia de Hume pressupõe esse princípio, nos três processos de associação enunciados: a semelhança, a contiguidade e a causalidade (cf. JOTA, 1984). Por sua vez, Kant, na *Crítica da Razão Pura*, a analogia é explicitada como um princípio de associação, permitindo estabelecer comparações entre seres semelhantes, mas também entre seres diferentes, como os homens e os animais (cf. BONACCINI, 2008).

Assim, com base no princípio epistemológico da analogia, a comparação estabelece um paralelismo na análise dos objectos do conhecimento: por semelhança ou por contraste. Tal análise permite focalizar o essencial de cada ser. De resto, com base no uso comum da linguagem, a analogia permite a atribuição de características de determinado objecto a outros, como o caso de características físicas a categorias espirituais: a leveza ou a profundidade do pensamento, por exemplo. Ou, ainda, o caso da catacrese, que aplica elementos próprios de um objecto a outro, por carência de expressão específica (o pé da mesa). É também a analogia que fundamenta a metáfora, como o voo das aves, aplicado à linguagem: palavras aladas.

A cronística de Clarice Lispector e Inês Pedrosa remete-nos para dois mundos, dois olhares e dois estilos em convergência. Em termos retóricos, não deixa de haver certo paralelismo com as clássicas partes da *inventio* (o objecto temático), da *dispositivo* (a metodologia) e da *locutio* (a linguagem).

Repartida por 234 crónicas em sete anos (19 em 1967, 49 em 1968, 45 em 1969, 38 em 1970, 33 em 1971, 29 em 1972 e 21 em 1973), a antologia *A Descoberta do Mundo* insere-se no contexto político da ditadura brasileira.

Por sua vez, a antologia *Crónica Feminina* soma 110 crónicas, apenas em três anos (36 em 2002, 38 em 2003 e 36 em 2004), no início do século XXI e em tempo de democracia em Portugal.

Em menos de metade do tempo abrangido pela actividade cronística seleccionada, Inês produziu e editou também cerca de metade das crónicas da antologia clariciana. É evidente que existe uma diferença histórica entre os anos contemplados por ambas as cronistas: 35 anos entre 1967 e 2002; 31 anos entre 1973 e 2004. Não é apenas a viragem de século e de milénio. São três dé-

cadadas de evolução cultural, social e política, designadamente na consciência e na luta pelos direitos das mulheres. São três décadas de maior interacção universal, designadamente ao nível da introdução das novas tecnologias. Não é mero acaso que o instrumento de produção de texto de Clarice seja a máquina de escrever, enquanto o de Inês seja o computador. Faz muita diferença. A chamada globalização invadiu os mercados, para o melhor e para o pior, e com ela as consequências do neoliberalismo na ideologia e na prática da economia mundial, reduzindo salários e empregos, produzindo uma exploração financeira virtual, empobrecendo a população. No entanto, apesar da política ditatorial no Brasil, Clarice não deixa de verberar duras críticas à sociedade visada nas suas crónicas, em correspondente clima de liberdade política usufruído por Inês no Portugal democrático.

É o confronto entre dois mundos que é visado na comparação entre as crónicas de Clarice e Inês, num mar de semelhanças e diferenças, em clara convergência.

3.1. Dois mundos em convergência

O mundo das duas cronistas reparte-se pelo olhar exterior e pelo olhar interior, embora o de Clarice contemple mais do que o de Inês este último. Auto-revelando-se, desnudando a sua alma, em clara epifania, o olhar introspectivo de Clarice questiona constantemente uma identidade, na complexa relação entre pensamento, sensações, sentimentos, emoções, atitudes e comportamentos. O mundo interior de Inês é secundarizado em relação à análise crítica da realidade exterior, não deixando, porém, de soltar, aqui e ali, laivos de situações pessoais, relações de convívio e amizade, posições subjectivas em face dessa realidade constantemente surpreendida, como que filmada e comentada.

O mundo de Clarice, concebido na matriz ucraniana, pouco explícita, ainda que referenciada, na sua escrita, como a influência dos contos populares, reflecte, desde logo, o convívio e a influência do pai, na infância pernambucana, designadamente a atracção marítima, ainda antes do despontar do dia, bem como a interacção com as irmãs, o encontro quotidiano com os colegas e professores na escola, a descoberta da mitologia brasileira com as criadas e o contacto com as figuras populares de Recife. A língua portuguesa, moldura e configuração do seu pensamento, sobrepondo-se à língua materna, dá suporte e voz à complexa es-

truturação do seu mundo, entretanto enriquecido pela cultura académica e literária.

O mundo de Inês, bem mais restrito e focalizado, situa-se entre a origem familiar, designadamente a avó, centrada em torno da cidade do Nabão, mítica sede da Ordem de Cristo, e a adolescência em Algés, junto a Lisboa, no aconchego dos pais. A sua primeira crónica narra a história do prémio ganho com a carta escrita à mãe, aos 13 anos, enviada para o concurso da *Crónica Feminina*, por “uma prima devota dessa *Crónica*” (*Crónica Feminina*, 2005: 20), leitura que parecia à mãe “de pouco alimento” (*Ib.*) e, por isso lha proibia. A gratidão às suas educadoras e professoras, de todos os graus de ensino, marca também as suas crónicas.

O mundo familiar de Clarice e Inês transparece nas respectivas crónicas em torno dos filhos. Clarice, em três crónicas, auto-avalia a sua função materna com a humildade de quem se dispõe a aprender com os filhos, não deixando de reconhecer os próprios defeitos. Aceita a “Lição de Filho” (LISPECTOR, 1999: 138), que a corrige quando confunde emoção com nervosismo. Congratula-se com o seu lar, não por ser metafísica, mas por ser “uma casa de família”, isto é, aquela em que, “além de nela se manter o fogo sagrado do amor bem aceso, mantenham-se as panelas no fogo [...] Além de comer conversamos muito sobre o que acontece no Brasil e no mundo, conversamos sobre que roupa é adequada [...] Nós somos um lar” (*Ib.*: 152). Indigna-se com um filho por lhe cercear a liberdade pessoal, ao ser recriminada por ter uma franja: “eu queria ser feia, isso representava o meu direito total à liberdade” (*Ib.*: 187). Inês, na “Carta à minha filha”, com seis anos, expõe-lhe o seu ponto de vista sobre os direitos das mulheres, desejando que o dia 8 de Março “seja apenas um dia de homenagem às muitas mulheres que lutaram, até à morte, em alguns casos, pelo reconhecimento dos seus direitos mais elementares” (*Crónica Feminina*, 2005: 343). No meio de “tanto ruído e de tantos discursos ilusoriamente lógicos”, deseja-lhe também que experimente “a vertigem radiosa de uma grande paixão, por causa do esplendor e da sabedoria do impossível”, “a pedra de toque da nossa existência”, o “bónus de lucidez mágica que consiste em determinar o grande amor de o viver até ao fim” (*Ib.*: 346).

O círculo da amizade é, a seguir à família, o mundo em que ambas as cronistas banham a atmosfera da sua afetividade. Clarice não se coíbe de exprimir a sua admiração pela candura de Chico Buarque da Holanda, a sua ligação a San Tiago Dantas, a Lúcio Cardoso, evocado com saudade (cf. LISPECTOR, 1999: 166-167), a Tom Jobim, seu “padrinho no I Festival de Escritores” (*Ib.*: 358), com quem conversa em três crónicas, a Fernanda Montenegro, de quem publica uma carta (cf. *Ib.*: 145-146), a Guimarães Rosa (cf. *Ib.*: 136), a Érico Veríssimo, cuja personalidade elogia, apresentando as prioridades da sua atenção no mundo (*Ib.*:

440-442). Entre os amigos de Inês, muitos do meio jornalístico e literário, como Agustina e José Cardoso Pires, sobressai Jorge Colombo, a quem chama “o meu infinito amigo” (*Crónica Feminina*, 2005: 32). No “Elogio da amizade”, designa-a como “jóia de luz translúcida” (*Ib.*: 31), lamentando a sua “tão má imprensa”, na qual “ela vem sempre tocada por uns fumos de corrupção” (*Ib.*), declarando que “o ser humano já devia ter atingido a idade branca da erótica dos ideais, de forma a pelo menos ser capaz de reconhecer os amigos, para além de todas as circunstanciais coreografias de interesses” (*Ib.*: 33-34) e denunciando a pequenez do país onde os “os amigos nos parecem sempre suspeitos, sempre conspirativos, sempre dos outros – ou sempre perdidos, nos confins de uma adolescência que já não somos capazes de honrar” (*Ib.*: 34).

Quanto à escola básica e secundária, enquanto Clarice narra, em “Travessuras de uma menina” e “Noveleta”, (cf. LISPECTOR, 1999: 259-269) a sua relação de amor/ódio para com o professor da sua infância, Inês reconhece a dívida de gratidão aos seus mestres:

[...] a Gininha Rodrigues que me ensinou a amar a leitura antes de ler, a Maria dos Reis que me contagiou a paixão pela História, a Laurinda Bom que nos arrastava desse longínquo liceu de Oeiras para o êxtase do Frei Luís de Sousa segundo Ricardo Pais ou das exposições da Gulbenkian [...], o Rui Pimenta que nos convidava para a filosofia como para uma revolução (*Crónica Feminina*, 2005: 157).

A escrita é a ocupação profissional de Clarice, sendo a colaboração no *Jornal do Brasil* um meio de prover às suas necessidades económicas, embora declare que “escrever livros” não era uma “profissão”, “nem uma carreira” (LISPECTOR, 1999: 149). Escrever, para ela, era apenas ter um coração intuitivo para captar “um mundo ininteligível e impalpável” (*Ib.*). Todavia, reconhece a venda da sua produção jornalística como “se estivesse vendendo a sua alma”: “Vendo, pois, para vocês com o maior prazer uma certa parte de minha alma – a parte da conversa de sábado” (*Ib.*: 29).

A formação profissional da jornalista Inês Pedrosa é recordada com reconhecida admiração pelos jornais do seu tempo de estagiária, os quais “eram sobretudo texto”: “olhava-se para eles e percebia-se que tínhamos ali muitas horas de leitura” (*Crónica Feminina*, 2005: 172). As grandes reportagens de jornalistas consagrados como Fernando Assis Pacheco, Fernando Dacosta, Francisco Vale, Clara Pinto Correia e Cáceres Monteiro, são relidas pela cronista. A “criatividade intensa das reuniões gerais onde se decidia, semana a semana, o próximo jornal”, com democracia, liberdade e eficiência, é por ela admirada. O *Jornal de Letras*, “esse sonho teimoso do José Carlos de Vasconcelos”, é por ela reconhecido como a escola onde aprendeu “quase tudo” “sobre o jornalismo e sobre a

vida”: “porque me mantém o gosto de viver e o sentimento da transitoriedade” (*Ib.*). Animadas “pela energia lampejante do António Mega Ferreira”, as reuniões semanais desse jornal são tidas como uma espécie de Mestrado, “porque apresentavam um menu de luxo: Augusto Abelaira, Jorge Listopad, Eduardo Prado Coelho e Fernando Assis Pacheco, ao vivo e em directo” (*Ib.*).

A actividade cultural junto de escolas, bibliotecas e universidades é registada pelas duas cronistas como forma de contacto e intervenção institucionais na comunidade nacional ou internacional. Clarice, com a humildade que é seu timbre, relativiza o convite que recebeu para falar sobre literatura na Universidade do Texas, aceitando-o, porém, como “uma experiência nova” (LISPECTOR, 1999: 118), que lhe dá “proveito e gosto” (*Ib.*). Inês testemunha o “prazer de animar comunidades de leitores em bibliotecas variadas”, encontrando em Portalegre, Loures, Pinhal Novo, Seixal “pessoas fascinantes, que fazem da leitura partilhada uma forma de crescimento interior e de educação para a mudança” (*Crónica Feminina*, 2005: 289).

“O mundo animal e vegetal” ocupa uma parte relevante na crónica clariciana, como se viu no subcapítulo referenciado com tal nome, numa interacção harmoniosa com a figuração humana. Inês, na crónica “O problema da flor”, escolhe ironicamente a flor do cravo como símbolo feminino, no Dia da Mulher, em resposta a uma pergunta telefónica de uma colega jornalista, associando a caminhada da luta das mulheres à revolução de Abril e estabelecendo as regras básicas dessa caminhada (cf. *Crónica Feminina*, 2005: 347-350):

É a igualdade do nosso estatuto no mundo que precisa de ser, mais do que protegida, acelerada. Para que neste país onde os homens, tradicionalmente, são tratados como “flores de estufa” [...] e onde se diz que “numa mulher não se bate nem com uma flor” deixe de haver tantas mulheres a levar com a floreira inteira na cabeça. Ou a atirá-la à cabeça da próxima (*Ib.*: 350)

Em relação aos animais, a crónica “Cuidado com as galinhas” previne metaforicamente para a estratégia táctica daquelas “mulheres piu-piu” que se disfarçam de “frágeis e carentes para melhor singrarem no mundo do poder masculino” (*Ib.*: 63), não deixando de ridicularizar os “homens-pintainhos”, aqueles que “baixam os olhos e se vestem de timidez para comover as mulheres” (*Ib.*: 64). A crónica “O cavalo imaginário” aproveita o conto de Moacyr Scliar para criticar a “queda de valores”: a ciência “transformou muitos cavalos imaginários em reais, e inventou toda a espécie de hipismos radicais” (*Ib.*: 220). A impunidade da violência contra as mulheres é denunciada na crónica “O factor pitbull”, a partir da ameaça que tais cães costumam constituir: “ressalva-se sempre que, se o cão mordeu, foi porque os mordidos, por qualquer razão, se puseram a jeito, sem reflectirem na

hipótese de que alguma perversão cultural ou educativa tivesse sido imposta ao cão, coitadito" (*lb.*: 450).

Tendo como suporte fundamental os círculos da família, da escola e da actividade profissional, as duas cronistas envolvem a esfera dos respectivos países na análise social, cultural e política, não deixando de privilegiar o mundo feminino em tal análise. É praticamente uma abrangente e detalhada reportagem dessas sociedades que é contemplada em tal trabalho, com os seus pontos de vista positivos e negativos. A intervenção social e política de Clarice contra a fome no seu país, designadamente entre as crianças, contra a alienação, o charlatanismo, a mentira, a desistência, em defesa do acesso ao ensino superior, em defesa das mulheres sujeitas à escravatura da prostituição, em defesa dos Índios ainda escravizados e mortos em genocídio, a luta contra a repressão cultural pela ditadura política, a denúncia dos interesses da guerra, como a do Vietname, a crítica ao colonialismo português, a proposta da verdade sem demagogia, manifesta claramente o quadro negativo de uma sociedade voltada contra si própria. O mesmo se poderá dizer da permanente e acutilante denúncia social e intervenção na causa pública nas crónicas inesianas: contra a discriminação de género, contra a violência sobre mulheres e crianças, contra o terrorismo e a ferocidade dos nacionalismos, contra o holocausto nazi, a favor dos deficientes, na defesa da enfermeira da Maia, presa por ilegal intervenção pró-abortiva. A falta de investimento público na ciência, o clientelismo, a mediocridade, as graves carências hospitalares são outros exemplos de um país diminuído e atado nas perspectivas de desenvolvimento:

Temas como o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente. Porquê? Porque me parecem ser estas as pedras de toque da política actual (*lb.*: 14).

No entanto, a óptica das cronistas não se limita à envolvente nacional, ampliando a outros países e regiões do mundo a esfera do respectivo olhar. Londres, Paris, Berna, Nápoles, Bolama, em África, são algumas cidades focalizadas por Clarice. Também Inês se expande em considerações sobre Paris, Berlim, Roma, Budapeste, São Paulo, Nova Iorque. Esse mundo estrangeiro constitui uma atracção para ambas, numa relação de viagem exterior, enquanto paisagem física e humana, e viagem interior, motivo de questionação e contemplação. Assim, Londres é evocada por Clarice na sua complexa identidade de feio e de belo: "É uma feiura tão peculiar, tão bela – e isso não são meras palavras" (LISPECTOR, 1999: 388). Inês também se surpreende e se deixa fascinar pela gigantesca São Paulo, repartida entre "a marca arquitectural intensa e intensamente desarru-

mada [...], o animado bate-papo da entre acaso e planificação, beleza a esquadro e safadeza descarada" (*Crónica Feminina*, 2005: 267).

A amplidão desse mundo extravasa, no caso de Clarice, a própria dimensão terrestre, como o eco nela captado pela excitante e inédita viagem de Gagarin, infundindo a reflexão sobre o significado simbólico da cor azul da Terra visto do espaço e obrigando-a a reequacionar o mapa do mundo: "quando eu disser «o meu mundo», me lembrarei com um susto de alegria que também meu mapa precisa ser refundido, e que ninguém me garante que, visto de fora, o meu mundo não seja azul" (LISPECTOR, 1999: 25). A vastidão do espaço cósmico, estudada nos planetários, provoca a admiração das constelações e a necessidade de o ser humano se reencontrar no essencial: "Olhando para o céu fiquei tonta de mim mesma. [...] Como é que foram inventar o planetário? [...] Juro que nós devíamos ser mais unidos: porque o Universo é tão grande que ultrapassa qualquer linha de horizonte. Se nós não nos amarmos estamos perdidos. É melhor nós nos encontrarmos em Deus" (*Ib.*: 367). No caso de Inês, a atenção concentra-se na atenção a esse mundo exterior, social e político, no qual os homens convivem e se relacionam, mas a descoberta de um mundo científico também acaba por atrair, ainda que marginalmente, a sua consideração, como no caso da série holandesa de televisão, em que é entrevistado um cientista: "A alegria microscópica de descobrir uma partícula inédita do universo ou, apenas, o movimento da luz nas lágrimas" (*Crónica Feminina*, 2005: 26).

A contemplação dos mistérios da Natureza ("mil plantas e árvores", no Jardim Botânico, as "mudanças de estação", uma "fileira de formigas", o voo e a actividade das abelhas) permite a Clarice dar o salto do mundo terrestre e humano para o mundo celeste, na identificação entre cosmo e Deus: "O cosmo me dá muito trabalho, sobretudo porque vejo que Deus é o cosmo" (LISPECTOR, 1999: 276). De qualquer modo, Inês identifica-se com Clarice na amplidão do mundo que a sua escrita envolve, em termos de descoberta, problematização e aprendizagem. Clarice acolhe o mistério da energia humana, para "a verdade do mundo": "Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável" (*Ib.*: 91-92). Inês transforma o seu pequeno mundo em descoberta de algo mais profundo e amplo, através do pensamento: "Quando comecei a escrever estas crónicas pensei que iniciava uma viagem para longe do meu pequeno mundo" (*Crónica Feminina*, 2005: 13). Essa descoberta é uma experiência de revisitação continuada através do tempo: "O ritmo semanal das crónicas faz sobressair estas obsessões inconscientes, embora eu só o tenha descoberto ao visitar os textos no seu conjunto, para escolher 110 deles para este livro" (*Ib.*). Trata-se, pois, de algo "muito mais do que uma perspectiva individual sobre o mundo: são um es-

tendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação" (*lb.*: 13-14).

3.2. Dois olhares em convergência

Dois mundos diferentes no tempo e no espaço, todavia próximos e convergentes são os de Clarice Lispector e Inês Pedrosa. Mas, se os mundos objectivados e comentados são distintos, muito mais específico e subjectivo é o olhar de cada cronista, pois é na subjectividade do olhar que reside a originalidade do texto e a sua literariedade. Trata-se, no entanto, de uma dupla focalização, como perspectiva Starobinski, através da expressão metafórica *olhar crítico*: a "vertigem da distância e da proximidade"¹. Ou seja, a conjugação da distância objectiva e da proximidade subjectiva, algo que é inerente a todo o texto literário, que, na crónica, atinge uma agudização maior, provocada pela emergência desafiante do real. É também esta conjugação que constitui a riqueza do texto literário da qual a crónica também deseja e visa, quase sempre, participar.

A noção de crónica não é perspectivada de modo unívoco por ambas as cronistas.

Depois de distinguir o destinatário da crónica do da escrita ficcional a partir do público elitista e do popular (cf. LISPECTOR, 1999: 113), Clarice recusa, como objectivo cronístico a satisfação do gosto lúdico, em oposição ao sério, embora se contente com a satisfação do leitor de jornal, em contraste com a comunicação profunda com o leitor dos seus livros (cf. *lb.*). Deste modo, interroga-se sobre o conceito de crónica: "Crónica é um relato? É uma conversa?" (*lb.*).

Inês não questiona os objectivos da crónica, nem se angustia com esse conflito autoral entre agradar ao leitor e trair o compromisso sério com a profundidade comunicativa. Mas entende que este subgénero literário é uma arma poderosa, até pela maior difusão da mensagem junto de um leitor múltiplo e diferenciado. A imagem do *Voo da Gaivota*, colhida no brasileiro Walter Galvani, expressando a arte de "fisgar o peixe", sem "deixá-lo cair", permite-lhe definir o objectivo social da crónica: enfrentar o abuso do poder, a "coreografia do caos" (*Crónica Feminina*, 2005: 16).

¹ "Ainsi, malgré notre désir de nous abîmer dans la profondeur vivante de l'œuvre, nous sommes contraints de nous distancer d'elle pour pouvoir en parler [...]. Il ne faut ni le vertige de la distance, ni celui de la proximité: il faut désirer ce double excès où le regard est chaque fois près de perdre tout pouvoir" (STAROBINSKI, 1961: 26, 27).

No entanto, esta função social da crónica e do cronista é claramente identificada por Clarice, ao exprimir a sua verdadeira vocação como lutadora dos direitos humanos, vocação que, aliás, harmonizou com a de escritora:

E lembro-me de como eu vibrava e de como eu me prometia que um dia esta seria a minha tarefa: a de defender os direitos dos outros. [...] Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima (LISPECTOR, 1999: 150).

Ser porta-voz dos que não têm voz é o anseio da cronista: “já vi muita coisa no mundo. Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer ou apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem. Então eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar” (*Ib.*: 112).

Também Inês visa este ideal ético e social da crónica, a favor dos fracos e desprotegidos: “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*Crónica Feminina*, 2005: 17).

A auto-revelação, através da crónica, é uma marca tanto deste subgénero como das cronistas em questão, facto que de certo modo é inerente à literatura, designadamente a confessional e a memorialística. Clarice reconhece-o como algo de inevitável que conflitua com a sua intimidade que desejaria resguardar: “Nesta coluna estou de algum modo me dando a conhecer. Perco a minha intimidade secreta? Mas que fazer? É que escrevo ao correr da máquina e, quando vejo, revelei certa parte minha” (LISPECTOR, 1999: 137). A imagem *Escrever na Água*, de Augusto Abelaira, indicia esta transparência da crónica, como Inês importa e assume: “Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa perecível mão. Dá-nos a mão que embala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento interrompido” (*Crónica Feminina*, 2005: 239). Também Clarice reivindicou a transparência da sua escrita, ainda que a propósito de *A Cidade Sitiada* e do olhar de um crítico: “Continuo a considerar minhas palavras como sendo nuas” (LISPECTOR, 1999: 273).

A consciência da “perecível mão”, na designação inesiana, ou da autêntica humildade, foi sentida por Clarice: “Não sei mais escrever, porem o fato literário tornou-se aos poucos tão desimportante para mim que não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura” (LISPECTOR, 1999: 112). Por isso se angustiava com as dificuldades sentidas como cronista neófito, como a fidelidade à ortodoxia do género canónico: “Ainda continuo um pouco sem jeito na minha nova função daquilo que não se pode chamar propriamente de crónica” (*Ib.*: 29).

A penetração na verdade do mundo, para as duas cronistas tem algo de comum, embora expresso de modos diferenciados. Assim, para Clarice, é, sobretudo a intuição e a comunicação empática com o outro e a realidade exterior que, em “estado de graça”, como numa “anúnciação”, permite, mais do que o pensamento, a lógica ou o raciocínio, descobrir esse algo que pode conflitar conosco, mas nos completa:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. [...] Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável [...]. Os humanos têm obstáculos que não dificultam a vida dos animais, como raciocínio, lógica, compreensão. Enquanto que os animais têm a esplendidez daquilo que é direto e se dirige direto (*Ib.*: 91-92).

Para Inês, a reflexão contínua sobre a realidade, a partir da observação (o “apontar as antenas do interior para o exterior”) permite, através do “fluxo, tantas vezes nebuloso” do pensamento, “transformar em palavras claras” esse fluxo. Mas também é um processo de descoberta íntima:

Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas, memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde (*Ib.*).

É essa complexa teia de pensamento, emoções, sensações, sentimentos e memórias e “obsessões inconscientes”, que se entretetece na elaboração do texto: “as crónicas [...] mostram muito mais do que uma perspectiva individual do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação” (*Ib.*: 13-14).

Ambas as cronistas participam também de uma visão redentora e transformadora do mundo, através da dor da aprendizagem. Clarice exprime tal visão através da imagem edénica do *Génesis*:

É preciso não esquecer que o estado de graça é apenas uma pequena abertura para uma terra que é uma espécie de calmo paraíso, mas não é a entrada nele, nem dá o direito de se comer dos frutos dos seus pomares. [...] Experimentou-se alguma coisa que parece redimir a condição humana, embora ao mesmo tempo fiquem acentuados os estreitos limites dessa condição. E exatamente porque depois da graça a condição humana se revela na sua pobreza implorante, aprende-se a amar mais, a perdoar mais, a esperar mais. Passa-se a ter uma espécie de confiança no sofrimento e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis (LISPECTOR, 1999: 93).

Inês fala em “contrato de entendimento com o mundo”, inerente ao seu compromisso de cronista semanal, e do “optimista furioso” que existe dentro de si, como de todos os outros cronistas:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida; se não acreditasse, não teria a perseverança de escrever todas as semanas, esteja onde estiver, feliz ou infeliz, varrida pela febre ou numa ebulição de festa. Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Crónica Feminina*, 2005: 14).

O sentido da gratuitidade da arte marca também a atitude fundamental de ambas as cronistas, gratuitidade que ultrapassa o lado utilitarista da vida. Clarice, partindo do filósofo Henri Bergson, fala do artista completo, ainda que utópico, que, ultrapassando esse utilitarismo, abarcaria a “verdadeira realidade”, distinguindo entre “liberdade” e “libertação”, entre “maravilhosa gratuidade” e “utilidade maravilhosa”:

Mas aquele que estivesse completamente livre de soluções convencionais e utilitárias veria o mundo, ou melhor, teria o mundo de um modo como jamais artista nenhum o teve. Quer dizer, totalmente e na sua verdadeira realidade. [...] O primeiro problema surge: seria ela [a criança] artista pelo simples fato dessa educação? É de crer que não, arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação. Essa criança seria artista do momento em que se descobrisse que há um símbolo utilitário na coisa pura que nos é dada [...]: ela unificaria as coisas do mundo não pelo seu lado de maravilhosa gratuidade mas pelo seu lado de utilidade maravilhosa. Ela se libertaria (LISPECTOR, 1999: 228-229).

Inês proclama o exemplo de integridade de Augusto Abelaira, “grau superior da escala estética”, em contraste com o utilitarismo dos valores materiais:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeluzível. Clinicamente imune às importâncias e cargos deste mundo (e juraria que do outro também, aliás) – *Crónica Feminina*, 2005: 240.

A descoberta da íntima conexão das coisas reais, através da escrita, é mais um ponto de concordância entre as duas cronistas. Clarice abarca nesse processo o entendimento do eu profundo e do mundo:

Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras. É neste sentido, pois, que escrever me é uma necessidade. De um lado, porque escrever é um modo de não mentir o sentimento (a transfiguração involuntária da imaginação é apenas um modo de chegar); de outro lado, escrevo pela incapacidade de entender, sem ser através do processo de escrever (LISPECTOR, 1999: 236).

Inês toma consciência da importância da função cronística para a “consciência” da “mobilização da palavra”, testemunhando a influência dos livros citados na antologia, não esquecendo também a consciência autoral da literatura ficcional:

Há séculos que nos animamos com a velha cantiga sobre o poder transformador da palavra; confesso que, até começar a escrever estas crônicas, essa música, com mais ou menos *jazz* ou *swing*, não me animava. Sei que há livros que nos viram do avesso, alterando-nos o curso da existência e a temperatura do sangue. Os livros de que ao longo destas crônicas fui falando – repetidamente, em alguns casos – tiveram esse efeito sobre mim. Para além dos livros que tenho escrito, evidentemente, mas, enquanto apenas escrevia romances, não me apercebia da extensão e profundidade da ligação entre todas as coisas. Devo à crônica a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra (*Crônica Feminina*, 2005: 15).

Hermetismo ou clareza verbal é uma dicotomia que preocupa ambas as crônicas. Clarice responde duas vezes, nas suas crônicas, à acusação de hermetismo. Na primeira, “Hermética”, como se ri da acusação, ao receber o “troféu da criança 67”, com o seu livro infantil *O Mistério do Coelho Pensante*, como se fosse pertinente escrever para adultos com “as palavras e os sentimentos adequados a uma criança” (LISPECTOR, 1999: 79): “Mas, oh Deus, como tudo isso tem pouca importância” (*Ib.*). Na segunda, “Aventura”, aceita o risco de, com o seu “ar involuntariamente hermético”, deixar o tempo esclarecer o que eventualmente tenha algum “mistério natural”, como, “num copo d’água, uma vez depositado no fundo o que quer que seja, a água fica clara” (*Ib.*: 236). Justifica esse risco não “por liberdade arbitrária ou inconsciência ou arrogância” (*Ib.*), mas apenas por “senso de aventura”: “Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (*Ib.*). Assim, o tal “ar hermético” não põe em causa o principal, para Clarice, que é a profunda coerência entre palavra e pensamento: “não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever” (*Ib.*). Inês também aceita o senso da aventura, do “arrojo, gosto pelo risco, inconsciência ou ousadia [...]”: um cronista é, antes de mais, alguém que tem a lata – coisa visceral, barulhenta, infantil, brincalhona – de se atirar para

os braços do seu próprio tempo e exibir o seu encontro erótico com ele” (*Crônica Feminina*, 2005: 15). Tem consciência da ilusão da transparência, embora procure essa clareza com o maior empenho, até porque “uma crônica sem leitores é uma página em branco” (*Ib.*: 17):

Tento, através desta modalidade de escrita [...] pensar livremente sobre os sinais da minha época, o que muda, o que se repete, o que resiste. Procuo fazê-lo com a maior transparência, embora sem perder a noção de que toda a transparência é ilusória, e toda a liberdade intelectual uma fatia fina, imperfeita, muitas vezes cozida com os ingredientes trocados, do complexo bolo do sentido (*Ib.*: 15).

O eco das crônicas junto dos leitores, num processo de *feed-back*, não pode ser ignorado por nenhuma das cronistas. Clarice regozija-se com a correspondência que recebe dos seus leitores, apesar de algumas críticas que lhe são formuladas: Não tenho pretensões. Mas recebo cartas de leitores e eles gostam. E eu gosto de recebê-las (LISPECTOR, 1999: 378). Inês agradece as “muitas cartas e emails que, com fúria ou com carinho”, lhe “foram manifestando a sua atenção” (*Crônica Feminina*, 2005: 17).

A consciência das consequências reactivas das crônicas junto dos leitores, em resultado da denúncia dos males sociais, é assumida por ambas as cronistas. Clarice reconhece-se áspera, mas ressalva a sua boa-fé, não ferindo propositamente ninguém:

Estou ferindo muita gente. Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri. Mas tantos defeitos tenho. Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes parecem farpas (LISPECTOR, 1999: 75).

Inês fala expressamente em inimigos, a quem agradece sem ironia, já que “os inimigos são os interlocutores fundamentais da nossa aprendizagem” (*Crônica Feminina*, 2005: 17), desconfiando “muito daqueles que não os têm” (*Ib.*). Esta consciência da aprendizagem é um lugar recorrente da cronística de Clarice, como a associação entre a escrita e a aprendizagem da vida:

A palavra é o meu domínio sobre o mundo. Eu tive desde a infância várias vocações que me chamavam ardentemente. Uma das vocações era escrever. E não sei por quê, foi esta que eu segui. Talvez que para as outras vocações eu precisaria de um longo aprendizado, enquanto que para escrever o aprendizado é a própria vida, se vivendo em nós e ao redor de nós (LISPECTOR, 1999: 101).

Ou, ainda, esta associação do “processo de viver” e a aprendizagem:

O processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver (*Ib.*: 445-446).

São também os amigos que colaboram neste processo de autocorreção. Clarice refere-se à apreciação da sua cólera por uma amiga: “nem sempre meus impulsos são de boa origem. Vêm, por exemplo, da cólera. Essa cólera às vezes deveria ser desprezada; outras, como me disse uma amiga a meu respeito, são *cólera sagrada*” (*Ib.*: 181). Inês agradece aos amigos cujos, nomes cita, “o precioso e contínuo apoio”, “sempre críticos”, acrescentando: “Se estas crônicas não são melhores, a culpa não é deles – mas é deles a virtude de não serem muito piores” (*Crônica Feminina*, 2005: 17).

De qualquer modo, a dignidade de não se vergar a “modas” culturais preserva a intenção das duas cronistas. Clarice exprime a escrita como um “exercício espiritual profundo”: “escrever qualquer coisa que seja tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança” (LISPECTOR, 1999: 275). Inês, com o contributo de Augusto Abelaira e de Eduardo Lourenço, substitui a “moda” pelo “mito”:

Não é uma atitude contemporânea, pois não – alguma vez o terá sido? É uma atitude em falta – e por isso o Mito (“vida que não passa na vida que passa”, na fulgurante definição de Eduardo Lourenço) se substitui pela Moda. Neste início de século, a atitude parece ter vendido a alma aos trapos. Abelaira sabia que a atitude era aquilo que distinguia os animais livres dos animais com trela (*Crônica Feminina*, 2005: 240).

O mundo feminino, nas duas cronistas, não é unívoco, já que, além da preferência quantitativa, o olhar de Inês Pedrosa privilegia de modo evidente e militante esse mundo, à luz de uma maturação da luta e conquista de direitos das mulheres em 35 anos (1967-2002), tantos quantos os que medeiam o início das crônicas de ambas.

Clarice, além da focalização de muitas figuras femininas, entre cronistas, amigas, desconhecidas e empregadas, também se auto-analisa como mulher, contrapondo a força “selvagem” da liberdade, tão própria do feminismo, com a da suavidade, da “doçura”, forças antagónicas que ela simboliza a partir do “cavalo” que a habita:

Existe um ser que mora dentro de mim como se fosse casa sua, e é. Trata-se de um cavalo preto e lustroso que apesar de selvagem – pois nunca morou em

ninguém nem jamais lhe puseram rédeas nem sela – apesar de inteiramente selvagem tem por isso mesmo uma doçura primeira de quem não tem medo: come às vezes na minha mão. [...] Aviso também que não se deve temer o seu relinchar: a gente se engana e pensa que é a gente mesmo que está relinchando de prazer e de cólera (LISPECTOR, 1999: 121).

Esta autocaracterização ambígua de Clarice faz-nos lembrar a desmontagem que Inês faz de vários clichés da considerada diferença entre masculino e feminino:

Não consigo acreditar que as mulheres e homens sejam os continentes fechados e adversos que a sociedade, todas as sociedades até hoje, decidiram fazer deles. Espanta-me a perpetuação dos clichés, mesmo entre os seres humanos mais cosmopolitas: ideias como as de que os rapazes são “naturalmente” mais votados para a acção e de mais lenta “maturação” ou de que as raparigas são “naturalmente” mais compassivas e contemplativas circulam no dia-a-dia das conversas como verdades incontestáveis (*Crónica Feminina*, 2005: 35).

Declarando que “a suspensão é muitas vezes mais vigorosa e criativa do que qualquer acção”, Inês faz conviver, em mútuo equilíbrio, a contemplação e a acção: “há um momento opaco em que todos os desejos se somem num céu aflito, e nós flutuamos sobre o tempo, na via dolorosa da nossa confusa liberdade” (*Ib.*: 37).

A dignidade da mulher é claramente assumida por Clarice, a propósito da oferta de suéter por uma moça desconhecida, moradora em São Paulo, sua leitora, “uma carícia de grande amizade” (LISPECTOR, 1999: 122). A sua justa medida fá-la admitir “como gloriosa a condição feminina”, sentindo-se motivada a “enfrentar o frio não só o real como os outros” e a perfumar-se com perfume secreto, ingrediente feminino que lhe permite sentir-se “uma mulher a mais” (*Ib.*: 123). Inês critica a falta de condecorações a mulheres (12,6%), em comparação com os homens (87,4%) de modo irónico, citando o comentário de Ana Vicente” (*Os Poderes das Mulheres, os Poderosos dos Homens*, ed. Gótica): “Não há dúvida que temos que nos esforçar mais para chegarmos aos níveis esplendorosos dos modelos masculinos com quem temos a honra de partilhar a humanidade” (*Crónica Feminina*, 2005: 80).

Ambas as cronistas falam da divisão entre as mulheres, mas de modo algo diverso. Clarice intitula “Estritamente feminino” (LISPECTOR, 1999: 105) as intrigas e calúnias de que foi vítima *n’O Globo*, em “As escritoras se reúnem hoje no Rio em festival”, ao ser comentada a sua ausência nesse Festival, quando a tinha justificado telefonicamente. Inês também reconhece tal procedimento, interrogando em título cronístico: “Porque é que as mulheres são más umas para as outras?” (*Crónica Feminina*, 2005: 95). E aponta a solução:

Para que essa Outra Maneira vicejasse, seria necessário que todas as mulheres que trabalham se sintonizassem em simultâneo para uma revolução de valores. Como? Substituindo as intrigas de corredor por entusiasmo e empenhamento (*Ib.*: 95-96).

Mas também põe em causa o “mito da Maneira Feminina de Fazer o Mundo”, conveniente à supremacia masculina: “A tese que faz do feminino uma espécie de nuvem de anjos prontos a sacudir a Concorrência e a Agressividade para longe deste mundo, é a última ficção masculina do século XXI” (*Ib.*: 95). Censurando as “teóricas do feminismo”, “de resto com a melhor das intenções” (*Ib.*: 96), pela manutenção deste mito, a cronista também reconhece a cumplicidade (“na sombra”) das mulheres “na construção deste mundo viril” (*Ib.*: 97):

Foi na sombra de há muitos séculos que as mulheres se habituaram a ser más umas para as outras. [...] No século XXI, talvez as mulheres aprendam a deixar de se vetar continuamente umas às outras. E então poderemos falar de diferença feminina (*Ib.*).

A desmontagem dos estereótipos da beleza fugaz e da segregação feminina é outro ponto comum a ambas as cronistas. Clarice regozija-se pelo facto de ter sido gorado um convite para escrever uma secção cronística de comentários a acontecimentos, dirigida a mulheres, justificando tal regozijo com uma visão estritamente feminina do mundo:

Digo felizmente porque desconfio de que a coluna ia era descambar para assuntos estritamente femininos, na extensão em que *feminino* é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias humildes mulheres: como se mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada” (LISPECTOR, 1999: 108).

A propósito da notícia da morte de “uma idosa de 60 anos” num incêndio florestal, Inês, cita um artigo do romancista Sousa Costa, no qual propõe ironicamente a suspensão da decadência física de uma ex-beldade e de todas as mulheres formosas, em regime de excepção:

Por isso, as mulheres formosas, como seres de alta nobreza na imensa parada democrática das maiorias da beleza média e da triste fealdade, deviam viver à sombra do privilégio, em regime de excepção. Era legítimo que alguém, Senhor ou Ditador, com alçada sobre as leis naturais, as ausentasse dos caprichos e tropelias do tempo – tal qual se procede nos museus com peças de raro quilate. E assim, decretasse que para elas os vinte, os trinta, os quarenta [...] seriam sempre gloriosos vinte – na graça, no meneio, na pureza da linha, na frescura da epiderme e do riso. Mas, para que nem o

tempo pudesse erguer pendão de rebeldia pelo ultraje aos seus direitos, [...] as mulheres formosas acabariam todas, invariavelmente, em plena beleza – aos cinquenta anos (*Crónica Feminina*, 2005: 258).

O mundo profundo da prostituição é perspectivado de modos também diferenciados por ambas as cronistas. Clarice ocupa-se dele como uma tarefa social, tendo em conta que constitui um problema de ordem social. Interrogando esse mundo desde a adolescência, denuncia a alienação do amor no comportamento masculino, a fuga ao afecto: “A fuga ao amor é um fato. Paga-se para fugir. Até homem casado gosta, às vezes, de sustentar a casa para transformar a esposa em objeto pago” (LISPECTOR, 1999: 97). A falha da entrevista com a proxeneta leva a cronista a entender as linhas profundas desse submundo, interrogando-se: “Que afinal esperava eu? A pergunta da adolescente morrera? O mundo é sem graça? [...] E aqui fica a entrevista que falhou. Nós todos falhamos quase sempre (*Ib.*: 98). Inês, talvez mais realista, põe em causa a cruzada das mulheres de Bragança contra as mulheres de alterne, desiludindo “essas esposas martirizáveis e filhas obedientes” e chicoteando o machismo lusitano: “Os maridos não se roubam, perdem-se” (*Crónica Feminina*, 2005: 213). Tal como as cruzadas medievais e o fervor da Inquisição, esse “combustível ecológico que são as carcaças dos infiéis” é ironicamente ultrapassado, bem como o Médio Oriente, na sua discriminação de género:

No caso vertente, apenas contaremos com a carroçaria das infiéis, já que os adúlteros propriamente ditos são considerados pela generosidade das suas legítimas como inimputáveis. Deixem estas palavras Mães descer de Bragança e contagiar-nos com a sua fúria purificadora, e verão como o Médio Oriente passa de moda num instante (*Ib.*: 211-212).

A violência contra as mulheres preocupa mais Inês do que Clarice. Em ambas, porém, prevalece o sentido da justiça em face dos oprimidos e a denúncia dessas situações de violência. Clarice desmonta uma atitude aparentemente cristã de uma ex-prisioneira de guerra, numa entrevista ao programa “Hora das mulheres”, na BBC, de Londres:

Há uma hora em que se deve esquecer a própria compreensão humana e tomar um partido, mesmo errado, pela vítima, e um partido, mesmo errado, contra o inimigo. E tornar-se primário a ponto de dividir as pessoas em boas e más. A hora da sobrevivência é aquela em que a crueldade de quem é a vítima é permitida, a crueldade e a revolta. E não compreender os outros é que é certo (LISPECTOR, 1999: 138).

Inês não se poupa a denunciar situações em que as mulheres são vítimas: a violência doméstica, a mutilação feminina, o véu islâmico. A violação, a excisão,

a segregação islâmica das mulheres, o genocídio no Sudão, a crueldade feroz da lei islâmica são as faces das “hidras tenebrosas” além-fronteiras:

Neste preciso minuto em que escrevo há milhares de mulheres, muitas delas ainda crianças, que estão a ser violadas, seviciadas, mutiladas. [...] Mas como esse saber nos incomoda, puxamos dos alfarrábios e pomo-nos a relativizar na confortável sombra das páginas (*Crónica Feminina*, 2005: 399).

A preferência evangélica pelos pobres e almas simples encontra eco no coração de ambas as cronistas. Clarice dedica seis crônicas a seis empregadas domésticas, encontrando numa um “misto de lucidez e instinto que a torna um ser completo” (LISPECTOR, 1999: 45), interpretando a loucura de outra como “doçura de Deus” (*Ib.*: 55), caracterizando outra como uma pessoa misteriosa, com a profundidade bebida na floresta, apesar da sua ignorância elementar (cf. *Ib.*: 72), descobrindo noutra a liberdade, ela, mulher de todos, injuriada pelos patrões, “realmente cansados de distribuir por famílias os seus filhos” (*Ib.*: 117): “Mas ela não era escrava: vivia independente deles e dava à luz os seus próprios filhos, distribuídos depois como gatos, amarelados como a mãe” (*Ib.*: 118). A cronista testemunha como a peça *As Criadas*, de Jean Genet, transformou a sua maneira de encarar as empregadas, sentindo-se “culpada e exploradora”: “Fiquei toda alterada. Vi como as empregadas se sentem por dentro, vi como a devoção que às vezes recebemos delas é cheia de um ódio mortal” (*Ib.*: 50).

Inês elogia a alma simples de Conceição Camacho, essa madeirense que não sabia escrever, mas era “uma heroína do quotidiano” (*Crónica Feminina*, 2005: 366):

No seu tempo de menina, a escola era um luxo a que não podiam dar-se as famílias pobres. Tudo estava programado para que os pobres continuassem pobres, de forma a servir cada vez mais ricos. Mas quando Conceição falava dessa infância de trabalho duro era para contar brincadeira de raparigas pelos fragedos da ilha, namoricos e chistes. Não era uma questão de orgulho; era sobretudo uma questão de atitude perante a vida” (*Ib.*: 363-364).

Sobre a delineação das personagens femininas na sua obra, Clarice, em entrevista, protesta em parte quanto ao seu protagonismo: “Tenho um personagem masculino que ocupa o livro inteiro, e que não podia ser mais homem do que era” (LISPECTOR, 1999: 59). E entende o escritor não como homem ou mulher, mas como um ser andrógino: “por mais feminina que fosse a mulher, esta não era uma escritora, e sim um escritor. Escritor não tem sexo, ou melhor, tem os dois, em dosagem bem diversa, é claro” (*Ib.*). Inês põe em causa a carta do cardeal Ratzinger aos bispos sobre “a colaboração do homem e da mulher na Igreja e

no Mundo" (*Crónica Feminina*, 2005: 403), designadamente quanto ao chamado "feminismo radical":

Eu confesso que não sei o que isso seja, porque o feminismo surgiu para harmonizar um mundo esfacelado pela supremacia radical de um dos sexos. Mas pensava que, a ser alguma coisa, "radical" seria o feminismo que defende como propriedade privada das mulheres os bons sentimentos, as belas lágrimas e as profundas intuições. Radical, porque separa e hierarquiza os sexos, deixando todos os valores positivos da Humanidade para as mulheres, e toda a negação da bondade, da beleza e da paz para os homens (*Ib.*)

Deste modo, existe um contraste nítido entre a afirmação da complementaridade masculino/feminino em Clarice, e a necessidade que sente Inês de pugnar pelos direitos dos homossexuais. Veja-se a alegoria clariciana da mulher e do mar, na crónica "As águas do mar":

Aí está ele o mar, o mais ininteligível das existências não humanas. E aqui está a mulher, de pé na praia, o mais ininteligível dos seres vivos. [...] Ela e o mar. [...] E era isso que lhe estava faltando: o mar por dentro como o líquido espesso de um homem. [...] Mergulha de novo, de novo bebe, mais água, agora sem sofreguidão pois não precisa mais. Ela é a amante que sabe que terá tudo de novo (*Ib.*: 470-471).

Ainda em comentário à carta do cardeal Ratzinger, Inês alude aos casos bíblicos da homossexualidade para invectivar o que considera o temor daquele prelado em relação a "um modelo novo de sexualidade polimorfa" (*Crónica Feminina*, 2005: 405), derivado da igualdade entre hétero e homossexuais.

Se em Clarice "A Virgem em todas as mulheres", figura o arquétipo feminino universal, sabendo cada mulher, na gravidez, que dará à luz um ser que seguirá forçosamente o caminho de Cristo, caindo na sua vida muitas vezes sob o peso da cruz" (*Ib.*), em Inês, com Agustina, "através dos Evangelhos Apócrifos", emerge "uma outra Virgem Maria, bem mais estimulante do que aquela a que estamos habituados" (*Crónica Feminina*, 2005: 73). Em complementaridade, em Clarice, no diálogo masculino/feminino, surge Cristo e São José. "Cristo seria alegre se não precisasse mostrar ao mundo a dor do mundo: como homem era um ser perfeito e por isso teria alegrias perfeitas" (*Ib.*). S. José é o "símbolo da humildade" e da "bondade": "Ele sabia que não era o pai da Criança e cuidava da virgem grávida como se ele a tivesse germinado [...]. É o autoapagamento no grande momento histórico. Ele é o que vela pela humanidade" (*Ib.*: 158, 159).

A educação sexual é outro ponto de incidência entre ambas as cronistas. Na crónica "A perseguida feliz", Clarice advoga de modo indirecto a necessidade dessa educação ante a ignorância de três meninas adolescentes:

Ao sentar-se em frente à prancheta, descobriu-a logo ao primeiro olhar, coberta dos mais miúdos hieróglifos: desenhos e palavras, tudo em tipo apertado e nítido, tudo com ar organizado. Antes mesmo de entender, soubera com um choque: eram insultos de amor. Antes mesmo de entender os desenhos e as minúcias simbólicas, já empalidecera. Empalidecera de curiosidade, de surpresa? Quanto aos escritos, ela quase não compreendia, tanto a terminologia era técnica e especializada, quase técnica de outro país, compilação laboriosa de um espírito analítico (*Ib.*: 130).

Inês, a propósito da SIDA, critica a ausência de educação sexual nas escolas: “o governo acabou com um protocolo com a Associação para o Planeamento Familiar, alegadamente para o alargar a outras entidades – como associações religiosas”, a pretexto da escolha dos pais sobre a “informação sexual que querem dar aos filhos” (*Crónica Feminina*, 2005: 333). Avogando a autonomia dos direitos dos filhos, propõe a criação de “um gabinete de informação sexual em cada escola, onde os especialistas respondessem individualmente às dúvidas dos jovens” (*Ib.*), em vez de aulas: “alguém acredita que se fale a sério de algo tão íntimo como a sexualidade, no meio de uma turma?” (*Ib.*).

A vida, o amor e a morte são um tripé temático comum a ambas as cronistas.

A partir da superstição ucraniana segundo a qual “ter um filho curava uma mulher de uma doença”, Clarice vive carregando um sentimento de culpa pelo facto de seu nascimento não ter curado a mãe, desmentindo essa superstição: “fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado” (LISPECTOR, 1999: 111). No entanto, desta “solidão de não pertencer”, nascida de não ter pertencido nem ao pai nem a mãe, surge a aprendizagem da verdadeira pertença, viver: “E então eu soube: *pertencer é viver*” (*Ib.*). A bênção da vida, humildemente pedida, é o desejo que exprime ao psicanalista Dr. Lourival: “Peço a bênção da vida” (*Ib.*: 117). Com o sentido altruísta que acompanha sempre as suas crónicas, declina o caminho do individualismo egocêntrico, para realçar a alteridade, a abertura ao Outro: “meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada” (*Ib.*: 119).

A defesa da vida nas crónicas inesianas decorre do seu empenhamento cívico na luta pelos direitos humanos, designadamente das mulheres, contra a violência e a agressão de todas as vítimas, crianças ou adultos, homens ou mulheres, pela defesa do direito à saúde, dos deficientes, na condenação do terrorismo internacional, designadamente o islâmico, do holocausto nazi e soviético, do homicídio involuntário nas estradas... Apesar da defesa das mulheres condenadas por aborto ilegal e da enfermeira da Maia, o direito à vida não deixa de atravessar todas as suas crónicas. Incomoda-a, sim, a limitação desse direito à vida intra-

-uterina:

A vida das crianças continua, em Portugal, a ser um pormenor. Só há defensores para a vida intra-uterina: enquanto estão na barriga das mulheres, como seres em potência, toda a gente adora as criancinhas. [...] Por isso é que o homicida de uma criança concreta pode ir para criança, tranquilamente, prometendo que um dia destes vai pedir desculpa, e a desgraçada da enfermeira Maria do Céu está há três anos presa, cumprindo uma pena de mais sete, por ter interrompido a gravidez a mulheres que lho requisitaram (*Crónica Feminina*, 2005: 169-170).

Por isso, com Marguerite Duras, “uma mulher que soube pôr as rugas da imagem em cada palavra e que ousou filmar as palavras dançando para dentro da escuridão dos corpos” (*Ib.*: 294), Inês defende que “é enquanto ela se vive que a vida é imortal” (*Ib.*).

Citando Bernanos e a “salvação pelo risco – sem o qual a vida para ele não valia nada” (LISPECTOR, 1999: 161), Clarice relativiza a dor e o mistério da morte, em face do amor: “a morte não existe porque na verdade já estamos na eternidade, [...] amar é não morrer, [...] a entrega de si mesmo não significa a morte” (*Ib.*: 32). Captar “o regozijo infinitamente doce de morrer” (*Ib.*: 35), sem apressar “a vinda dessa felicidade”, é o seu desejo mais profundo: “Ah como me inquieta não conseguir viver o melhor, e assim poder enfim morrer o melhor” (*Ib.*). Transcrevendo o soneto LXV de Miguel Ângelo, sem qualquer comentário, demarca-se com ele da vacuidade da “arte terrena”, em face do “amor divino”, oferecido à humanidade, cingindo-a, em seus braços, “abertos em cruz” (*Ib.*: 122). O silêncio da paz da “Noite na Montanha” suíça, um silêncio que anuncia a morte e exige coragem, exprime a vivência da cronista: “Viver na orla da morte e das estrelas é vibração mais tensa do que as veias podem suportar” (*Ib.*: 129). Se o nascimento é “a morte de um ser uno se dividindo em dois solitários” (*Ib.*: 142), a morte é o “prazer do cansaço dolorido”, pois “Todo prazer intenso toca no limiar da dor”: “Morrer deve ser assim: por algum motivo estar-se tão cansado que só o sono da morte compensa” (*Ib.*). Daqui o paradoxo de se agarrar à vida, enquanto espera a morte: “O que chamo de morte me atrai tanto que só posso chamar de valoroso o modo como, por solidariedade com os outros, eu ainda me agarro ao que chamo de vida” (*Ib.*: 205). A inefabilidade misteriosa da vida, do amor e da morte, a par da efemeridade, é a síntese de toda a cronística clariciana e da sua obra em geral: “Morte é inefável. Mas a vida também o é. Inclusive se é de um provisório impalpável” (*Ib.*: 370).

Inês é sensível à morte dos amigos, de quem recebeu “o esboço original do riso e do afecto” (*Crónica Feminina*, 2005: 24), ou de quem admira o cosmopolitismo, a “cultura infinita” e a “inteligência aguçada” (*Ib.*: 44). A evocação dessa amizade

é feita através da arte como “eternização dos nossos mortos”:

Qualquer arte: a de lhes acariciar os retratos, devagar, de os guardar em gavetas escuras para que não percam a cor. A de os descrever com minúcia, para os prender à teia, ainda efêmera, das palavras. [...] A morte dos nossos amigos convida-nos à sabedoria de um amor sem lugar (*lb.*: 43).

Ambas as cronistas colocam o amor e a amizade acima de todos os valores. Seguindo o chamado “Hino da Caridade” (I Cor., 13, 8), Clarice considera o amor como perene, imortal: “Ao passo que amar eu posso até a hora de morrer. Amar não acaba. É como se o mundo estivesse à minha espera. E eu vou ao encontro do que me espera” (LISPECTOR, 1999: 102). A realização do ideal da comunhão perfeita, da comunhão de almas, é a experiência que compartilha: “Como traduzir o profundo silêncio do encontro entre duas almas? [...] Éramos um só ser. Esses momentos são o meu segredo. Houve o que se chama de comunhão perfeita. Eu chamo a isso de: estado agudo de felicidade” (*lb.*: 341). Também Inês compartilha essa experiência da cumplicidade dos amigos, na sua função fraterna de mútua aprendizagem:

Amigos são os que não nos deixam viver abaixo do nível dos nossos sonhos, os que precisam que amemos o que eles amam, os que nos zurzem quando erramos para que comecemos a acertar depressa, e sobretudo, os que infinitamente nos abraçam por essas noites imensas em que nos sentimos feios, porcos, maus e esquecidos pelo mundo (*lb.*: 33).

O olhar filosófico sobre o mundo também é lançado pelas duas cronistas, embora seja privilegiado por Clarice. A ausência de pensamento filosófico na Suíça é explicada pela pobreza de pensamentos no país com “três raças, quatro línguas” (*lb.*: 230): “De onde podemos concluir, três ou quatro pensamentos” (*lb.*). O aparente paradoxo de um país com uma organização quase perfeita, mas com *deficit* filosófico é explicado a partir da sua opção política neutral:

Ora, o pensamento filosófico é por excelência aquele que vai até seu próprio extremo. Não pode admitir transigências, senão *a posteriori*. Nenhuma obra filosófica poderia ser construída tendo como um dos seus princípios tácitos a necessidade de se chegar somente até certo ponto. Este é mais um dos aspectos da neutralidade suíça. [...] É um princípio, mais do que de paz, de apaziguamento. Ser neutro não é solução a determinado caso, ser neutro tornou-se, com o tempo, uma atitude e uma previdência (*lb.*: 231).

A conciliação filosófica entre Destino e Liberdade, mesmo que pareça uma posição determinista, é feita tendo em vista o caminho pessoal e intransmissível

de cada qual: “É determinismo, sim. Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre. Prisão seria seguir um destino que não fosse o próprio. Há uma grande liberdade em se ter um destino. É o nosso livre-arbítrio” (*Ib.*: 140). Nesta caminhada, o critério ético de distinção entre Bem e Mal é aceite pela cronista que, no entanto, não deixa de o relativizar: “Julgar de acordo com o bem e o mal é o único método de viver. Mas não esquecer que se trata apenas de uma receita e de um processo. De um modo de não se perder na verdade, que esta não tem bem nem mal” (*Ib.*). Apesar de tudo, sem o homem, a natureza parece incompleta: “Não há lógica, se se for pensar um pouco, na ilogicidade perfeitamente equilibrada da natureza. Da natureza humana também. O que seria do mundo, do cosmos, se o homem não existisse” (*Ib.*: 246). A vocação humana e cósmica da cronista fá-la “tomar conta do mundo”, identificando Deus com o cosmo:

Hão de me perguntar por que tomo conta do mundo: é que nasci assim, incumbida. E sou responsável por tudo o que existe, inclusive pelas guerras e pelos crimes de lesa-corpo e lesa-alma. Sou inclusive responsável pelo Deus que está em constante cósmica evolução para melhor (*Ib.*: 276).

O olhar filosófico de Inês dirige-se à ausência do pensamento por parte dos políticos:

A primeira e mais nobre obrigação de um político devia ser exactamente a de pensar. O pensamento é, ou deveria ser, a força motriz da acção. As grandes palavras sobre as quais erguemos os nossos ideais necessitam de ser abertas e analisadas, necessitam dessa concreta transfusão de sangue humano que é tarefa da filosofia (*Crónica Feminina*, 2005: 368).

O eixo liberdade-responsabilidade, aprendido na cartilha materna, é defendido pela cronista, a partir da citação de Maria Zambrano, filósofa espanhola, nascida há cem anos, discípula de Ortega y Gasset e criadora do conceito de “razão poética”, “através do qual pretendia ultrapassar a «crise da razão», dando conta de que “os grandes sistemas puramente racionais falhavam, precisamente por se isolarem da existência concreta”: “Liberdade é identidade [...] ser livre é ser responsável; é expor-se e até reclamar ser julgado” (*O Homem e o Divino*, edição Relógio d’Água) – *Crónica Feminina*, 2005: 369.

O olhar sociológico, com incidência política e ética, também é focalizado pelas duas cronistas. A condenação da ditadura política é explicitada por Clarice: “As palavras já ditas me amordaçaram a boca [...] Só posso escrever se estiver livre, e livre de censura, senão sucumbo” (*LISPECTOR*, 1999: 245). Lembrando aos “mais desmemoriados” que “o 25 de Abril marca o fim de uma época de

opressão (censura, prisões políticas, negação de direitos cívicos elementares às mulheres, lembram-se?), miséria estagnada [...] e medo" (*Ib.*: 367), Inês ironiza o "debate sobre Abril-Revolução ou Abril-evolução" como "invenção queirosiana póstuma, mais uma das múltiplas formas de assar carapaus fritos tão caros ao diletantismo nacional" (*Crónica Feminina*, 2005: 367), acrescentando uma nota analítica sobre a normal história de um período de evolução, após a revolução: "com avanços e retrocessos, como sucede em todos os processos, nada na vida é linear" (*Ib.*).

Um mundo dilacerado pela fome, pela guerra, pelo genocídio, pela prostituição enraivece Clarice Lispector: "Como suportaria eu a manchete que saiu um dia no jornal dizendo que cem crianças morrem no Brasil diariamente de fome? A raiva é a minha revolta mais profunda de ser gente?" (LISPECTOR, 1999: 135). A guerra do Vietname provoca-lhe "revolta e tristeza":

[...] que é que uma mulher fraca como eu pode falar sobre tantas mortes sem sequer glória, guerras que cortam da vida pessoas em plena juventude, sem falar nos massacres, em nome de quê, afinal? [...] Mas, de súbito, senti-me impotente, de braços caídos. Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi sentir profundamente o massacre e ficar perplexa. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: sentir com impotência revolta e tristeza. Essa guerra nos humilha (*Ib.*: 284).

O genocídio ameríndio, desde a época da colonização portuguesa, é analisado na sua diversidade de formas:

[...] desde a mais simples que é a bala de um trabuco, aos mais requintados métodos, como interferência maciça na cultura do índio através de catequese religiosa que lhes proíbe a preservação de sua cultura primitiva, o que fatalmente redundava em sacrifício do nativo. Ou se mata também arrebatando-lhes a terra, à qual estão teluricamente ligados (*Ib.*: 104).

A criação de novos parques nacionais e a urgência da reforma agrária são os remédios apontados para a preservação do ameríndio: "Se continuarmos a ser objetivos da ambição alheia, o brasileiro será um pobre coitado e continuar-se-á a matar não índios, mas a nós também" (*Ib.*).

A propósito do Museu Judaico de Berlim e do "anti-semitismo arquivado", parafraseando Claude Lévi-Strauss ("o bárbaro é antes de mais o homem que acredita na barbárie" – *Crónica Feminina*, 2005: 301), Inês escreve:

A guerra, qualquer guerra, é um sinal ou uma consequência de uma barbárie inicial – barbárie que começa pelo não reconhecimento do outro como ser humano. O grau menos-que-zero dessa barbárie é o desprezo pelo cadáver do inimigo. Um desprezo que tem um lastro imenso na História (*Ib.*).

O olhar estético das duas cronistas reparte-se pela língua portuguesa, pela arte e pela literatura.

Apesar de algumas reservas quanto à facilidade e maleabilidade da língua portuguesa, para além de não dada a subtilezas, Clarice declara-lhe o seu amor, reagindo àqueles que a reduzem a “uma linguagem de sentimento e de alerteza” (LISPECTOR, 1999: 110), desejando cultivá-la “ao máximo”. Apesar de ucraniana, faz da língua portuguesa um factor decisivo da sua identidade: “Fiz da língua portuguesa a minha vida interior, o meu pensamento mais íntimo, usei-a para palavras de amor” (*Ib.*: 320). De modo análogo, Inês ressalva o valor da língua portuguesa, mormente no Brasil, onde falta o tom do tédio, o dó menor do alheamento” (*Crónica Feminina*, 2005: 217), não deixando, porém, de criticar

a frágil embarcação da língua portuguesa por este vasto mar de sargaços em que tanto gostamos de nos enredar – todos nós, os países de língua oficial portuguesa. Tão ensargaçado está este mar que até expressões como “lusofonia” ou “língua oficial portuguesa” são ainda objecto de polémica (*Ib.*: 215-216).

A dignificação e estabilização da “carreira docente, em todos os graus de ensino” (*Ib.*: 454), e a importância de se promover as obras dos escritores visitantes das escolas, para além das informações colhidas na internet, são as soluções propostas para as falhas de leitura dos jovens, sem a fácil queixa com que muitos “tapam com esse douto manto de queixume o seu próprio alheamento da leitura” (*Ib.*: 453).

Sobre o conceito de artista, Clarice, contestando Bergson, considera que, aquele, embora tente penetrar na realidade do mundo, não deixa de ser sensível às limitações humanas e ao sentido utilitário da vida. Ainda que imperfeito, o artista visa sempre transformar a realidade: “arte não é pureza, é purificação, arte não é liberdade, é libertação” (LISPECTOR, 1999: 229). Rejeitando a dicotomia entre forma e conteúdo, Clarice prefere falar de intuição enquanto “reflexão inconsciente que prescinde da forma, enquanto ela própria”, identificando essa forma no “conteúdo maduro”, não existindo um sem o outro: “Mas a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar. Para falar a verdade, não se pode pensar num conteúdo sem sua forma. Só a intuição toca na verdade sem precisar nem de conteúdo nem de forma” (*Ib.*: 254-255). A função social do artista é reafirmada pela cronista a partir de Ezra Pound: “Artistas são as antenas da raça. [...] A única coisa que você não deve fazer é supor que quando algo está errado com as artes, isso é um erro artístico somente. Quando um dado hormônio falha, isso deve tornar defeituoso o sistema inteiro” (*Ib.*: 454). A defesa do filme de Nelson Pereira Santos, *Como Era Gostoso o meu Francês*, proibido pela censura brasileira, é feita com base

no seu valor estético e histórico: “filme belíssimo, de uma *grande pureza*, de um valor histórico inestimável por causa de toda a reconstrução. Disseram que era um filme poético” (*ib.*: 384). A contemplação do quadro “Paysage aux Oiseaux Jaunes”, do pintor e poeta suíço, naturalizado alemão, Paul Klee, serve à cronista para desmontar o “conforto da prisão burguesa” (*ib.*: 198): “Olhando a extrema beleza dos pássaros amarelos calculo o que seria se eu perdesse totalmente o medo. O conforto da prisão burguesa tantas vezes me bate no rosto. E, antes de aprender a ser livre, tudo eu aguentava – só para não ser livre” (*ib.*).

O valor transcendente da arte, na sua implicação ética, sem deixar de ser “mais real do que a equívoca realidade inteira” (*Crónica Feminina*, 2005: 145), é preconizado por Inês Pedrosa:

Não me peçam que defina arte; só sei que é qualquer coisa que sacode as asas e voa para bem longe do lado da experiência, qualquer coisa mais real do que a equívoca realidade inteira, a fórmula matemática secreta de uma ética exponencial que está em toda a parte ao mesmo tempo. A arte é ubíqua, sim – e a experiência, por si só, é o contrário da ubiquidade (*ib.*: 145).

A crítica da fuga ao belo, cedendo lugar ao refúgio na “ditadura da beleza” (*ib.*: 131) dos corpos, e da propagação do *Kitsch*, para ceder lugar ao fastio do “consumo das imagens horrivelmente belas” (*ib.*: 134) é feita, com o recurso ao apoio de Baudelaire e de Walter Benjamin:

A beleza perdeu-se no sentido em que não é mais aquele *objet sous le voile* de que falava Baudelaire, aura única, objecto de admiração longínqua. Vivemos, desde há cem anos um período em que a beleza parece desaparecer, melancolizar-se. Em vez de buscar a beleza, a arte transformou-se, como dizia Walter Benjamin, numa espécie de ciência da aflição. Mas Benjamin dizia: “Se a obra não salva de nada, pelo menos salva-nos do nada” (*ib.*: 132).

Quanto à literatura, Clarice, apesar de confessar que não sabe escrever e que a literatura deixou de ser importante para ela, não deixa de afirmar a paradoxal salvação da literatura e através da literatura: “não saber escrever talvez seja exatamente o que me salvará da literatura. O que é que se tornou importante para mim? No entanto, o que quer que seja, é através da literatura que poderá talvez se manifestar (LISPECTOR, 1999: 112). Para ela, a literatura, como qualquer forma de arte, não vale apenas por si própria, mas como meio de “manifestar” e revelar esse mundo, acabando, deste modo, por “se manifestar”. Daí o paradoxo da maldição da literatura que salva: “É uma maldição porque obriga e arrasta consigo como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada

o substitui. [...] Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva” (*Ib.*: 134). Daí a função catártica, redentora, da literatura: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (*Ib.*). Por isso, acaba por reconhecer que, apesar da condição dolorosa da literatura (“lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros” (*Ib.*), ela é gloriosa: “O contato com o outro ser através da palavra escrita é uma glória. [...] E escrever é um divinizador do ser humano” (*Ib.*: 96).

Semelhante é a função luminosa e libertadora da literatura para Inês, ao elogiar “a arte poética da depuração” em Vergílio Ferreira e Sophia de Mello Breyner: “os seus livros possuem [...] uma larga e luminosa porta de entrada – e um labirinto sem limites de portas de saída” (*Ib.*: 124). Essa função redentora da escrita é patenteada nos contos de Teolinda Gersão, os quais “circulam em torno [...] do terrorismo interno, inconsciente, de onde nascem os sonhos cegos que conspiram, nas cavernas do nosso sangue e da nossa história esquecida, para [...] nos transformarem a vida” (*Ib.*: 125). Trata-se de “alcançar a câmara escura do ser”, através das “escadas do quotidiano banal”: “Porque estes contos atravessam o comum da solidão e do desespero para chegar ao incomum singular da inquietação” (*Ib.*). A sua “cumplicidade atenta, corajosa, com o olhar infantil permite-lhe [...] interrogar o interrogável, [...] escrever com limpidez e [...] arrancar as vedações do medo, para então entrar sorrateiramente, apenas armada com a lanterna da curiosidade autêntica, dentro do quarto escuro” (*Ib.*: 126).

Quanto ao lugar das palavras dos outros, Clarice, para além das citações e referências autorais, avança com seis entrevistas a pessoas importantes do mundo da literatura, das artes ou do social.

Ao médico Dr. Alceu Amoroso de Lima concede a palavra sobre a Comissão Justiça e Paz do Vaticano, sobre as pílulas anticoncepcionais, sobre a solução imediata para o Brasil como país subdesenvolvido, sobre a psicanálise, sobre o celibato eclesiástico, sobre fé e liberdade interior, sobre a fé como acto de graça e longa procura, sobre as reivindicações juvenis, sobre o livre-arbítrio, sobre o congresso de leigos no Vaticano, sobre a santidade, sobre a sua vida como professor, sobre a chegada do homem à Lua, sobre a crise da Igreja, sobre a escritora Clarice Lispector e a literatura brasileira actual, sobre o seu plano de publicações para 1969 (cf. LISPECTOR, 1999: 173-178). Ao poeta chileno Pablo Neruda indaga sobre a angústia, o “estado de graça” na criação, a literatura brasileira, os seus poemas e os seus leitores, a crítica, o amor. Para ele, a “coisa mais importante no mundo” consiste em “Tratar de que o mundo seja digno para todas a vidas humanas, não só para algumas” (*Ib.*: 186). Ao músico e amigo Tom Jobim, após a questão sobre a maturidade, propõe-lhe que se pronuncie

sobre o problema da falta de leitura, o fim a prazo da música e da literatura, segundo Henry Miller, sobre a morte e a reencarnação, sobre a crítica à “arte de consumo”, sobre o dilema da liberdade criadora do artista, em confronto com o público destinatário. A criação artística, o amor e a integridade da alma são, para Tom Jobim, o “mais importante do mundo” (*Ib.*: 363). Ao artista polifacetado e amigo Millôr Fernandes, lutador contra a ditadura, concede-lhe a palavra sobre a sua obra de encenador, sobre a sua dura infância, sobre a morte e a vida, o amor, o progresso na escrita e na vida, sobre a bondade e a admiração por Vinicius de Moraes. A apreciação literária do poeta, romancista e cronista (“os volumes de *Espelho Partido*, que é uma tentativa de painel da vida brasileira, feita de pequenos fragmentos” – *Ib.*: 467), Marques Rebelo dá lugar aos ecos de uma entrevista, na qual confessa o livro de literatura que gostaria de ter escrito, opina sobre os novos escritores, sobre o seu lugar na Academia Brasileira de Letras, sobre os críticos, a sua vida, o seu trabalho, as suas leituras, a literatura, o seu clube de futebol. A entrevista com o teatrólogo e médico Pedro Bloch encerra este bloco da cedência da palavra aos outros. A consciência de cidadania universal e a comunhão com o outro impressionam no testemunho deste entrevistado: “O que as pessoas chamam de minha bondade talvez seja a minha sintonia com o mundo. Sou coletivo. Tenho o mundo dentro de mim. Acho que todo ser humano tem uma dimensão universal, única, insubstituível” (*Ib.*: 472). A interação entre a responsabilidade individual e a reconstrução do mundo, a aprendizagem com as crianças nas suas peças infanto-juvenis, o entendimento do amor como independente “da posse, do egocentrismo, da planificação, do medo de perder, da necessidade de ser correspondido” (*Ib.*: 473), o respeito à vida, a fé nos homens e na verdade, mais do que na bondade (“a verdade é a quintessência da bondade, a bondade a longo prazo” – *Ib.*), o acreditar em milagres são temas interessantes que o entrevistado sublinha: “Viver é expandir, é iluminar. Viver é derrubar barreiras entre os homens e o mundo. Compreender. [...] Procuo descobrir nos outros sua dimensão universal e única” (*Ib.*)

Inês, em todas as suas crônicas, não deixa de citar sempre autores que considera determinantes do seu pensamento em relação às causas e questões abordadas. Entre estes, podemos referenciar Ruth Rendell, Agustina Bessa-Luís, Augusto Abelaira, Lídia Jorge, Moacyr Scliar, Eric H. Monkkonen e Randall Roth, Sophia de Mello Breyner, Musil, José Tolentino de Mendonça, Daniela Marcheschi, Rui Zink, entre muitos outros. Das múltiplas citações e referências observadas, podemos destacar a importância ilocutória das epígrafes, como a de Agustina (*A Alma dos Ricos*) – *Crónica Feminina*, 2005: 71 –, uma canção tradicional portuguesa (*Ib.*: 227), Alexandre O’Neill (*Ib.*: 351), José Tolentino de Mendonça (*Ib.*: 379), Sophia de Mello Breyner Andresen (*Ib.*: 395).

3.3. Dois estilos

Se existe bastante convergência entre os mundos e os olhares de Clarice Lispector e Inês Pedrosa, mesmo na distância espaço-temporal que as separa como cronistas, o estilo de ambas não deixa de ser algo que as distingue na sua singularidade, de acordo com a definição de Bouffon (*Le Discours sur le Style*, VI, 1753): “le style c’est l’homme même”. Deleuze, a propósito de Proust e Kafka, refere-se a esta marca da literatura como uma espécie de língua estrangeira, ou de delírio que escapa ao sistema dominante: “Création syntaxique, style, tel est ce devenir de la langue: il n’y a pas de création de mots, il n’y a pas de néologismes qui vaillent en dehors des effets de syntaxe dans lesquels ils se développent ” (DELEUZE, 1993: 15-16).

Vejamos, em primeiro lugar, o que distingue a metodologia de apresentação (*dispositivo*) de ambas as antologias.

As 234 crônicas de *A Descoberta do Mundo* obedecem ao mesmo esquema repartitivo em secções (de uma a seis), mais ou menos longas, geralmente com cerca de duas páginas, cada qual com a sua relativa autonomia temática, e devidamente intituladas. Algumas constituem apenas uma linha, na concisão de uma mensagem ou de um pensamento.

A concepção cronística é variada, oscilando entre o comentário crítico, a efusão lírica, as citações, as entrevistas, o esboço de contos ou historietas, anotações, pensamentos.

O ponto de partida também é variado: a observação do real, um telefonema, um encontro, uma viagem de táxi, um passeio, uma conversa, uma leitura, uma reflexão pessoal, uma notícia, um programa de televisão, uma descrição, a evocação de uma pessoa, personagem ou escritor, ou artista, a contemplação de uma obra de arte, a audição de um concerto, uma experiência, uma vivência, um estado de espírito, um sentimento ou complexo de sentimentos e emoções... No centro da crônica está o sujeito da escrita, reflectindo, comentando, partilhando, informando, criticando, sugerindo, propondo. É a vida quotidiana, filtrada pelo olhar da cronista, que perpassa e se desdobra em painel histórico de um Brasil atormentado e em vias de transformação.

A estrutura das secções mais desenvolvidas obedece, aparentemente sem regras ou plano esquemático, sem rigor formal ou convenções canónicas de género, a uma breve introdução (*incipit*), ao corpo ou desenvolvimento, e a uma breve conclusão (*excipit*). A própria cronista põe em causa a sua escrita, em nome da heterodoxia dos géneros, preferindo o mistério e a ligação à terra, à identidade

própria:

Vamos falar a verdade: isto aqui não é crônica nenhuma. Isto é apenas. Não entra em gênero. Gêneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério. Preciso ter um ritual para o mistério? Acho que sim. Para me prender à matemática das coisas. No entanto, já estou de algum modo presa à terra: sou uma filha da natureza: quero pegar, sentir, tocar, ser (LISPECTOR, 1999: 347).

“Esta busca do “mistério” do mundo tem relação com a escrita enigmática que a fascina e lhe dá um ar hermético, tão criticado. Respondendo a esta crítica, considera prioritária a fidelidade à verdade do sentimento e acredita no factor tempo como meio de esclarecimento: “Se tomo um ar hermético, é que não só o principal é não mentir o sentimento como porque tenho incapacidade de transpô-lo de um modo claro sem que o minta – mentir o pensamento seria tirar a única alegria de escrever” (*Ib.*: 236).

É, pois, toda uma comunhão com o mundo, no sentido de descoberta (heurística), como o título da antologia indicia, que marca a intuição da escrita, intuição que é uma via tão importante do conhecimento como a razão: “Minhas intuições se tornam mais claras ao esforço de transpô-las em palavras” (*Ib.*: 236). Daqui a abertura à epifania ou anunciação do mundo: “É como numa anunciação. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo” (*Ib.*: 92). Por um lado, a sua escrita é inspirada por um sentido inquiridor, e busca incessante, que a move a uma reflexão, a uma consciência crítica; por outro, é levitada por uma grande entrega à comunhão com o mundo, “como exercício espiritual profundo” (*Ib.*: 275), tranquilo “e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança” (*Ib.*). Mais do que a busca da expressão, do “escrever bem”, interessa-lhe a gestação do pensamento e da palavra, na metáfora da nebulosa e na comparação do parto:

Não, não estou me referindo a procurar escrever bem: isso vem por si mesmo. Estou falando de procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona – até vir como num parto a primeira palavra que a exprima (*Ib.*).

A imagem sinestésica do “espaço temporal de um piano aberto, nas teclas simultâneas do piano” (*Ib.*: 285), na vivência da paciência e do amor, no “grande incômodo da desordem”, transmite a complexa relação da escrita com a expressão musical, em concerto, contraditada pela sensação de uma desordem aparente. Em qualquer caso, em face da necessidade de comunicar, a palavra é relativizada e minimizada, privilegiando-se a comunicação directa:

Além da espera difícil, a paciência de recompor por escrito paulatinamente a visão inicial que foi instantânea. [...] E como se isso não bastasse, infelizmente não sei redigir, não consigo relatar uma ideia, não sei “vestir uma ideia com palavras”. [...] Ao escrevê-lo, de novo a certeza só aparentemente paradoxal de que o que me atrapalha ao escrever é ter de usar palavras. É incômodo. É como se eu quisesse uma comunicação mais direta, uma comunicação muda como acontece às vezes entre as pessoas (*lb.*: 285-286).

É uma sintaxe colada ao pensamento da ocasião, uma linguagem não escolhida, mas uma obediência à intuição própria, ainda que de modo nebuloso (de novo, surge a metáfora da nebulosa) que preside e guia a escrita, sem um destino definido e pré-determinado:

Não de sintaxe pela sintaxe em si, mas de sintaxe o mais possível se aproximando do que estou pensando na hora de escrever. Aliás, pensando melhor, nunca *escolhi* linguagem. O que eu fiz, apenas, foi ir me obedecendo. Ir me obedecendo – é na verdade o que faço quando escrevo, e agora mesmo está sendo assim. Vou me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo, mesmo sem saber ao que me levará. Às vezes ir me seguindo é tão difícil – por estar seguindo em mim o que ainda não passa de uma nebulosa – que termino desistindo (*lb.*: 306).

Daqui o sentido de risco e de aventura que fascina a cronista e se repercute na própria escrita: como meio de aproximação ao real: “Este senso de aventura é o que me dá o que tenho de aproximação mais isenta e real em relação a viver e, de cambulhada, a escrever” (*lb.*: 236). Senso de aventura que inclui o mistério e a surpresa: “Embora representando grande risco, só é bom escrever quando ainda não se sabe o que acontecerá” (*lb.*).

Simplicidade, despojamento aparente, “ao correr da pena”, paradoxalmente conjugados com a complexidade do pensamento e da escrita enigmática, são ingredientes fundamentais da cronística clariciana, como em toda a sua obra, afinal. Daqui a importância das entrelinhas no discurso sintático e semântico. Daqui a necessidade de apelar para a expressividade e a transparência, quem sabe se lúcida e corajosa, das palavras e entrelinhas, dos sentidos e subsentidos, por vezes ocultos ou semiocultos, e apenas sugeridos: “que ao menos não esmaguem as palavras nas entrelinhas” (*lb.*: 201).

Este estilo enigmático, que se encontra na sua escrita simbólica e alegórica, designadamente nos contos, alguns dos quais são esboçados nas figuras de animais, remete para um sentido espiritual do despojamento intelectual, que se encontra na célebre frase de Sócrates (“só sei que nada sei”), mas também no Evangelho, no Budismo e no Taoísmo, na articulação paradoxal entre “não enten-

der” e “entender”. No fundo, ultrapassar as limitações do conhecimento, sempre relativo, sem deixar a abertura ao conhecimento, aspiração humana universal:

Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma bênção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo (*lb.*: 172).

Esta humildade socrática torna-se arquétipo de busca da verdade: “só se”. Mas, no jogo das palavras, a auto-ironia baralha o leitor: “o que não deixa de ser uma forma engraçada de orgulho”, entendendo-se orgulho não como pecado, mas como “coisa infantil em que se cai como se cai em gulodice”, embora seja “erro grave”, “com todo o atraso que o erro traz à vida” (*lb.*). É, pois, uma escrita que conjuga a ironia com o jogo de palavras, numa permanente associação entre complexidade e simplicidade, enigma e transparência.

A própria cronista sente necessidade de explicitar o significado de certos símbolos, como o do mundo vegetal, no seu estádio primaveril, figurando o próprio eu, integrado na Natureza, em diálogo humilde e aberto com a pluralidade dos outros e plenitude do “grande Outro”:

A primavera torturante, límpida e mortal que o diga, ela que me encontra cada ano tão pronta para recebê-la. [...] Aceito esta minha cabeça à chuva tremeluzente da primavera, aceito que eu existo, aceito que os outros existam porque é direito deles e porque sem eles eu morreria, aceito a possibilidade do grande Outro existir apesar de eu ter rezado pelo mínimo e não me ter sido dado” (*lb.*: 141).

Ou o símbolo da gênese da vida animal, o ovo, que atrai a cronista, convidando-a a meditar no mistério dessa energia celular, imagem do Deus criador, mas também metáfora da vida humana:

– Você é perfeito, ovo. [...] A você dedico o começo. [...] O ovo é uma exteriorização: ter uma casca é dar-se. [...] O ovo é a alma da galinha. [...] Eu te amo, ovo. [...] O ovo nunca lutou para ser um ovo. O ovo é um dom. [...] De ovo a ovo chega-se a Deus, que é invisível a olho nu. [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. [...] O ovo é o sonho atingível pela galinha. [...] Viver leva à morte. [...] Sobreviver chama-se manter a luta contra a vida que é mortal. Ser uma galinha é isso. [...] A nossa visão de sua vida interior é o que chamamos de *galinha*. [...] A galinha olha o horizonte (*lb.*: 207-209).

A sensação de experimentar os limites da expressão (“é que ao escrever, por mais que me expresse, tenho a sensação de nunca na verdade ter-me expressado” – *Ib.*: 254) permite fazer interagir o silêncio com a escrita, até ao eleger preferencialmente o conteúdo, em detrimento da expressão: “Mas, de qualquer forma, tentarei o seguinte: uma espécie de silêncio. Mesmo continuando a escrever, usarei o silêncio” (*Ib.*). A cronística clariciana, como na música, orchestra o discurso com o silêncio, deixando no ar reticências sintácticas que originam a reflexão e a ponderação. A própria escrita origina a iluminação interior, revelando as coisas e a sua consciência, na maior das surpresas: “É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia” (*Ib.*: 254).

O ritmo da respiração discursiva da cronística clariciana, como numa grande ou pequena conversa, num registo predominantemente oral e coloquial, é o mais adequado para o objectivo epidíctico, ou persuasivo, próprio da retórica, ao mesmo tempo que galvaniza a atenção do leitor, que é interpelado a pronunciar-se positiva ou negativamente, evitando a sua indiferença perante os assuntos debatidos.

Esta sedução do leitor não é apenas resultado da estratégia discursiva ou retórica, da arma da palavra. A história verídica, ou mesmo ficcional, através dos contos esboçados, é constantemente reportada, fixando o interesse imediato pela leitura, numa aliança entre o imaginário narrativo e a mensagem veiculada.

O período sintáctico, tendencialmente curto, é mais próximo da parataxe do que da hipotaxe, facilitando o acompanhamento da reflexão produzida. O próprio vocabulário utilizado é, na sua maioria, acessível ao grande público leitor, mesmo nas questões mais filosóficas ou místicas. O registo linguístico privilegia a linguagem corrente, com idêntico objectivo de acessibilidade de leitura, embora a linguagem cuidada e técnica não esteja ausente do discurso. O recurso a alguns estrangeirismos não impede essa acessibilidade.

A adjectivação, por vezes tripla, a série de frases interrogativas, originando correspondentes respostas, um certo ritmo perifrástico, as metáforas e comparações, a par das diversas sinestésias, marcam os principais recursos estilísticos, recheando e colorindo de virtualidades poéticas o discurso aparentemente acessível e popular.

A ironia é outro recurso, associado à sátira, como na alegoria da morte das baratas, na qual se revela o tormento psicológico da cronista perante as vítimas, numa defesa indirecta e irónica da Vida e de todos os seres vivos, ainda que pareçam ameaçadores e asquerosos. Afinal, por mais que se ameacem os seres vivos, eles conseguem ressurgir das cinzas, como a mítica ave da fénix:

Meticulosa, ardente, eu aviava o elixir da longa morte. Um medo excitado e meu próprio mal secreto me guiavam. Agora eu só queria gelidamente uma coisa: matar cada barata que existe. [...] Acordei horas depois em sobressalto de atraso. Já era de madrugada. Atravessei a cozinha. No chão da área lá estavam elas, duras, grandes. Durante a noite eu matara. Em nosso nome, amanhecia. No morro um galo cantou. [...] Mas olho para os canos, por onde esta mesma noite renovar-se-á uma população lenta e viva, em fila indiana. Eu iria então renovar todas as noites o açúcar letal? [...] E hoje ostento secretamente no coração uma placa de virtude: “Esta casa foi detetizada” (*Ib.*: 214-216).

Noutra alegoria, a abelha personifica a própria cronista que se encontra com a flor preferida, a rosa, reencarnação de uma alma de um recém-falecido, “encontro temerário” com o próprio destino, que é descodificado:

e com medo inventei que aquela flor era a alma de alguém que acabara de morrer [...] e a flor estava tão vibrante como se houvesse uma abelha perigosa rondando-a [...] melhor dizer que a abelha e a flor emocionadas se encontravam, vida contra vida, vida a favor da vida – [...] a abelha era eu – e a flor tremia diante da doçura perigosa da abelha – [...] não entendo que se possa ter medo de uma rosa – pois a flor era uma rosa – [...] e as flores e as abelhas já me chamam – [...] e na verdade profundamente eu quero ir – é o encontro meu com meu destino esse encontro temerário com a flor (*Ib.*: 415).

As 110 crônicas de Inês Pedrosa, dirigidas a um mundo diferenciado no tempo e no espaço, também utilizam a poderosa arma da ironia, combinada com o ingrediente da sátira cáustica e mordaz, ainda que vise uma sociedade democrática, todavia eivada de vícios que a todo o momento são desmontados e criticados, com pleno vigor e pertinência. Lembrando a espada de Ezequiel, “afiada e polida”: “afiada, para executar uma matança; polida, para que lampeje como um relâmpago” (*Ez.*, 21, 14-15), esta ironia tem o condão de cortar a direita, à esquerda e à direita, como, por exemplo, na crítica ao nazismo e ao comunismo, ou ao terrorismo internacional, quer o da Al Qaeda, quer o da ETA: “Sê afiada à direita, põe-te do lado esquerdo, onde o teu gume é requisitado” (*Ib.*: 21).

Apesar da fragilidade dos textos sobre a precariedade do mundo, eles constituem um grito profético contra a injustiça e a violência institucionalizadas, “pedras de toque da política actual” (*Crónica Feminina*, 2005: 14). O optimismo da esperança anima e dá suporte a este grito de fúria profética, transformando a “zanga” em “encantamento”: “Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Ib.*). Efectivamente, a conjugação da ira crítica com a expectativa de

melhoramento do mundo está na base de todo o discurso cronístico inesiano. No emaranhado das “obsessões inconscientes”, está um “reflectir continuamente sobre a realidade”, algo que exige distanciamento e serenidade, para “transformar em palavras claras o fluxo, tantas vezes nebuloso desse pensamento” (*Ib.*: 13). Como Clarice, também Inês se confronta com o antagonismo entre a clareza ou transparência e a nebulosidade, entre a simplicidade e a complexidade, entre as palavras e o pensamento. Toda a escolha vocabular e sintáctica assenta neste antagonismo, produzindo textos surpreendentes, na estranha combinação entre a sua fragilidade e a sua força retóricas: “os textos sussurram entre si como pessoas frágeis, provisórias, às vezes terríveis na teimosa inconsciência da sua força e precariedade sobre o mundo” (*Ib.*: 17). A imagem titular das crónicas de Augusto Abelaira *Escrever na Água* inspira e guia Inês na sua função cronística, através do seu discurso, límpido, transparente e idealista, por um lado, e impetuoso, contundente e veemente, por outro:

Dá-nos a medida da limpidez inesquecível sobre o aparente irrisório. Dá-nos a vida como água que escorre pela nossa perecível mão. Dá-nos a mão que emala o tempo na sua justa medida de breve recreio, pensamento interrompido. Não é fácil ensinar as palavras a nadar. A não ter medo de ir contra a corrente. A contornar as marés e furar as ondas (*Ib.*: 239).

Discurso de “palavras a nadar [...] contra a corrente”, contornando “as marés” e furando “as ondas” é, pois, a força retórica da cronística inesiana. A poética medieval-renascentista do espanto poético ante o desconcerto do mundo expressa mais uma vez a complexidade discursiva, repartida no antagonismo entre a objectividade da sátira cáustica, mordaz, e o encanto lírico e nostálgico da subjectividade literária:

[...] melancólicas considerações acerca do desconcerto do mundo sentidas à luz da Lua, são considerações rigorosas acerca da trajectória dela. Ou, se quiserem, e de forma mais simples, limitam-se a exprimir o espanto, o meu espanto perante o mundo da política (*Ib.*: 239-240).

Esta objectividade, associada ao carácter efémero da crónica, em oposição à escrita no “mármore eterno”, como a épica ou o discurso historiográfico, contrasta com a subjectividade literária, na base de critérios de inutilidade, tão caros a uma sociedade mercantilista, em claro desacordo com a humanista, presidida por uma estética não alheia à ética:

Com Augusto Abelaira aprendi que é sobretudo aquilo que não serve para nada que nos serve: valores, ideais, afectos, memórias e sonhos – com os seus livros, com as suas crónicas, mas sobretudo vendo-o viver. Abelaira

representava esse grau superior da escala estética que é um ser humano íntegro. Inquieto, curioso, indeslumbrável. (*lb.*: 240).

É este arquétipo ético que epigrafa o ideal cronístico de Inês Pedrosa, na voz impiedosa da sua crítica, e se reflecte na artilharia verbal e sintáctica do seu discurso. O sentido de “risco, inconsciência e ousadia” (*lb.*: 14) (*lata*, na linguagem de gíria), caracterizado com a gradação ascendente de quatro adjetivos, timbra o cronista, na metáfora do encontro erótico com o tempo, às vezes bem-sucedido, outras não:

[...] alguém que tem a lata – coisa visceral, barulhenta, infantil, brincalhona – de se atirar para os braços do seu próprio tempo e exhibir o seu encontro erótico com ele. Romance às vezes feliz, às vezes malfadado, em certos momentos atinge uma imprevista sintonia entre alma e pele (*lb.*: 15).

A imagem pirotécnica “rastilho de lume” é bem expressiva do impacto do discurso retórico da cronista junto dos leitores: “Oxalá possa algum leitor encontrar aqui o rastilho de lume de algum desses momentos” (*lb.*). Trata-se da “consciência [...] da capacidade de mobilização da palavra”, devida à crónica, (*lb.*), no seu efeito ilocutório junto dos leitores, como instrumento de persuasão e convencimento e adesão afectiva e efectiva.

De modo diferente da organização cronística (*dispositivo*) de Clarice, Inês não divide o seu texto em secções, unificando, sob um título, o tema abordado, em três ou quatro páginas. Concentra, assim, a temática escolhida, desenvolvendo-a também em três partes sucessivas: a introdução (*incipit*), o corpo e a conclusão (*excipit*). A introdução inspira-se também, como em Clarice, na realidade observada, ou lida, ou ouvida, logo comentada, quase sempre em termos veementes e expressivos. O filtro do ponto de vista subjectivo da cronista (“penso”, “conheço”, “sei”, ou “não sei”, “parece-me”, “li”, “claro que”, “vê-se”) atravessa esse comentário, dando lugar a interrogações, críticas ou acusações, citações e novos comentários, num rol de generalizações ou aplicações particulares, mas sempre num discurso de justificações e explicações de carácter racional. A conclusão sistematiza o tema e o ponto de vista focalizados, interpelando directa ou ironicamente o leitor, deixando sempre uma mensagem clara e luminosa.

O intertexto cultural das crónicas inesianas constitui uma mais-valia de enriquecimento interior, na abertura de novos horizontes, mas não como um arremesso pretensioso da erudição livresca nelas criticado (arremesso “como armas, para humilhar ou até matar o outro” – *lb.*: 379): “Tento contagiar o entusiasmo que me vão causando certos filmes, livros, músicas, exposições, peças de teatro – ou, pelo menos, que as pessoas adiram à ideia da cultura como elemento amplificador da vida” (*lb.*: 14).

A crítica literária a escritores vários expressa a sua óptica de recepção desses produtos culturais, quase sempre com o registo mais positivo de avaliação estética e cultural. A transcrição, às vezes epigráfica, de alguns excertos dessas obras comprova esse ponto de vista pessoal de abordagem, motivando o leitor para essa leitura, talvez ainda não efectuada. Por exemplo, a partir da epígrafe de um trecho de *A Alma dos Ricos*, de Agustina a cronista enaltece a sua escrita:

Agustina tem o dom de trespassar o tempo, de ver para além dele, como se esticasse uma peça de seda antiga e a analisasse, fio a fio. Isto não faz dela uma escritora difícil, nem solene, nem antiga, nem outros disparates que tenho para aí ouvido a muitos tristes, desses que vivem de entretenimento em entretenimento até ao ataque derradeiro do tédio mortal (*Ib.*: 72-73).

A sintaxe inesiana é ampla, com períodos relativamente longos, ao lado de outros mais curtos, numa aposta na hipotaxe, mais do que na parataxe, hierarquizando as frases, segundo uma arquitectura que combina o código escrito com o oral, o registo cuidado e poético com o corrente, o popular e as gírias, tornando o discurso atractivo e acessível.

Frases lapidares, à laia de máximas, molduram certas crónicas, numa ressonância sapiencial, de tom bíblico ou, mesmo, proverbial, às quais não é alheia a configuração metafórica e imagética:

Não sei porque é que essa jóia de luz translúcida (não é gosto pela metáfora, é que chamar-lhe sentimento sabe-me a pouco e vago) que é a amizade tem tão má imprensa (*Ib.*: 31).

Não consigo acreditar que mulheres e homens sejam os continentes fechados e adversos que a sociedade, todas as sociedades até hoje, decidiram fazer deles (*Ib.*: 35).

Sendo a Cultura uma dama tão respeitável quanto diáfana, etérea, espiritual, é feio associar-se-lhe o másculo tilintar do viril metal (*Ib.*: 91).

Vivemos uma era de estetas: nunca se falou tanto de beleza e nunca tanto se decretou a morte da beleza (*Ib.*: 131).

A culpa, todos algum dia o soubemos, é o rosto doloroso de uma memória mal resolvida (*Ib.*: 151).

A História é uma ficção deliciosamente aberta e ambígua: podemos formatá-la como quisermos, estruturá-la à medida dos nossos sonhos e pavores (*Ib.*: 179).

Portugal tem menos paixão pela justiça do que tendência para a justiça passional (*Ib.*: 225).

Poucos espectáculos serão mais tristes do que a cobardia de um escritor (*Ib.*: 259).

Na vida real, a figura do arrependido parece-me a imagem acabada da tristeza ética – um beco sem saída em formato humano (*Ib.*: 271).

Não simpatizo com efemérides: geralmente são formas de acelerar o esquecimento através da pompa (*Ib.*: 283).

O que preocupa e ocupa o nosso Poder é a perseguição às vítimas (*Ib.*: 305).

Tudo começa na infância: a maneira de amar e de desamar, o hábito de pensar ou de deixar que os outros pensem por nós, a capacidade de criar e lutar ou de desistir antes de tentar (*Ib.*: 307).

O excesso de identidade dos portugueses leva-os a um masoquismo mortal (*Ib.*: 311).

A contemporização é também uma forma de violência, a violência passiva dos indiferentes ou dos resignados (*Ib.*: 401).

Quando os privilégios dos políticos sobem, a qualidade da democracia desce. [...] As democracias minadas pela ferrugem ditatorial do privilégio multiplicam os cidadãos invejosos e frustrados (*Ib.*: 407, 409).

Porque são impuras, as palavras absorvem imagens e experiências, o sangue e até o silêncio da morte. Absorvem e sobrevivem. Porque são impuras, as palavras nunca chegam ao céu. Mas sonham com esse céu a que nunca chegam – de outro modo, não saberiam ser porosas, abertas, impuras (*Ib.*: 443).

Descoberta do Mundo e Crónica Feminina são dois mundos, dois olhares e dois estilos em convergência, para além da distância espaço-temporal que separa as duas antologias crónicas: ambas indagam, com olhar interrogador e heurístico, a vastidão e a profundidade desse mundo exterior a que não é alheio o mundo interior, a identidade pessoal de cada mulher-cronista:

No estado de graça vê-se às vezes a profunda beleza, antes inatingível, de outra pessoa. Tudo, aliás, ganha uma espécie de nimbo que não é imaginário: vem do esplendor da irradiação quase matemática das coisas e das pessoas. Passa-se a sentir que tudo o que existe – pessoa ou coisa – respira e exala uma espécie de finíssimo resplendor de energia. A verdade do mundo é impalpável. [...] É por isso que, em estado de graça, mantenho-me sentada, quieta, silenciosa. É como numa anúncio. [...] É como se o anjo da vida viesse me anunciar o mundo (LISPECTOR, 1999: 91-92).

Quando comecei a escrever estas crónicas pensei que iniciava uma viagem para longe do meu pequeno mundo. Pensei que se tratava, sobretudo, de apontar antenas do interior para o exterior. [...] Descobri que aquilo a que chamamos pensamento é uma amálgama de nervos e iluminações, de mágoas empoeiradas,

memórias perdidas entre uma infância e outra, apontamentos de vidas e obras que guardámos para estudar mais tarde. [...] Ao fim de uns anos, as crónicas ganham a cor sépia e reveladora dos diários, mostram muito mais do que uma perspectiva individual acerca do mundo: são um estendal de sonhos e inquietações, prazeres, ódios e amores de estimação (*Crónica Feminina*, 2005: 13-14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação das principais mulheres cronistas brasileiras e portuguesas constituiu-se como uma das bases para a nossa pesquisa sobre as cronistas Clarice Lispector e Inês Pedrosa, em suas obras *A Descoberta do Mundo* e *Crónica Feminina*, respectivamente.

Partimos, aí, dos principais conceitos de crónica para nos debruçarmos sobre a evolução desse conceito e dessa prática discursiva através dos tempos, desde as literaturas clássicas até à actualidade, passando pela Idade Média, o Renascimento, os séculos XVI a XVIII, o Romantismo, as Gerações de 70 e 90, no século XIX, todo o século XX.

A aliança entre o fugaz e o efémero do quotidiano e a busca de algo de perene, no quadro dos valores humanos, parece ser uma característica essencial da crónica para muitos autores, designadamente para Jezreel Salazar, que a designou como a “estética da transgressão”, para envolver a reflexão sobre o real, num diálogo aberto “com outros modos de representar a estética do mundo”, num hibridismo transgressor dos cânones literários e na sua função impugnativa de uma cultura dicotómica: culto/vulgar, puro/impuro. Outra aliança do discurso cronístico é a da objectividade representativa do real e a subjectividade interpretativa da análise do(a) cronista, combinando a racionalidade e a emotividade, a simplicidade e a elegância estilísticas. Deste modo, a crónica é sempre o barómetro de uma sociedade, na multiplicidade de aspectos, abordagens, apreciações. É sempre datável, ainda que não datada. É sempre circunscrita a um espaço e a uma cultura. No entanto, pode atingir um grau de universalidade, capaz de transcender o tempo e o espaço, desde que a reflexão proposta toque a essência da natureza e da condição humanas.

O estudo da representação discursiva do mundo através da crónica, desde a literatura grega e latina, mostra como é constante a preocupação de iluminar o real quotidiano com a luz da reflexão racional e emotiva, num olhar crítico, mas também apelativo e interpelativo à intervenção cívica dos leitores. O resgate da memória, como índice de identidade colectiva, marca o discurso cronístico

medieval e renascentista, numa aliança entre o registo épico, celebrativo, e o olhar crítico, perspectivando novas linhas de construção da História.

Na base desta intervenção cívica, através da crónica, está uma concepção axiológica da sociedade, um quadro ético de valores que inspira a análise de um “mundo às avessas”, um “desconcerto do mundo”, como se representa na arte e na literatura barrocas, por exemplo na desmontagem irónica das “unhas” n’*A Arte de Furtar*, mas também na crítica iluminista, por exemplo n’*O Hissope*, de Cruz e Silva, e na constante ridicularização oitocentista do centralismo, da ignorância, do snobismo, da bancarrota financeira, da corrupção.

Figuras marcantes da literatura brasileira e portuguesa, homens e mulheres, fizeram da crónica, nos séculos XIX e XX, um instrumento privilegiado de intercomunicação humana e intervenção cívica. Cada vez mais, este género literário se instaura como necessário e premente ante novas e constantes mudanças culturais e históricas que tanto desconcertam e desorientam, reclamando o recurso à reflexão ponderada e serena, à luz do essencial da condição e da natureza humanas.

A Descoberta do Mundo, de Clarice Lispector, perspectivou-nos uma leitura da cronista, na sua orquestração polifónica, no caleidoscópio das suas cores. Bebendo na versatilidade paradigmática do grande mestre da crónica brasileira, Rubem Braga, Clarice auto-revela-se-nos, com ousada insistência, ao mesmo tempo que revela constantemente o mundo observado e vivenciado, numa escrita epifânica:

Até parece que conheço Rubem desde sempre. Gostei dele à primeira vista [...]. Mas há mil “rubens” dentro de Rubem Braga, é claro, assim como há mil “clarices” em mim. E tanta coisa eu desconheço em Rubem, que era melhor entrevistá-lo de vez (WILLIAMS, 2007: 18).

Tal como Fernando Pessoa, na sua heteronímia múltipla, expressa em Ricardo Reis (“Vivem em nós inúmeros”), também Clarice se reconhece plural, nas suas “mil” identidades: “mil clarices em mim”. É esta constante revelação que é partilhada com muita intimidade e apreço carinhoso com os leitores, de quem recebe telefonemas e cartas, interagindo com a sua escrita, numa autêntica comunidade de parceiros da escrita e da leitura, numa conciliação entre a euforia da *descoberta* e a humildade da auto-aprendizagem.

Como explicita nas perífrases que dela transcrevemos, é essa conciliação que transparece na sua escrita: “A profunda alegria: o êxtase secreto. Sei como inventar um pensamento. Sinto o alvoroço da novidade. Mas bem sei que o que escrevo é apenas um tom” (LISPECTOR, 1973: 29). Alegria de descobrir o secreto e misterioso, mas também de inventar o pensamento: “inventar”, no

sentido etimológico de “descobrir”, e no sentido vulgar de “criar”, encontrar a “novidade”.

Afinal, esta correlação entre cronista e mundo, como a de qualquer autor, traz consigo a complexidade de penetrar no impenetrável, de expressar o inefável: “Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (LISPECTOR, 1999: 34). Este sentido de “bênção”, inerente à sua postura mística, faz da sua escrita um bálsamo espiritual reconfortante, uma suavidade que desonera qualquer eventual agressividade, proveniente da acutilância profética da sua voz.

Filósofa e mística, ao mesmo tempo que observadora do real, sem deixar de o elevar à sublimidade da metamorfose poética, Clarice penetra na profundidade sapiencial da Vida e da Morte, na versatilidade das figuras femininas, na exuberância do mundo vegetal e animal, com toda a sua simbologia, sem abdicar de intervir com desassombro ético na sociedade do seu país e do seu tempo, na relação íntima entre as cidades dos homens e a cidade de Deus.

Questionando constantemente a sua escrita, num amplo metatexto, e recorrendo sempre às suas múltiplas leituras, desde a infância, como as de Monteiro Lobato, até a filósofos como Bergson, poetas como Mário Quintana ou Fernando Pessoa, a cronista cede, com humildade, o espaço da sua voz a amigos e personalidades marcantes na sociedade intelectual e social, procurando outras visões do mundo.

Deste modo, *A Descoberta do Mundo* instaura-se, com todo o mérito, como descoberta e revelação de um mundo pessoal e íntimo, mas também de um mundo exterior plural, polifacetado e imensamente rico.

Depois, com *Crónica Feminina*, mergulhamos no universo cronístico de Inês Pedrosa, uma voz literária da contemporaneidade portuguesa, sintonizada com as preocupações das mulheres no século XXI. Uma voz veemente e acutilante, perspicaz na análise das situações mais variadas, equilibrada na ponderação dos pontos de vista em presença, mas sempre viva e actuante. Em defesa da igualdade de género, denuncia injustiças e discriminações, sem o fanatismo de um feminismo extremista. Defende as mulheres que são vítimas de uma legislação que reprime a prática abortiva, sem ter em conta as situações mais complexas da pobreza ou da exclusão social. Desmonta a hipocrisia de uma sociedade moralista, em matéria da defesa da vida intra-uterina, e promove a guerra, a violência contra as mulheres e as crianças, a pedofilia, o terrorismo internacional. Não se intimida ao repudiar a ferocidade dos nacionalismos, o holocausto nazi ou soviético, a violência do fundamentalismo islâmico. Defende com solicitude e carinho os deficientes e marginalizados, ergue a bandeira das grandes causas públi-

cas, como a saúde, a educação, o ensino, a cultura, a arte, o lazer, o desporto, a língua e a literatura portuguesas.

Recorrendo também a múltiplas leituras, deixa-se fascinar particularmente por Sophia de Mello Breyner Andresen e Agustina Bessa-Luís, de quem aprende as aventuras de viver e escrever: “Com Sophia aprendi a ler e a morrer. Com Agustina aprendi a viver e a escrever” (*Crónica Feminina*, 2005: 395).

Como na epígrafe que é retirada de uma das suas obras de ficção, o amor pauta toda a sua escrita, como o desígnio mais elevado da alma humana, surgindo a veemência da sua voz profética esbatida e temperada pelo equilíbrio entre a justiça exigente, rigorosa, e o amor compreensivo, profundo, misericordioso: “O amor dissolve em fumo qualquer escândalo, por mais estranho que ele surja aos nossos aparentes valores. O escândalo a que não se sobrevive é o da ausência de amor” (*Crónica Feminina*, 2005: 41).

Duas cronistas, pertencentes a mundos e tempos diferenciados, cada qual com o seu olhar sobre a vida e a sociedade, cada qual com o seu estilo próprio, Clarice Lispector e Inês Pedrosa foram comparadas neste volume, na sua convergência e na sua especificidade característica.

Ambas partem da virtualidade mágica da Palavra para uma afirmação pessoal do pensamento, como se evidencia nas epígrafes respectivas.

Clarice faz da Palavra não apenas um modo de expressão, mas também uma forma de poder demiúrgico, como no *Fiat* do livro bíblico do *Génesis*, o livro das Origens: “A palavra é o meu domínio sobre o mundo” (LISPECTOR, 1999: 101).

Inês, no seu optimismo redentor, reconhece na Palavra um poder de metamorfose do mundo, independentemente dos sinais de negatividade que denuncia, na sua análise sociopolítica: “As palavras transformam o mundo e a maneira como a trabalhamos também” (Inês Pedrosa, *Jornal de Letras*, 21 de Agosto de 2002, 10 – Entrevista dada a Maria Leonor Nunes). Por isso, fala no optimismo de todo o cronista e de “encantamento com o mundo”, como uma espécie de magia metamórfica:

Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida [...]. Dentro de todo o cronista há um optimista furioso – a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (*Crónica Feminina*, 2005: 14).

É esta crença na redenção do mundo que motiva um empenhamento cívico: “pratico um empenhamento cívico constante que excede em muito a escrita: é a minha maneira de estar no mundo” (*Jornal de Letras*, Outubro de 2013). Guiada pelo exemplo da História, no exemplo libertador dos males da “caixa de Pandora”, da qual só sobrou a esperança, Inês une-se aos que lutaram pelo bem da Humanidade:

Nunca me deixo contaminar pela desesperança, porque a História, desde a decantada Grécia Antiga, com o seu cortejo de escravos, é um relato de barbárie repetidamente salvo pela visão e pela capacidade de transcendência de um vasto grupo de seres humanos – artistas, cientistas, políticos, pensadores (*Jornal de Letras*, Outubro de 2013).

Deste modo, nas duas cronistas encontram-se concepções bíblicas complementares em relação ao poder da Palavra: uma, primordial, original, genesíaca; outra, redentora, metamórfica.

Os mundos de Clarice e Inês são diferenciados no tempo e no espaço. O primeiro encontra o obstáculo da repressão censorial e ditatorial; o segundo bebe a atmosfera da liberdade democrática. Mas, apesar desta divergência inicial, não deixa de ser convergente a clara e acutilante postura de intervenção social e política em ambas as cronistas. De resto, em 35 anos de diferença temporal, a evolução civilizacional nos dois países em presença foi notória, designadamente em matéria do reconhecimento dos direitos das mulheres e na igualdade de género. A veemência estilística de Inês, por tal motivo, não se deve apenas à especificidade do seu olhar ou da sua retórica, mas também à divergência entre o seu mundo e o de Clarice. A situação económica, social e política nos dois países, então como hoje, também ajuda a entender tal divergência.

Mas, se o mundo de Clarice é mais revelador da sua intimidade pessoal e familiar do que o de Inês, já que, do ponto de vista profissional e cultural, ambos são notoriamente epifânicos, não há dúvida de que a vastidão e a profundidade indagadora do mundo exterior são claramente convergentes.

A crónica de Inês “No escuro, com Clarice”, no início de 2012, revela bem a admiração da cronista portuguesa pela ficcionista brasileira, ressaltando nos seus livros a liberdade interior, a inocência “inexpugnável, valente, ilimitadamente ousada” e a capacidade de se deixar surpreender com o já visto como da primeira vez se tratasse, na interrogação de quem procura entender:

Assim, nesta passagem de ano, fugi para dentro do mundo de Clarice Lispector – um mundo de uma lucidez alucinante, que nos instiga a desbravar o tutano da vida. As frases de Clarice são relâmpagos que iluminam a mais bruta e profunda matéria do humano. Todos os seus livros são prodigiosos, no sentido literal: a cada releitura trazem novas descobertas – e, ao contrário do que tantas vezes se diz, não é necessário ser-se “intelectual” para aceder a Clarice. É necessário, sim, ser-se uma coisa mais difícil: livre, como Clarice profundamente foi. Essa liberdade exige inocência, a capacidade de olhar para o já visto e já nomeado como se não o conhecêssemos. O dom da sua escrita é o de iluminar os objectos e os seres mais simples, interrogando-os para os entender, sem juízos prévios. A força da sua voz advém dessa inocên-

cia inexpugnável, valente, ilimitadamente ousada (PEDROSA, *Revista Ler*, 2012).

Até que ponto o olhar do cronista atravessa e alcança essa vastidão e essa profundidade, alcandorando-se, como expressou Walter Galvani, no “voo da Palavra”, como no da águia altaneira e perspicaz? A resposta a esta fundamental pergunta depende de cada leitor, como na citada epígrafe de Ana Luísa Amaral, na Introdução a este nosso trabalho: “Quem escreve dá voz às palavras, quem as lê dá-lhes outra voz”. A nossa leitura reconhece o mérito de ambas as crônicas em indagar, analisar, perspectivar e interpelar construtivamente esse mundo interior e exterior, com a acutilância e a coerência da palavra, do pensamento e da vida de cada qual, ontem como hoje e, quem sabe, se amanhã também, na transformação do efêmero e do imanente da crônica no perene e no transcendente.

BIBLIOGRAFIA

A – BIBLIOGRAFIA ACTIVA

I – CLARICE LISPECTOR

- Perto do Coração Selvagem*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1943.
O Lustre, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1946.
A Cidade Sitiada, 1ª ed., Rio de Janeiro, 1948.
Laços de Família, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1960.
A Maçã no Escuro, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1961.
A Paixão Segundo G.H., 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1964.
A Legião Estrangeira, 1ª ed., São Paulo, Ática, 1964.
O Mistério do Coelho Pensante, 1ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1967.
A Mulher que Matou os Peixes, 1ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1968.
Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres, 1ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1969.
Felicidade Clandestina, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1971.
Água Viva, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1973.
Onde Estivestes de Noite, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.
A Via Crucis do Corpo, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.
A Vida Íntima de Laura, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.
De Corpo Inteiro, 1ª ed., Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
A Hora da Estrela, 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
Para Não Esquecer, 1ª ed., São Paulo, Siciliano, 1978.
Um Sopro de Vida (Pulsações), 1ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
Quase de Verdade, 1ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1978.
A Bela e A Fera, 1ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
A Descoberta do Mundo, 1ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
A Descoberta do Mundo, 1ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

Como Nasceram as Estrelas. Doze Lendas Brasileiras, 1ª ed., Rio de Janeiro, 1987.

II – INÊS PEDROSA

Vinte Mulheres para o Século XX, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

Fazes-me Falta, 1ª, São Paulo, Planeta, 2003.

Fica Comigo esta Noite, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.

Anos Luz – Trinta conversas para celebrar o 25 de Abril, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004.

Carta a Uma Amiga, Lisboa, Texto Editores, 2005.

Crónica Feminina, 1ª, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.

Nas Tuas Mãos, 1ª, São Paulo, Planeta 2005.

A Instrução dos Amantes, 1ª, São Paulo, Planeta, 2006.

Do Grande e do Pequeno Amor, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

A Eternidade e o Desejo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007.

No Coração do Brasil – Seis cartas de viagem ao Padre António Vieira, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007.

Os Íntimos, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.

Dentro de Ti Ver o Mar, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2012.

B – BIBLIOGRAFIA PASSIVA

III – CLARICE LISPECTOR

AAVV, *Cadernos de Literatura Brasileira*. Edição Especial, nºs 17 e 18, Dezembro de 2004, Instituto Moreira Salles.

BORELLI, Olga, *Clarice Lispector. Esboço para um possível retrato*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

BRANT, Ana Clara, “Memória Dia C”, in *Estado de Minas*, 10 de Dezembro de 2012.

BRASIL, Assis, *Clarice Lispector. Ensaio*, Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1969.

CALEIRO, Maria da Conceição Campina, *Estudo de Clarice Lispector*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, F.C.S.H. – U.N.L., 1988 (texto policopiado).

CALLADO, Antônio, “O dia em que Clarice desapareceu”, in *Perto de Clarice*, Rio de Janeiro, Casa de Cultura Laura Alvim/Oficina Literária Afrânio Coutinho, 1987.

CASTELLO, José, “Clarice na moda”, in *Isto É*, 4 de Junho de 1986.

- CASTELLO, José, *Clarice Lispector – Clarice na Cabeceira: romances*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2011.
- CASTELLO, José, *O Globo*, “Caderno Prosa e Verso”, 8 de Janeiro de 2011.
- CIXOUS, Hélène, *Reading Clarice Lispector*, Minneapolis, University of Minnesota, 1990.
- COLASANTI, Marina; SANT’ANNA, Affonso Romano de; SALGUEIRO, João, “Entrevista de Clarice Lispector”, realizada no Museu da Imagem e do Som (RJ) em 1976.
- Correspondência – Clarice Lispector*, Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
- CRISTÓVÃO, Fernando, “Clarice Lispector, a vertigem e a obsessão do infinito”, *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1978.
- DESTI, Rita, “Introduzione”, in *Clarice Lispector, Un Apprendistato o il Libro del Piaceri*, Torino, La Rosa, 1981.
- FERREIRA, Teresa Cristina Montero, *Eu Sou uma Pergunta: uma Biografia de Clarice Lispector*, Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- FITZ, Earl, *Clarice Lispector*, Boston, Twayne Publisher, 1985.
- FITZ, Earl, “Clarice Lispector”, in Irwin Stern (ed.), *Dictionary of Brazilian Literature*, Westport, Ct, Greenwood Press, 1988.
- GOTLIB, Nádía Battella, “Olhos nos olhos (Fernando Pessoa e Clarice Lispector)”, in *Remate de Males*, N° 9, Campinas, 1989.
- GOTLIB, Nádía Battella, “O desejo não mora em casa (Alguns espaços na obra de Clarice Lispector)”, *Tempo Brasileiro*, N° 101, Abril-Junho de 1990.
- GOTLIB, Nádía Battella, *Clarice. Uma vida que se conta*, São Paulo, Ática, 1995, 6ª ed. revista e aumentada, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- GOULART, Beth, “Simplesmente eu, Clarice Lispector”, in catálogo de “*Self Produções*”, Tratro Fashion Mall, Rio de Janeiro, 2013.
- HELENA, Lucia, *Nem musa nem Medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*, Niterói, EDUFF, 1997.
- HILL, Amariles Guimarães, “A construção do nome”, *Cadernos da PUC*, N° 6, Rio de Janeiro, Julho de 1971.
- HOSIASOON, Laura Janina, *Imagens de Mujer en Clarice Lispector y Maria Luisa Bombal*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1988 (texto polícopiado).
- IVO, Lêdo, “Laços de família e outros laços”, in *Cadernos de Literatura Brasileira*, Instituto Moreira Sales, Edição especial, números 17 e 18 – Dezembro de 2004.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, “Espaço cronístico em Clarice Lispector e Inês Pedrosa: a inquietude metalinguística” in *A Escritura no Feminino: Aproximações*, Aline Alves; Ana Caroline Barreto Neves; Constância Lima Duarte;

- Kelen Benfanatti Paiva; Maria do Rosário Alves Pereira (org.), Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.
- LIMA, Luiz Costa, "A mística ao revés de Clarice Lispector", in *Por Que Literatura*, Petrópolis, Vozes, 1969.
- LIMA, Luiz Costa, "Clarice Lispector", in *A Literatura no Brasil*, vol. 5, Afrânio Coutinho (org.), Niterói, José Olympio Ed., UFF, 1986.
- LOURENÇO, Eduardo, "Da literatura brasileira como rasura do trágico. De Machado de Assis a Clarice Lispector", in *Terceira Margem*, N° 1, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo, "A relação animais-Bíblia na obra de Clarice Lispector", in *Colóquio/Letras*, N° 125/126, Julho-Dezembro de 1992.
- MARTING, Diane E. (ed.), *Clarice Lispector: a bio-bibliography*, Westport, Connecticut, London, Greenwood Press, 1993.
- MARTINS, Gilberto Figueiredo, "Culpa e transgressão", in *Cult*, N° 5, Dezembro de 1997.
- MARTINS, Wilson, "Uma «voz»", in *O Estado de São Paulo*. Suplemento Literário, 26 de Novembro de 1960.
- MAURA, Antonio, "Una voz en el umbral del silencio", in *El Urogallo*, N° 110/111, Julio/Agosto de 1995.
- MAZZARA, Richard A., "Another Apprenticeship: Clarice's Lispector's *A Descoberta do Mundo* and *Uma Aprendizagem*", in *Hispania* 70, 4, Dec. 1987.
- MIRANDA, Wander *apud* BRANT, Ana Clara, "Memória Dia C", in *Estado de Minas*, 10 de Dezembro de 2012.
- MONTELLO, Josué, "O caminho de Clarice", in *Jornal do Brasil*, 27 de Dezembro de 1977.
- MONTERO, Teresa, *Clarice Lispector – Clarice na Cabeceira*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2009.
- MOSER, Benjamin, *Clarice, uma biografia. "Why this Word"*. Tradução José Geraldo Couto, São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- MOURA, Reinaldo, "Clarice Lispector", in *Correio do Povo*, 23 de Março de 1944.
- NASCIMENTO, Evaldo, *Clarice Lispector: uma literatura pensante*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- NUNES, Benedito, "Depoimento", in *Jornal do Brasil*, 29 de Janeiro de 1994.
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice Lispector "Jornalista"*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1991 (texto policopiado).
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice Lispector Jornalista – Páginas Femininas & Outras Páginas*, São Paulo, Editora Senac, 2006.
- NUNES, Aparecida Maria, *Clarice na Cabeceira – Jornalismo*, Rio de Janeiro, Rocco, 2012.
- OLIVEIRA, Marly de, "Crítica da Crítica", in *Jornal do Brasil*, Novembro de 1961.

- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de, *A Barata e a Crisálida*, Rio de Janeiro/Brasília, José Olímpio Ed./INL, 1985.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de, "Rumo à Eva do futuro: a mulher no romance de Clarice Lispector", in *Remate de Males*, Nº 9, Campinas, Maio de 1989.
- PALEY, Grace, "Introduction", in *Soulstorm. Stories by Clarice Lispector*, New York, New Directions, 1989.
- PALMER, Helen, "Uma mulher esclarecida". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1959, 2º Caderno, p. 5.
- PARAÍSO, Bruno, "Clarice, arte da solidão e do mistério", in *Encontros/Clarice Lispector*, Organização de Evelyn Rocha; Apresentação de Benjamin Moser, Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2011.
- PEDROSA, Inês, "No escuro, com Clarice", in revista *Ler*, Lisboa, Janeiro de 2012.
- PEIXOTO, Marta, *Passionate Fictions: Gender, Narrative and Violence in Clarice Lispector*, Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1994.
- PELLEGRINO, Hélio, "Clarice: a paixão do real", in *Jornal do Brasil*, 2 de Dezembro de 1987.
- PEREIRA, Teresinha Alves, *Estudo sobre Clarice Lispector*, Coimbra, Edições Nova Era, 1975.
- PICCHIO, Luciana Stegagno, "Epifania de Clarice", in *Remate de Males*, Nº 9, Campinas, Maio de 1989.
- PINHEIRO, Samira Abrahão R., "O mundo escrito no feminino", in *Seara. Revista de Literatura*, Nº 3 (ano II), 1987.
- PONGETTI, Henrique, "Minha vida está nas crônicas", 28 de Setembro de 1968, in *Clarice Lispector – Clarice na cabeceira – Jornalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 2012.
- PONTIERO, Giovanni, "O canto do cisne de uma escritora", in *O Estado de São Paulo*, 5 de Dezembro de 1987.
- QUINTANILHA, Dirceu, "Clarice Lispector [sic] e um monumento do passado", *Dom Casmurro*, 11 de Março de 1944.
- REIS, Carlos, "O tempo de Crônica", *Jornal de Letras*, Lisboa, Outubro de 2015.
- REIS, Fernando G., "Quem tem medo de Clarice Lispector?", in *Revista Civilização Brasileira*, Nº 17, Janeiro/Fevereiro de 1967.
- Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n.º 858, 28 de Setembro de 1968.
- RIBEIRO, Leo Gilson, "Clarice, num derradeiro espelho diante de si mesma", in *Jornal da Tarde*, 23 de Dezembro de 1978.
- RIEDEL, Dirce Côrtes, "O enunciado de uma aprendizagem", in *Jornal do Brasil*, 15 de Novembro de 1969.
- ROCHA, Evelyn, *Clarice Lispector – Encontros*, Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2011.

- SÁ, Olga de, *A escritura de Clarice Lispector*, Petrópolis, Vozes; Lorena, Faculdades Integradas Teresa d'Ávila, 1979.
- SÁ, Olga de, *Clarice Lispector: a travessia do oposto*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica).
- SANT'ANNA, Affonso Romano de, *A Mulher Madura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de, "Clarice: a epifania da escrita", prefácio a Clarice Lispector (1989), *A Legião Estrangeira*, São Paulo, Ática, 8ª ed., 1989.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de; COLASANTI, Marina, *Com Clarice*, 1ª ed., São Paulo, UNESP, 2013.
- SANTIAGO, Silviano, "A política em Clarice Lispector", in *Jornal do Brasil*, 29 de Novembro de 1997.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, *Clarice Lispector*, São Paulo, Atual, 1987.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, "Discurso feminino, corpo, arte gestual, as margens recentes", in *Tempo Brasileiro*, Nº 104, Janeiro/Março de 1991.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos, "Artes de fiandeira", prefácio a Clarice Lispector, *Laços de Família*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.
- SEVERINO, Alexandrino E., "Clarice Lispector", in *Latin American Writers*, Carlos A. Solé and Maria Isabel Abreu (ed.), vol. III, New York, Charles Scribner's Sons, 1989.
- SIMÕES, João Gaspar, "Clarice Lispector «existencialista» ou «supra-realista»?", in *A Manhã*, Suplemento de Letras e Artes, 1 de Outubro de 1950.
- SOUSA, Carlos Mendes de, *Clarice Lispector. Figuras da Escrita*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2000.
- SOUSA, Carlos Mendes de, *Clarice Lispector. Figuras da Escrita*, Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles, 2011.
- SOUSA, Gilda Mello e, "O vertiginoso relance", separata de *Comentário*, vol. IV, Nº 1 (13), Janeiro / Março de 1963.
- VARIN, Claire, *Clarice Lispector et L'esprit des Langues*, Montreal, Université de Montreal, 1986 (texto policopiado).
- VARIN, Claire, *Langues de Feu: essai sur Clarice Lispector*, Laval, Éditions Trois, 1990.
- VASCONCELLOS, Eliane, "O Arquivo Clarice Lispector", in *Inventário do Arquivo Clarice Lispector*, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 1994.
- VIANA, Lúcia Helena, "Por uma tradição do feminino na literatura brasileira", in *Anais do V Seminário Nacional Mulher e Literatura*, Natal, 1 a 3 de Setembro de 1993, Natal, UFRN, Ed. Universitária, 1995.

WALDMAN, Berta, *Clarice Lispector. A paixão segundo C.L.*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

WALDMAN, Berta, *Clarice Lispector. A paixão segundo C.L.*, São Paulo, Escuta (2ª edição revista e ampliada), 1992.

WILLIAMS, Claire (org.), *Clarice Lispector – Entrevistas*. Preparação de originais e notas biográficas de Teresa Monteiro, Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

IV – INÊS PEDROSA

COELHO, Nelly Novaes, "O Discurso-em-crise na Literatura Feminina Portuguesa", *Via Atlântica*, N° 2, 1999.

Diário de Notícias, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2003.

"«Escrevo o que dói», confessa Inês Pedrosa", *O Estado de São Paulo*, 17 de Setembro de 2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,escrevo-o-que-doi-confessa-ines-pedrosa,1075821>>.

Expresso, Lisboa, 13 de Agosto de 2005.

FERREIRA, João, "A nova prosa lusófona, de Agualusa a Zink", in *ENTRELIVROS*, São Paulo, Setembro 2005, Ano I, N° 5, pp. 38-43.

FRANZ, Marcelo, "Feira amplia elo entre países da língua portuguesa", in *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de Outubro de 2005, Folha Ilustrada. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/fq11102000509.htm>.

GUIMARÃES, Marcella Lopes, "Identidade e tentação: uma leitura de Inês Pedrosa e Clara Pinto Correia", Santa Maria: *Revista da ABRAPLIP – Memória e identidade*, N° 2, 2001.

GUIMARÃES, Marcella Lopes, "O «*lugar sem lugar*» da palavra em *Fazes-me Falta*, de Inês Pedrosa" in *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa*, Curitiba, 2003.

Jornal de Letras, Lisboa, Agosto de 2002.

Jornal de Letras, Lisboa, Junho de 2004.

Jornal de Letras, Lisboa, Agosto de 2005.

Jornal de Letras, Lisboa, Agosto de 2006.

Jornal de Letras, Lisboa, 16-19 de Janeiro de 2008.

Jornal de Letras, Artes e Ideias, Lisboa, 6 de Fevereiro de 2013.

Jornal de Letras, Lisboa, Outubro de 2013.

LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, "Espaço cronístico em Clarice Lispector e Inês Pedrosa: a inquietude metalinguística" in *A Escritura no Feminino: Aproximações*, Aline Alves; Ana Caroline Barreto Neves; Constância Lima Duarte; Kelen Benfanatti Paiva; Maria do Rosário Alves Ferreira (org.), Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011.

- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues, *Fazes-me Falta, de Inês Pedrosa: uma alegoria contemporânea da "Saudade"*, Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2012.
- LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues; LOUSADA, Isabel *Entrevista a Inês Pedrosa, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, Edições Colibri/ Universidade Nova de Lisboa, nº 23, Maio de 2010, pp. 113-125.
- MENDES, Martha Maria da Silva, *O Feminino na Obra de Inês Pedrosa: da Ficção à Cronística*, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012 (texto policopiado).
- NUNES, Maria Leonor, "As palavras transformam o mundo", in *Jornal de Letras*. Lisboa, 21 de Agosto de 2002. Entrevista (sem os demais dados) pp. 9-12.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de, *Vozes Amigas, Vozes Familiares: um estudo das relações intersubjetivas no romance Fazes-me Falta, de Inês Pedrosa*, (Ensaio), Niterói, UFF, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de, "Destinos e Desejos Femininos em *O Silêncio*, de Teolinda Gersão", in *Gênero e Representação nas Literaturas de Portugal e África*, Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2002.
- REAL, Miguel, *Geração de 90 – Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, 1ª. ed., Porto, Campo das Letras, 2001.
- REAL, Miguel, "O romance no feminino", *Jornal de Letras*, Lisboa, 31 de Agosto a 13 de Setembro de 2005, Ano XXV, N.º. 911, pp. 20-21.

V – FILOSOFIA, CULTURA, LINGUAGEM E TEORIA LITERÁRIA

- ARIÈS, Philippe, *L'Homme devant la Mort. Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.
- ARIÈS, Philippe, *L'Homme devant la Mort*, Paris, Éditions du Seuil, 1977.
- BAKHTIN, Mikhaïl, *Esthétique de la Création Verbale*, Paris, Gallimard, 1984, trad. port. *Estética da Criação Verbal*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BAPTISTA, Abel Barros, *Em Nome do Apelo do Nome. Duas interrogações sobre Machado de Assis*, Lisboa, Editorial Edições, 1991.
- BARTHES, Roland, "Le discours de l'histoire", in *Social Science, Formation*, Paris, 1967.
- BARTHES, Roland, "L'effet du réel", in *Communications*, 11, Paris, Éditions du Seuil, 1968.
- BARTHES, Roland, " L'écriture de l'événement ", in *Communications*, 12, Paris, Éd. Du Seuil, 1968.
- BATTISTINI, Andrea, *Lo Specchio dei Dedalo: autobiografia e biografia*, Bologna, Il Mulino, 1990.
- BENJAMIN, Walter, *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

- BLANCHOT, M., *L'Espace Littéraire*, Paris, Gallimard, 1955, trad. port. *O Espaço Literário*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BLUMENBERG, Hans, *La Leggibilità del Mondo. Il libro come metafora della natura*, Bologna, Il Mulino, 1984.
- BONACCINI, Juan A., "Analogia e imputabilidade na Filosofia Prática de Kant", in *Revista Latinoamericana de Filosofia*, v. 34, n.º 2, Buenos Aires, 2008.
- BUESCU, Helena C., "Literatura Comparada", in Carlos Ceia, *E – Dicionário de Termos Literários*, 2011.
- BUESCU, Helena C., *Incidências do Olhar: percepção e representação*, Lisboa, Caminho, 1990.
- BUFFIÈRE, Félix, *Les Mythes d'Homère et la Pensée Grecque*, 2^e. éd., Paris, "Les Belles Lettres", 1973.
- COELHO, Eduardo Prado, "Fazes-me Falta – Romance. Edição italiana: Senza di Te. Edição alemã: Du Fehlst Mir. Edição espanhola: Te Echo de Menos. de Inês Pedrosa Edição portuguesa: 226 páginas, Dom Quixote. Edição brasileira: 224 páginas, Alfaguara. Edição italiana: 255 páginas, Elliot/Scatti. Edição Alemã: 260 páginas, Luchterhand Literaturvlg. Edição espanhola: 245 páginas, Elipsis Ediciones", *Público – Mil Folhas*, 27 de Abril de 2002.
- DELEUZE, Gilles, "La littérature et la vie", in *Critique et Clinique*, Paris, Minuit, 1993.
- DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix, *Mille Plateaux. Capitalisme et schizophrénie 2*, Paris, Minuit, 1989.
- DÍAZ-DIO CARETZ, Myriam e ZAVALA, Iris (coords.), *Breve Historia Feminista de la Literatura Española (en lengua castellana). I Teoría Feminista: discursos y diferencia*, Barcelona, Anthropos, 1993.
- DURAND, Gilbert, *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire. Introduction à l'archétypologie générale*, 10^e Éd. Paris, Dunod, 1984.
- DURAS, Marguerite, *Escrever*, Lisboa, Difel, 1987.
- FOLKENFLIK, Robert (ed.), *The Culture of Autobiography. Construction of self-representation*, Stanford, Stanford University Press, 1993.
- GROSSBERG, Lawrence et alii, *Cultural Studies*, 1992, *Apud* Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro, "Dos estudos literários aos estudos culturais?", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 52/53, Coimbra, Novembro 1998/Fevereiro 1999.
- GUILLÉN, Claudio, *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*, Barcelona, Editorial Crítica, 1985.
- HEUVEL, Pierre van den, *Parole, Mot, Silence. Pour une poétique de l'énonciation*, Paris, Librairie José Corti, 1985.
- JOTA, Renato de Medeiros, "Analogia e empirismo na Filosofia Moral de Hume", in *Saberes, Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, 1984.

- LEJEUNE, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.
- LEJEUNE, Philippe, *Moi Aussi*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- LYOTARD, Jean-François, *Discurso, Figura*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979.
- LOPES, Silvina Rodrigues, *A Legitimação em Literatura*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, 2ª ed., revista e aumentada, Lisboa, Ed. Presença, 2001.
- MARCUS, Laura, *Auto/biographical Discourses: Theory, criticism, practice*, Manchester, and New York, Manchester University Press.
- MATHIEU-COLAS, Michel, "Récit et Vérité", in *Poétique*, Paris, du Seuil, 1989.
- MERLEAU-PONTY, M., *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard, 1945.
- MERLEAU-PONTY, M., *La Prose du Monde*, Paris, Gallimard, 1969.
- MOURA, Jean-Marc, "L'imagologie littéraire: tendances actuelles", in *Perspectives comparatistes, études réunies par Jean Bessière et Daniel-Henri Pageaux*, Paris, Honoré Champion, 1999.
- NEPPI, Enzo, *Soggetto e Fantasma. Figure dell'autobiografia*, Pisa, Pacini Editore, 1991.
- PACHET, Pierre, *Les Baromètres de l'Âme. Naissance du journal intime*, Paris, Hatier, 1990.
- PEIXOTO, Afrânio, *Noções de História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987.
- RICOEUR, P., *Le Conflit des Interprétations. Essais d'herméneutique*, Paris, Éditions du Seuil, 1969.
- RICOEUR, P., *Les Cultures et le Temps*, Paris, Payot/UNESCO, 1975.
- RICOEUR, P., "L'histoire comme récit", in *La Narrativité*, Paris, Éditions du CNRS, 1980.
- RICOEUR, P., *Temps et Récit*, I, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- RICOEUR, P., *Temps et Récit. Le Temps raconté*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- ROCHA, Clara, *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1992.
- STAROBINSKI, Jean, *L'Oeil Vivant (Essai)*, Paris, Gallimard, 1961.
- STEINER, George, "Lire en frontalier", in *Passions Impunies [No Passion Spent (Essays 1978-1996)]*, London, Faber and Faber, 1996], 2ª ed., Paris, Gallimard, "Folio", 2001.
- WELLEK, René e WARREN, Austin, *Teoria da Literatura*, 5ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1949.

WITTGENSTEIN, M. L., *Tractatus Logico-Philosophicus*, London, Routledge and Kegan Paul, ed. esp. Madrid, Alianza, 1973.

ZOURABICHVILI, François, *Deleuze. Une philosophie de l'événement*, Paris, PUF, 1994.

ZUMTHOR, P., *Langue, Texte, Énigme*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.

ZUMTHOR, P., *La Mesure du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.



**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto
“UID/ELT/00077/2013”**



“Sou uma pessoa que tem coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal” (LISPECTOR, 1999: 149).

“Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida; se não acreditasse, não teria a perseverança de escrever todas as semanas, esteja onde e como estiver, feliz ou infeliz, varrida pela febre ou numa ebulição de festa. Dentro de todo cronista há um optimista furioso — a própria zanga serve de testemunha a esse contrato de encantamento com o mundo” (PEDROSA, 2005: 14).